

PLANO DIRETOR MUNICIPAL



MARIALVA - PR



LÍDER
ENGENHARIA &
GESTÃO DE CIDADES

www.liderengenharia.eng.br
contato@liderengenharia.eng.br



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MARIALVA - PR

EMPRESA LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA – ME

MUNICÍPIO DE MARIALVA – PR

VICTOR MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL



EMPRESA DE PLANEJAMENTO CONTRATADA



EMPRESA LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA – ME

CNPJ: 23.146.943/0001-22

Avenida Antônio Diederichsen, nº 400 – sala 806.

CEP 14020-250 – Ribeirão Preto/SP

www.liderengenharia.eng.br



EQUIPE TÉCNICA

Robson Ricardo Resende

Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA – SC 99639-2

Osmani Vicente Jr.

Arquiteto e Urbanista
CAU A23196-7
Especialista em Gestão Ambiental para
Municípios

Juliano Mauricio da Silva

Engenheiro Civil
CREA/PR 117165-D

Roney Felipe Moratto

Geógrafo
CREA /PR 149.021/D

Bruno Negri

Economista
CORECON 3336

Daniel Ferreira de Castro Furtado

Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA/SC 118987-6

Paulo Guilherme Fuchs

Administrador
CRA/SC 21705

Larissa de Souza Correia

Engenheira Cartógrafa
CREA/PR 119410/D

Lara Ricardo da Silva Pereira

Arquiteta e Urbanista
CAU: 177264-3

Paula Evaristo dos Reis de Barros

Advogada
OAB/MG 107.935

Carolina Bavia Ferruccio Bandolin

Assistente Social
CRESS/PR 10.952

Juliano Yamada Rovigati

Geólogo
CREA/PR 109.137/D

Daniel Mazzini Ferreira Vianna

Arquiteto e Urbanista
CAU 89.230-0

Willian de Melo Machado

Analista de Sistemas



EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Paulo Roberto Ungari

Arquiteto – CAU 14.057-9

Élton Junes Caparroz

Técnico em Contabilidade – CCRC-PR 050753/0-6

Benedito Santo Moreira

Assessoria de Administração – CRC-PR 020802/0-1

Cássio Murilo Lopes

Engenheiro Civil – CREA-PR 29228/D

Lucas Wilerson Sevilha

Engenheiro Civil – CREA-PR 171.212/D

Karina Bortolon Pires de Lima

Auxiliar Administrativa – OAB-PR 56746

Marcos Dias dos Santos

Auxiliar Administrativo



SUMÁRIO

1ª FASE: MOBILIZAÇÃO	18
APRESENTAÇÃO	19
INTRODUÇÃO	20
1.1. Referências Legais e Institucionais	20
1.2. Pré-Requisitos.....	21
2. CRONOGRAMA FÍSICO	22
2.1. 1ª Fase: Mobilização.....	22
2.1.1. Cronograma Físico.....	22
2.1.2. Metodologia de Trabalho.....	22
2.1.3. Planejamento e Gestão Urbana do Município	23
2.2. 2ª Fase: Análise Temática Integrada.....	23
2.2.1. Parte 1:.....	23
2.2.1.1. Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos	23
2.2.1.2. Uso e ocupação atual do solo.....	23
2.2.1.3. Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos	24
2.2.2. Parte 2:.....	24
2.2.2.1. Uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas	24
2.2.2.2. Expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas	24
2.2.2.3. Condições fundiárias e de moradia	24
2.2.3. Parte 3:.....	25
2.2.3.1. Condições gerais de acessibilidade e mobilidade	25
2.2.3.2. Capacidade de investimento do município	25
2.2.3.3. Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes	25
2.3. 3ª Fase: Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável	26
2.3.1. (Re)ordenamento territorial	26
2.3.2. Propostas para garantir os direitos à cidade sustentável	26
2.3.3. Instrumentos urbanísticos	26
2.4. 4ª Fase: Plano de Ação e Investimento e Institucionalização do PDM.....	27
2.4.1. Plano de Ação e Investimento – PAI.....	27
2.4.2. Institucionalização do PDM.....	27
2.4.3. Sistema de planejamento e gestão do PDM.....	27
2.4.4. Estrutura organizacional.....	28
2.5. Produtos e Prazos	29



2.6.	Cronograma Físico	30
3.	METODOLOGIA DE TRABALHO	31
3.1.	Equipe Técnica Municipal - ETM	31
3.2.	Conselho da Cidade/Comissão de Acompanhamento – CA.....	32
3.3.	Eventos Programados	33
3.3.1.	1ª Fase: Mobilização	33
3.3.2.	2ª Fase – Análise Temática Integrada (Partes 1, 2 e 3).....	34
3.3.3.	3ª Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável.....	35
3.3.4.	4ª Fase – Plano de Ação e Investimento – PAI e Institucionalização do PDM	36
3.4.	Logística para a Realização dos Eventos.....	38
3.5.	Fluxograma de Atividades	39
3.6.	Cronograma de Atividades	40
4.	PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DO MUNICÍPIO	41
4.1.	regulamentação da legislação urbanística vigente.....	41
4.2.	sistema de planejamento e gestão do PDM vigente	43
	2ª FASE: ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	45
	APRESENTAÇÃO	46
	INTRODUÇÃO	47
5.	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO.....	49
5.1.	ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS	50
5.1.1.	Clima, Temperatura e Ventos	50
5.1.2.	Precipitação Pluviométrica	51
5.1.3.	Evapotranspiração Potencial	52
5.1.4.	Geologia e Geomorfologia	53
5.1.5.	Recursos Hídricos	53
5.2.	ASPECTOS TERRITORIAIS	54
5.2.1.	Dinâmica Demográfica	55
5.2.1.1.	Distribuição da População no Território.....	62
5.2.2.	Habitação	63
5.2.3.	Localidades e Vilas Rurais, Distritos e Núcleo de Urbanização Específica	64
5.2.4.	Uso e Ocupação do Solo Urbano	65
5.2.4.1.	Evolução da Ocupação Urbana	66
5.2.4.2.	Bairros da Sede Urbana	67
5.2.4.3.	Vazios Urbanos.....	69
5.2.5.	Macrozoneamento Municipal	71
5.2.6.	Zoneamento e Parcelamento do Solo Urbano.....	77



5.2.7.	Áreas de Preservação Permanente, Unidades de Conservação e Áreas Verdes Significativas	82
5.2.8.	Arborização Urbana	84
5.3.	ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS	86
5.3.1.	Saneamento Básico	87
5.3.1.1.	Abastecimento de Água	87
5.3.1.2.	Esgotamento Sanitário	90
5.3.1.3.	Resíduos Sólidos	93
5.3.1.4.	Drenagem Pluvial Urbana	93
5.3.2.	Iluminação Pública e Energia Elétrica	94
5.3.3.	Saúde	94
5.3.4.	Educação	121
5.3.5.	Esporte e Lazer	130
5.3.6.	Cultura	132
5.3.7.	Turismo	134
5.3.8.	Assistência Social	136
5.3.9.	Cemitérios	140
5.3.10.	Segurança Pública e Justiça	141
5.3.11.	Mobilidade, Circulação e Transportes	141
5.3.11.1.	Acessos	141
5.3.11.2.	Sistema Viário	144
5.3.11.3.	Obras	147
5.3.11.4.	Transportes	148
5.4.	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	150
5.4.1.	Atividades Econômicas	150
5.4.1.1.	Setor Primário	151
5.4.1.2.	Setor Secundário	153
5.4.1.3.	Setor Terciário	153
5.4.2.	Economia: Renda, Atividades Produtivas e Potencialidades	154
5.4.3.	Indicadores Sociais e Econômicos	156
5.5.	ASPECTOS INSTITUCIONAIS	159
5.5.1.	Capacidade de Investimento do Município	159
5.5.1.1.	Receitas Financeiras	160
5.5.1.2.	Despesas Financeiras	165
5.5.1.3.	Despesas por Função	166
5.5.1.4.	Indicadores Finanças Públicas	168
5.5.1.5.	Capacidade de Investimento do Município	171
5.5.2.	Conselhos Municipais	173
5.5.2.1.	Planejamento	173
5.5.3.	Tributação	174



6. ANÁLISE INTEGRADA.....	176
6.1. ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICOS	176
6.2. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	177
6.3. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	177
7. Leitura Comunitária.....	182
8. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.....	188
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	190
3ª FASE: DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL.....	194
APRESENTAÇÃO	195
INTRODUÇÃO	196
10. (RE) ORDENAMENTO TERRITORIAL	199
10.1. MACROZONEAMENTO MUNICIPAL.....	199
10.1.1. Macrozona Rural	199
10.1.2. Macrozona Urbana.....	201
10.1.3. Macrozona De Preservação Permanente.....	203
10.1.4. Macrozona de Produção Industrial	204
10.1.5. Macrozona de Controle Ambiental do Aterro Sanitário/ Lixões/ Ete.....	205
10.1.6. Macrozona de Barreira Natural de Proteção	205
10.2. MACROZONEAMENTO URBANO.....	208
10.2.1. Macrozona de Proteção Ambiental e Lazer	208
10.2.2. Macrozona de Controle Ambiental do Cemitério	209
10.2.3. Macrozona Residencial Consolidada.....	209
10.2.4. Macrozona de Ocupação Prioritária.....	210
10.2.5. Macrozona Produtiva	210
10.2.6. Macrozona de Expansão Urbana.....	211
10.3. PERÍMETRO URBANO E ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA	214
10.3.1. Macrozona Produtiva	214
10.3.2. Importância da Correta Delimitação do Perímetro Urbano.....	214
10.3.3. Qualificação Urbanística do Solo Urbano	214
10.3.4. Critérios para a delimitação do Perímetro Urbano.....	216
10.3.5. Problemas de Dimensionamento	216
10.4. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E ZONEAMENTO.....	219
10.4.1. Classificação dos Usos Do Solo	219
10.4.2. Índices de Ocupação do Solo	219
10.4.3. Os Parâmetros Urbanísticos de Ocupação.....	220
10.4.4. Zona Residencial 1 (ZR1)	225



10.4.5.	Zona Residencial 2 (ZR2)	225
10.4.6.	Zona de Comércio e Serviços (ZCS)	225
10.4.7.	Zona Industrial 1 (ZI1)	226
10.4.8.	Zona Industrial 2 (ZI2)	226
10.4.9.	Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	226
10.4.10.	Zona de Urbanização Específica	226
10.4.11.	Zona de Proteção Ambiental	227
10.4.12.	Zona de Controle Ambiental do Cemitério	227
10.5.	SISTEMA VIÁRIO E PARCELAMENTO DO SOLO	232
11.	PROPOSTAS PARA GARANTIR OS DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL	236
11.1.	PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	236
11.1.1.	Diretrizes	237
11.1.2.	Propostas	239
11.2.	Serviços Públicos, Infraestrutura e Saneamento Ambiental	240
11.2.1.	Diretrizes	240
11.2.2.	Propostas	242
11.3.	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	244
11.3.1.	Diretrizes – Desenvolvimento Socioeconômico	244
11.3.2.	Propostas – Desenvolvimento Socioeconômico	245
11.3.3.	Diretrizes – Educação	246
11.3.4.	Propostas – Educação	248
11.3.5.	Diretrizes – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	248
11.3.6.	Propostas – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	249
11.3.7.	Diretrizes – Saúde	250
11.3.8.	Propostas – Saúde	251
11.3.9.	Diretrizes – Assistência Social	251
11.3.10.	Propostas – Assistência Social	252
11.3.11.	Diretrizes – Habitação	253
11.3.12.	Propostas – Habitação	254
11.3.13.	Diretrizes – Segurança Pública e Defesa Civil	254
11.3.14.	Propostas – Segurança Pública e Defesa Civil	255
11.3.15.	Diretrizes – Serviços Funerários e Cemitérios	255
11.3.16.	Propostas – Serviços Funerários e Cemitérios	255
11.4.	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA	256
11.4.1.	Diretrizes	256
11.4.2.	Propostas	257
11.5.	DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO FÍSICO TERRITORIAL	257
11.5.1.	Diretrizes	257
11.5.2.	Propostas	259



12. INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	259
12.1. Instrumentos de Desenvolvimento do Território Municipal.....	259
12.1.1. Outorga Onerosa do Direito de Construir	259
12.1.2. Operações Urbanas Consorciadas	260
12.1.3. Direito de Preempção.....	261
12.2. A Função Social da Propriedade	261
12.2.1. Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios.....	262
12.2.2. Imposto Predial Territorial Urbano Progressivo no Tempo.....	266
12.2.3. Desapropriação mediante pagamento em títulos da dívida pública	266
12.2.4. Consórcio Imobiliário.....	267
12.2.5. Da regularização fundiária	267
12.2.6. Do Estudo de Impacto de Vizinhança	268
4ª FASE: PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM.....	269
INTRODUÇÃO	270
Plano de Ação e Investimentos	272
13. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	273
13.1. Aspectos Ambientais	273
13.2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL.....	274
13.3. Coleta e destinação de resíduos	275
13.4. Drenagem e pavimentação.....	275
13.5. Energia elétrica e iluminação pública	275
13.6. Serviços funerários	276
14. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL.....	276
14.1. Social	277
14.2. Agropecuária.....	278
14.3. Assistência Social	278
14.4. Cultura.....	278
14.5. Defesa Civil	278
14.6. Educação	279
14.7. Esporte e Lazer.....	279
14.8. Habitação de Interesse Social	280
14.9. Saúde	280
14.10. Segurança Pública.....	281
15. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	281
15.1. Aspectos Institucionais	282
15.1.1. Desenvolvimento e Gestão Demográfica.....	282
16. ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FÍSICO – TERRITORIAL.....	282



16.1. Ordenamento Físico – Territorial e do Sistema Viário.....	283
17. RESUMO DOS OBJETIVOS, INDICADORES E METAS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DAS AÇÕES PREVISTAS NO PAI	285



LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – TEMPERATURA MÉDIA ANUAL NO ESTADO DO PARANÁ.	50
FIGURA 2 – DIREÇÃO PREDOMINANTE DOS VENTOS NO PARANÁ.	51
FIGURA 3 – PRECIPITAÇÃO – MÉDIA ANUAL NO PARANÁ.	52
FIGURA 4 – EVAPOTRANSPIRAÇÃO – MÉDIA ANUAL NO PARANÁ.	53
FIGURA 5 – MAPA DE VAZIOS URBANOS DE MARIALVA/PR.	70
FIGURA 6 – MACROZONEAMENTO MUNICIPAL DE MARIALVA/ PR.	75
FIGURA 7 – MACROZONEAMENTO URBANO DA SEDE MUNICIPAL DE MARIALVA/PR.	76
FIGURA 8 – OCUPAÇÃO DO SOLO PERÍMETRO URBANO DA SEDE EM MARIALVA/PR.	80
FIGURA 9 – DISTÂNCIAS RESPEITADAS EM APP, SEGUNDO NOVO CÓDIGO FLORESTAL.	83
FIGURA 10 – PRINCIPAIS ACESSOS A MARIALVA.	142
FIGURA 11 – VIAS E RODOVIAS DO SISTEMA VIÁRIO DA SEDE DE MARIALVA/PR.	143
FIGURA 12 – SISTEMA VIÁRIO DA SEDE DE MARIALVA/PR.	146
FIGURA 13 – VIA COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM MARIALVA/PR.	148
FIGURA 14 – VIA COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM MARIALVA/PR.	148
FIGURA 15 – CÓPIA DAS LISTAS DE PRESENÇA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA REALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA DO PDM – (04/10/2018).....	185
FIGURA 16 – CÓPIA DAS LISTAS DE PRESENÇA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA REALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA DO PDM – (04/10/2018).....	186
FIGURA 17 – CÓPIA DAS LISTAS DE PRESENÇA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA REALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA DO PDM – (04/10/2018).....	186
FIGURA 18 – CÓPIA DAS LISTAS DE PRESENÇA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA REALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA DO PDM – (04/10/2018).....	187
FIGURA 19 – CÓPIA DAS LISTAS DE PRESENÇA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA REALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA DO PDM – (04/10/2018).....	187
FIGURA 20 – MAPA DO MACROZONEAMENTO MUNICIPAL ATUAL DE MARIALVA/PR.	207
FIGURA 21 – MAPA DO MACROZONEAMENTO URBANO ATUAL DE MARIALVA/PR.	213
FIGURA 22 – MAPA DO PERÍMETRO URBANO ATUAL DE MARIALVA/PR.	218
FIGURA 23 – POTENCIAL CONSTRUTIVO: ÍNDICE OU COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO.	220
FIGURA 24 – TAXA DE OCUPAÇÃO.....	221



FIGURA 25 – COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO X TAXA DE OCUPAÇÃO.....	222
FIGURA 26 – TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA.....	222
FIGURA 27 – ALTURA MÁXIMA E NÚMERO DE PAVIMENTOS.....	223
FIGURA 28 – RECUO FRONTAL E AFASTAMENTOS LATERAIS E DE FUNDOS.....	224
FIGURA 29 – DIFERENTES AFASTAMENTOS LATERAIS E DE FUNDOS.....	224
FIGURA 30 – MAPA DO ZONEAMENTO URBANO ATUAL DE MARIALVA/PR.....	228
FIGURA 31 – MAPA DE ZONEAMENTO DO DISTRITO DE SÃO MIGUEL DO CAMBUÍ.....	229
FIGURA 32 – MAPA DE ZONEAMENTO DO DISTRITO DE AQUIDABAN	230
FIGURA 33 – MAPA DE ZONEAMENTO DO DISTRITO DE SÃO LUIZ	231
FIGURA 34 – MAPA DO SISTEMA VIÁRIO ATUAL DE MARIALVA/PR.....	235
FIGURA 35 – POTENCIAL CONSTRUTIVO: ÍNDICE OU COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO.	260



LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PRODUTOS E PRAZOS	29
TABELA 2 – PRAZO PARA EXECUÇÃO DE CADA FASE	30
TABELA 3 – CRONOGRAMA DO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO (MESES)	30
TABELA 4 – MEIOS DE PUBLICIDADE PARA AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	38
TABELA 5 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE 1970 A 2010 EM MARIALVA/PR.	56
TABELA 6 – PREVISÃO DA POPULAÇÃO DE MARIALVA/PR.	60
TABELA 7 – LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE EM MARIALVA (1991-2010)	62
TABELA 8 - SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS DESEJADAS NO PLANEJAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO SEGUNDO GOVÊA (2008).....	87
TABELA 9 – DADOS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DO ÁGUA - SNIS - 2005, 2010 E 2015 E 2016.....	89
TABELA 10 – EVOLUÇÃO DOS DADOS DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM MARIALVA/PR.	92
TABELA 12 – DISTÂNCIA DE MARIALVA A MUNICÍPIOS	118
TABELA 14 – NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS POR INSTITUIÇÃO	124
TABELA 15 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO EM MARIALVA/PR - 2017	124
TABELA 17 – EQUIPAMENTOS DE ESPORTES E LAZER EM MARIALVA/PR.....	130
TABELA 18 – ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS EM MARIALVA/PR.....	131
TABELA 19 – EQUIPAMENTOS DE CULTURA EM MARIALVA/PR.....	132
TABELA 20 – ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA TEMPORÁRIA - 2017	151
TABELA 21 – ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PELO TIPO DE CULTURA PERMANENTE - 2017	152
TABELA 23 – PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL – 2017.	153
TABELA 24 – QUANTIDADE PRODUZIDA NA EXTRAÇÃO VEGETAL EM MARIALVA/ PR – 2007.	153
TABELA 25 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E SEUS COMPONENTES, MARIALVA / PR, 2010	157
TABELA 26 - RECEITA MUNICIPAL (VALORES R\$) - 2017	161
TABELA 27 – RECEITA TOTAL LÍQUIDA (VALORES EM R\$) - 2017	161



TABELA 28 – REPASSES DE RECEITAS FEDERAIS - 2017 (EM R\$) – VALORES NOMINAIS	163
TABELA 29 – REPASSES DE RECEITAS ESTADUAIS - 2017 (EM R\$) – VALORES NOMINAIS..	163
TABELA 30 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA CORRENTE, 2017 (EM R\$) – VALORES NOMINAIS E RESPECTIVA PARTICIPAÇÃO (%)	164
TABELA 32 – RECEITA TRIBUTÁRIA X RECEITA CORRENTE (VALORES EM R\$) - 2017	165
TABELA 33 – PARTICIPAÇÃO DA DESPESA CORRENTE E DE CAPITAL EM RELAÇÃO À DESPESA ORÇAMENTÁRIA, 2017 (EM R\$) – VALORES NOMINAIS.....	166
TABELA 34 – GASTOS COM PESSOAL X RECEITAS E DESPESAS TOTAIS - 2017	166
TABELA 35 – DESPESAS MUNICIPAIS POR FUNÇÃO - 2017.....	167
TABELA 36 – DESPESA E RECEITA (VALORES EM R\$) - 2017.....	168
TABELA 37 – INDICADOR DE ESFORÇO TRIBUTÁRIO (VALORES EM R\$) - 2017.....	168
TABELA 38 – INDICADOR DE DEPENDÊNCIA (VALORES EM R\$) - 2017	169
TABELA 39 – INDICADOR DE FINANCIAMENTOS DOS GASTOS (VALORES EM R\$) - 2017	170
TABELA 40 – INDICADOR DE POUPANÇA (VALORES EM R\$) - 2017	170
TABELA 41 – TRIBUTOS MUNICIPAIS NA RECEITA CORRENTE (VALORES EM R\$) - 2017	171
TABELA 42 – RECEITAS E DESPESAS DO MUNICÍPIO DE AMPÉRE DE 2013 A 2017	172
TABELA 43 – APONTAMENTOS DOS GRUPOS PRESENTES EM AUDIÊNCIA PÚBLICA POR ASSUNTO – GRUPOS 1, 2 E 3.....	183



LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL URBANA E RURAL DE MARIALVA/PR – 1970 A 2010	57
GRÁFICO 3 – AJUSTAMENTO DE CURVAS DE PROJEÇÃO POPULACIONAL PELO MÉTODO ARITMÉTICO.	59
GRÁFICO 4 – PIRÂMIDE ETÁRIA DE MARIALVA, DISTRIBUIÇÃO POR SEXO SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE (2010)	61
GRÁFICO 5 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO – 2010	63
GRÁFICO 6 – FLUXO ESCOLAR POR FAIXA ETÁRIA EM MARIALVA/ PR (1991-2010).....	122
GRÁFICO 7 – GRAU DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ADULTA DE MARIALVA/ PR (1991- 2010)	123
GRÁFICO 8 – NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS CONFORME MODALIDADE EM MARIALVA/PR – 2017	124
GRÁFICO 9 – VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE EM MARIALVA/PR – 2015.....	150
GRÁFICO 10 – EVOLUÇÃO DO IDHM EM MARIALVA/PR.	159



1ª FASE: MOBILIZAÇÃO



APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo contemplar a primeira fase da Revisão do PDM de Marialva, qual seja, a MOBILIZAÇÃO, estabelecendo o PLANO DE TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DE CADA UMA DAS ETAPAS previstas no contrato firmado entre o município e a empresa Líder.

O presente documento será avaliado pelo Poder Executivo, Poder Legislativo, Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal, com a descrição das atividades referentes ao desenvolvimento dos trabalhos e a organização do processo de participação da sociedade. Este documento segue as diretrizes formuladas pelo Termo de Referência elaborado pelo Serviço Social Autônomo – PARANACIDADE vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU.

INTRODUÇÃO

Em 10 de julho de 2001 foi aprovada no Congresso Nacional, após dez anos de tramitação, a Lei Federal nº 10.257 (Estatuto da Cidade). Esta lei regulamentou o capítulo de política urbana da Constituição Federal, passando a vigorar a partir do dia 10 de outubro de 2001. A aprovação do Estatuto da Cidade veio estabelecer normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Desta forma, trouxe em seu Artigo 2º as diretrizes gerais para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

Para tanto, torna-se necessário que os municípios apliquem os instrumentos de política urbana por meio da execução ou revisão dos seus Planos Diretores Municipais. Além disso, a Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade) trouxe para os municípios a tarefa de implementar um sistema de atuação na questão urbana, norteado pelo princípio da gestão democrática.

A vocação democrática é uma das grandes conquistas contidas no Estatuto da Cidade, pois valorizam a participação da população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade na efetivação da realização do plano. Desta forma o planejamento municipal além de contar com a permanente participação da sociedade, deverá buscar o aperfeiçoamento e a valorização da capacidade técnico-administrativa das prefeituras. Para a Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), a construção de um planejamento integrado e integrador, terá como referência o Plano Diretor Municipal.

1.1. REFERÊNCIAS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

- a) Constituição Federal de 1988;
- b) Lei Federal nº 10.257 (Estatuto da Cidade);
- c) Constituição do Estado do Paraná de 1989;
- d) Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006, que condiciona a realização de investimentos e transferências estaduais, à elaboração de Planos Diretores por todos os municípios do Estado.

1.2. PRÉ-REQUISITOS

O Plano Diretor Municipal (PDM) deve ser concebido como parte essencial do processo de planejamento municipal, incluindo sua contínua atualização e revisão pelo menos a cada 10 (dez) anos. Constitui o instrumento orientador e articulador dos demais instrumentos que compõem o sistema de planejamento municipal, entre eles:

- a) Plano Plurianual (PPA), cuja duração deve estabelecer-se até o primeiro ano do mandato subsequente, fixando objetivos, diretrizes e metas para os investimentos;
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), compreendendo as metas e prioridades que orientarão a elaboração do orçamento anual;
- c) Lei do Orçamento Anual (LOA), compreendendo o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas em que o município detenha maior parte do capital social.

Cabe ao PDM, como instrumento legal:

- a) Cumprir a premissa constitucional da garantia da função social da cidade e da propriedade urbana;
- b) Abranger a área do território municipal como um todo, definindo diretrizes tanto no âmbito urbano como no rural;
- c) Orientar a elaboração do Plano de Ação e Investimentos do PDM (PAI), estabelecendo uma programação de investimentos em obras e projetos municipais no âmbito local e regional.

A elaboração do PDM deverá ser compatível com os seguintes instrumentos:

- a) Lei Orgânica do Município;
- b) Planos Setoriais do Governo do Estado do Paraná;
- c) Plano de Desenvolvimento Regional em que o município se insere;
- d) Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal;
- e) Agenda 21 para o Estado do Paraná e a Agenda 21 Local;
- f) Recomendações das Conferências das Cidades.

2. CRONOGRAMA FÍSICO

2.1.1ª FASE: MOBILIZAÇÃO

2.1.1. Cronograma Físico

Elaborar, com a participação e aprovação da Equipe Técnica Municipal – ETM cronograma físico de trabalho, com base nas atividades, produtos e cronograma previstos no Termo de Referência, identificando, obrigatoriamente, as fases e respectivos itens, participantes, responsáveis e datas para entrega dos produtos e realização de reuniões técnicas de capacitação, preparatórias, de consolidação e coordenação além de oficinas, audiências públicas, e conferência de revisão do Plano Diretor Municipal.

2.1.2. Metodologia de Trabalho

Definir, justificar e apresentar os métodos e técnicas a serem adotados para a execução das atividades e eventos integrantes dos itens “Cronograma Físico” e “Metodologia de Trabalho” do presente documento. A metodologia utilizada viabilizará a participação dos técnicos da Prefeitura Municipal, bem como da sociedade civil, de segmentos econômicos e da classe política local, nas diversas fases do processo, de modo a garantir: a) a promoção de debates entre técnicos dos diversos departamentos municipais e, também, destes com técnicos das esferas estadual e federal, para situações específicas; b) a promoção de audiências públicas e debates com a participação de representantes de todos os segmentos da sociedade civil; c) a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; d) o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações. Assim, a metodologia proposta irá utilizar mecanismos que, aliados às informações coletadas, permitam a construção de um plano que incorpore a vivência, as expectativas e as prioridades dos seus cidadãos.

2.1.3. Planejamento e Gestão Urbana do Município

Avaliar a capacidade institucional da administração municipal para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana no que se refere aos seguintes aspectos do PDM vigente: i) objetivos, diretrizes e proposições; ii) implementação do Plano de Ação e Investimentos - PAI; iii) regulamentação da legislação urbanística vigente; iv) implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade; v) atividades de licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo para fins urbanos, edificações e obras, e localização e funcionamento das atividades econômicas, e ainda do cumprimento de demais posturas municipais; vi) provisão de infraestrutura e equipamentos, e prestação de serviços públicos; vii) sistema de planejamento e gestão do PDM vigente; viii) desempenho do Conselho Municipal de Desenvolvimento/Conselho da Cidade.

2.2.2ª FASE: ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

2.2.1. Parte 1:

2.2.1.1. Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos

Analisar e mapear as áreas do território municipal, com ênfase nas áreas urbanas consolidadas e áreas de expansão urbana (sejam internas ou externas ao (s) perímetro(s) urbano(s)), visando à identificação das respectivas capacidades de suporte ambiental em relação a usos e ocupações antrópicos, prevendo ocupações irregulares fora do perímetro urbano mediante estudos pormenorizados dos casos específicos.

2.2.1.2. Uso e ocupação atual do solo

Analisar e mapear o uso e ocupação atual do território municipal, com ênfase nas áreas urbanas e áreas de expansão urbana, a partir de dados disponíveis em cadastros, imagens, fotos ou levantamento de campo.

2.2.1.3. Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos

Avaliar a adequação da capacidade de suporte, atendimento e distribuição espacial – atual e futura – das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos para definição de soluções específicas para garantir os direitos à infraestrutura urbana, aos serviços públicos, ao saneamento ambiental e ao lazer.

2.2.2. Parte 2:

2.2.2.1. Uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas

A partir das informações das atividades 2.2.1.1, 2.2.1.2 e 2.2.1.3, avaliar a adequação de uso e ocupação atual do território municipal assim como a pertinência da legislação vigente (lei de perímetro urbano e de expansão da área urbana, lei de parcelamento, lei de uso e ocupação do solo urbano e lei do sistema viário e outras leis pertinentes), em relação às capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas das áreas do território municipal.

2.2.2.2. Expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas

Avaliar a adequação de áreas não urbanizadas para expansão urbana, sejam internas ou externas ao(s) perímetro(s) urbano(s), considerando as respectivas capacidades de suporte ambiental e a viabilidade de investimentos para ampliação das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, frente às dinâmicas – atuais e futuras – demográfica e das principais ou potenciais atividades produtivas do município.

2.2.2.3. Condições fundiárias e de moradia

A partir das informações da atividade 2.2.1.3 e das condições socioeconômicas da população urbana, avaliar a regularidade fundiária e suas

condições de moradia para definição de soluções específicas para garantir os direitos à terra urbana, à moradia, à infraestrutura urbana, aos serviços públicos e ao saneamento ambiental.

2.2.3. Parte 3:

2.2.3.1. Condições gerais de acessibilidade e mobilidade

Avaliar a adequação da capacidade de atendimento – atual e futura – do: i) do sistema viário básico; ii) do sistema de transporte coletivo; iii) do deslocamento individual não motorizado, ambos em relação às necessidades de circulação da população entre as áreas residenciais, os principais equipamentos públicos e as principais áreas de oferta de postos de trabalho; e, iv) do deslocamento motorizado de cargas e serviços, para definição de soluções específicas de forma a garantir os direitos ao transporte, ao trabalho, aos serviços públicos e ao lazer, com a definição de diretrizes para as construções futuras e norteamo das intervenções propostas.

2.2.3.2. Capacidade de investimento do município

Avaliar a capacidade de investimento, atual e futura, do município visando à implementação do PDM a ser expresso no Plano de Ação e Investimentos integrante do PDM.

2.2.3.3. Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes

Identificar os conselhos existentes que estão relacionados à temática do desenvolvimento urbano de forma direta ou indireta e avaliar as respectivas naturezas, atribuições, composição, funcionamento e oportunidades de unificação.

2.3.3ª FASE: DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL

2.3.1. (Re)ordenamento territorial

Definir diretrizes de (re)ordenamento territorial, considerando a realidade diagnosticada, compreendendo a definição de macrozoneamento municipal, perímetros urbanos e áreas de expansão urbana, macrozoneamento urbano, uso e ocupação do solo e zoneamento – com destaque das áreas para o desenvolvimento de atividades econômicas, sistema viário e parcelamento do solo urbano.

2.3.2. Propostas para garantir os direitos à cidade sustentável

Definir propostas específicas, incluindo localização, considerando a realidade diagnosticada e os objetivos e diretrizes definidos, de forma a garantir os direitos à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho, e lazer.

2.3.3. Instrumentos urbanísticos

Definir instrumentos urbanísticos - dentre os previstos no Estatuto da Cidade e outros, como concessão especial para fins de moradia, concessão do direito real de uso, demarcação urbanística - que devem ser utilizados para intervir na realidade local conforme as diretrizes para o (re)ordenamento territorial, visando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Juntamente com a definição destes instrumentos, deve ser feita a demarcação das áreas onde estes serão aplicados.

2.4.4ª FASE: PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM

2.4.1. Plano de Ação e Investimento – PAI

Definir as ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM, considerando as atividades das fases anteriores, com identificação para cada ação ou investimento de: i) responsável; ii) dimensão (temática); iii) objetivo; iv) localização; v) meta; vi) custo; vii) prazo; viii) indicador de monitorização; e ix) fontes de recursos.

2.4.2. Institucionalização do PDM

Elaborar minutas de anteprojeto de revisão dos seguintes instrumentos jurídicos: i) Lei do Plano Diretor Municipal que disponha, no mínimo, de: a. diretrizes para o (re)ordenamento territorial (macrozoneamentos municipal e urbanos); b. perímetro(s) urbano(s) e de área(s) de expansão urbana; c. uso e ocupação do solo urbano; d. sistema viário; e. parcelamento do solo para fins urbanos; e, f. propostas para garantir os direitos à cidade sustentável; ii) regulamentações específicas para os instrumentos urbanísticos aplicáveis no território municipal; iii) Código de Edificações e Obras; iv) Código de Posturas Municipais; v) (re)criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento/Conselho da Cidade conforme Resolução nº 13, de 16 de junho de 2004, do Conselho Nacional das Cidades; e, vi) Decreto regulamentador dos procedimentos administrativos, fluxograma e formulários, necessários à organização dos trâmites para licenciamento das atividades relacionadas ao uso e ocupação do solo urbano.

2.4.3. Sistema de planejamento e gestão do PDM

Elaborar proposta de: i) estrutura organizacional e atribuições das unidades administrativas competentes; ii) sistema de informações municipais; iii) perfil técnico da equipe municipal; iv) equipamentos e programas de informática; v) estrutura física, veículos e instrumentos de trabalho; e, vi) sistema de indicadores de monitoramento.



2.4.4. Estrutura organizacional

A partir dos resultados da atividade 2.4.3 e visando somente os ajustes necessários à implementação do PDM, elaborar minutas de legislação para: i) Estrutura Organizacional; ii) Regimento Interno da Prefeitura Municipal; iii) Plano de Cargos, Carreiras e Salários; iv) Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento/Conselho da Cidade e; v) Código Tributário; e, vi) outras leis pertinentes.

2.5. PRODUTOS E PRAZOS

Tabela 1 – Produtos e Prazos

Fase	Atividade	Métodos e Técnicas	Produto
1ª	Mobilização (30 dias)	Metodologia para execução do trabalho. 1º Audiência Pública (Mês 1 do Cronograma Físico).	Produto 1: Documento contendo o Cronograma Físico e a Metodologia de Trabalho.
2ª	Análise Temática Integrada (90 dias)	Desenvolvimento de pesquisas e os estudos técnicos necessários ao conhecimento da realidade do Município. 2º Audiência Pública (Mês 3 do Cronograma Físico).	Produto 2: Mapas temáticos em versões impressas e digitais e documento contendo: Planejamento e Gestão Urbana do Município; Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos; Uso e ocupação atual do solo; Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; Uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas; Expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas; Condições fundiárias e de moradia; Condições gerais de acessibilidade e mobilidade; Capacidade de investimento do município; Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes.
3ª	Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável (120 dias)	A partir da leitura do município e sistematização das informações, serão definidas áreas prioritárias de ação e desenvolvidas estratégias de planejamento e instrumentos que estarão contidos no plano diretor para intervenção nessas áreas. 3º Audiência Pública (Mês 4 do Cronograma Físico).	Produto 3: Mapas temáticos em versões impressas e digitais e documento contendo: (Re)ordenamento territorial; Instrumentos urbanísticos; Soluções específicas para garantir os direitos à cidade sustentável.
4ª	Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do PDM (150 dias)	Apresentação da hierarquização de investimentos com a estimativa de custos aproximados, para os próximos 5 (cinco) em face da capacidade de endividamento municipal. Proposição dos instrumentos que serão apresentados sob a forma de minuta de Anteprojeto de Lei, acompanhados de mapas em escala apropriada. 4º Audiência Pública e Conferência (Mês 5 do Cronograma Físico).	Produto 4: Mapas em versões impressas e digitais e documento contendo: Plano de Ação e Investimentos – PAI; Institucionalização do PDM - Lei do Plano Diretor e as leis complementares, sistema de planejamento e gestão do PDM e estrutura organizacional.

2.6. CRONOGRAMA FÍSICO

O prazo total para a realização do trabalho é de 150 dias. A tabela a seguir detalha o prazo em dias para a realização de cada etapa do trabalho de revisão do Plano Diretor, e sua distribuição ao longo de cinco meses (150 dias), conforme previsto no Termo de Referência. Sendo o maior prazo estabelecido para a elaboração da Análise Temática Integrada, já que essa será a base de todas as proposições a serem desenvolvidas e sua excelência garante a integridade de todo o trabalho, além da possibilidade de coletas in loco além do processamento de dados secundários e consulta à opinião pública necessários para sua elaboração.

Tabela 2 – Prazo para execução de cada fase

Fases	Prazo (dias)
Mobilização	30
Análise Temática Integrada	90
Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável	120
Plano de Ação e investimento – PAI e Institucionalização do PDM	150
Prazo Total	150

Tabela 3 – Cronograma do desenvolvimento do trabalho (meses)

FASES		MESES				
		1	2	3	4	5
1	MOBILIZAÇÃO	■				
2	AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA – PARTE 1	■				
2	AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA – PARTE 2	■	■			
2	AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA – PARTE 3	■	■	■		
3	DIRETRIZES/PROPOSTAS – CIDADE SUSTENTÁVEL				■	
4	PAI E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM					■

3. METODOLOGIA DE TRABALHO

A Empresa Líder Engenharia e Gestão de Cidades coordenará as atividades e supervisionará a elaboração dos produtos constantes do Item 2 (Cronograma Físico) do presente documento, respeitando: i) a participação da Equipe Técnica Municipal – ETM, Conselho da Cidade/Comissão de Acompanhamento da Revisão – CA, representantes do poder legislativo, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade; e, ii) os eventos definidos conforme o item 3.3 (Eventos Programados).

3.1. EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL - ETM

O município constituiu, mediante o Decreto nº 6.300/2017, uma Equipe Técnica Municipal – ETM, designando um dos seus integrantes como Coordenador. Esta equipe participará ao longo de todo processo de elaboração do PDM, e garantirá as condições de realização de todas as tarefas e atividades necessárias à construção deste projeto. A Equipe Técnica Municipal terá como competências:

- a) Assegurar a construção do processo do PDM de acordo com os fins propostos no Termo de Referência, subsidiando a consultoria com dados, informações e apoio logístico;
- b) Aprovar, propor alterações e/ou complementações nos documentos entregues pela consultoria ao longo das diversas etapas do processo, subsidiando, entre outros objetivos, o faturamento e o pagamento da mesma;
- c) Dar conhecimento aos demais gestores da administração municipal a respeito do processo de construção do PDM;
- d) Convocar a participação de outras secretarias ou órgãos do poder público e/ou convidar agentes representantes da sociedade civil para subsidiar a elaboração do relatório de avaliação;
- e) Mediar e fazer a interlocução entre o poder executivo municipal e a consultoria durante o processo;
- f) Coordenar o processo de participação da sociedade civil na elaboração do PDM;

- g) Tornar público o processo de elaboração do PDM, instrumentalizando os meios de comunicação com informações.

A composição da Equipe Técnica Municipal dependerá da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal e do perfil dos recursos humanos com potencial para participação, efetivos e comissionados. Durante o processo de construção do PDM, os funcionários da Prefeitura, integrantes da Equipe Técnica, terão parte de seu tempo de trabalho reservado para dedicar-se às tarefas relacionadas à revisão do PDM.

Poderão compor a Equipe Técnica Municipal: técnicos de diversas Secretarias Municipais e necessariamente os vinculados à Secretaria/ Assessoria/ Departamento de Planejamento, de Urbanismo, de Obras ou Serviços Públicos, e Meio Ambiente. Em função das atribuições previstas para esta equipe, seus integrantes devem preferencialmente ter um perfil técnico, cuja formação pode ser: Arquiteto ou Arquiteto Urbanista, Engenheiro, Geógrafo, Advogado, Administrador, Economista, Sociólogo, Assistente Social, Fiscais de Obras, Posturas e Finanças, técnicos que trabalham com expedição de alvarás, pessoal do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico, entre outros.

3.2. CONSELHO DA CIDADE/COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO – CA

O Conselho da Cidade/Comissão de Acompanhamento - CA, juntamente com a Equipe Técnica Municipal – ETM, acompanhará e opinará nas diferentes fases do processo correspondentes à revisão do PDM, e posteriormente, contribuirá na reestruturação, definição das atribuições, composição e funcionamento deste mesmo Conselho.

Este Conselho/Comissão terá como atribuições durante o processo de revisão:

- a) Acompanhar as oficinas locais, regionais e as audiências públicas, em todas as fases do processo;
- b) Contribuir na construção coletiva do PDM;
- c) Cumprir as prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade no que diz respeito à participação da sociedade e construção de um PDM democrático;

- d) Auxiliar na mobilização da sociedade durante o processo de construção participativa do PDM.

3.3. EVENTOS PROGRAMADOS

3.3.1. 1ª Fase: Mobilização

- a) 1 (uma) Reunião técnica na assinatura do contrato de prestação de serviços (Consultoria, ETM e CMC/GA), com os objetivos:
- Realizar leitura analítica do Termo de Referência; reiterar os procedimentos administrativos estabelecidos no contrato, e as responsabilidades e atribuições dos participantes durante o processo de revisão do PDM; e,
 - solicitar os dados e informações necessárias ao desenvolvimento das atividades e dos eventos previstos no Termo de Referência para a Revisão do Plano Diretor;
- b) 1 (uma) Reunião técnica de capacitação (Consultoria, ETM e CMC/GA) para apresentação do Cronograma Físico e transferir conhecimentos no concerne a:
- metodologia de trabalho;
 - métodos e técnicas para avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana do município; e,
- c) 1 (uma) Reunião técnica preparatória (Consultoria e ETM) para definir formulários e amostra de pesquisados para avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana do município; organizar e complementar os dados e informações solicitados para a realização das atividades da 1ª Fase; e definir os procedimentos necessários à realização da:
- avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana do município;
 - 1ª Audiência Pública.
- d) 1ª Audiência Pública: “Convocação da população, associações representativas dos vários segmentos da comunidade, CMC/GA e poder legislativo para participação do processo de revisão do PDM”

(Consultoria, ETM, Poder Executivo, Legislativo, CMC/GA e população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade);

- e) 1 (uma) Reunião técnica de consolidação da Fase e coordenação (ETM) após a 1ª Audiência Pública para ajustar as análises e respectivos documentos relativos às atividades da 1ª Fase em decorrência da 1ª Audiência Pública e para finalização da Fase e definição das próximas atividades.

3.3.2. 2ª Fase – Análise Temática Integrada (Partes 1, 2 e 3)

- a) 1 (uma) Reunião técnica de capacitação (Consultoria, ETM e CMC/GA) para apresentação dos métodos e técnicas para:
- execução das atividades descritas nas Partes 1, 2 e 3;
 - realização de 1 (uma) Oficina “Leitura Técnica”, 01 Oficina “Leitura Comunitária” e da 2ª Audiência Pública.
- b) 1 (uma) Reunião técnica preparatória (Consultoria e ETM) para organizar e complementar os dados e informações solicitados e definir os procedimentos necessários para realização das atividades da 2ª Fase, bem como:
- 1 (uma) Oficina “Leitura Técnica” e 1 (uma) Oficina “Leitura Comunitária”;
 - e,
 - 2ª Audiência Pública;
- c) 1 (uma) Oficina: “Leitura Técnica” - “Análise Temática Integrada” (Consultoria, ETM, Poder Executivo, Legislativo e CMC/GA) para caracterizar as condições quali-quantitativas da cidade e do município considerando os conteúdos previstos na Análise Temática Integrada;
- d) 1 (uma) Oficina: “Leitura Comunitária” - “Análise Temática Integrada” (Consultoria e população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade) para caracterizar as condições quali-quantitativas da cidade e do município considerando os conteúdos previstos na Análise Temática Integrada;
- e) 2ª Audiência Pública: “Análise Temática Integrada” (Consultoria, ETM, Poder Executivo, Legislativo, Ministério Público, CMC/GA e população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade) para

submeter à apreciação dos participantes a caracterização das condições quali-quantitativas da cidade e do município, considerando as Leituras Técnica e Comunitária;

- f) 1 (uma) Reunião técnica de consolidação da Fase (ETM) após a 2ª Audiência Pública para ajustar as análises e respectivos documentos relativos às atividades da 2ª Fase em decorrência da 2ª Audiência Pública;
- g) 1 (uma) Reunião de coordenação (Coordenação da ETM e Consultoria) para finalização da Fase e definição das próximas atividades.

3.3.3. 3ª Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável

- a) 1 (uma) Reunião técnica de capacitação (Consultoria, ETM e CMC/GA) para apresentação dos métodos e técnicas para:
 - execução das atividades descritas para a Fase 3;
 - realização de 1 (uma) Oficina “Leitura Técnica”, 1 (uma) Oficina “Leitura Comunitária” e da 3ª Audiência Pública;
- b) 1 (uma) Reunião técnica preparatória (Consultoria e ETM) para organizar e complementar os dados e informações solicitados e definir os procedimentos necessários para realização das atividades da 3ª Fase, bem como:
 - 1 (uma) Oficina “Leitura Técnica” e 1 (uma) Oficina “Leitura Comunitária”;
 - e,
 - 3ª Audiência Pública;
- c) 1 (uma) Oficina: “Leitura Técnica” - “Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável” (Consultoria, ETM, Poder Executivo, Legislativo e CMC/GA) para definir diretrizes de (re)ordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e propostas para garantir os direitos à cidade sustentável;
- d) 1 (uma) Oficina: “Leitura Comunitária” - “Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável” (Consultoria e população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade) para definir diretrizes de (re)ordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e propostas para garantir os direitos à cidade sustentável;

- e) 3ª Audiência Pública: “Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável” (Consultoria, ETM, Poder Executivo, Legislativo, Ministério Público, CMC/GA e população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade) para submeter à apreciação dos participantes a definição de diretrizes de (re)ordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e soluções específicas para garantir os direitos à cidade sustentável, considerando as Leituras Técnica e Comunitária;
- f) 1 (uma) Reunião técnica de consolidação da Fase (ETM) após a 3ª Audiência Pública para ajustar as análises e respectivos documentos relativos às atividades da 3ª Fase em decorrência da 3ª Audiência Pública;
- g) 1 (uma) Reunião de coordenação (Coordenação da ETM e Consultoria) para finalização da Fase e definição das próximas atividades.

3.3.4. 4ª Fase – Plano de Ação e Investimento – PAI e Institucionalização do PDM

- a) 1 (uma) Reunião técnica de capacitação (Consultoria, ETM e CMC/GA) para apresentação dos métodos e técnicas para:
 - execução das atividades descritas para a Fase 4;
 - realização de 1 (uma) Oficina “Leitura Técnica”, 1 (uma) Oficina “Leitura Comunitária” e da 4ª Audiência Pública e Conferência da Revisão do PDM;
- b) 1 (uma) Reunião técnica preparatória (Consultoria e ETM) para organizar e complementar os dados e informações solicitados e definir os procedimentos necessários para realização das atividades da 4ª Fase, bem como:
 - 1 (uma) Oficina “Leitura Técnica” e 1 (uma) Oficina “Leitura Comunitária”;
 - 4ª Audiência Pública;
 - Conferência da Revisão do PDM.
- c) 1 (uma) Oficina: “Leitura Técnica” - “Plano de Ação e Investimento e Institucionalização do PDM” (Consultoria, ETM, Poder Executivo, Legislativo e CMC/GA) para definir as ações e investimentos prioritários

- para a implementação do PDM; analisar as minutas de anteprojetos de lei do PDM e das leis urbanísticas; analisar proposta de sistema de planejamento e gestão do PDM e de ajustes da estrutura organizacional;
- d) 1 (uma) Oficina: “Leitura Comunitária” - “Plano de Ação e Investimento e Institucionalização do PDM” (Consultoria e população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade) para definir as ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM; analisar as minutas de anteprojetos de lei do PDM e das leis urbanísticas; analisar proposta de sistema de planejamento e gestão do PDM e de ajustes da estrutura organizacional;
- e) 4ª Audiência Pública: “Plano de Ação e Investimento e Institucionalização do PDM” (Consultoria, ETM, Poder Executivo, Legislativo, Ministério Público, CMC/GA e população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade) para submeter à apreciação dos participantes as ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM, as minutas de anteprojetos de lei do PDM e das leis urbanísticas, o sistema de planejamento e gestão do PDM e os ajustes da estrutura organizacional, considerando as Leituras Técnica e Comunitária;
- f) 1 (uma) Conferência da revisão do PDM: “Pactuação do PDM” (Consultoria, ETM, Poder Executivo, Legislativo, Ministério Público, CMC/GA e população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade) para submeter à apreciação dos participantes a síntese da versão final preliminar do PDM revisado para pactuação;
- g) 1 (uma) Reunião técnica de consolidação da Fase (ETM) após a 4ª Audiência Pública e Conferência para ajustar as análises e respectivos documentos relativos às atividades da 4ª Fase em decorrência da 4ª Audiência Pública e da Conferência da revisão do PDM;
- h) 1 (uma) Reunião de coordenação (Coordenação da ETM e Consultoria) para finalização da Fase e definição, se necessário, de ajustes nos produtos finais.

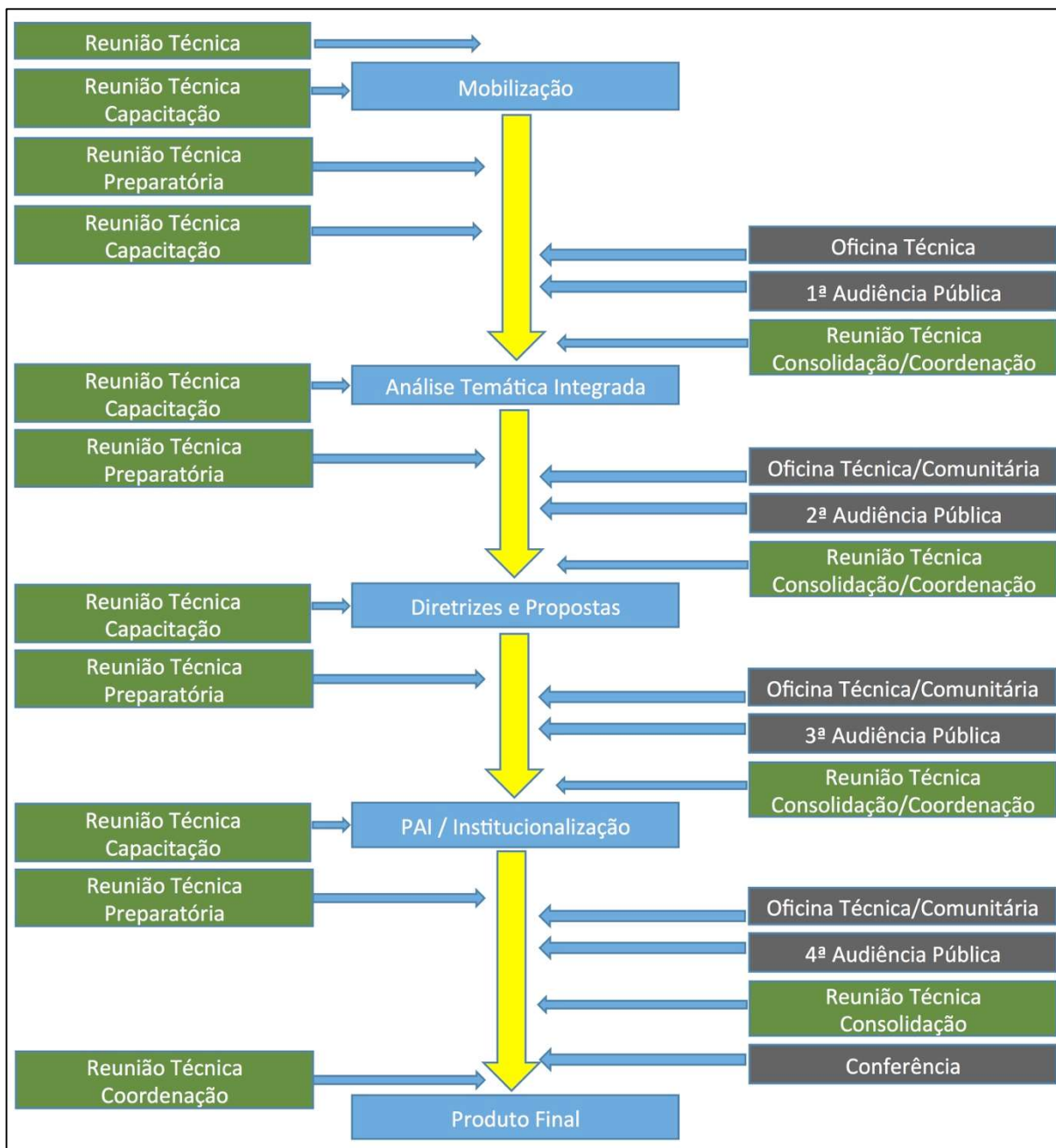
3.4. LOGÍSTICA PARA A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS

A logística para a realização de todos os eventos (reuniões, audiências e conferência) integrantes do processo de revisão do PDM é de responsabilidade do município. A logística para a realização dos eventos compreende: a) publicação oficial de convocação e expedição de convites para as associações representativas dos vários segmentos da comunidade; b) divulgação dos eventos: veículos de mídia local, internet, produção e reprodução de materiais de divulgação; c) disponibilização do material com o conteúdo das respectivas temáticas; d) reserva e preparação de locais com espaço físico adequado que comporte a quantidade estimada de participantes; e) disponibilização de equipamentos e serviços: computadores, projetores, telas de projeção, fotografia, filmagem, gravação, microfones, caixas de som, entre outros; f) disponibilização de materiais de apoio com o conteúdo das respectivas temáticas.

Tabela 4 – Meios de publicidade para as Audiências Públicas

EVENTOS	MEIO DE DIVULGAÇÃO	ABRANGÊNCIA	DIVULGAÇÃO	QUANTIDADE/AÇÃO	Nº DE AÇÕES
AUDIÊNCIA PÚBLICA	JORNAL LOCAL/REGIONAL	MUNICÍPIO E REGIÃO	COM 15 DIAS DE ANTECEDÊNCIA	1 PUBLICAÇÃO	1
	SITE PREF./REDES SOCIAIS	MUNICÍPIO E REGIÃO	COM 7 DIAS DE ANTECEDÊNCIA	-	1
	CONVITES	ASSOCIAÇÕES	COM 7 DIAS DE ANTECEDÊNCIA	A CRITÉRIO DO MUNICÍPIO	1
	CARTAZES	SEDE URBANA	COM 7 DIAS DE ANTECEDÊNCIA	A CRITÉRIO DO MUNICÍPIO	1

3.5. FLUXOGRAMA DE ATIVIDADES



3.6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

FASES	ATIVIDADES	DATA
MOBILIZAÇÃO	REUNIÃO TÉCNICA – CAPACITAÇÃO / PREPARATÓRIA	MÊS 1
	OFICINA TÉCNICA	MÊS 1
	AUDIÊNCIA PÚBLICA	MÊS 1
	REUNIÃO TÉCNICA – CONSOLIDAÇÃO / CAPACITAÇÃO / COORDENAÇÃO	MÊS 1
ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	REUNIÃO TÉCNICA – CAPACITAÇÃO / PREPARATÓRIA	MÊS 2
	OFICINA TÉCNICA / COMUNITÁRIA	MÊS 2
	AUDIÊNCIA PÚBLICA	MÊS 3
	REUNIÃO TÉCNICA – CONSOLIDAÇÃO / COORDENAÇÃO	MÊS 3
DIRETRIZES E PROPOSTAS	REUNIÃO TÉCNICA – CAPACITAÇÃO / PREPARATÓRIA	MÊS 4
	OFICINA TÉCNICA / COMUNITÁRIA	MÊS 4
	AUDIÊNCIA PÚBLICA	MÊS 4
	REUNIÃO TÉCNICA – CONSOLIDAÇÃO / COORDENAÇÃO	MÊS 4
PAI / INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM	REUNIÃO TÉCNICA – CAPACITAÇÃO / PREPARATÓRIA	MÊS 5
	OFICINA TÉCNICA / COMUNITÁRIA	MÊS 5
	AUDIÊNCIA PÚBLICA	MÊS 5
	CONFERÊNCIA	MÊS 5
	REUNIÃO TÉCNICA – CONSOLIDAÇÃO / COORDENAÇÃO	MÊS 5

4. PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DO MUNICÍPIO

Um dos principais objetivos da revisão do PDM é avaliar a capacidade institucional da administração municipal para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana no que se refere aos seguintes aspectos do PDM vigente:

4.1. REGULAMENTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA VIGENTE

A legislação urbanística de Marialva foi instituída pelo PDM em 2009, o qual era composto pelas seguintes leis:

- Lei do Perímetro Urbano;
- Lei de Uso e Ocupação do Solo;
- Lei de Parcelamento do Solo;
- Lei do Código de Obras; e,
- Lei do Código de Posturas.

Atualmente, a organização territorial conta com os seguintes instrumentos legais:

A Lei Complementar nº 95/2009 instituiu o Plano Diretor Municipal de Marialva, a qual foi regulamentada pela Lei Complementar nº 228/2014, e alterada pelas Leis Complementares nº 228 e 235 de 2014.

Esta Lei definiu o Macrozoneamento Municipal da seguinte forma:

- Macrozona de Produção Rural;
- Macrozona de Preservação Permanente;
- Macrozona Urbana;
- Macrozona de Produção Industrial;
- Macrozona de Barreira Natural e Proteção;
- Macrozona de Controle ambiental de Aterros Sanitários/Lixões/ETE.

E também definiu o Macrozoneamento Urbano da seguinte forma:

- Macrozona Residencial Consolidada;
- Macrozona Produtiva;

- Macrozona de Ocupação Prioritária;
- Macrozona de Expansão Urbana;
- Macrozona de Controle Ambiental do Cemitério.

A Lei Complementar nº 97/2009 definiu o Perímetro Urbano da sede do Município de Marialva, alterada pelas Leis Complementares nº 129 e 141 de 2011, 178, 180 e 181 de 2012, 196, 197 e 200 de 2013, e 215 e 216 de 2014.

A Lei Complementar nº 99/2010 definiu o Código de Posturas do Município de Marialva.

A Lei Complementar nº 100/2010 definiu o Uso e Ocupação do Solo do Município de Marialva, alterada pelas Leis Complementares nº 108 e 109 de 2010, 119, 120, 123, 126, 131, 138, 139, 142, 143, 147 e 157 de 2011, 169 de 12, 199, 200, 201, 202, 203, 205 e 207 de 2013, 215, 222, 223, 226, 227, 228, 232 e 236 de 2014, 238, 242, 244, 250, 253, 258 e 259 de 2015, 269, 270, 273, 274, 277, 278, 279, 280, 281, 284, 285, 286 de 2016, e 288 de 2017.

Esta Lei definiu o Zoneamento Urbano da seguinte forma:

- Zona de Comércio e Serviços 1 (ZCS1);
- Zona de Comércio e Serviços 2 (ZCS2);
- Zona de Comércio e Serviços 3 (ZCS3);
- Zona Industrial 1 (ZI1);
- Zona Industrial 2 (ZI2);
- Zona Residencial 1 (ZR1);
- Zona Residencial 2 (ZR2);
- Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);
- Zona de Controle Ambiental do Cemitério;
- Parque da Uva;
- Zona de Proteção ambiental (APP).

A Lei Complementar nº 101/2010 definiu o Parcelamento e o Remembramento do Solo para fins Urbanos, alterada/revogada pelas Leis Complementares nº 107 de 2010 e 260 de 2016. Alterada pelas Leis Complementares nº 136, 140, 146, 148, 149, 151 e 159 de 2011, 241, 245 e 247 de 2015, 260 de 2016.

A Lei Complementar nº 101/2010 definiu o Código de Obras do Município de Marialva, alterada pelas Leis Complementares nº 106 de 2010, 125, 128, 133, 134, 135, 144 e 150 de 2011, 164, 167, 174, 177, 179 e 191 de 2012, 198 e 206 de 2013, 230 de 2014, e 251, 252 e 257 de 2015, 285 e 286 de 2016.

Conforme análise da legislação atual descrita, também foram identificadas várias demandas para a revisão do PDM, tais como a necessidade de revisão completa do Zoneamento Urbano, o qual apresenta tabelas com índices urbanísticos inconsistentes para o cálculo que envolve coeficientes de aproveitamento e taxas de ocupação, a existência de zonas defasadas, além do mapeamento desatualizado em relação ao mapa cadastral do município.

Também a lei do Código de Obras necessita de revisão, complementação e atualização completa, com destaque para as questões de acessibilidade universal.

Destaca-se também que a própria lei do PDM (nº 95/2009) deve rever seu Macrozoneamento Urbano e Rural, a fim de reavaliar as áreas destinadas a expansão urbana.

4.2. SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PDM VIGENTE

A Prefeitura de Marialva se estrutura através de diversas secretarias conforme demonstrado a seguir:

- Administração
- Agência do Trabalhador
- Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
- Assistência Social
- Comunicação
- Cultura
- Detran
- Educação
- Esporte e Lazer
- Finanças
- Habitação
- Indústria e Comércio

- Planejamento e Desenvolvimento
- Procuradoria Geral
- Recursos Humanos
- Indústria e Comércio
- Saúde
- Serviço Militar
- Serviços Públicos
- Tecnologia da Informação
- Trânsito
- Tributos
- Turismo

Entre essas secretarias, o planejamento urbano está ligado, principalmente, à de Planejamento e Desenvolvimento, responsável pelo planejamento urbano e rural, planejamento da infraestrutura e implantar, coordenar, programar e executar a política urbanística do município de Marialva.

Além disso, estão elencados os seguintes instrumentos para o planejamento municipal: Plano de Governo, Lei do Orçamento Anual (LOA), Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

No decorrer dos 10 anos foram realizadas alterações nas leis do plano Diretor Municipal, Zoneamento (Uso e Ocupação do Solo), Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo e Código de Obras, não sendo alterados os textos do Código de Posturas, o qual deverá ser agora avaliado.



2ª FASE: ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

APRESENTAÇÃO

A presente Análise Temática Integrada é apresentada ao Poder Executivo, Poder Legislativo, à Equipe Técnica Municipal e à Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal (PDM), com um diagnóstico da realidade do município de Marialva.

Possui como objetivo principal apresentar a leitura técnica e comunitária sobre a realidade do município, que servirá de subsídio à definição dos principais eixos estratégicos que nortearão a construção do PDM. Faz parte deste diagnóstico a análise individualizada de cada informação levantada, sua inter-relação e inserção no contexto geral, permitindo uma visão ampla das ameaças e oportunidades locais.

A partir do exposto, o documento está estruturado da seguinte forma:

Caracterização do Município – apresenta uma breve contextualização regional, aspectos físico-ambientais, territoriais, infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, aspectos socioeconômicos e institucionais;

Análise Integrada – apresenta de forma sintética as principais questões apuradas no município relevantes para a revisão do PDM, aplicando-se metodologia apropriada. Discorre sobre as áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos; aspectos do uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas; e expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas.

Objetivos para o desenvolvimento municipal – elencados a partir da análise temática integrada, foram determinados os objetivos para almejar o desenvolvimento do município de Marialva.

Para tanto, foram levantados, avaliados e, quando possível especializados em mapas, os dados primários (levantamento in loco e aqueles disponibilizados pela Prefeitura Municipal por meio dos questionários aplicados em cada secretaria municipal ou setor responsável) com a colaboração da Equipe Técnica Municipal, Equipe de Coordenação e colaboradores da Prefeitura Municipal, e secundários (órgãos e entidades oficiais, tais como IBGE, IPARDES, entre outros) correspondentes, conforme o Termo de Referência.

INTRODUÇÃO

Em 10 de julho de 2001 foi aprovada no Congresso Nacional, após 10 anos de tramitação, a Lei Federal nº 10.257 (Estatuto da Cidade). Esta lei regulamentou o capítulo de política urbana da Constituição Federal, passando a vigorar a partir do dia 10 de outubro de 2001. A aprovação do Estatuto da Cidade assegurou aos brasileiros o direito às cidades sustentáveis, traduzido na lei como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e as futuras gerações. Para tanto, torna-se necessário que os municípios apliquem os instrumentos de política urbana por meio da execução ou revisão dos seus Planos Diretores Municipais. Além disso, a Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade) trouxe para os municípios a tarefa de implementar um sistema de atuação na questão urbana, norteado pelo princípio da gestão democrática.

A vocação democrática e as grandes conquistas contidas no Estatuto da Cidade valorizaram o planejamento para a ação pública e somente se efetivarão na medida em que fizerem parte do cotidiano das práticas administrativas. Desta forma, o planejamento municipal além de contar com a permanente participação da sociedade, deverá buscar o aperfeiçoamento e a valorização da capacidade técnico-administrativa das prefeituras. Para a Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade), a construção de um planejamento integrado e integrador, terão como referência o Plano Diretor Municipal.

Portanto, este documento consiste na análise da situação do Planejamento urbanístico vigente, com a finalidade de propor soluções para o crescimento ordenado do perímetro urbano, considerando-se os impactos ambientais e urbanísticos locais e no seu entorno, sem deixar de considerar os reflexos sociais e econômicos.

Foram considerados dentre os aspectos urbanísticos, o impacto no sistema viário do local, a demanda atual e futura, necessárias ao atendimento de equipamentos sociais, de educação, saúde, esportes, cultura e lazer, disponibilidade de atendimento das redes de água e esgoto, capacidade de afastamento e tratamento de esgoto, coleta e solução para a disposição adequada dos resíduos sólidos, avaliação da rede atual de transporte público e do incremento futuro necessário, rede de energia elétrica, estudos com base em pesquisa histórica de incremento populacional no município, temporalização da implantação das infraestruturas



necessárias criando um projeto-cronograma de ações, entre outros fatores que possam ser contemplados.

Foi considerado todo o arcabouço legal vigente para adequação dos projetos e propostas, com vistas a mitigar os impactos e compensar quaisquer danos que possam ser causados na região, viabilizando um planejamento com bases sólidas, fundamentado em diagnósticos sócio-econômico-ambientais realizados com metodologias consagradas, criando assim um ambiente saudável e seguro que viabilize o bem-estar da população, favorecendo a qualidade nas atividades sociais e econômicas da região e conseqüentemente servindo de modelo de planejamento urbano setorial para o município.



5. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

O município de Marialva está situado na altitude média de 602 metros acima do nível do mar, nas coordenadas geográficas de Latitude 23°29'06" Sul e Longitude 51°47'31" Oeste de Greenwich, com área territorial de 475,77 km², segundo o IBGE, fazendo limite com os municípios de Mandaguari, Maringá, Sarandi, Astorga, Itambé, Floresta e Bom Sucesso. Marialva está inserida na Microrregião de Maringá, e na Mesorregião Norte Central Paranaense.

O acesso ao Município acontece, principalmente, pelas BR – 376 e PR – 444. As principais distâncias da cidade de Marialva são: Maringá 17 km, Londrina 80 km e Curitiba 407 km.

Em 1940 entre Mandaguari e Maringá, no meio do "estradao de terra batida que caminhava para frente", - que é um trecho do histórico caminho de Peabiru, a Companhia de Terras Norte do Paraná idealizou e planejou o Patrimônio de Marialva. A Companhia idealizou Marialva a 18 km de Maringá e Mandaguari.

A venda de lotes urbanos foi coroada com êxito, e em pouco tempo davam mostras que seria uma nova cidade. Com seis anos já apresentava porte de cidade em franco desenvolvimento, graças a movimentos iniciados por seus moradores, foi elevado a Distrito de Mandaguari, através da Lei Estadual nº 02 em 1º de outubro de 1947.

Como, em 1950, foi eleito Deputado Estadual o Sr. Francisco Silveira Rocha, primeiro candidato lançado por Marialva, conseguiu a emancipação do município em 14 de novembro de 1951, através da Lei nº 790, desmembrado de Mandaguari.

A instalação solene ocorreu em 14 de novembro de 1952 com a posse de seu 1º Prefeito, Sr. Antônio Garcia Netto. Em 14 de novembro de 1953, através da Lei Estadual nº 1.541, Marialva foi elevada à Comarca, tendo como seu primeiro Juiz de Direito o Dr. Leandro de Freitas Oliveira.

A origem do nome "Marialva" é uma homenagem ao Marquês de Marialva (D. Pedro de Alcântara Menezes), destro cavaleiro português, nascido em 1711 e falecido em 1799.

Seus distritos são: Aquidaban, São Luiz, São Miguel do Cambuí e Santa Fé do Pirapó.

Para compreender a dinâmica de ocupação antrópica é necessário entender o contexto ambiental do município de Marialva, visando à identificação das respectivas capacidades de suporte ambiental em relação aos usos e ocupações antrópicas.

É imprescindível o conhecimento de algumas condicionantes geográficas para o estabelecimento de políticas públicas no sentido de proteger a população e o ambiente, na busca de um desenvolvimento sustentável. Isso posto, apresenta-se neste capítulo o contexto regional e localização geográfica; aspectos físico-ambientais, os aspectos territoriais, de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, além dos aspectos socioeconômicos e institucionais.

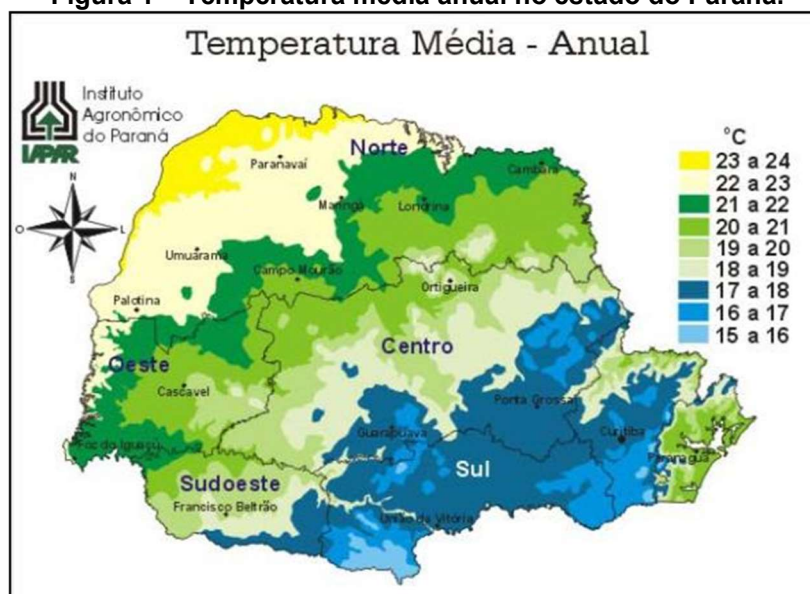
5.1. ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS

5.1.1. Clima, Temperatura e Ventos

O município de Marialva possui clima Subtropical Úmido Mesotérmico, com verões quentes e longos, com tendência de concentração das chuvas. O inverno é curto, porém com ocorrência de geadas leves entre os meses de maio a julho, sendo este período caracterizado por baixa precipitação.

A temperatura média é de 20,8° C. Variam entre 14°C a 30°C e raramente é inferior a 9°C ou superior a 34° C.

Figura 1 – Temperatura média anual no estado do Paraná.



Fonte: IAPAR, 2018.

A região em que o município de Marialva se localiza possui o vento predominante da direção leste durante o ano todo. A Figura 1.2 mostra a direção predominante dos ventos no estado do Paraná.

Figura 2 – Direção predominante dos ventos no Paraná.

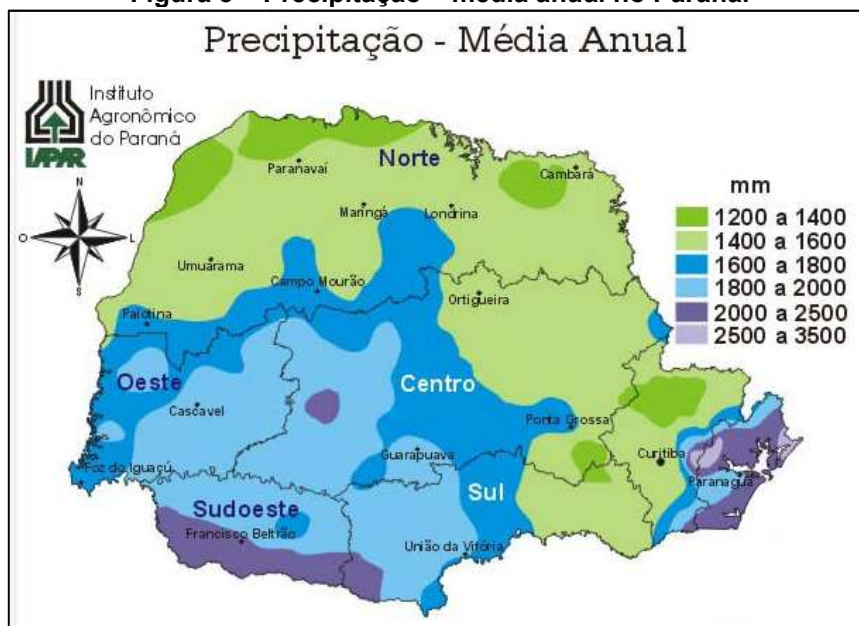


Fonte: IAPAR, 2018.

5.1.2. Precipitação Pluviométrica

Segundo dados do Instituto Agrônomo do Paraná, a região em que o município se localiza possui valores de precipitação entre 1.400 a 1.600 mm distribuídos regularmente ao ano, conforme apresenta a Figura 1.3. Os meses de maior precipitação são novembro, dezembro e janeiro.

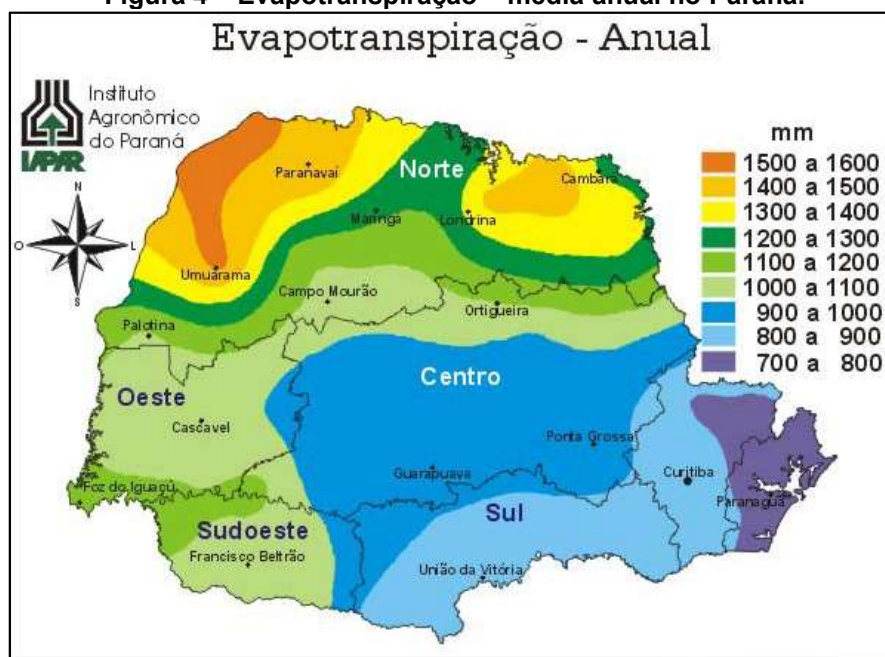
Figura 3 – Precipitação – média anual no Paraná.



5.1.3. Evapotranspiração Potencial

Os fenômenos de evaporação, transpiração e infiltração ocorrem sempre quando a disponibilidade de água na superfície do terreno e no interior do solo excede em volume ao absorvido pelas raízes das plantas. Particularmente, a evapotranspiração se verifica em terrenos inteiramente vegetados, livremente expostos à atmosfera e onde nunca falte umidade no solo para o uso de plantas. No decurso do ano observa-se uma considerável variação nos valores de evapotranspiração potencial. Em Marialva a evapotranspiração potencial anual varia de 1100 a 12000 mm, conforme apresenta a Figura 1.4.

Figura 4 – Evapotranspiração – média anual no Paraná.



Fonte: IAPAR, 2018.

5.1.4. Geologia e Geomorfologia

Apresenta um relevo predominantemente ondulado, destacando-se a terra roxa estruturada (60%) como tipo principal; o Latossolo Roxo (20%), o Latossolo Vermelho escuro (10%) e com incrustações (10%).

A declividade de um terreno condiciona fatores importantes como o escoamento superficial e infiltração da água, erodibilidade dos terrenos, estabilidade de encostas e taludes, dentre outros. Por outro lado, controla diretamente a instalação de sistemas de escoamento que exigem no mínimo 0,5 % de declividade tais como redes de esgoto e canalizações pluviais. O limite de 10 % é o máximo para arruamentos e estradas. As áreas com declividade muito alta (>30%) são consideradas inaptas à ocupação urbana, face aos inúmeros problemas que apresentam.

5.1.5. Recursos Hídricos

Define-se bacia hidrográfica como o conjunto de terras banhadas por um rio e seus afluentes, de forma que toda vazão seja descarregada através de um curso principal, limitada perifericamente por uma unidade topográfica mais elevada, denominada divisor de águas.

Marialva é um município onde maior parte da água de abastecimento é coletada do Rio Pirapó e Rio Ivaí, possui muitos ribeirões e córregos, que ao norte deságuam no Rio Pirapó e ao sul deságuam no Rio Ivaí. Dentre os ribeirões destacam-se: Marialva, Aquidaban, Keller, Pingüim, Cambuí, que pertencem à Bacia Hidrográfica do Ivaí, e os ribeirões Sarandí e Alegre que pertencem à Bacia Hidrográfica do Pirapó. Especialmente, os Ribeirões Marialva e Aquidaban são de grande importância, pois suas nascentes abastecem a maior parte da cidade.

Margalef (1994) ressalta que os vários processos que controlam a qualidade da água de um rio fazem parte de um complexo de equilíbrio, motivo pelo qual qualquer alteração na bacia hidrográfica pode acarretar alterações significativas, sendo as características físicas e químicas da água um dos indicadores da “saúde” do ecossistema terrestre, essas características podem ser utilizadas para o controle do monitoramento das atividades desenvolvidas em uma bacia hidrográfica.

5.2. ASPECTOS TERRITORIAIS

A Lei Federal nº 10.257/2001 (BRASIL, 2001), conhecida como Estatuto da Cidade, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Um dos instrumentos mais relevantes previstos é o Plano Diretor, com o propósito de estruturar o planejamento do território municipal como um todo.

De forma complementar, o Ministério das Cidades e o Conselho Federal de Engenharia, Agricultura e Agronomia (CONFEA), apontam questões relevantes que devem ser consideradas na execução de planos diretores municipais, em especial na regulação do uso e ocupação do solo (BRASIL, 2004), uma vez que a regulamentação do uso e ocupação do solo de um território pode ser considerado como a consolidação das relações socioeconômicas vigentes, relacionadas às condicionantes ambientais, infra estruturais e legais.

Em virtude do Estatuto da Cidade, por conta das limitações dos instrumentos tradicionais de regulação do uso e ocupação do solo, tem surgido recentemente uma nova abordagem de regulamentação para tal, apresentando, segundo Vaz (2006), algumas características centrais:

O rompimento da visão tradicional da cidade fragmentada em zonas especializadas, segundo a qual para cada área são definidos usos claramente diferenciados. Esse conceito é substituído pela concepção da cidade como espaço de prática da cidadania e convívio social. Concretamente, isso significa adotar uma regulamentação do espaço urbano mais flexível, com a legislação acompanhando a dinâmica de transformação contínua do espaço urbano, com ênfase na abordagem de policentralidades e mistura de usos;

A desregulamentação e a simplificação da legislação, as quais visam construir instrumentos mais simples de controle do uso e ocupação do solo. A essência dessa nova instrumentalização fundamenta-se nas ideias de que a legislação deve explicitar seus objetivos e de que o acesso à terra urbana seja democratizado. Nesse sentido, visa-se remover o excesso de regulamentação, sobretudo quanto às normas de construção;

A incorporação de mecanismos de apropriação social dos benefícios da urbanização que assegurem a manutenção dos direitos coletivos e o interesse da cidade, ao mesmo tempo em que se abandona o excesso de regulamentação. Isso significa instrumentalizar a regulação de forma que o particular assumira os ônus dos impactos gerados pelo empreendimento. Tais instrumentos evidenciam-se, por exemplo, na cobrança pelo direito de construir área adicional à do terreno, como compensação à sobrecarga gerada pelo empreendimento sobre a infraestrutura urbana, na responsabilização do empreendedor pela resolução de impactos negativos gerados pelo empreendimento e na definição de áreas passíveis ou não de adensamento, tendo em vista o incremento da eficiência do uso da infraestrutura urbana.

Para entender o uso e ocupação atual e entender a possível dinâmica populacional futura é necessário compreender a evolução da taxa populacional e a distribuição da população no território, além disso, é necessário revisar os instrumentos utilizados para o ordenamento do uso e ocupação do solo, como o zoneamento e macrozoneamento que são os instrumentos para organização do uso e ocupação do território tanto da área urbana quanto da rural.

5.2.1. Dinâmica Demográfica

Segundo o último Censo Demográfico realizado no ano de 2010 pelo IBGE, a população local contabilizava 31.959 habitantes, estimada para o ano de 2018 em 35.180 habitantes.

Dentre as 31.99 pessoas residindo no território municipal de Marialva em 2010, havia 25.792 na área urbana e 6.167 residentes na área rural, portanto 80,7% da população vivia a área urbana e 19,29% na área rural, conforme dados dispostos na tabela a seguir.

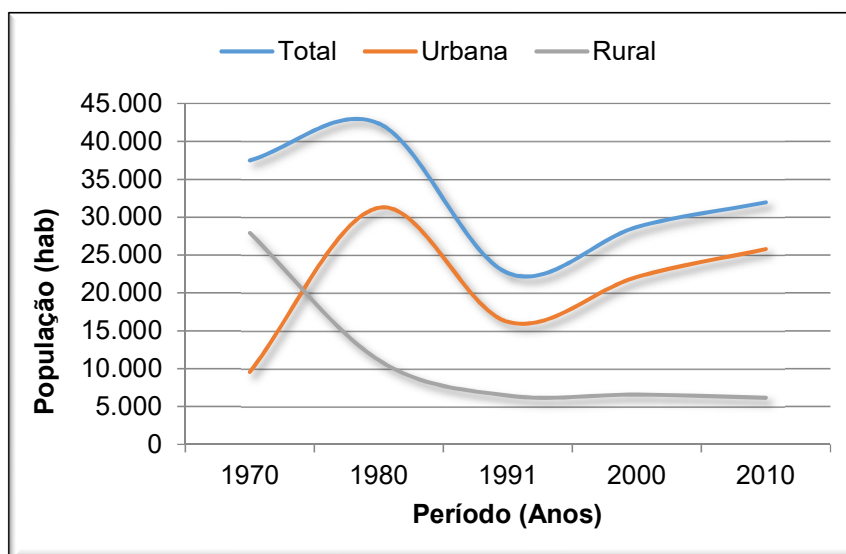
Tabela 5 – Evolução populacional de 1970 a 2010 em Marialva/PR.

Situação do domicílio	População residente do Município de Marialva - PR				
	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
Total	37.496	42.367	22.625	28.702	31.959
Urbana	9.574	31.247	16.177	22.113	25.792
Rural	27.922	11.120	6.448	6.589	6.167

Fonte: IBGE, 2018.

Marialva teve uma taxa de crescimento urbano de 1.42% ao ano no último período censitário, entre 2000 e 2010, enquanto a população rural decresceu - 6.84% no período de 10 anos. Se comparar a evolução populacional das décadas anteriores (1991-2000) a população total sofreu um acréscimo (média de 2,68% ao ano), porém, proporcionalmente o crescimento urbano dentro desse período foi constantemente positivo (média de 1,12% ao ano), fato que corrobora com a necessidade de um planejamento urbano embasado em políticas públicas de acesso aos serviços e moradia.

No gráfico a seguir demonstram-se as curvas de evolução populacional em Marialva, e fica evidente a curva negativa do crescimento populacional na área rural, enquanto a curva ascendente para a população urbana, o que exprime a necessidade de políticas públicas voltadas para a melhoria e manutenção das estruturas urbanas municipais.

Gráfico 1 – Evolução populacional urbana e Rural de Marialva/PR – 1970 a 2010

Fonte: IBGE, 2018, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

A utilização da estatística nos diversos ramos de atuação é cada vez mais acentuada, independentemente de qual seja a atividade profissional. Um estudo estatístico é uma metodologia desenvolvida para o tratamento de dados coletados, objetivando a classificação, a apresentação, a análise e a interpretação desses dados quantitativos e sua utilização para a tomada de uma decisão.

Em estudos de projeções populacionais o analista se defronta com a situação de dispor de tantos dados que se torna difícil captar intuitivamente todas as informações que os dados contêm. Assim sendo, é necessário reduzir a quantidade de informações até o ponto em que se possa interpretá-las mais claramente.

Através do uso de certas medidas-sínteses, mais comumente conhecidas como estatísticas, um estudo de projeção populacional pode se resumir a um número, que sozinho descreve uma característica de crescimento da população de um dado local.

Evidentemente, ao resumir um conjunto de dados, através do uso de estatísticas, muitas informações fatalmente irão se perder existindo, também, a possibilidade da obtenção de resultados distorcidos com o uso indiscriminado do resultado. Portanto, é necessária muita precaução, quando da análise dos resultados.

Através dos levantamentos censitários realizados pelo IBGE, referentes às décadas de 1990, 2000 e 2010 é possível compreender a dinâmica populacional do

município, dessa maneira, avalia-se o crescimento populacional e suas respectivas taxas de crescimento.

Por meio das taxas anuais de crescimento populacional estima-se a curva que determina a evolução populacional no município, durante o período entre 1970 e 2010.

O crescimento populacional futuro é determinado através de outras curvas, que são geradas através das funções linear, polinomial, logarítmica, exponencial e potencial. Essa representa a linha de tendência de crescimento populacional, baseado na série histórica do IBGE.

O método dos mínimos quadrados é utilizado para averiguar o grau de correlação entre a curva determinada através da série histórica e a linha de tendência, sendo que o maior coeficiente de determinação (R^2) é o adotado (mais próximo de 1). Dessa maneira, pode-se verificar qual das funções gera a curva de tendência mais próxima do crescimento populacional ocorrido no passado.

Em paralelo, são realizados os cálculos das populações futuras utilizando a série histórica do Censo (1991 a 2010) pelos métodos aritmético, geométrico, previsão e crescimento. Sendo assim, torna-se possível gerar as taxas de crescimento através de cada método, que são comparadas estatisticamente com as taxas de crescimento calculadas através da função cujo coeficiente de determinação (R^2) mais se aproximou de 1.

Deste modo, pode-se aferir qual o método (aritmético, geométrico, previsão ou crescimento) que gera a menor diferença em relação à linha de tendência, sendo este método o escolhido para adotar as taxas de crescimento da projeção populacional.

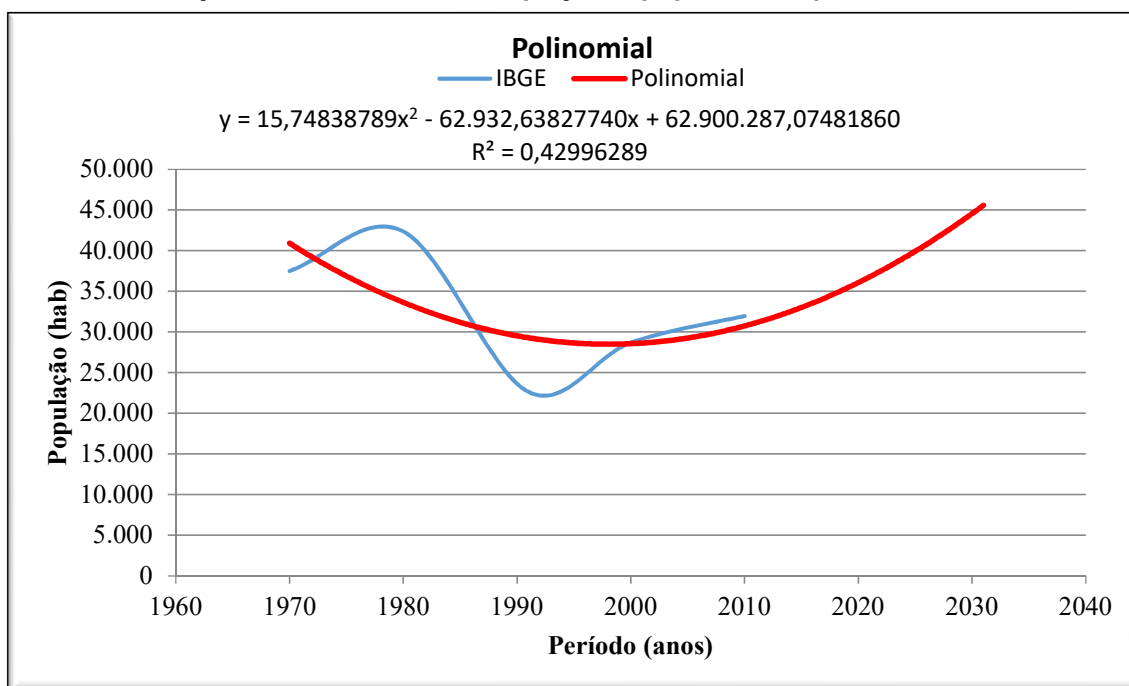
Nas projeções através dos métodos aritmético e geométrico são feitos os cálculos utilizando sempre dois Censos como base, podendo ser de 1991 e 2010 e de 2000 e 2010. Já nos métodos previsão e crescimento, são utilizados os períodos entre os censos, podendo ser de 1991 a 2010, e de 2000 a 2010. Portanto, para cada método são feitas duas projeções, as quais são comparadas à linha de tendência cujo R^2 mais se aproxima de 1 para escolher as taxas de crescimento que serão adotadas no plano.

A primeira taxa de crescimento adotada refere-se a taxa de crescimento anual dos períodos censitários de 2000 a 2010 ou então de 1991 a 2010, sendo que é escolhida a taxa que mais se aproxima daquelas que foram calculadas através dos

métodos supracitados. A população a partir de 2012 é inferida aplicando-se as taxas de crescimento calculadas através da metodologia explicada.

Após a avaliação dos critérios citados conclui-se que o ajustamento de curvas pela função polinomial é o que mais se adequa ao perfil do histórico censitário do município em questão, cujo valor do coeficiente de determinação é $R^2 = 0,42996289$, conforme a seguir.

Gráfico 2 – Ajustamento de curvas de projeção populacional pelo método aritmético.



Fonte: IBGE, organizado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2018.

Assim sendo, as projeções populacionais estimadas para o período de abrangência do presente planejamento se apresentam na tabela a seguir, considerando as taxas aferidas pelo método previsão, calculado através dos Censos de 1991 e 2010, sendo o que mais se adéqua ao coeficiente de determinação (R^2).

Tabela 6 – Previsão da População de Marialva/PR.

Ano	População	Crescimento anual (%)
2011	32.285	
2012	32.610	1,01
2013	32.936	1,00
2014	33.262	0,99
2015	33.588	0,98
2016	33.913	0,97
2017	34.239	0,96
2018	34.565	0,95
2019	34.890	0,94
2020	35.216	0,93
2021	35.542	0,92
2022	35.867	0,92
2023	36.193	0,91
2024	36.519	0,90
2025	36.845	0,89
2026	37.170	0,88
2027	37.496	0,88
2028	37.822	0,87
2029	38.147	0,86
2030	38.473	0,85
2031	38.799	0,85
2032	39.124	0,84
2033	39.450	0,83
2034	39.776	0,83
2035	40.102	0,82
2036	40.427	0,81
2037	40.753	0,81
2038	41.079	0,80
2039	41.404	0,79

Fonte: IBGE, organizado por Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2018.

Fica evidente que a população tem procurado cada vez mais as áreas urbanas para habitarem, em busca de postos de trabalho, melhores condições de moradia e prestação de serviços, entende-se que essas devem estar preparadas para o contingente futuro, através da análise dos dados históricos e a previsão de crescimento da população urbana foi possível verificar que o crescimento populacional urbano foi e será positivo ao longo da próxima década.

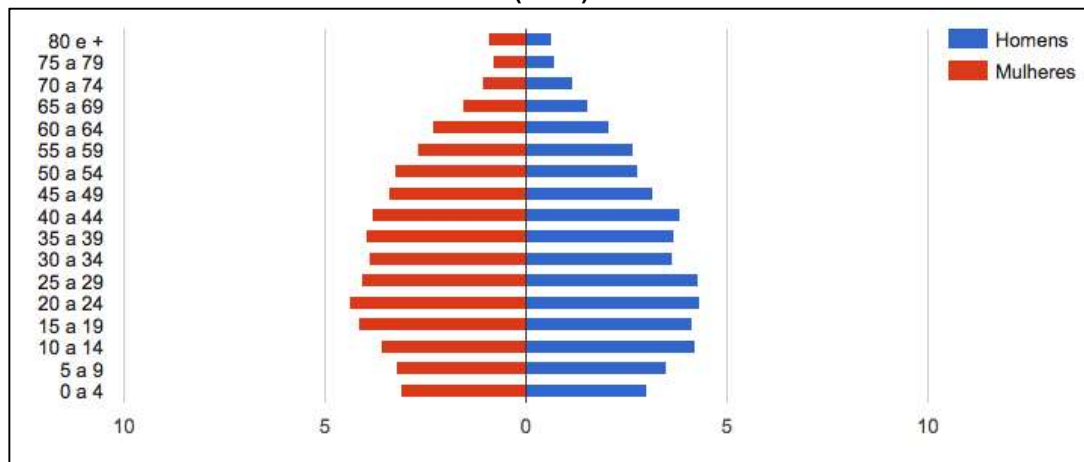
Entretanto, pela posição estratégica de Marialva dentro da Região Metropolitana de Maringá e, sobretudo dentro da aglomeração urbana de Maringá, sendo hoje já afetada pelo processo de conurbação com esta última, a tendência para os próximos anos é de crescimento da população flutuante, principalmente devido aos deslocamentos pendulares para trabalho, estudo, saúde e consumo no setor terciário

de Maringá, fator este que implica diretamente nas questões de mobilidade urbana em Marialva.

A razão de dependência é o percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais, classificados como população dependente, em relação à população de 15 a 64 anos, ou seja, a população potencialmente ativa. Já a taxa de envelhecimento é a razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação a população total.

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 47,81% para 41,31% e a taxa de envelhecimento, de 6,15% para 8,50%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 56,46% e 5,63%. Já no Paraná, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,94% em 2000 e 45,92% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

Gráfico 3 – Pirâmide etária de Marialva, distribuição por sexo segundo os grupos de idade (2010)



Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2013).

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 27,2 por mil nascidos vivos, em 2000, para 14,3 por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 40,4. Já no Paraná, a taxa era de 13,1, em 2010, de 20,3, em 2000 e 38,7, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos.

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 4,1 anos na última década, passando de 69,7 anos, em 2000, para 73,8 anos, em 2010. Em 1991, era de 65,0 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

Tabela 7 – Longevidade, mortalidade e fecundidade em Marialva (1991-2010)

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,0	69,7	73,8
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	40,4	27,2	14,3
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	46,5	31,7	16,7
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,2	2,1	1,5

Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2013).

5.2.1.1. Distribuição da População no Território

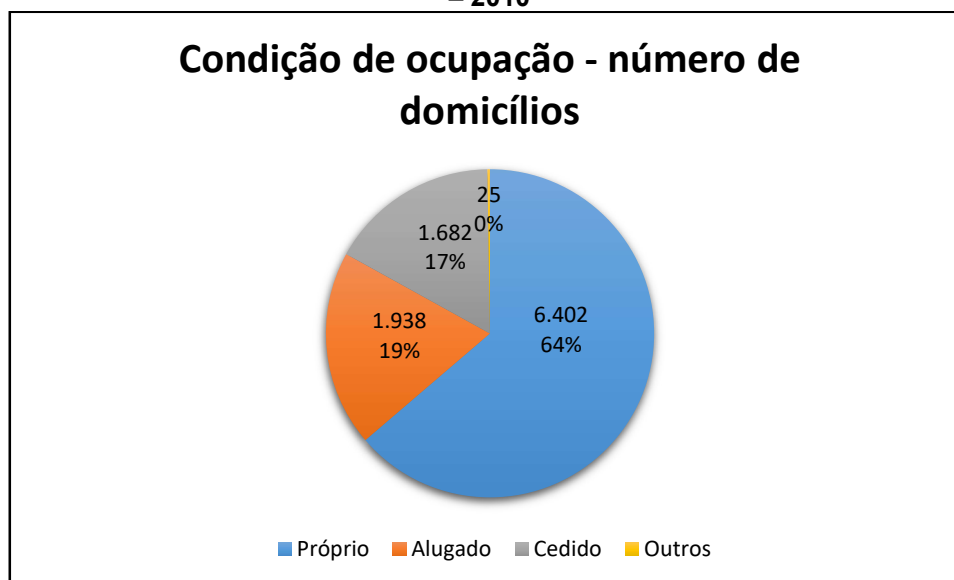
O território de Marialva está dividido entre a Sede Urbana e área rural, fazendo limite com os municípios de Mandaguari, Maringá, Sarandi, Astorga, Itambé, Floresta e Bom Sucesso.

Marialva apresenta densidade demográfica de 67,06 hab/km². Entre 2000 e 2010, a população de Marialva cresceu a uma taxa média anual de 1,08%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 77,04% para 80,70%. Em 2010 viviam, no município, 31.959 pessoas.

5.2.2. Habitação

No município de Marialva havia um total de 10.047 domicílios particulares permanentes em 2010. Destes, 6.402 (63,72%) eram próprios, (16,74%) eram cedidos, conforme aponta a Tabela 1.3.

Gráfico 4 – Número de domicílios particulares permanentes, segundo a condição de ocupação – 2010



Fonte: IBGE, 2018.

Quando analisado os domicílios segundo algumas características de infraestrutura e serviços públicos, praticamente a sua totalidade possuía abastecimento de água canalizada, 99,99% (10.046), e 100% (10.047) possuía esgotamento sanitário com banheiro ou sanitário. Do total desses domicílios, 83,96% (8.436) tinham coleta de resíduos sólidos (IBGE – Censo Demográfico, 2010).

No que diz respeito às condições fundiárias de moradia, constata-se a presença de alguns loteamentos e ocupações irregulares na sede urbana de Marialva, onde os proprietários geralmente se recusam a realizar a infraestrutura e pagar as taxas para o devido parcelamento.

5.2.3. Localidades e Vilas Rurais, Distritos e Núcleo de Urbanização Específica

Grande proporção do território do município de Marialva é classificada como área rural, apresentando localidades rurais bem dispersas, algumas delas formadas por um pequeno aglomerado de residências formado por vilas, onde se pode encontrar alguns equipamentos comunitários (escolas, postos de saúde) e comércio local.

Não há acampamentos ou assentamento agrário, porém atualmente existe a proliferação de chácaras irregulares na área rural. As mesmas possuem áreas que variam de tamanho, sendo inferiores a fração mínima de parcelamento (FMP) que é de 20.000 m². Sendo que para serem regularizadas de acordo com a portaria N° 024/2017 emanada pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná, tem de ter um tamanho superior a 5.000 m² e servir à agricultura familiar.

Referente as áreas mais férteis, o município possui solos de origem basáltica, caracterizado por serem altamente intemperados, com características de solos profundos e férteis.

Em geral o município apresenta as mesmas características de terras não possuindo uma grande divergência de valores.

Quanto as comunidades ou aglomerados rurais isolados, há os distritos São Miguel do Cambuí, Aquidaban, Santa Fé, São Luiz e Comunidade do Jacanã, km 9 da Estrada Caraná, Km 11 da Estrada Keller. Todas possuem características próprias como festividades e missas. Nessas comunidades possuem equipamentos públicos como escolas, e todos estão em plena condição de funcionamento.

Na área rural predomina-se a cultura da soja, milho, trigo, cana e uva. Também há atividades com diferencial como a produção de flores e olericultura. Para agregar valor aos pequenos produtores da área há o Programa de Plasticultura e Programa de Entrega de Resíduos Triturados de Galhos. As cooperativas do município são a Comafrute, Cocari, Integrada, Coavit.

Os produtores rurais reivindicam cuidado com as estradas rurais.

Quanto a recuperação das faixas de preservação permanente, foi informado que no passado um plano de recuperação que supostamente teria recuperado 100% das áreas. O município não possui áreas de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN.

5.2.4. Uso e Ocupação do Solo Urbano

O solo urbano do município de Marialva é caracterizado segundo artigo 3 da Lei nº100/2010 de Uso e Ocupação do Solo. Ficam definidos os seguintes usos:

- I- USO HABITACIONAL: resultado da utilização da edificação para fim habitacional permanente ou transitório;
- II- USO SOCIAL e COMUNITÁRIO: espaços, estabelecimentos ou instalações destinados à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social, cultos religiosos, com parâmetros de ocupação específicos;
- III- USO COMERCIAL e de SERVIÇOS: resultado da utilização da edificação para desempenho de atividade econômica caracterizada por uma relação de compra, venda ou troca, visado o lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias, ou atividades pelas quais fica caracterizado o préstimo de mão de obra ou assistência de ordem intelectual ou espiritual;
- IV- INDUSTRIAL: resultado da utilização da edificação para desempenho de atividade econômica caracterizada pela transformação de matéria-prima em bens de consumo de qualquer natureza ou extração de matéria prima.

Segundo o artigo 4 da mesma lei, os usos comerciais, de serviços e industriais ficam caracterizados por sua natureza em:

- I- Incômodos: as atividades que possam produzir ruídos, trepidações, conturbações no tráfego e que venham a incomodar a vizinhança;
- II - Nocivos: atividades que se caracterizam pela possibilidade de poluir o solo, o ar e as águas, por produzirem gases, poeiras, odores e detritos, e por implicarem na manipulação de ingredientes e matéria-prima que possam trazer riscos a saúde;
- III - Perigosos: aquelas atividades que possuam riscos de explosões, incêndios, trepidações, produção de gases, exalações de detritos danosos à saúde ou que, eventualmente, possam pôr em perigo pessoas ou propriedades do entorno.

5.2.4.1. Evolução da Ocupação Urbana

A origem de Marialva está inserida em um processo de colonização do Norte do Paraná, no início da década de 1920. Na época, entrou em vigor uma política que dava permissão a empresas particulares de promoverem a reocupação da região, onde hoje se encontram as cidades de Londrina, Umuarama, Araçongas, Apucarana, Cianorte e Maringá, até então, habitada por indígenas e caboclos.

Adquiridas por um grupo de investidores ingleses, liderados por Simon Joseph Grazer (mais conhecido como Lord Lovat), essa grande extensão de terras, que teve seu desbravamento já no início da década de 40, foi dividida em zonas e lotes e colocada à venda pela Companhia de Terras do Norte do Paraná – CTNP. O critério para essa divisão de terras foi dividir do alto espigão até o córrego de preferência com tamanho médio de 20 alqueires.

Atraídos pelos preços acessíveis e fugindo dos efeitos da Grande Depressão sobre a produção de café em São Paulo, muitos agricultores vieram para o território paranaense. Neste contexto, da expansão da cultura cafeeira, que se estabeleceram em Marialva os primeiros moradores, muitos descendentes de italianos e japoneses. O avanço dos cafezais resultou na abertura de estradas e no surgimento de vilas e cidade e aos poucos modificou a paisagem local. Em 1920, a população total do Norte do Paraná era de 72.627 habitantes. Os dados evidenciam que, vinte anos depois, a região atingiu uma densidade demográfica, cinco vezes maior.

Já em franco desenvolvimento, Marialva foi elevada à categoria de Distrito Administrativo de Mandaguari por meio da Lei nº 2, de outubro de 1947. Dessa forma, os representantes locais tiveram a oportunidade de participar politicamente, representando o distrito, na Câmara Vereadores da cidade vizinha. Das nove cadeiras disputadas, três foram ocupadas por candidatos marialvenses: Cariovaldo Andrade Ferreira, da União Democrática Nacional (UDN); Demétrio da Silva Braga, do Partido Social Democrático (PSD), que assumiu a segunda secretaria, e Francisco Silveira da Rocha, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); este último foi o primeiro farmacêutico e o primeiro deputado da cidade. Em 25 de outubro de 1949, Rocha renunciou ao mandato de vereador para concorrer uma vaga na Assembleia Legislativa do Paraná. Eleito em 3 de outubro de 1950, Rocha teve uma atuação fundamental na emancipação política do município de Marialva e demais municípios da região.



O nome dado à cidade é uma homenagem ao cavalheiro português D. Pedro de Alcântara de Menezes Noronha Coutinho (1713-1799) – o "Marquês de Marialva". O termo vem da língua ugarítica: "mhraby" significa "vigor paternal"; "vigor ancestral". O decalque teria surgido da expressão "Maria Ave", na Serra de Moura, em Portugal.

O Município de Marialva foi criado pela Lei Estadual nº 790/51, sancionada pelo governador Bento Munhoz da Rocha, e instituída em 14 de dezembro de 1952, com a posse dos primeiros vereadores e do prefeito da cidade. Três candidatos disputaram o cargo do Executivo: Demétrio da Silva Braga (PSD); Ezequias Lemes de Carvalho (UDN) e Antônio Garcia Neto (PTB). Ezequias tinha preferência do eleitorado. Com objetivo de derrotar o concorrente, Braga declina da oportunidade de concorrer e declara o seu apoio ao candidato Garcia Neto, que sai vitorioso na votação.

A primeira Prefeitura Municipal foi instalada na Rua Washington Luiz, nº 609, em frente onde hoje fica a Escola Municipal Dr. Milton Tavares Paes, lugar onde permaneceu até o início da década de 1960. Já a primeira Câmara Municipal funcionou na Rua Formosa nº 254 até maio de 1958, quando foi transferida para a Rua Washington Luiz nº 954. A mudança da Prefeitura para uma construção de alvenaria na Avenida Washington Luiz, nº 1.224, permitiu que a Câmara de Vereadores fosse instalada no primeiro andar do mesmo prédio. O atual Paço Municipal foi inaugurado em dezembro de 1974.

A Câmara Municipal está localizada na Rua Nossa Senhora do Rocio, nº 873, desde outubro de 1988. Antigamente o terreno abrigou a casa de madeira que serviu ao 4º ano da Casa Escolar, a primeira escola da cidade. O edifício ganhou o nome do advogado e vereador Dr. Jerson Caponi de Melo, que geriu a Casa por seis mandatos.

5.2.4.2. Bairros da Sede Urbana

A sede urbana de Marialva está dividida em 70 bairros, conforme indicado a seguir:

- | | |
|----------------------------|---------------------------|
| 1) Aquidaban | 36) Jardim Mascente |
| 2) Centro | 37) Jardim Nobres |
| 3) Conjunto Adolfo Lazarin | 38) Jardim Novo Horizonte |



-
- | | |
|--|---------------------------|
| 4) Conjunto Adolfo Lazarini | 39) Jardim Paraíso |
| 5) Conjunto Ernesto Rossato | 40) Jardim Planalto |
| 6) Conjunto Habitacional Alberto | 41) Jardim Presidente |
| 7) Conjunto Habitacional João de Barro | 42) Jardim Regência |
| 8) Conjunto Hait III | 43) Jardim S Michel |
| 9) Conjunto II | 44) Jardim Salém Chade |
| 10) Conjunto João Barros | 45) Jardim Salinchad |
| 11) Conjunto João de Barro | 46) Jardim Santa Isabel |
| 12) Conjunto João Olímpio da Rocha | 47) Jardim Santa Izabel |
| 13) Conjunto João Olímpio Rocha | 48) Jardim São Pedro |
| 14) Conjunto José Raimundo Pires | 49) Jardim Shenandoa |
| 15) Conjunto Nemecio Reis Inácio | 50) Jardim Shenandua |
| 16) Contorno Sul | 51) Jardim Tropical |
| 17) Distrito de S Miguel de Cambuí | 52) João O da Rocha |
| 18) Distrito de São Luiz | 53) João Olímpio Rocha |
| 19) Distrito de São Miguel do Cambuí | 54) Parque das Palmeiras |
| 20) Galeria Pátio Marialva | 55) Parque Ind 3 |
| 21) Galeria Patrimônio Marialva | 56) Parque Industrial |
| 22) Galeria Ribeirão Pinguim | 57) Parque Industrial I |
| 23) Gleba Aquidaban | 58) Parque Industrial li |
| 24) Gleba Patrimônio Marialva | 59) Parque Industrial III |
| 25) Gleba Ribeirão Alegre | 60) Presidente |
| 26) Gleba Ribeirão Sarandi | 61) Ribeirão |
| 27) Jardim Alto Cafezal | 62) S Miguel Cambuí |
| 28) Jardim Brasília | 63) S Miguel do Cambuí |
| 29) Jardim Custódio | 64) São Miguel do Cambuí |
| 30) Jardim Custódio 2 Parte | 65) Sede |
| 31) Jardim dos Nobres 1 Parte | 66) Vila Antônia |
| 32) Jardim Hamada | 67) Vila Antônio |
| 33) Jardim Imperial | 68) Vila Brasil |
| 34) Jardim Interclube | 69) Vila Messias |
| 35) Jardim Itália | 70) Vila Olímpica |

Além dos bairros citados, há 13 conjuntos habitacionais:

- 1) João de Barro – COHAPAR;
- 2) Assunta Lembi Andreazzi – COHAPAR;
- 3) Alberto Lemuh – COHAPAR;
- 4) Serafim Belucco – COHAPAR;
- 5) Antônio de Almeida Rosa – COHAPAR;
- 6) Nemécio Reis Inácio – COHAPAR;
- 7) Renato Ungari – COHAPAR;
- 8) Antônio Garcia Sanches – COHAPAR;
- 9) Adolfo Lazarim – COHAPAR;
- 10) Giacomo Colombari – COHAPAR;
- 11) Kenji Watanabi – COHAPAR;
- 12) Zambaldi – MMV;
- 13) Damasceno – MMV.

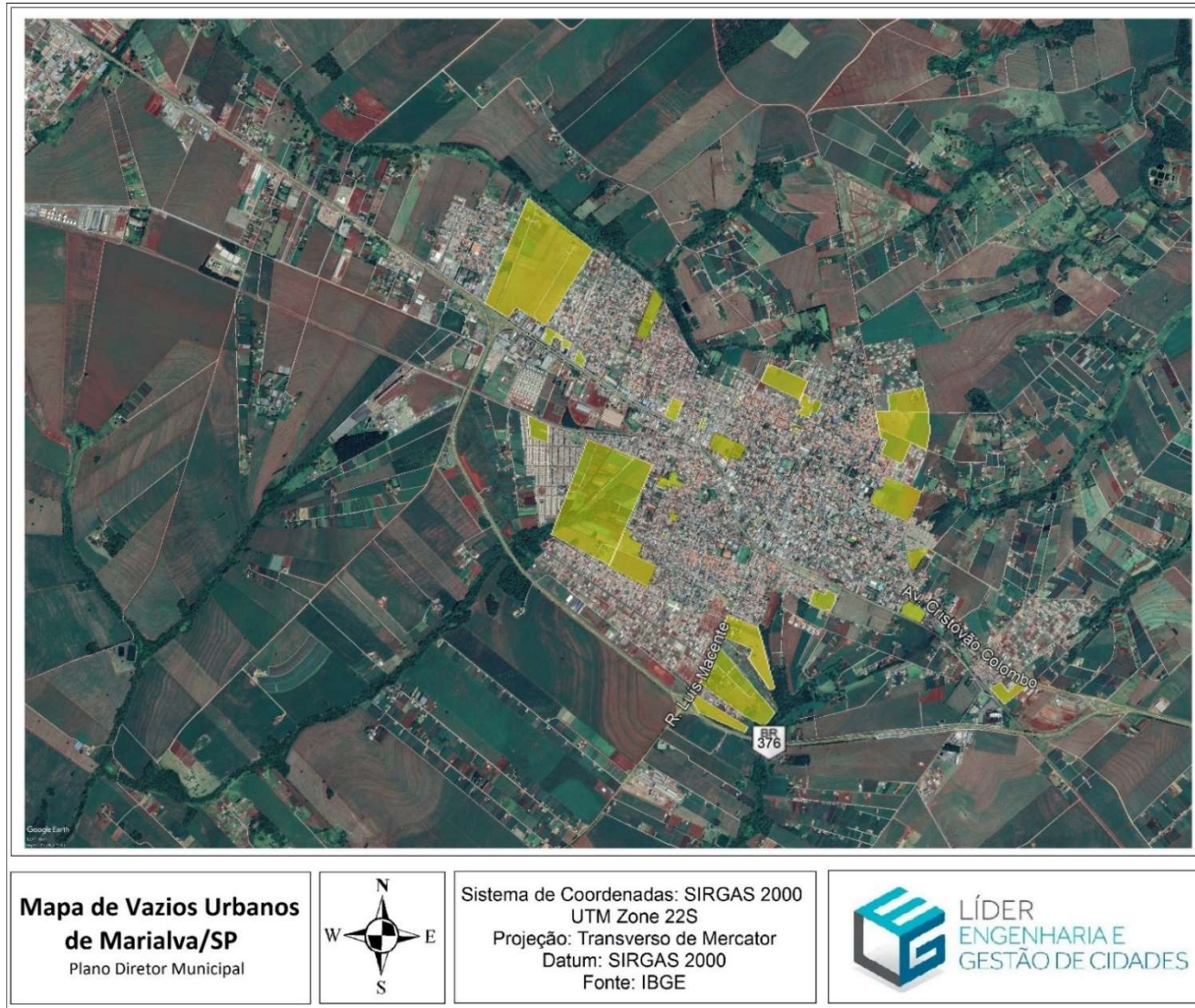
5.2.4.3. Vazios Urbanos

Os vazios urbanos caracterizam-se por áreas não utilizadas para fins urbanos, subutilizadas ou não parceladas e necessariamente situadas de tal forma dentro do perímetro urbano que configuram entrave ao desenvolvimento da cidade caracterizando a especulação imobiliária; o desperdício de infraestrutura urbana instalada; a interrupção da malha viária prejudicial à circulação urbana; e o foco de vetores de doenças e de insegurança.

Tais áreas têm prioridade de ocupação (parcelamento ou edificação para fins urbanos) sobre quaisquer áreas externas ao perímetro urbano. Nestas áreas poderão incidir os instrumentos de Edificação ou Utilização Compulsória, de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) Progressivo no Tempo e de Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública como forma de obrigar os proprietários dos imóveis urbanos a cumprir a função social da propriedade.

Poderá ser aplicado também o Direito de Preempção sobre tais áreas, havendo Lei Complementar Municipal específica para tanto, assim como no caso dos instrumentos anteriormente citados. Verifica-se na figura a seguir que estas áreas de vazios urbanos ocupam grande parte da área urbana.

Figura 5 – Mapa de Vazios Urbanos de Marialva/PR.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

5.2.5. Macrozoneamento Municipal

O macrozoneamento de Marialva é definido pela Lei 95/2009 do Plano Diretor Municipal, a qual define os usos através de seus artigos 31 a 38.

Conforme o artigo 31, o Macrozoneamento Municipal envolve as regiões do território municipal como um todo, tanto a área urbana como a rural, e é caracterizado pela prevalência do patrimônio ambiental, pelos núcleos de agrupamentos rurais em estruturação, pela divisão das bacias hidrográficas, pelo sistema viário rural e pelas atividades predominantemente ligadas à produção primária.

O município de Marialva está dividido nas seguintes macrozonas, conforme art. 32 em diante da mesma lei:

- I- **Macrozona de Produção Rural:** destinada às atividades rurais e de turismo no espaço rural e às áreas de proteção e preservação, cuja divisão é as macrobacias definidas pela EMATER com as seguintes diretrizes: estimular as atividades econômicas estratégicas e ecologicamente equilibradas; estimular o desenvolvimento agropecuário, e promover a cidadania e a qualidade de vida da população rural.
- II- **Macrozona de Preservação Permanente:** compreende a faixa de preservação permanente ao longo das nascentes e dos cursos d'água do Município, sendo essas áreas não edificáveis, restringem-se as correções nos sistemas de escoamento de águas pluviais, de infraestrutura, de saneamento básico, de combate à erosão, seguindo a legislação ambiental federal pertinente, com as seguintes diretrizes: garantir a máxima preservação dos ecossistemas naturais; estimular atividades econômicas estratégicas ecologicamente viáveis; estimular a formação de corredores de biodiversidade; e observar as determinações do CONAMA através da Resolução 369/06.
- III- **Macrozona Urbana:** é a porção do território municipal destinada a concentrar as funções urbanas, definida pelo perímetro urbano e tendo como suas diretrizes: otimizar a infraestrutura urbana instalada; condicionar o crescimento urbano à capacidade de oferta de infraestrutura urbana; orientar o processo de expansão urbana; permitir o pleno desenvolvimento das funções urbanas; garantir o

desenvolvimento da gestão da política urbana; e permitir o acesso democrático aos equipamentos urbanos e à infraestrutura urbana.

IV- **Macrozona de Produção Industrial;** é composta das áreas de entorno das Rodovias BR-376, inclusive o contorno, e PR-455, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de atividades agroindustriais, estando sujeitas à legislação ambiental, anuências do Instituto Ambiental do Paraná, tendo como diretrizes: estimular atividade de geração de emprego e renda para os pequenos produtores rurais; fomentar a implantação de agroindústrias no município; apoiar a instalação de parques industriais; minimizar impactos antrópicos e ambientais, diminuindo as possibilidades de risco à saúde da população e de riscos ambientais; priorizar a implantação de indústrias que incorporem mão de obra local em diferentes níveis de formação; promoção de redes de cooperação regional entre as cidades para a qualificação da mão-de-obra direcionada às potencialidades da economia local e à geração de trabalho e renda; e respeitar faixa de domínio das rodovias para locação dos estabelecimentos com previsão de adequações viárias e execução de vias marginais.

V- **Macrozona de Controle Ambiental do Aterro Sanitário/Lixões/ETE.:** compreende a área do atual local de deposição de resíduo e são suas diretrizes: estabelecer normas de controle ambiental local; e garantir qualificação da área para utilização pública após vida útil definida para o aterro.

VI- **Macrozona de Barreira Natural de Proteção:** é composta por uma cortina natural de proteção e recuo com faixa de 50m (cinquenta metros), conforme parágrafos abaixo, com o objetivo de utilização agrícola de forma que não coloque em risco a saúde, o sossego e a segurança da população urbana, tendo, portanto como diretrizes: garantir e salvaguardar a saúde e bem-estar da comunidade urbana; disciplinar o manejo das atividades rurais ali exploradas, incentivando boas maneiras de aplicação; e incentivar as atividades agrícolas que desenvolvam produtos com sistemas de proteção de baixo impacto.

§ 1º Para as propriedades com cultivo de soja, trigo, milho e café, que utilizam agrotóxicos, inseridas no perímetro urbano construído da sede e distritos, que sejam vizinhas de uma área



construída, consolidada ou iniciada, deverá conter uma cortina natural de proteção de espécie arbustiva de médio porte e essa deverá ser feita dentro dessas propriedades de cultivo que utilizam agrotóxicos, nos vértices que tenham como vizinho uma construção consolidada ou iniciada, cuja função é estimular e dar incentivo às boas práticas de manejo, disciplinando a aplicação, além de proteger a saúde de toda a população

§ 2º Para as propriedades existentes com plantação de hortifrúti (em especial a uva), que utilizam agrotóxicos, inseridas no perímetro urbano construído da sede e distritos, que sejam vizinhas de uma área construída, consolidada ou iniciada, deverá conter uma cortina natural de proteção de espécie arbustiva de médio porte e após 10 anos (dez) da vigência dessa Lei, o cultivo deverá estar recuado em 50m (cinquenta metros) e nas propriedades que implantarem o cultivo de hortifrúti (especialmente a uva), após a vigência dessa Lei, deverão, de imediato, fazer a cortina e o recuo a uma distância de 50m (cinquenta metros), sendo que essa cortina e recuo deverão ser feitos dentro dessas propriedades de cultivo que utilizam agrotóxicos, nos vértices que tenham como vizinho uma construção consolidada ou iniciada.

§ 3º Entende-se por Perímetro Urbano Construído a área com construção iniciada ou consolidada, inserida no perímetro urbano da sede e dos distritos, de função residencial, comercial, de serviço ou industrial.

§ 4º Na área pertencente ao recuo de 50m (cinquenta metros), fica permitida atividades produtivas de baixo impacto que não utilizem agrotóxicos.

§ 5º A cortina e o recuo deverão ser utilizadas para as atividades produtivas que utilizam agrotóxicos, sendo que nas propriedades existentes a cortina será implantada de imediato e o recuo após 10 anos de vigência deste Plano e nas propriedades (com essas atividades) que surgirem após a vigência do Plano, será implantado de imediato a cortina e o recuo.

§ 6º As propriedades de cultivo que utilizam agrotóxicos, que sejam vizinhos, em um de seus vértices, de escolas, creches, hospitais e igrejas, deverão implantar de imediato a cortina com



espécie arbustiva de médio porte e em cinco anos o recuo de 50m (cinquenta metros), em função da grande concentração de população, objetivando o início de processo de desaceleração desse cultivo.

O macrozoneamento de Marialva pode ser observado nas Figuras 6 e 7.

Figura 6 – Macrozoneamento Municipal de Marialva/ PR

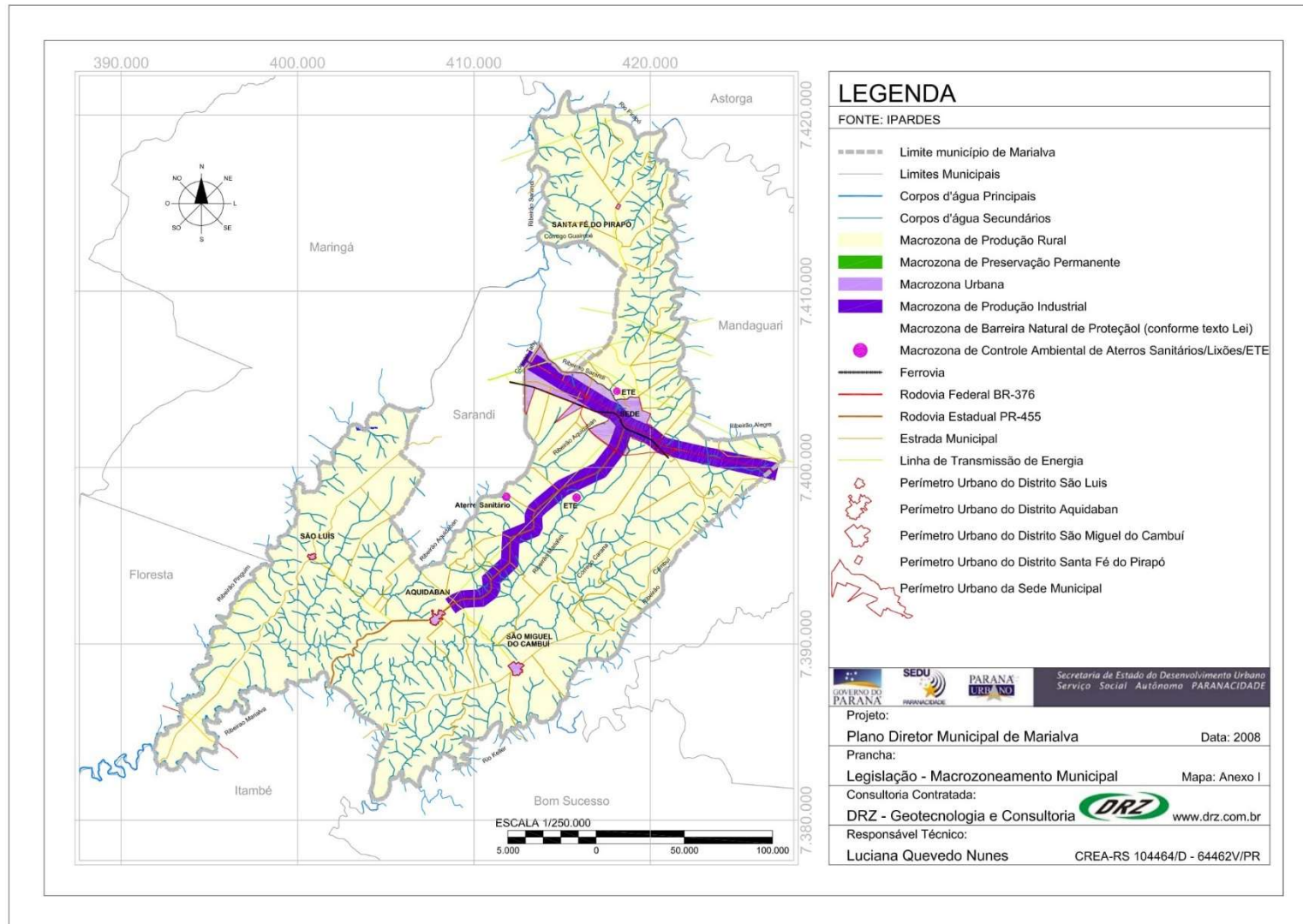
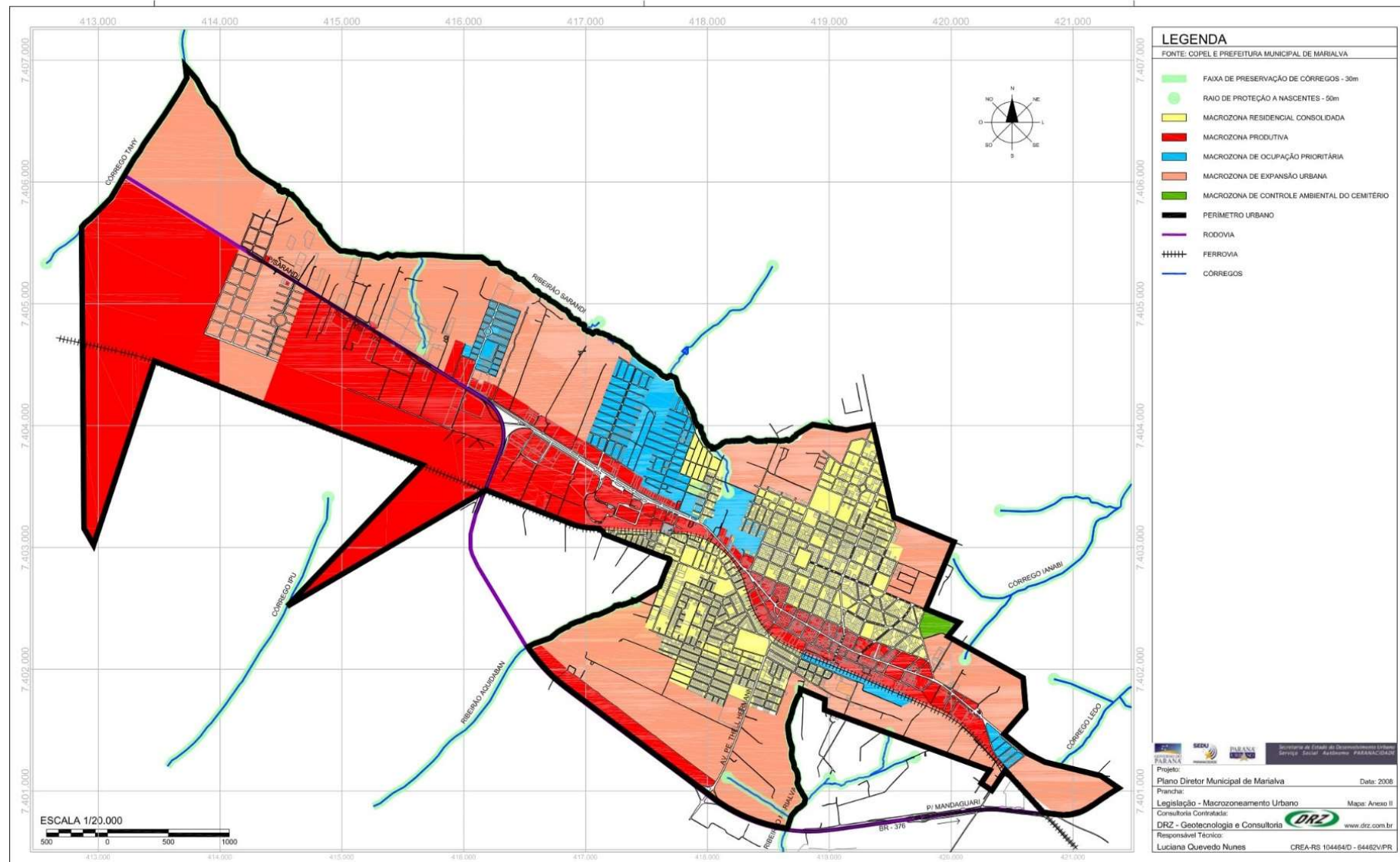


Figura 7 – Macrozoneamento Urbano da sede Municipal de Marialva/PR.



5.2.6. Zoneamento e Parcelamento do Solo Urbano

O uso e ocupação do solo urbano atual de Marialva é regido pela Lei municipal nº 100/2010 e suas alterações posteriores, a qual define os usos através da seção II de Zoneamento no artigo 12, direcionando os tipos de usos destinados a cada área do perímetro urbano da sede urbana. Estes classificam-se em:

- IV - Zonas Residenciais 1 e 2 – ZR1 e ZR2;
- I - Zonas Comerciais e Serviços 1,2,3 –ZCS1, ZCS2 e ZCS3;
- II - Zonas Industriais 1, 2 –ZI1 e ZI2;
- III - Zonas de Preservação Ambiental;
- IV - Zona Especial de Interesse Social –ZEIS;
- V - Zona de Controle Ambiental do Cemitério.

Zonas residenciais: (Art.13 – lei 100/2010) As Zonas Residenciais - ZR são áreas com a preferência do uso residencial qualificado, integrado ao ambiente natural local, permitindo ainda a instalação de atividades econômicas complementares, sem que haja o comprometimento da qualificação ambiental e da qualidade de vida dos moradores, sendo divididas em:

I - Zona Residencial 1 – ZR1 - destina-se a ocupação de baixa e média densidade demográfica de acordo com a infra-estrutura existente;

II - Zona Residencial 2 – ZR2 – destina-se ao alto adensamento sendo compatível com a oferta de infra-estrutura existente.

Zonas Comerciais e Serviços: (Art.14 – lei 100/2010) As Zonas Comerciais e Serviços – ZCS – são áreas com a finalidade de atender as atividades de produção econômica e estão divididas de acordo com as áreas de ocupação, nas seguintes formas:

I - Zona de Comércio e Serviços 1 – ZCS1 – é a área central da cidade com a finalidade de atender as atividades de produção econômica de pequeno impacto ambiental e que não representam em sobrecarga no tráfego;

II – Zonas de Comércio de Serviços 2, 3 – ZCS2, ZCS3 – compreende os eixos comerciais para atender as atividades de produção econômica de pequeno impacto ambiental, formados pelas



vias que naturalmente apresentam uma vocação para a atividade de comércio e de serviço.

Zonas Industriais: (Art.15 – lei 100/2010) As Zonas Industriais 1 e 2 – ZI1 e ZI2 - são áreas com a finalidade de atender as atividades de produção econômica, e estão divididas conforme parâmetros de incomodidade, condições de infraestrutura e características dos empreendimentos, na seguinte forma:

I - Zona Industrial 1 -ZI1 - são áreas direcionadas preferencialmente à implantação de atividades de produção econômica de impacto ambiental e antrópico controlado, mas que representem em sobrecarga no tráfego à área urbanizada;

II - Zona Industrial 2 - ZI2 - são áreas, incluindo o contorno BR-369 e PR-455, direcionadas preferencialmente à implantação de atividades de produção econômica geradoras de tráfego pesado e potencialmente incômodas, nocivas e perigosas.

Zonas de Preservação Ambiental: (Art.16 – lei 100/2010) As Zonas de Preservação Ambiental - ZPA - são áreas as margens das nascentes, córregos e cursos d'água, não parceláveis e não edificáveis, de preservação e recuperação dos recursos naturais respeitando as exigências impostas no Código Florestal e pelo IAP – Instituto Ambiental, onde fica permitida a realização de equipamentos de suporte às atividades de recreação, desde que públicos e preferencialmente sem edificação.

Zona Especial de Interesse Social: (Art.17 – lei 100/2010) As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - são aquelas identificadas no Mapa de Zoneamento (Anexo I), reservadas para fins específicos e sujeitas às normas próprias, nas quais toda e qualquer obra deverá ser objeto de estudo por parte do poder Público Municipal e do Conselho de Desenvolvimento Municipal, sendo destinadas a criar novos núcleos habitacionais de interesse social, promover a regularização fundiária e fazer cumprir a função social da propriedade.

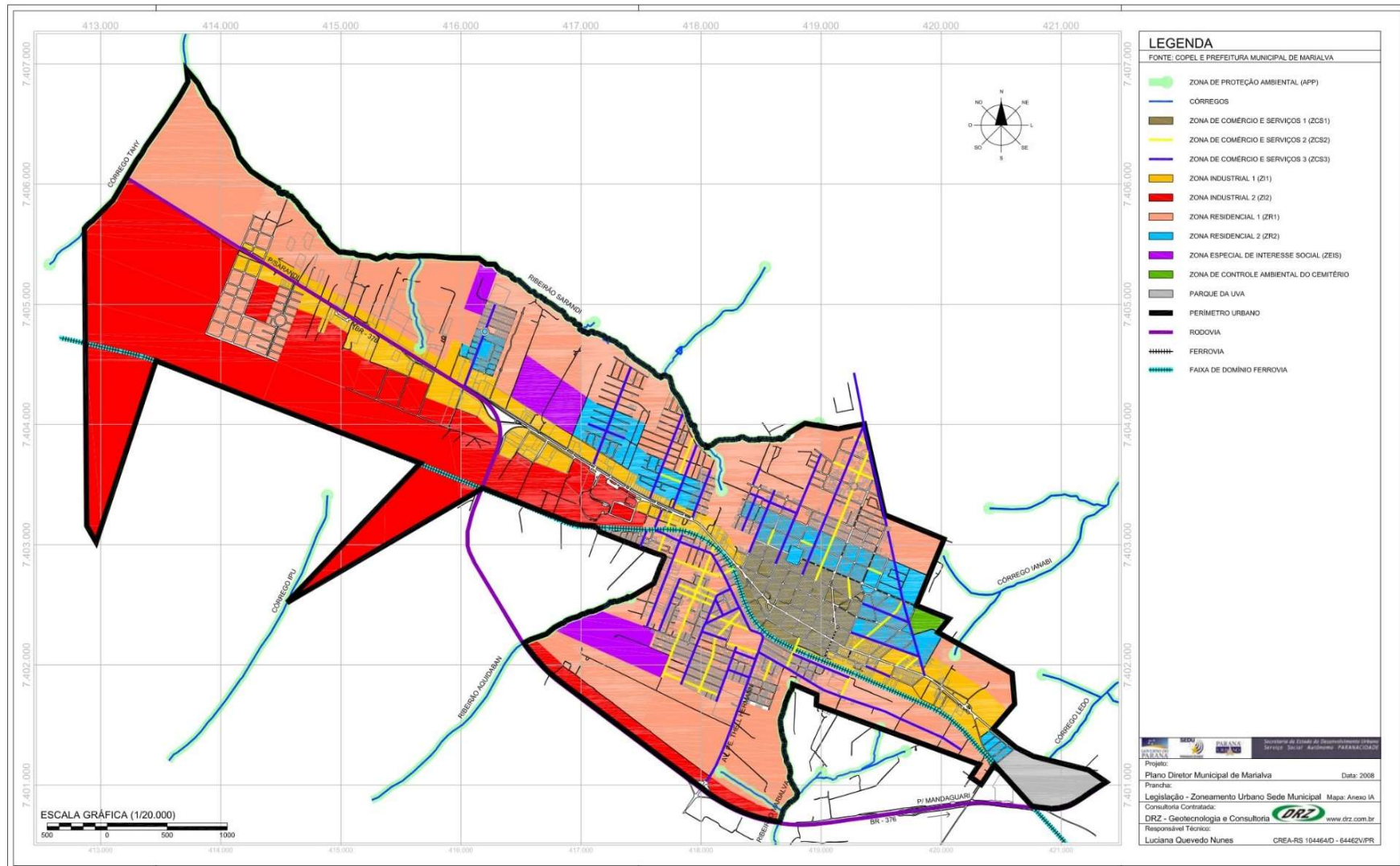
Zona de Controle Ambiental do Cemitério: (Art.18 – lei 100/2010) A Zona de Controle Ambiental do Cemitério compreende a área do atual



cemitério com a finalidade de sua preservação e controle ambiental sobre a área.

A Figura 8 apresenta o zoneamento urbano da sede vigente.

Figura 8 – Ocupação do Solo Perímetro Urbano da Sede em Marialva/PR.



Quanto ao parcelamento do solo urbano do, a Lei municipal nº 101/2010 tem por finalidade disciplinar o parcelamento e o remembramento do solo para fins urbanos visando assegurar o pleno desenvolvimento das funções da cidade.

Segundo o art. 4 da lei, são adotadas as seguintes definições:

- I- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- II- ÁREA OU ZONA URBANA - É a área de terra contida dentro do perímetro urbano, definido em Lei específica complementar ao Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana;
- III- ZONA DE EXPANSÃO URBANA - É a área de terra contida ou não no perímetro urbano e não parcelada para fins urbanos;
- IV- ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA - É a área de terra, delimitada na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Urbano ou por lei específica, destinada para fins urbanos específicos: chácaras de lazer ou recreio, vila rural, lotes industriais ou outros; localizada fora do perímetro urbano;
- V- ÁREAS PÚBLICAS - São as áreas de terras a serem doadas ao Município para fins de uso público em atividades culturais, cívicas, esportivas, de saúde, educação, administração, recreação, praças e jardins;
- VI- ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - É a área de terra a ser doada ao Município a fim de proteger o meio ambiente natural, compreendendo, entre outras, a critério do Poder Executivo Municipal, os fundos de vales e as reservas florestais;
- VII- ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE (APP) – É a área definida nos artigos 2º e 3º do da Lei Federal nº. 4.771/65 – Código Florestal;
- VIII- ÁREA DE LAZER - É a área de terra a ser doada ao Município destinada às praças, parques, jardins e outros espaços destinados à recreação da população;
- IX- ARRUAMENTO - Considera-se como tal a abertura de qualquer via ou logradouro destinado à utilização pública para circulação de pedestres ou veículos;
- X- ÁREA *NON AEDIFICANDI* - É área de terra onde é vedada a edificação de qualquer natureza;
- XI- CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
- XII- DESDOBRO OU DESMEMBRAMENTO - É o parcelamento do solo urbano efetuado pela subdivisão de um lote em mais lotes, destinados à edificação, com o aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias ou logradouros públicos nem no prolongamento, modificação ou ampliação das já existentes;
- XIII- EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS - São os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, esportes e lazer;

- XIV- EQUIPAMENTOS URBANOS - São os equipamentos públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, fornecimento domiciliar e público de energia elétrica, coleta e destinação de águas pluviais, arborização e pavimentação de vias urbanas;
- XV- GLEBA - Área de terra que não foi ainda objeto de parcelamento do solo para fins urbanos;
- XVI- LOTE - Área de terra resultante de parcelamento do solo para fins urbanos;
- XVII- LOTEAMENTO - É o parcelamento do solo urbano efetuado pela subdivisão de gleba em lotes destinados edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;
- XVIII- LOTEAMENTO FECHADO - É o parcelamento do solo efetuado pela subdivisão de gleba em lotes destinados a edificações, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes, com fechamento de seu perímetro e controle de acesso de não moradores;
- XIX- PERÍMETRO URBANO - É a linha de contorno que define a área ou a zona urbana, de expansão urbana e de urbanização específica;
- XX- PLANO DE LOTEAMENTO - É o conjunto de documentos e projetos que indica a forma pela qual será realizado o parcelamento do solo por loteamento;
- XXI- QUADRA - É a área de terra, subdividida em lotes, resultante do traçado do arruamento;
- XXII- REFERÊNCIA DE NÍVEL - É a cota de altitude tomada como oficial pelo Município;
- XXIII- REMEMBRAMENTO - É a unificação de lotes urbanos com aproveitamento do sistema viário existente.

5.2.7. Áreas de Preservação Permanente, Unidades de Conservação e Áreas Verdes Significativas

Em relação às áreas de preservação permanente (APP), foram institucionalizadas pelo Novo Código Florestal (Lei Federal nº12.651/2012), que estabelece APP as florestas e demais formas de vegetação naturais situadas às margens de lagos ou rios (perenes ou não); nos altos de morros; nas restingas e manguezais; nas encostas com declividade acentuada e nas bordas de tabuleiros ou

chapadas com inclinação maior que 45°; e nas áreas em altitude superior a 1.800 metros, com qualquer cobertura vegetal, conforme se pode visualizar na Figura 1.8.

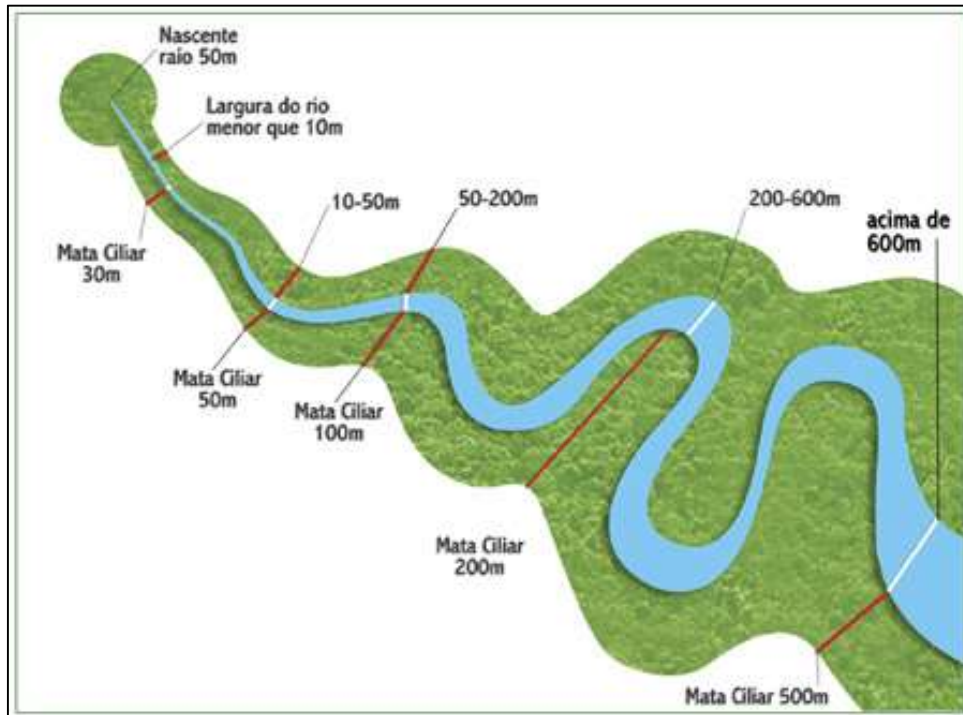


Figura 9 – Distâncias respeitadas em APP, segundo Novo Código Florestal.
Fonte: CULTURA MIX, 2016.

As áreas de preservação permanente são importantes para a manutenção da qualidade ambiental e possuem papel importante na preservação de espécies da fauna e flora, manutenção dos corpos hídricos, na conservação de solo, do clima e da qualidade do ar, portanto, se faz necessário ações para a preservação e recuperação de tais áreas, além de fiscalizar e evitar a ocupação dessas, fato comum em muitos municípios brasileiros.

A Lei Federal nº 9.985/2000 instituiu o Sistema de Unidades de Conservação, com o objetivo principal de contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais, estabelecendo critérios e procedimentos para implantação de Unidades de Conservação. De acordo com esta lei, no Art. 2º entende-se por:

“...espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.” (BRASIL, 2000).

No município de Marialva podem ser encontradas Áreas de Preservação Permanente do Córrego Wenceslau e do Ribeirão Pinguim abrangendo desde a ADA até a All.

A vegetação no entorno da nascente do Córrego Wenceslau encontra-se degradada, necessitando ser reflorestada em um raio de no mínimo 50 metros como previsto em lei. A APP do Ribeirão Pinguim apresenta cobertura vegetal do tipo capoeirinha, em processo de regeneração natural, com vegetação típica de Floresta Estacional Semidecidual, desenvolvendo capoeiras em diversos graus de maturidade e em algumas extensões necessita ser reflorestada.

5.2.8. Arborização Urbana

O município de Marialva não detém um Plano de Arborização Urbana, todavia o controle de arborização é de responsabilidade da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente através da legislação municipal 1.683/2012.

Realizam o monitoramento técnico como a poda, corte e reposição das árvores urbanas, embora não tenham nenhum tipo de treinamento para realizar essas atividades. O indicador para verificar o atendimento das arborizações são as solicitações efetuadas pelos munícipes.

A seguir estão listadas as espécies existentes na arborização urbana de Marialva, incluindo árvores frutíferas.

- Ipê chileno ou Carobá branco - *Sparattosperma leucanthum*;
- Ficus - *Ficus benjamina*;
- Flamboyant - *Delonix regia*;
- Ligustro - *Ligustrum lucidum*;
- Aroeira Salsa - *schinus molle*;
- Aroeira pimenteira - *Schinus terebinthifolius*;
- Abacateiro - *Persea americana L*;
- Sibipiruna - *Caesalpinia peltophoroides* - *Poincianella pluviosa*;
- Ipê-roxo - *Tabebuia avellanadae* - *Handroanthus avellanadae*;
- Ipê-amarelo - *T. serratifolia*;
- Ipê-amarelo - *T. chrysotricha* - *Handroanthus chrysotrichus*;
- Ipê-rosa - *Tabebuia heptaphylla* - *Handroanthus heptaphyllus*;

- Ipê-branco - *Tabebuia roseoalba*;
- Jambolão - *Syzygium cumini*;
- Canelinha - *Nectandra megapotamica*;
- Pau-ferro - *Caesalpinia leiostachya* - *Libidibia ferrea*;
- Cedro - *Cedrella fissilis*;
- Sete-copa - *Terminalia catappa*;
- Pata-de-vaca - *Bauhinia forficata*;
- Tipuana - *Tipuana tipu*;
- Murta - *Murraya paniculata*;
- Magnolia - *Michelia champaca* L.;
- Falso-pau-brasil - *Caesalpinia tinctoria*;
- Poncã - *Citrus reticulata*;
- Azeitona-do-ceilão - *Elaeocarpus serratus* L.;
- Jacaranda Mimoso - *Jacaranda mimosaeifolia*;
- Acaçia - Azul - *Acacia* sp;
- Leucena - *Leucaena leucocephala*;
- Ligustro - *Ligustrum lucidum*;
- Oiti - *Licania tomentosa*;
- Falso-barbatimão - *Cassia leptophylla*;
- Manguera - *Mangifera indica* L.;
- Jaqueira - *Artocarpus intergrifoliam*;
- Jatobá - *Hymenaea courbaril*;
- Carobá-branco - *Spattosperma leucanthum*;
- Quaresmeira - *Tibouchina granulosa*;
- Espirradeira – *Nerium oleander*.

De acordo ainda com a municipalidade, os maiores problemas enfrentados relacionados à arborização são: erradicação e poda irregular, interferência nas fiações, interferência na iluminação pública, rompimento de calçadas, rompimento de tubulações e rompimento de fossas.

Nos casos em que os galhos estão em com a rede de baixa tensão, a poda é realizada por uma empresa terceirizada a serviço da COPEL, uma vez ao ano em todo

o Município. Nos casos em que há interferência ou conflito com a rede de alta tensão o serviço é realizado pela COPEL conforme solicitação dos clientes da companhia.

5.3.ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

As infraestruturas urbanas dão as condições para o funcionamento pleno das atividades urbanas, são importantes para a manutenção da economia, saúde, educação, trabalho e lazer, além das condições mínimas para moradia.

Para o presente plano serão abordadas as estruturas do saneamento básico (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem pluvial, limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos), sistema viário, arborização e iluminação pública, áreas verdes e cemitérios.

Os equipamentos e serviços públicos são elementos essenciais para organizar e qualificar o espaço urbano e podem, por suas características ou importância, constituir-se em referência para a população, estando diretamente relacionados à qualidade de vida.

Para o entendimento sobre a amplitude e qualidade dos serviços e equipamentos públicos, foram feitas entrevistas, visitas técnicas e mapeamento das unidades públicas, em colaboração com a Equipe Técnica Municipal, Equipe de Coordenação e colaboradores da Prefeitura Municipal, responsáveis por cada setor analisado.

Dessa maneira foram analisados os dados em conjunto com os departamentos e secretarias, apontando principalmente os pontos mais relevantes (positivos e negativos) de cada setor.

No tocante à capacidade dos equipamentos e serviços tomou-se como referência as diretrizes elencadas por Gouvêa (2008), para o dimensionamento dos equipamentos de saúde e educação (Tabela 1.4) que em seus estudos apresenta requisitos de dimensionamento dos equipamentos urbanos comunitários baseados no Instituto de Planejamento do Distrito Federal e em estudos desenvolvidos nas décadas de 1970, 1980 e 1990 no Governo de Distrito Federal.

Tabela 8 - Síntese das características desejadas no planejamento de equipamentos de saúde e educação segundo Gouvêa (2008).

Equipamento	Diretrizes
Educação Infantil	Área mínima do terreno: 3.000,00 m ² Raio de abrangência: 300m Número de alunos por sala de aula: 15 a 25 Número de salas por equipamento: 12 Funcionamento em um turno
Escola de ensino fundamental	Área mínima do terreno: 8.000,00 m ² Raio de abrangência máximo: 1.500m Número de alunos por equipamento: 1050 Número de salas por equipamento: 15 Funcionamento em dois turnos
Escola de ensino médio	Área mínima do terreno: 11.000,00 m ² Raio de abrangência máximo: 3.000m Número de alunos por equipamento: 1440 Número de alunos por sala de aula: 40 a 45 Número de salas por equipamento: 18 Funcionamento em dois turnos
Posto de saúde	Área mínima do terreno: 360m ² Raio de abrangência máximo: 8.000m 01 unidade para cada 3.000 habitantes
Hospital	Área mínima do terreno: 31.000m ² Raio de abrangência: regional 01 unidade para cada 200.000 habitantes

Fonte: Gouvêa, 2008.

5.3.1. Saneamento Básico

O saneamento básico é composto por quatro eixos: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, drenagem pluvial urbana e manejo de resíduos sólidos.

5.3.1.1. Abastecimento de Água

Segundo o Relatório Anual do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento Básico – SNIS, o serviço de abastecimento de água é delegado ao Serviço de Água e Esgoto de Marialva – SAEMA.

Captação, tratamento e distribuição de água

O município de Marialva concede a SAEMA a captação, tratamento, distribuição de água e processos auxiliares. A data de início da concessão (atuação) da SAEMA teve início em 06 de julho de 2010.

De acordo com estimativa feita pelos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2016 o município de Marialva possuía 34.377 habitantes. De acordo com o SNIS, 27.984 habitantes recebiam o abastecimento de água, o que corresponde a 81,4% da população. Atualmente há um total de 14.218 ligações no município.

O sistema de abastecimento de água da sede urbana de Marialva é constituído por captação através de poços e minas. Após isso ocorre a distribuição através de linhas, tubulações (padrão na maioria dos pontos) e dutos. Em outros há a necessidade do uso de bombas de recalque.

Essa água captada geralmente não tem condições ideais para consumo, por isso ocorrem os processos de tratamento. Como forma de tratamento, utiliza-se apenas desinfecção por meio de cloração.

A água de abastecimento é coletada do Rio Pirapó e Rio Ivaí, e possui muitos ribeirões e córregos, que ao norte deságuam no Rio Pirapó e ao sul deságuam no Rio Ivaí. Dentre os ribeirões destacam-se: Marialva, Aquidaban, Keller, Pingüim, Cambuí, que pertencem à Bacia Hidrográfica do Pirapó.

O município tem seu abastecimento de água potável pelas seguintes fontes: duas nascentes (minas) – nascentes dos ribeirões Marialva e Aquidaban – e vinte e sete poços semi-artesianos em atividade, e dois poços já perfurados e prontos para serem instalados.

A qualidade da água é o reflexo do efeito combinado de muitos processos que ocorrem ao longo do curso d'água. Traduz-se pelas suas características físicas e químicas e também pela qualidade de todo o funcionamento do ecossistema.

Das nascentes são retirados da adutora I mais de 90 m³ de água (noventa mil litros), e da adutora II mais de 200 m³ (duzentos mil litros) de água por hora, para o abastecimento da área central da cidade. Os locais onde se encontram essas nascentes estão em bom estado de conservação e bem preservados.

O SAEMA é responsável pelo abastecimento de água potável e pelo tratamento da mesma com Hipoclorito de Sódio, que é realizado através de bombas dosadoras instaladas em pontos estratégicos. Após tratamento, a rede de esgoto deságua no ribeirão Sarandi. Há problemas de abastecimento nos bairros Jardim Planalto e Jardim Yamanaka, que necessitam de pelo menos um reservatório de maior capacidade para atender a demanda. Outros bairros como Alto Cafezal e Santa Fé necessitam de poço e reservatório.

Não existe programa de tarifa social e nem programas ambientais de conscientização do consumo de água, sendo necessária a criação de ambos.

O município não passou por racionalização de abastecimento de água.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) para o período de 2005 a 2016, pode-se observar a redução na infraestrutura de abastecimento de água na medida em que ocorreu um aumento populacional. Houve um incremento em torno de 33% da quantidade de ligações totais de água, as economias residenciais elevaram em 42,67% no período analisado. Contudo, o volume de água produzido teve uma oscilação e um grande acréscimo entre 2010 e 2015, possivelmente em detrimento de melhorias no sistema de abastecimento, uma vez que o índice de perdas por ligação aumentou nesse último ano de análise.

Tabela 9 – Dados do Sistema de Abastecimento do Água - SNIS - 2005, 2010 e 2015 e 2016.

Ano	2005	2010	2015	2016
População urbana atendida com abastecimento de água (Habitantes)	29.290	27.930	27.752	27.982
Quantidade de ligações totais de água (Ligações)	7.932	9.308	11.820	11.909
Quantidade de economias residenciais ativas de água (Economias)	8082	9308	11830	14098
Volume de água consumido (1.000 m ³ /ano)	2298,9	2068,0	2916,0	1888,98
Volume de água produzido (1.000 m ³ /ano)	3330,9	2845,0	4019,02	4022,0
Extensão da rede de água (km)	-	252	164	167,28
Quantidade de ligações ativas de água micro medidas (Ligações)	6724	9308	11020	11853
Índice de perdas por ligação (l/dia/lig.)	357,36	233,85	260,04	492,55
Consumo médio per capita de água (l/hab./dia)	217,2	203,5	289,1	185,7
Tarifa média de água (R\$/m ³)	0,47	1,21	-	2,22
Investimentos totais realizados pelo prestador de serviços (R\$/ano)	733323,07	281262	-	199570,52
Receita operacional direta de água (R\$/ano)	5958656,16	4779077,16	-	-

Fonte: SNIS, 2018.

Há alguns problemas no abastecimento público no município, já que a área urbana não é atendida em sua totalidade. Nos próximos 10 anos a municipalidade pretende rever a possibilidade de reestruturação da rede de água; a centralização do

abastecimento em determinadas regiões; aumento da capacidade de reservação; e estudo do custo real para captar, tratar, e distribuir a água.

5.3.1.2. Esgotamento Sanitário

Segundo SNIS, o serviço de esgotamento sanitário também é delegado ao Serviço de Água e Esgoto de Marialva – SAEMA.

Atualmente 70% do esgotamento sanitário é coletado e tratado no município, totalizando 10.393 ligações.

O esgoto é captado por meio das tubulações ligadas às residências (padrão). Existem duas estações elevatórias que conduzem o efluente para a rede. Após a coleta, o esgoto é encaminhado para as estações de tratamento, sendo três no total.

O tratamento utilizado nas estações de tratamento de esgoto é basicamente o sistema australiano.

Segundo a Prefeitura Municipal, não existe atendimento nas áreas rurais. A ausência de coleta e tratamento de esgoto obriga as comunidades a conviverem com seus próprios dejetos, principalmente quando estes são lançados ao ar livre ou fossas, geralmente mal construídas, valas negras ou diretamente nos córregos.

O contato com o esgoto agrava o risco de inúmeras doenças como poliomielite, hepatite A, giardíase, disenteria amebiana, diarreia por vírus, febre tifoide, febre paratifoide, diarreias e disenterias bacterianas (cólera), ancilostomíase (amarelão), ascaridíase (lombriga), teníase, cisticercose, filariose (elefantíase), esquistossomose, etc.

As vantagens do investimento em tratamento de esgoto para a saúde pública são visíveis. Segundo a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, a cada R\$1,00 (um real) investido em saneamento, economiza-se R\$4,00 (quatro reais) em medicina curativa.

O esgoto é tão importante para melhorar o Índice do Desenvolvimento Humano – IDH que o sétimo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (uma série de metas socioeconômicas que os países da ONU se comprometeram a atingir até 2015) é reduzir pela metade o número de pessoas sem rede de esgoto.

Para os próximos 10 anos a municipalidade tem-se as seguintes metas:

- Implantação de Estação de Tratamento nas proximidades do Conjunto João de Barro, para atender a demanda daquela região e proximidades;
- Implantação de uma nova estação de tratamento de esgoto fora da área urbana do município, para substituir a Estação de Tratamento de Esgoto Ribeirão Sarandi, localizada na Estrada Cooperativa;
- Possibilidade de eliminar ligações clandestinas de esgoto.

Segundo informações da municipalidade, não são aceitos poços negros, somente sistema de fossa séptica e sumidouro, estes instalados conforme:

Os tanques sépticos devem observar as seguintes distâncias horizontais mínimas:

- a) 1,50 m de construções, limites de terreno, sumidouros, valas de infiltração e ramal predial de água;
- b) 3,0 m de árvores e de qualquer ponto de rede pública de abastecimento de água;
- c) 15,0 m de poços freáticos e de corpos de água de qualquer natureza. Nota: As distâncias mínimas são computadas a partir da face externa mais próxima aos elementos considerados. (NBR 7229)

No inciso III do art. 17 da Lei 95/2009, do Plano Diretor Municipal – PDM, afirma o aumento da fiscalização para coibir a construção de fossas nas calçadas.

Segundo a evolução do sistema de esgotamento sanitário em Marialva, disponibilizada pelo SNIS para os anos de 2005, 2010, 2015 e 2016, é possível constatar que houve um decréscimo de 13,90% na população total atendida com esgotamento sanitário de 2005 para 2010. Porém, esse número voltou a crescer em 2015, se estabilizando até 2016 (30,05% a mais que em 2010).

Houve um aumento na quantidade de economias residenciais ativas de esgotos, assim como na quantidade de ligações totais de esgotos. Houve um incremento no índice de coleta de esgoto chegando a 44,85% em 2016. O mesmo ocorre no índice de tratamento de esgoto, alcançando nesse a totalidade (100%), resultante dos significativos investimentos ocorridos em 2016.

Em se tratando de economias ativas residenciais, ocorreu um acréscimo de 65,77% no período analisado. O volume de esgoto coletado e tratado é equivalente desde 2005, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 10 – Evolução dos dados do sistema de esgotamento sanitário em Marialva/PR.

Ano	2005	2010	2015	2016
Quantidades de extravasamentos de esgotos registrados (Extravasamentos/ano)	380	72	300	309
Tarifa média de esgoto (R\$/m ³)	0,26	-	1,29	1,39
Índice de coleta de esgoto (percentual)	36,94	75,58	33,29	66,96
Índice de tratamento de esgoto (percentual)	100	100	100	100
Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água (percentual)	100	100	100	100
Receita operacional direta de esgoto (R\$/ano)	221831,32		1250140,61	1760635,91
Investimento realizado em esgotamento sanitário pelo prestador de serviços (R\$/ano)	0	-	0	90000
População total atendida com esgotamento sanitário no ano anterior ao de referência. (habitante)	15.912	13.700	18.528	19.587
Quantidade de economias ativas de esgotos (Economias)	3.978	4.752	9.460	9.509
Extensão da rede de esgotos (km)	-	152	162,3	162,3
Volume de esgotos coletado (1.000 m ³ /ano)	849,3	1.563,00	970,63	1.264,80
Volume de esgoto tratado (1.000 m ³ /ano)	849,3	1.563,00	970,63	1.264,80
Quantidade de economias residenciais ativas de esgotos (Economias)	3.189	3.760	9.270	9.319
Quantidade de ligações totais de esgotos (Ligações)	4.186	4.899	9.460	9.732

Fonte: SNIS, 2018.

5.3.1.3. Resíduos Sólidos

O município de Marialva possui diferentes tipos de coleta para resíduos sólidos, sendo eles:

- Doméstico: Os resíduos domésticos da sede do município são coletados por empresa terceirizada. Nos distritos e rural coleta é municipal;
- Hospitalar: Cada empresa dá o seu destino;
- Industrial: Cada empresa dá o seu destino;
- Entulhos: - pequenos geradores podem levar ao ECOPONTO. Os grandes geradores devem dar a destinação própria;
- Reciclável: Os resíduos recicláveis da sede do município são coletados por empresa terceirizada. Nos distritos e rural coleta é municipal;
- De poda de árvores: parte vai para compostagem e parte é distribuída para produtores rurais.

Os resíduos orgânicos, aproximadamente 50% são encaminhados para a compostagem no CTC, os outros 50% mais os rejeitos vão para o aterro sanitário.

100% dos resíduos recicláveis são encaminhados para o CTC para serem processados. Os resíduos de construção civil dos pequenos geradores recebidos no ECOPONTO são encaminhados para uma cascalheira em recuperação. A destinação final de grande parte dos resíduos é realizada no aterro municipal, gerenciado pelo Município.

Parte da coleta de resíduos sólidos no município é de responsabilidade da Central de Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Urbano – CTC. Há coleta seletiva e um galpão para separar lixos recicláveis e associação de catadores (ACLIMAR).

Esporadicamente são realizadas ações de educação ambiental.

5.3.1.4. Drenagem Pluvial Urbana

Segundo informações da equipe técnica, 70% da área urbana do município é atendido por galeria de águas pluviais, no entanto, um dos principais problemas enfrentados são com enchentes e alagamentos nos bairros Jardim São Pedro, Jardim

Regência e Avenida Cristóvão Colombo. Outro problema é causado pelas grandiosas erosões em extensão e profundidade em diversos pontos.

Não há projeto e nem previsão de obra para resolver esses problemas, sendo necessária a criação de ambos. No entanto, deve ser revisado o sistema de drenagem nos bairros mais antigos, e adequado a demanda real.

5.3.2. Iluminação Pública e Energia Elétrica

O serviço de iluminação pública no município é feito por uma agência da companhia de eletricidade COPEL. Atende 100% da sede municipal urbana. Localiza-se na Rua Rui Barbosa, 682 e seu horário de funcionamento é de segunda a sexta, das 8h ao 12h e 13:30 às 15:30.

- Ligação nova: primeira ligação para uma unidade consumidora. Em caso de construção nova, também são instalados equipamentos de medição. O serviço de ligação nova é gratuito;
- Religação: solicite o restabelecimento do fornecimento de eletricidade suspenso. De acordo com a legislação vigente, a distribuidora pode suspender o fornecimento de eletricidade por causa de inadimplência ou Infração. Se ao cliente não tiver mais um debito com a distribuidora pode solicitar uma religação normal (executada num prazo de 24 horas) ou religação de urgência (executada num prazo de até 4 horas);
- Troca de padrão ou atualização de seus dados cadastrais.

Não existe esse atendimento na área rural, vilas e comunidades rurais isoladas.

O município não possui programa de redução do consumo de energia, assim como programa às populações carentes para disponibilizar o serviço de energia elétrica sendo necessária a elaboração de ambos.

Nas redes elétricas não existe o procedimento de rebaixamento dos postes, e sim a iluminação pública, que ocorre em todas as regiões da sede municipal.

5.3.3. Saúde

A saúde municipal em Marialva é de responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde.



No município são ofertados serviços de saúde de baixa complexidade através da atenção primária em saúde.

Os serviços de média complexidade ofertados pelo município são CAPS e Pronto Atendimento Municipal, e contam com 03 laboratórios de patologia clínica, conveniados ao SUS e o LEPAC. Os serviços de apoio diagnóstico como raio-x e ultrassonografia são realizados em clínicas conveniadas ao CISAMUSEP e ao SUS, e uma cota de 179 por mês por profissional contratado, no município.

Para o atendimento ambulatorial especializado, o município conta com clínica de fisioterapia conveniada ao SUS, cardiologista, angiologista, ortopedista, gastroenterologista, otorrinolaringologista, dermatologista, radiologista e ginecologista, que realizam o atendimento no próprio município. Outras especialidades são ofertadas através do convenio com o CISAMUSEP em Maringá. O município também possui CAPS I, realizando o atendimento na área da saúde mental.

A rede de assistência à saúde do SUS em Marialva é formada por 8 equipes de Estratégia Saúde da Família, com cobertura dos quatro distritos pela equipe de PSF Rural. O município apresenta cobertura de Estratégia Saúde da Família de 80,00%, e de Atenção Básica de 100,00%, segundo referência da Nota Técnica do Departamento da Atenção básica de junho de 2018.

Os equipamentos de saúde estão descritos, junto com a localização e horário de atendimento de cada um, e especializados na Tabela a seguir.

Tabela 11 – Equipamentos de saúde e horários de atendimento em Marialva/PR.

Equipamento	Localização	Horário
CAPS – Centro de Apoio Psico-Social	Rua Adhemar Bornia, s/n, Centro	7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min
Central de Combate a endemias	Rua Nossa Senhora do Roccio, 1205, Centro	7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min
Clínica Odontológica	Rua João Martins Tosta Sobrinho, s/n, Jardim Paraíso	7h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min
Farmácia Municipal	Rua Formosa, 522, Centro	7h30min às 18h00min (ininterruptas)
P S F Rural e Unidade de Saúde Distrito de Cambuí	Av. Vereador Amado Góes, s/n, Distrito de Cambuí	7h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min
Pronto Atendimento Municipal	Avenida Cristovão Colombo, 1624	24 horas
Secretária Municipal de Saúde	Rua Campos Sales, 425, Centro	8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00
Unidade de Saúde da Família Jardim Regênciã	Rua Ipiranga, 360, Centro	7h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min
Unidade de Saúde Distrito de Aquidaban	Rua Ivai, s/n, Distrito de Aquidaban	7h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min
Unidade de Saúde Distrito de Santa Fé	Estrada Sarandi, km 15, Distrito de Santa Fé	7h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min
Unidade de Saúde Distrito de São Luiz	Rua Estevão Horvath, s/n, Distrito de São Luiz	7h00min às 11h30min
Unidade Saúde da Família Conjunto João de Barro	Rua dos Choppins, s/n, Conjunto João de Barro	7h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00
Unidade Saúde da Família Conjunto Marialva II e Clínica de Mulher	Rua Giuseppe Gandolfi esquina c/ João Moraes da Silva, Conjunto Marialva II	7h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min
Unidade Saúde da Família Jardim Planalto	Rua Conego Vicente Teixeira, s/n, Jardim Planalto	7h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min
Unidade Saúde da Família Jardim Shenandohá	Rua Washington Luís esquina com João Gomes, Centro	7h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min
Unidade Saúde da Família Vila Antônio	Rua Manoel Nunes Marques s/n Vila Antônio	7h00min – 17h00min (ininterruptas)
Unidade Saúde da Família Vila Brasil/Itamaraty	Rua Doralice Parpinelli nº73 Jardim Itamaraty	7h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

Os equipamentos, de modo geral, apresentam capacidade de suporte satisfatória a atender a demanda, exceto 2 unidades, Vila Brasil e Regência. São unidades alugadas, que atualmente as unidades próprias foram construídas e serão inauguradas dentro de 2 meses.

Além desses equipamentos, há os laboratoriais e odontológicos. Os laboratoriais atendem à demanda da população. Já odontológico possui somente 4 unidades para o atendimento, que são: João de Barro, Shenandohá, Cambuí, Aquidaban e Santa Fé.

Quanto aos recursos humanos, estão separados pelas seguintes categorias:

- Médicos: cada equipe de PSF possuem um médico, mas para atender adequadamente a demanda são necessários mais 2 médicos (que já houve credenciamento das equipes pelo ministério da saúde (faltando a contratação desses profissionais para atender adequadamente a população);
- Enfermeiros: adequado (cada unidade de PSF possuem 1 enfermeiro responsável técnico, mais 1 enfermeiro na clínica da mulher para atendimento específico de saúde da mulher;
- Técnicos: cada equipe possui 2 profissionais;
- ACS: ok
- Recepcionista: não há informações;
- Auxiliares de serviços gerais: não há informações;
- Pronto atendimento: falta enfermeiro para o acolhimento e classificação de risco, e técnico 1 noturno para cada plantão.

A seguir a lista dos programas existentes por equipamento de saúde.

1) Atenção primária em saúde:

UBS JOÃO DE BARRO

Endereço: Rua dos Choppins, 1561, João de Barro.

Contato: 3232-3778

Enfermeira responsável: Adriana Vieira Rodrigues Pires

ATIVIDADES OFERECIDAS A POPULAÇÃO:

- Administração de medicações por via oral, injetáveis e inalação;
- Atendimento de psicologia, semanal;

-
- Atendimento nutricional, semanal;
 - Cadastro e impressão de cartão SUS;
 - Coleta de preventivo e avaliação clínica das mamas;
 - Consulta de Enfermagem;
 - Consulta de Pediatra (na unidade do Jardim Planalto);
 - Consulta médica;
 - Curativo; Retirada de pontos;
 - Grupo de Ginástica na ATI do bairro (aberto para toda a população do município de terça-feira e quinta-feira as 08h00min);
 - Grupo de Saúde com psicóloga semanalmente, as quintas-feiras 9h00min;
 - Hiperdia: 3ª quarta-feira do mês (É um grupo destinado aos usuários que possuem diabetes, hipertensão e obesidade, dentro da área de abrangência da UBS. É realizado pela equipe multiprofissional da UBS e durante o mesmo são realizadas orientações sobre essas enfermidades, além da realização do teste de glicemia, aferição de pressão arterial e renovação de receita médica);
 - MACC – Modelo de Atenção às Condições Crônicas, atendimento dos pacientes hipertensos e diabéticos de acordo com o risco cardiovascular; Atendimento com equipe multiprofissional do hipertenso e diabético de alto risco, segunda-feira a tarde, a cada 15 dias;
 - Puericultura (acompanhamento do desenvolvimento das crianças de 0 a 2anos);
 - RAISI – Rede de Atenção Integral a Saúde do Idoso, atendimento com equipe multiprofissional da população idosa segundo o índice de vulnerabilidade clínico funcional, segunda-feira a tarde, a cada 15 dias;
 - Realização de bochecho e escovação na escola;
 - Rede Mãe Marialvense – pré-natal;
 - Renovação de receitas, toda quinta-feira a tarde;
 - Testes rápidos de HIV, Sífilis, Hepatite B, Hepatite C e Dengue;
 - Tratamento odontológico;
 - Vacinas do calendário básico, atestado de vacina e campanhas de vacinação;

- Verificação de Pressão arterial, glicemia capilar, peso, estatura, circunferência abdominal e temperatura axilar;
- Visita domiciliar de Agente Comunitário de Saúde mensal para todas as famílias cadastradas da área de abrangência da unidade, e com maior frequência conforme rotina padronizada previamente por protocolo;
- Visita domiciliar de médico e enfermeiros para pacientes acamados e domiciliados;

UBS SHENANDOHÁ

Endereço: Rua Washington Luis, esquina com a R. João Gomes, Centro.

Contato: 3232-2813

Enfermeira responsável: Gabriella Sallete Farah Bueno de Godoy

ATIVIDADES OFERECIDAS A POPULAÇÃO:

- Administração de medicações por via oral, injetáveis e inalação;
- Atendimento de psicologia, semanal;
- Atendimento em grupo e individual de psicologia: semanal;
- Atendimento nutricional, semanal;
- Cadastro e impressão de cartão SUS;
- Coleta de preventivo e avaliação clínica das mamas;
- Consulta de Enfermagem;
- Consulta de Pediatra;
- Consulta médica;
- Curativos;
- Educação em Saúde, Grupo de Saúde: CSU – com rodas de conversa, palestras e orientações;
- Eletrocardiograma eletivos;
- MACC – Modelo de Atenção às Condições Crônicas, atendimento dos pacientes hipertensos e diabéticos de acordo com o risco cardiovascular, semanal;
- Palestras na escola;
- Pré-natal: semanal;
- Puericultura;

- RAISI – Rede de Atenção Integral a Saúde do Idoso, atendimento com equipe multiprofissional da população idosa segundo o índice de vulnerabilidade clínico funcional, semanal;
- Realização de bochecho e escovação na escola: semanal;
- Renovação de receitas semanal;
- Retirada de pontos;
- Testes rápidos de HIV, Sífilis, Hepatite B, Hepatite C e Dengue;
- Tratamento odontológico;
- Vacinas do calendário básico (período da manhã), atestado de vacina e campanhas de vacinação;
- Verificação de Pressão arterial, glicemia capilar, peso, estatura, circunferência abdominal e temperatura axilar;
- Visita domiciliar de Agente Comunitário de Saúde mensal para todas as famílias cadastradas da área de abrangência da unidade, e com maior frequência conforme rotina padronizada previamente por protocolo;
- Visita domiciliar de médico e enfermagem para pacientes acamados e domiciliados, e para puérperas e recém-nascidos;
- Visita domiciliar do fisioterapeuta para prescrição de órtese/prótese, ou para atendimento domiciliar segundo o protocolo do município.

UBS REGÊNCIA

Endereço: Rua Ipiranga, 360

Contato: 3232-4264

Enfermeira responsável: Samile Bonfim

ATIVIDADES OFERECIDAS A POPULAÇÃO:

- Abordagem intensiva do fumante, grupo de apoio aos tabagistas;
- Acolhimento de Enfermagem;
- Administração de medicações por via oral, injetáveis e inalação;
- Atendimento de psicologia, semanal;
- Atendimento nutricional, semanal;
- Avaliação de pé diabético;
- Cadastro e impressão de cartão SUS;
- Coleta de preventivo e avaliação clínica das mamas;



-
- Consulta de Enfermagem;
 - Consulta de Pediatra semanal;
 - Consulta médica;
 - Curativo;
 - Educação em Saúde, com rodas de conversa, palestras e orientações
 - Grupo de Saúde Mental semanal;
 - MACC – Modelo de Atenção às Condições Crônicas, atendimento dos pacientes hipertensos e diabéticos de acordo com o risco cardiovascular, segunda-feira, manhã e tarde; Atendimento com equipe multiprofissional do hipertenso e diabético de alto risco, as quintas-feiras a tarde com agendamento prévio pela equipe, a cada 15 dias;
 - Palestras;
 - Pré-natal semanal e Grupo de gestante;
 - Procedimentos: Cauterização, Cantoplastia, Lavagem de ouvido e Desbridamento de feridas;
 - Puericultura (acompanhamento do desenvolvimento das crianças de 0 a 2 anos) semanal;
 - RAISI – Rede de Atenção Integral a Saúde do Idoso, atendimento com equipe multiprofissional da população idosa segundo a classificação de risco;
 - Renovação de receita médica, semanal;
 - Retirada de pontos;
 - Teste rápido de gravidez;
 - Testes rápidos de HIV, Sífilis, Hepatite B, Hepatite C e Dengue;
 - Verificação de Pressão arterial, glicemia capilar, peso, estatura, circunferência abdominal e temperatura axilar;
 - Visita domiciliar de Agente Comunitário de Saúde mensal para todas as famílias cadastradas da área de abrangência da unidade, e com maior frequência conforme rotina padronizada previamente por protocolo;
 - Visita domiciliar de médico e enfermagem para pacientes acamados e domiciliados, e para puérperas e recém-nascidos;
 - Visita domiciliar de técnico de enfermagem para acompanhamento de PA e Glicemia e idosos de alto risco;

- Visita domiciliar do fisioterapeuta para prescrição de órtese/prótese, ou para atendimento domiciliar segundo o protocolo do município.

UBS VILA BRASIL

Endereço: Rua Doralice Parpinelli, 73, Jardim Itamaraty.

Contato: 3232-4602

Enfermeira responsável: Suzeli da Silva Amici

ATIVIDADES OFERECIDAS A POPULAÇÃO:

- Acolhimento de Enfermagem;
- Administração de medicações por via oral, injetáveis e inalação;
- Atendimento de psicologia, semanal;
- Atendimento nutricional, semanal;
- Avaliação de pé diabético;
- Cadastro e impressão de cartão SUS;
- Coleta de preventivo e avaliação clínica das mamas;
- Consulta de Enfermagem;
- Consulta médica;
- Curativo;
- Educação em Saúde, com rodas de conversa, palestras e orientações;
- Estratificações de pacientes Crônicos: hipertensos e diabéticos;
- Grupo de Saúde Mental semanal;
- Palestras;
- Pré-natal semanal e Grupo de gestante;
- Puericultura (acompanhamento do desenvolvimento das crianças de 0 a 2 anos) semanal;
- Renovação de receita médica, semanal;
- Retirada de pontos;
- Teste rápido de gravidez;
- Testes rápidos de HIV, Sífilis, Hepatite B, Hepatite C e Dengue;
- Verificação de Pressão arterial, glicemia capilar, peso, estatura, circunferência abdominal e temperatura axilar;

- Visita domiciliar de Agente Comunitário de Saúde mensal para todas as famílias cadastradas da área de abrangência da unidade, e com maior frequência conforme rotina padronizada previamente por protocolo;
- Visita domiciliar de médico e enfermagem para pacientes acamados e domiciliados, e para puérperas e recém-nascidos;
- Visita domiciliar de técnico de enfermagem para acompanhamento de PA e Glicemia e idosos de alto risco;
- Visita domiciliar do fisioterapeuta para prescrição de órtese/prótese, ou para atendimento domiciliar segundo o protocolo do município;

UBS CONJUNTO MARIALVA II E CLÍNICA DA MULHER

Endereço: Rua Sebastião Morais s/n, Conjunto II.

Contato: 3232-2135

Enfermeiras responsáveis: Fernanda Rodrigues e Débora C. Marcenichen Mori

ATIVIDADES OFERECIDAS A POPULAÇÃO:

- Administração de medicações por via oral, injetáveis e inalação;
- Atendimento de psicologia, semanal;
- Atendimento nutricional, semanal;
- Coleta de preventivo: segunda de manhã, terça de manhã e tarde, quinta de manhã;
- Consulta de Enfermagem;
- Consulta de ginecologia;
- Consulta de Pediatra, semanal;
- Consulta médica;
- Curativo e Retirada de pontos;
- Educação em Saúde, com rodas de conversa, palestras e orientações;
- Estratificações de pacientes Crônicos: hipertensos e diabéticos;
- Grupo de acolhimento de crianças e adolescentes;
- Grupo de Saúde Mental, semanal;
- Hiperdia: 2ª quarta-feira do mês Salão Comunitário da igreja, as 08h00min, (É um grupo destinado aos usuários que possuem diabetes, hipertensão e obesidade, dentro da área de abrangência da UBS. É realizado pela equipe

multiprofissional da UBS e durante o mesmo são realizadas orientações sobre essas enfermidades, além da realização do teste de glicemia;

- Palestras na escola e creche;
- Pré-natal, semanal;
- Puericultura (acompanhamento do desenvolvimento das crianças de 0 a 2 anos) semanal;
- Renovação de receita médica, semanal;
- Testes rápidos de HIV, Sífilis, Hepatite B, Hepatite C e Dengue;
- Ultrassom;
- Vacinas do calendário básico (período da manhã), atestado de vacina e campanhas de vacinação;
- Verificação de Pressão arterial, glicemia capilar, peso, estatura, circunferência abdominal e temperatura axilar;
- Visita domiciliar de Agente Comunitário de Saúde mensal para todas as famílias cadastradas da área de abrangência da unidade, e com maior frequência conforme rotina padronizada previamente por protocolo;
- Visita domiciliar de médico e enfermagem para pacientes acamados e domiciliados, e para puérperas e recém-nascidos;
- Visita domiciliar de técnico de enfermagem para acompanhamento de PA e Glicemia;
- Visita domiciliar de técnico de enfermagem para acompanhamento de idosos de alto risco a cada 2 (dois) meses.

UBS JARDIM PLANALTO

Endereço: Rua Conego Vicente M. Teixeira, s/n, Jardim Planalto

Contato: 3232-7111

Enfermeiro responsável: Fernando Luiz Santos de Souza

ATIVIDADES OFERECIDAS A POPULAÇÃO:

- Administração de medicações por via oral, injetáveis e inalação;
- Atendimento de psicologia, semanal;
- Atendimento nutricional, semanal;
- Avaliação do tabagista para grupos; Abordagem intensiva do fumante, grupo de apoio ao tabagista, semanal;



- Cadastro e impressão de cartão SUS;
- Coleta de preventivo e avaliação clínica das mamas;
- Consulta de Enfermagem;
- Consulta de Pediatra semanal;
- Consulta médica;
- Curativo e Retirada de pontos;
- Entrega de medicamentos básicos para hipertensos e diabéticos; Entrega de anticoncepcionais;
- Grupo de Educação em Saúde com rodas de conversa, palestras, e orientações com a presença da psicóloga toda terça-feira às 14 horas na AFUPUMA;
- HIPERDIA: grupo realizado pela equipe multiprofissional da UBS onde são realizadas orientações, realização de teste de glicemia, aferição de pressão arterial e renovação de receita médica;
- MACC – Modelo de Atenção às Condições Crônicas, atendimento dos pacientes hipertensos e diabéticos de acordo com o risco cardiovascular.
- Palestras na escola, creche e empresas;
- Pré-natal: semanal;
- Puericultura (acompanhamento do desenvolvimento das crianças de 0 a 2 anos) quinzenal;
- RAISI – Rede de Atenção Integral a Saúde do Idoso, atendimento da população idosa segundo a classificação do índice de vulnerabilidade clínico funcional;
- Renovação de receita, toca de exames, encaminhamento e formulário médico, semanal;
- Testes rápidos de HIV, Sífilis, Hepatite B, Hepatite C e Dengue;
- Vacinas do calendário básico, atestado de vacina e campanhas de vacinação;
- Verificação de Pressão arterial, glicemia capilar, peso, estatura, circunferência abdominal e temperatura axilar;
- Visita domiciliar de Agente Comunitário de Saúde mensal para todas as famílias cadastradas da área de abrangência da unidade, e com maior frequência conforme rotina padronizada previamente por protocolo;

- Visita domiciliar de médico e enfermagem para pacientes acamados e domiciliados, para puérperas e recém-nascidos;
- Visita domiciliar de técnico de enfermagem para acompanhamento de PA e Glicemia;
- Visita domiciliar de técnico de enfermagem para acompanhamento de idosos de alto risco a cada 2 (dois) meses.

UBS VILA ANTÔNIO

Endereço: Rua Manoel Nunes Marques s/n, Vila Antônio.

Contato: 3232-1214

Enfermeira responsável: Mariana Massignani

ATIVIDADES OFERECIDAS A POPULAÇÃO:

- Administração de medicações por via oral, injetáveis e inalação;
- Ambulatório de feridas com acompanhamento com médico vascular;
- Atendimento de psicologia, semanal;
- Atendimento nutricional, semanal;
- Avaliação de pé diabético;
- Cadastro e impressão de cartão SUS
- Coleta de preventivo e avaliação clínica das mamas;
- Consulta de Enfermagem;
- Consulta de Pediatra semanal;
- Consulta médica;
- Curativo e Retirada de pontos;
- Educação em Saúde, com rodas de conversa, palestras e orientações;
- Estratificações de pacientes Crônicos: hipertensos e diabéticos;
- Grupo de Saúde;
- MACC – Modelo de Atenção às Condições Crônicas, atendimento dos pacientes hipertensos e diabéticos de acordo com o risco cardiovascular, segunda-feira, manhã e tarde; Atendimento com equipe multiprofissional do hipertenso e diabético de alto risco, as quintas-feiras a tarde com agendamento prévio pela equipe, a cada 15 dias;
- Palestras na escola, creche e empresas;
- Pré-natal semanal;

- Puericultura (acompanhamento do desenvolvimento das crianças de 0 a 2anos) semanal;
- RAISI – Rede de Atenção Integral a Saúde do Idoso, atendimento com equipe multiprofissional da população idosa segundo a classificação de risco;
- Renovação de receita médica, semanal;
- Testes rápidos de HIV, Sífilis, Hepatite B, Hepatite C e Dengue;
- Vacinas do calendário básico, atestado de vacina e campanhas de vacinação;
- Verificação de Pressão arterial, glicemia capilar, peso, estatura, circunferência abdominal e temperatura axilar;
- Visita domiciliar de Agente Comunitário de Saúde mensal para todas as famílias cadastradas da área de abrangência da unidade, e com maior frequência conforme rotina padronizada previamente por protocolo;
- Visita domiciliar de médico e enfermagem para pacientes acamados e domiciliados, para puérperas e recém-nascidos;
- Visita domiciliar de técnico de enfermagem para acompanhamento de PA e Glicemia;
- Visita domiciliar de técnico de enfermagem para acompanhamento de idosos de alto risco a cada 2 (dois) meses.

UBS DISTRITO DE AQUIDABAN

Endereço: Avenida Marialva, 435. Distrito de Aquidaban

Contato: 3235-1292

Enfermeira responsável: Iara Sansel Martins

ATIVIDADES OFERECIDAS A POPULAÇÃO:

- Administração de medicações por via oral, injetáveis e inalação;
- Cadastro e impressão de cartão SUS;
- Coleta de preventivo e avaliação clínica das mamas;
- Consulta de Enfermagem;
- Consulta de Pediatra;
- Consulta médica;
- Curativo e Retirada de ponto;



- Educação em Saúde, com rodas de conversa, palestras e orientações;
- Estratificações de pacientes Crônicos: hipertensos e diabéticos;
- Hiperdia: última quarta-feira do mês das 08h30min às 11h00min no salão (É um grupo destinado aos usuários que possuem diabetes, hipertensão e obesidade, dentro da área de abrangência da UBS. É realizado pela equipe multiprofissional da UBS e durante o mesmo são realizadas orientações sobre essas enfermidades, além da realização do teste de glicemia, aferição de pressão arterial e renovação de receita médica);
- Palestras na escola e creche;
- Pré-natal semanalmente;
- Puericultura (acompanhamento do desenvolvimento das crianças de 0 a 2 anos) quinzenal;
- Renovação de receita médica;
- Testes rápidos de HIV, Sífilis, Hepatite B, Hepatite C e Dengue;
- Vacinas do calendário básico, atestado de vacina e campanhas de vacinação;
- Verificação de Pressão arterial, glicemia capilar, peso, estatura, circunferência abdominal e temperatura axilar;
- Visita domiciliar de Agente Comunitário de Saúde para todas as famílias cadastradas da área de abrangência da unidade, e com menor intervalo conforme protocolo;
- Visita domiciliar de médico e enfermagem para pacientes acamados e domiciliados, para puérperas e recém-nascidos;
- Visita domiciliar de técnico de enfermagem para acompanhamento de PA e Glicemia;
- Visita domiciliar de técnico de enfermagem para acompanhamento de idosos de alto risco a cada 2 (dois) meses.

UBS DISTRITO DE CAMBUÍ

Endereço: Rua Aquidaban, 301

Contato: 3289-1187

Enfermeira responsável: Iara Sansel Martins

ATIVIDADES OFERECIDAS A POPULAÇÃO:



-
- Administração de medicações por via oral, injetáveis e inalação;
 - Cadastro e impressão de cartão SUS;
 - Coleta de preventivo e avaliação clínica das mamas;
 - Consulta de Enfermagem;
 - Consulta de Pediatra;
 - Consulta médica;
 - Curativo e Retirada de pontos;
 - Educação em Saúde, com rodas de conversa, palestras e orientações;
 - Estratificações de pacientes Crônicos: hipertensos e diabéticos;
 - Hiperdia: última quarta-feira do mês das 08h30min às 11h00min no salão (É um grupo destinado aos usuários que possuem diabetes, hipertensão e obesidade, dentro da área de abrangência da UBS. É realizado pela equipe multiprofissional da UBS e durante o mesmo são realizadas orientações sobre essas enfermidades, além da realização do teste de glicemia, aferição de pressão arterial e renovação de receita médica);
 - Palestras na escola e creche;
 - Pré-natal semanalmente;
 - Puericultura (acompanhamento do desenvolvimento das crianças de 0 a 2 anos) quinzenal;
 - Renovação de receita médica;
 - Testes rápidos de HIV, Sífilis, Hepatite B, Hepatite C e Dengue;
 - Vacinas do calendário básico, atestado de vacina e campanhas de vacinação;
 - Verificação de Pressão arterial, glicemia capilar, peso, estatura, circunferência abdominal e temperatura axilar;
 - Visita domiciliar de Agente Comunitário de Saúde para todas as famílias cadastradas da área de abrangência da unidade, e com menor intervalo conforme protocolo;
 - Visita domiciliar de médico e enfermagem para pacientes acamados e domiciliados, para puérperas e recém-nascidos;
 - Visita domiciliar de técnico de enfermagem para acompanhamento de PA e Glicemia;

- Visita domiciliar de técnico de enfermagem para acompanhamento de idosos de alto risco a cada 2 (dois) meses.

UBS DISTRITO DE SANTA FÉ

Endereço: Estrada Santa Fé, km 14

Contato: 8453-0993

Enfermeira responsável: Iara Sansel Martins

ATIVIDADES OFERECIDAS A POPULAÇÃO:

- Administração de medicações por via oral, injetáveis e inalação;
- Atestado de vacina e campanhas de vacinação;
- Cadastro e impressão de cartão SUS;
- Coleta de preventivo e avaliação clínica das mamas;
- Consulta de Enfermagem;
- Consulta de Pediatra;
- Consulta médica;
- Curativo e Retirada de pontos;
- Educação em Saúde, com rodas de conversa, palestras e orientações;
- Estratificações de pacientes Crônicos: hipertensos e diabéticos;
- Hiperdia: última quarta-feira do mês das 08h30min às 11h00min no salão (É um grupo destinado aos usuários que possuem diabetes, hipertensão e obesidade, dentro da área de abrangência da UBS. É realizado pela equipe multiprofissional da UBS e durante o mesmo são realizadas orientações sobre essas enfermidades, além da realização do teste de glicemia, aferição de pressão arterial e renovação de receita médica);
- Palestras na escola e creche;
- Pré-natal semanalmente;
- Puericultura (acompanhamento do desenvolvimento das crianças de 0 a 2 anos) quinzenal;
- Renovação de receita médica;
- Testes rápidos de HIV, Sífilis, Hepatite B, Hepatite C e Dengue;
- Verificação de Pressão arterial, glicemia capilar, peso, estatura, circunferência abdominal e temperatura axilar;



- Visita domiciliar de Agente Comunitário de Saúde para todas as famílias cadastradas da área de abrangência da unidade, e com menor intervalo conforme protocolo;
- Visita domiciliar de médico e enfermagem para pacientes acamados e domiciliados, para puérperas e recém-nascidos;
- Visita domiciliar de técnico de enfermagem para acompanhamento de PA e Glicemia;
- Visita domiciliar de técnico de enfermagem para acompanhamento de idosos de alto risco a cada 2 (dois) meses.

UBS DISTRITO DE SÃO LUIS

Endereço: Rua Estevam Orvate, s/n

Contato: 8453-0583

Enfermeira responsável: Iara Sansel Martins

ATIVIDADES OFERECIDAS A POPULAÇÃO:

- Administração de medicações por via oral, injetáveis e inalação;
- Atestado de vacina e campanhas de vacinação;
- Cadastro e impressão de cartão SUS;
- Coleta de preventivo e avaliação clínica das mamas;
- Consulta de Enfermagem;
- Consulta de Pediatra;
- Consulta médica;
- Curativo e Retirada de pontos;
- Educação em Saúde, com rodas de conversa, palestras e orientações;
- Estratificações de pacientes Crônicos: hipertensos e diabéticos;
- Hiperdia: última quarta-feira do mês das 08h30min às 11h00min no salão (É um grupo destinado aos usuários que possuem diabetes, hipertensão e obesidade, dentro da área de abrangência da UBS. É realizado pela equipe multiprofissional da UBS e durante o mesmo são realizadas orientações sobre essas enfermidades, além da realização do teste de glicemia, aferição de pressão arterial e renovação de receita médica);
- Palestras na escola e creche;
- Pré-natal semanalmente;

- Puericultura (acompanhamento do desenvolvimento das crianças de 0 a 2 anos) quinzenal;
- Renovação de receita médica;
- Testes rápidos de HIV, Sífilis, Hepatite B, Hepatite C e Dengue;
- Verificação de Pressão arterial, glicemia capilar, peso, estatura, circunferência abdominal e temperatura axilar;
- Visita domiciliar de Agente Comunitário de Saúde para todas as famílias cadastradas da área de abrangência da unidade, e com menor intervalo conforme protocolo;
- Visita domiciliar de médico e enfermagem para pacientes acamados e domiciliados, para puérperas e recém-nascidos;
- Visita domiciliar de técnico de enfermagem para acompanhamento de PA e Glicemia;
- Visita domiciliar de técnico de enfermagem para acompanhamento de idosos de alto risco a cada 2 (dois) meses.

CLÍNICA ODONTOLÓGICA

Horário de atendimento: 07h00min às 17h00min

Endereço: Rua João Martins Tosta Sobrinho nº454 Vila Antônio

Contato: 3232-6278

Responsável: Valéria de Souza Ribeiro

A Clínica Odontológica atende à demanda de pessoas que necessitam de serviços dentários, com uma grande gama de procedimentos odontológicos. O atendimento é agendado, mas também são realizadas intervenções de emergência, quando necessário. E quando é necessário encaminhamento para especialista, a Rede SUS possui convênio com o Cis-amusep e com o CEO (Centro de Especialidades Odontológicas) da UEM, que realiza os procedimentos especializados ofertados nas seguintes especialidades: prótese, periodontia, dentística, endodontia, ortodontia e cirurgia.

ATIVIDADES OFERECIDAS A POPULAÇÃO:

- Acesso a polpa dentária e medicação;
- Aplicação de cariostático;
- Aplicação de selante;



-
- Aplicação tópica de flúor;
 - Atendimento de urgência;
 - Bochecho e escovação nas escolas;
 - Capeamento pulpar;
 - Colocação de placa de mordida;
 - Contenção de dentes por splintagem;
 - Curativo de demora com ou sem preparo biomecânico;
 - Drenagem de abscesso;
 - Evidenciação de placa bacteriana;
 - Excisão e sutura de lesão na boca;
 - Excisão e/ ou sutura simples de pequenas lesões /ferimentos de pele, anexos e mucosa;
 - Exodontia de dente decíduo;
 - Exodontia de dente permanente;
 - Frenectomia;
 - Instalação e adaptação de prótese dentária;
 - Moldagem dento-gengival para construção de prótese dentária;
 - Primeira consulta odontológica programática (define o tratamento);
 - Pulpotomia dentária;
 - Radiografia oclusal;
 - Radiografia peri-apical, inter-proximal (bite-wing);
 - Raspagem alisamento e polimento supragengivais;
 - Raspagem alisamento subgengivais;
 - Raspagem corono-radicular;
 - Reembasamento e conserto de prótese dentária;
 - Restauração de dente decíduo;
 - Restauração de dente permanente anterior;
 - Restauração de dente permanente posterior;
 - Retirada de pontos de cirurgias básicas (com prescrição do cirurgião);
 - Selamento provisório de cavidade dentária;
 - Tratamento cirúrgico de hemorragia buco-dental;
 - Tratamento de alveolite;

- Tratamento de nevralgias faciais;
- Ulotomia / ulectomia.

2) Atenção secundária em saúde:

CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Rua: Ademar Bornia nº112, Centro

Contato: 3232-2291/984530585

Horário de atendimento: 7h30min às 11h30min e 13h00min às 17h00min

Toda quarta-feira no período da tarde o CAPS fica fechado para reunião de equipe.

Responsável: Patrícia Daniela Bolonheis Armelin Lazarim

O CAPS é um ponto secundário da rede sus, destinado ao cuidado de pessoas com transtornos mentais graves e persistentes e das pessoas com necessidades decorrentes do abuso e/ou dependência de álcool e outras drogas. Trata-se de um trabalho que visa à reinserção social e o desenvolvimento de autonomia do usuário através do acompanhamento de uma equipe multiprofissional.

ATIVIDADES OFERECIDAS AOS USUÁRIOS DO CAPS:

- Acolhimento do paciente em sofrimento após passar pela UBs de referência com encaminhamento e estratificação de risco.
- Atendimento de usuários de álcool e outras Drogas em uso abusivo (que querem realizar tratamento).

DE ACORDO COM PROJETO TERAPEUTICO SINGULAR DO USUÁRIO PODEM SER OFERECIDOS:

- Acolhimento, acompanhamento e encaminhamento para a atenção básica de pacientes egressos de internamentos psiquiátricos;
- Acompanhamento com monitoras de artesanato;
- Acompanhamento com pedagogo;
- Atendimento com médico psiquiatra;
- Atendimento de assistente social;
- Atendimento de enfermagem;
- Atendimento de grupos;
- Atendimento psicólogo;
- Aulas com Professor de música;

- Matriciamento das equipes da atenção básica;
- Palestras;
- Reinserção social.

FARMÁCIA MUNICIPAL

Horário de Atendimento: 08h00min às 18h00min sem intervalo de almoço

Endereço: Rua Formosa nº 522, Centro

Contato: (44) 3232-6297

Responsável Técnica: Silvia Sayuri Miyamoto

A Assistência Farmacêutica é um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individuais como coletiva. Assim, a Farmácia Municipal tem como objetivo proporcionar assistência farmacêutica integral de qualidade, garantindo atendimento medicamentoso adequado à população conforme Programação e Definições de Funcionamento da Farmácia e ainda sensibilizá-la quanto ao seu uso correto e racional.

Os medicamentos adquiridos pelo município são padronizados com base na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), Consórcio Paraná Saúde e do perfil epidemiológico do local, compondo assim a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME).

Objetos da assistência farmacêutica:

- Analisar as prescrições sob o ponto de vista legal e farmacológico;
- Atender a demanda de programas específicos provenientes do Componente Estratégico do Ministério da Saúde: Tuberculose, Hanseníase, Tabagismo e Leishmaniose;
- Dispensar medicamentos, insumos para pacientes insulíndependentes (aparelhos para medição de glicemia capilar, tiras reagentes, lancetas e seringas com agulha acoplada) com segurança e eficácia;
- Distribuir os medicamentos para o suprimento das Unidades Básicas de Saúde e facilitar o acesso à população;
- Garantir a qualidade do atendimento à população através da Assistência Farmacêutica Básica;
- Garantir acessibilidade a medicamentos, insumos entre outros que de algum modo restringia ou dificultava seu acesso (medicamentos do CEAF,

do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), dietas, leites, fraldas, suplementos, bolsas de ostomia);

- Garantir o armazenamento dos medicamentos de acordo com as Normas Técnicas de Boas Práticas de Estocagem;
- Garantir o tratamento medicamentoso aos usuários com transtornos mentais ou qualquer outro tipo de patologia, buscando da melhor maneira o atendimento a todos;
- Gerenciar todo o processo de seleção, programação, aquisição, armazenamento, controle de estoque, abastecimento, distribuição e dispensação dos medicamentos e insumos. Procedimentos essenciais que possibilitam que o medicamento esteja disponível para a dispensação ao público com garantia de qualidade.
- Gerenciar todo o processo de seleção, programação, aquisição, armazenamento, controle de estoque, abastecimento e dispensação de fraldas geriátricas, suplementos alimentares, dieta e fórmulas infantis alimentares para pacientes acompanhados e avaliados por profissionais do município, possibilitando atendimento humanizado e integral.
- Orientar quanto ao uso e armazenamento das medicações disponibilizadas;
- Prestar assistência farmacêutica individualizada a pacientes de programas do Ministério da Saúde como o MACC (Modelo de atenção às condições crônicas) e Saúde do Idoso;
- Promover a aquisição de medicamentos com critérios de racionalidade (convênio, consórcios, licitações), avaliando custo, risco e benefício.
- Proporcionar Atenção Farmacêutica com qualidade, buscando educar para o uso correto dos medicamentos e na quantidade adequada, ou seja, promover o uso racional de medicamentos.

Total de medicamentos disponibilizados por programa/ esfera na assistência farmacêutica de Marialva:

- 123 itens de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) - Recurso Estadual e Federal;

- 157 itens de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) disponibilizados via Consórcio Paraná Saúde, constantes na relação municipal de medicamentos essenciais (REMUME) - Recurso Municipal, Estadual e Federal;
- 16 itens de medicamentos do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica (CESAF) - Recurso Federal;
- 22 itens de medicamentos para pacientes assistidos pelo programa do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) - Recurso Federal;
- 32 itens de insumos, dietas, suplementos e fórmulas infantis - Recurso Municipal;
- Bolsas de ostomia – Recurso Federal;
- Repelentes e tratamento para trombofilia às gestantes que realizam pré-natal na rede – Recurso Municipal;
- Repelentes para gestantes integrantes do Programa Bolsa Família – Recurso Federal.

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

Endereço: Avenida Cristóvão Colombo, 1624 Centro

Atendimento: 24 horas

Contato: 3232-1151

Diretora: Daiane Aquino

Gerente de Enfermagem: Vanessa Fontes

ATIVIDADES OFERECIDAS A POPULAÇÃO:

- Atendimento de urgência e emergência;
- Curativos (aos finais de semana e feriados);
- Inalação;
- Medicações: VO, IM, EV, SC.
- Raio-x;
- Exames laboratoriais (de urgência);
- Eletrocardiograma com laudo;
- Imobilizações ortopédicas;
- Sutura e pequenos procedimentos;
- 07 leitos para pacientes em observação;

- Sala de estabilização com dois leitos;
- Esterilização de materiais médico-hospitalares;
- Vacina antirrábica e antitetânica em casos de acidentes;
- Testes rápidos de HIV, Sífilis, Hepatite B e C e Dengue conforme protocolo de pacientes em observação;
- Notificação de doenças compulsórias;
- Verificação de sinais vitais e medicações de horário;
- Encaminhamento para internamento via Central de Leitos e SAMU.

Em relação ao número de funcionários por categoria estão expostos na tabela a seguir.

Tabela 12 – Distância de Marialva a municípios

Categoria	Número de funcionários
Agente Administrativo	21
Agente Comunitário de Saúde	51
Agente de Combate a Endemias	20
Assistente social	02
Atendente de Operações e Informações	07
Auxiliar Administrativo	07
Auxiliar de Consultório Dentário	02
Auxiliar de enfermagem	13
Auxiliar de Farmácia	02
Auxiliar de Serviços Gerais	32
Auxiliar em Saúde Bucal	06
Enfermeiro	20
Farmacêutico	10
Fisioterapeuta	02
Fono	02
Médico	25
Médico Radiologista	01
Monitor de Artesanato	03
Motorista	15
Nutricionista	02
Odontólogo	13
Pedagogo	01
Psicólogo	06
Recepcionista	08
RX	07
Técnico em Enfermagem	35
Técnico em Higiene Dental	01
Técnico em Imobilização	01
Técnico em Saúde Bucal	01
Vigia	02

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

Atualmente contam com 8 leitos no Ponto Atendimento, mas a nova estrutura contará com 21 leitos, que tem previsão de inauguração de 60 dias.

O município conta com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Setentrião Paranaense – CISAMUSEP.

Quanto as ações da Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica:

VIGILÂNCIA SANITÁRIA:

- Acompanha incineração de entorpecentes realizada pela polícia civil;
- Análise e identificação de espécies peçonhentas e de risco de transmissão de doenças;
- Análise, monitoramento e controle de qualidade da água (cloro, turbidez e microbiológico);
- Apuração de denúncias;
- Apurar denúncias contra maus-tratos a animais;
- Cadastro, inspeção, investigação e monitoramento de estabelecimentos;
- Educação permanente para o setor regulado, institutos de longa permanência, acolhimento de crianças;
- Em conjunto com equipe de endemias, realiza vistoria, orientações e intervenções em Acumuladores;
- Fiscalização da entrega e armazenamento do Leite das Crianças nos pontos de distribuição;
- Fiscalização e liberação de licença sanitária para pequenos produtores rurais;
- Fiscalização em supermercados e açougues;
- Formação profissional e educação permanente;
- Inspeção de farmácias, restaurantes, laboratórios, cabeleireiros, barbearias e demais estabelecimentos que necessitam de Licença Sanitária;
- Inspeções voltadas para a segurança do trabalhador nas empresas, investigação de acidentes de trabalho, verificação dos instrumentos de Saúde Ocupacional como PCMSO, PPRA, LTCAT;
- Interditar estabelecimentos ou atividades com risco iminente;
- Lavrar notificações e autos de infração e de imposição de penalidades;

- Licenciamento e autorização de atividades de interesse da saúde e fiscalização dessas atividades;
- Monitoramento em conjunto com epidemiologia de acidentes com animais;
- Orientações e fiscalização quanto ao uso de EPI às populações expostas ao agrotóxico;
- Verificação do cumprimento das boas práticas pelos estabelecimentos sujeitos a vigilância sanitária;
- Vigia Solo, realizado 1 vez ao ano, para verificação de contaminação do solo em locais como postos de gasolina desativados;
- Vigilância Sanitária de serviços como escolas, creches;
- Vistorias e emissão de licença de funcionamento.

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

- Coleta e digitação dos dados dos programas: SIM (sistema de informação de mortalidade), SINASC (sistema de informação de nascidos vivos) SINAN (sistema de informação de notificação de agravos), SI-PNI (sistema do programa nacional de imunização);
- Notificação de emergências de saúde pública, surtos e epidemias e monitoramento das notificações compulsórias;
- Processamento de dados coletados;
- Análise e interpretação dos dados processados;
- Recomendação de medidas de prevenção e controle apropriadas;
- Promoção de ações de prevenção e controle indicadas;
- Avaliação da eficácia e efetividade das medidas adotadas;
- Divulgação de informações pertinentes, boletins epidemiológicos e indicadores de saúde;
- Supervisão e monitoramento das salas de imunização;
- Capacitação dos Profissionais sobre Protocolos de condutas do Ministério, criação de Fluxogramas de atendimentos dos agravos de notificação.

No que se refere as incidências de doenças, foi realizado um levantamento através do E-SUS (janeiro 2018), onde detectou-se 3.183 portadores de hipertensão, que 10% dos habitantes de Marialva são hipertensos, 1,5 % são diabéticos (497), e 3% (910) portadores dessas duas doenças.

O maior número de óbitos está ligado a doenças do aparelho circulatório, atingindo a porcentagem de 35,8% dos óbitos totais, seguido pelas neoplasias com 18% das causas de óbitos.

As enfermidades mais frequentes no município estão nas doenças do aparelho circulatório, seguido de Câncer e em terceiro lugar doenças do aparelho respiratório, seguindo a mesma linha dos dados relacionados ao Brasil. Justifica-se devido à baixa adesão ao tratamento de doenças crônicas como hipertensão e diabetes, estilo de vida (como falta de exercício físico) e alimentação inadequada.

Marialva também recebe a população de outros municípios. Mandaguari e Sarandi principalmente.

Há problemas administrativos e de atendimento hospitalar no município, como a demora para a liberação de vagas para internamento, principalmente psiquiátricos e vascular.

Pacientes que necessitam ser encaminhados para atendimento em outro município, os internamentos hospitalares são direcionados ao Hospital Santa Clara de Colorado, com 09 AIH pactuadas mês. Os atendimentos de urgência e emergência são regulados pela Central de Leitos (através de sistema informatizado) ou através da regulação do SAMU (Colorado, Sarandi e Maringá).

5.3.4. Educação

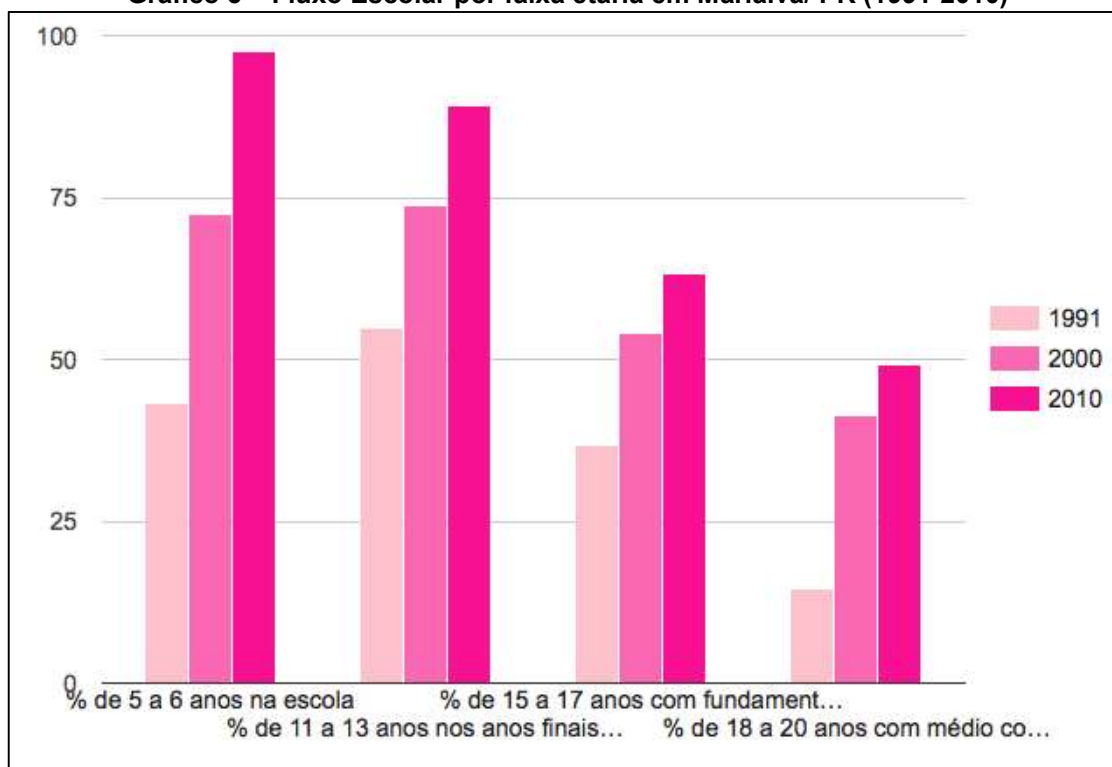
Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola foi de 97,48% em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 89,18%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 63,36%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 49,31%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 54,20 pontos percentuais, 34,45 pontos percentuais, 26,71 pontos percentuais e 34,61 pontos percentuais.

Em 2010, 83,38% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 87,04% e, em 1991, 83,25%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 16,93% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 12,67% e, em 1991, 5,97%.

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 9,73 anos para 10,80 anos, no município, enquanto no Paraná passou de 10,11 anos para 10,43 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 9,94 anos, no município, e de 9,68 anos, no Paraná.

Gráfico 5 – Fluxo Escolar por faixa etária em Marialva/ PR (1991-2010)

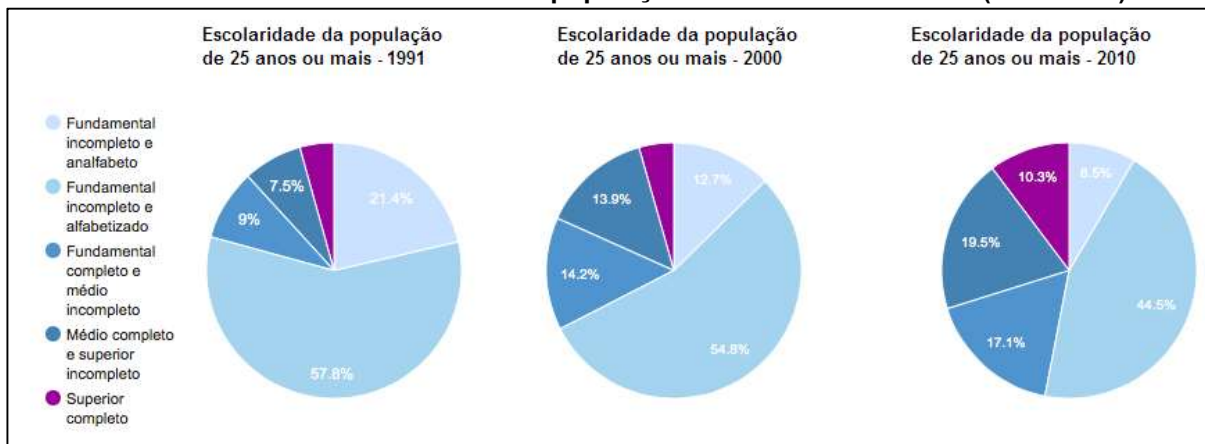


Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2013).

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 39,74% para 52,82%, no município, e de 39,76% para 54,92%, no Paraná. Em 1991, os percentuais eram de 25,17%, no município, e 30,09%, no Paraná. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 8,50% eram analfabetos, 46,96% tinham o ensino fundamental completo,

29,82% possuíam o ensino médio completo e 10,29%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Gráfico 6 – Grau de escolaridade da população adulta de Marialva/ PR (1991-2010)



Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2013).

A pasta administrativa municipal que trata da educação no município de Marialva é a Secretaria Municipal de Educação.

O município de Marialva possui 14 escolas municipais regulares, 9 Escolas de Educação Regular e 5 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) (tabela 1.9). De acordo com a municipalidade todas essas instituições de ensino estão adequadas pela demanda e possuem boas dependências, mas somente as escolas possuem acessibilidade universal de acordo com as normas técnicas vigentes.

Tabela 13 – Estabelecimentos de ensino municipais em Marialva/PR

Tipo de Estabelecimento	Nome	Funcionamento
Educação Regular	Escola Mun. Maria dos Santos	Matutino, vespertino (4 horas de estudo)
	Escola Mun. Guiti Sato	
	Escola Mun. Nilo Peçanha	
	Escola Mun. São Miguel do Cambuí	
	Escola Mun. Dr. Eurico Barros	
	Escola Mun. Lucas Machado	
	Escola Mun. José Garbugio	
	Escola Rur. Mun. Gumercindo Lopes	
Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI)	Escola Mun. Dr. Milton Tavares	Período integral
	CMEI Leonardo Henrique	
	CMEI Dolores Colhado	
	CMEI Prof ^a Márcia Zucoli	
	CMEI Izabel Maria Artero Parra	
	CMEI Aurea Mathias Franco	

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

Em relação ao número de funcionários, abaixo segue a tabela com a discriminação de suas funções.

Tabela 14 – Número de funcionários por Instituição

Escola	Professores	Auxiliares	Serviços gerais	Administrativo
Escola Mun. Dr. Eurico Barros	41	3	12	3
Escola Mun. Nilo Peçanha	41	4	14	4
Escola Mun. Dr. Milton Tavares	34	2	2	7
Escola Mun. Lucas Machado	22	1	6	1
Escola Rur. Mun. Gumercindo Lopes	11	1	3	1
Escola Mun. Maria dos Santos	18	1	1	7
Escola Mun. São Miguel do Cambuí	11	-	5	2
Escola Mun. José Garbugio	11	-	6	2
Escola Mun. Guiti Sato	21	1	7	1

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

O ensino médio é ofertado em 5 estabelecimentos de ensino, sendo 4 na rede estadual e 1 pelo setor privado, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 15 – Estabelecimentos de ensino em Marialva/PR - 2017

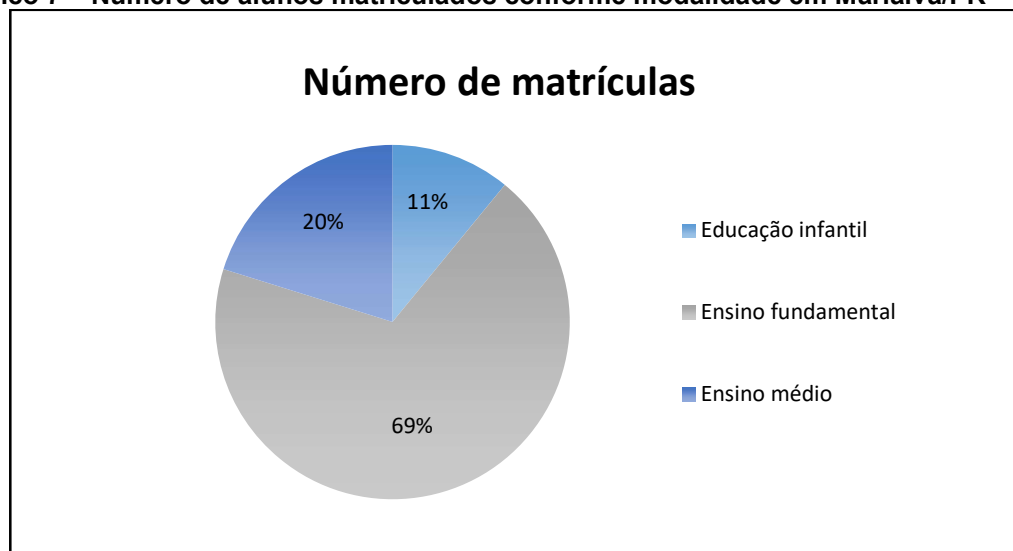
Modalidade de Ensino	Estadual	Municipal	Privado	Total
Pré-escola	-	12	5	17
Ensino fundamental (regular)	9	6	4	19
Ensino médio (regular)	-	4	1	5

Fonte: IBGE, 2018.

Nota: o mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa e/ou modalidade.

Segundo dados do IBGE, as instituições do município possuíam em 2017, 733 alunos matriculados no ensino pré-escolar, 4616 no ensino fundamental e 1352 no ensino médio, totalizando 6701 alunos matriculados ao todo.

Gráfico 7 – Número de alunos matriculados conforme modalidade em Marialva/PR – 2017



Fonte: IBGE, 2018.



As políticas de inclusão acontecem conforme a realidade de cada comunidade, dentro das possibilidades.

A educação para jovens e adultos – EJA faz parte de uma Escola Municipal (Escola Mun. Dr. Milton Tavares) onde são atendidos 25 alunos no período noturno.

Existe o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV da Assistência Social denominado Pró Arte, que atende em torno de 180 alunos. A Ação Social tinha o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI que foi instinto uma vez que o município não apresenta índices de trabalho infantil.

O atendimento de Educação Especial é ofertado em apenas uma escola específica, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, que faz a escolarização de pessoas com necessidades especiais, atualmente com 105 alunos em período integral.

A respeito das creches, os critérios de distinção de vagas são por uma fila de espera através do Sistema da Central Única de Vagas, para crianças de 0 a 3 anos.

Já as escolas de educação infantil, são obrigatórios estarem matriculados alunos a partir de 4 anos, sendo disponibilizadas vagas para todos no município.

A merenda fornecida aos alunos em cada unidade escolar é de responsabilidade da nutricionista Roberta Boschini Zuccoli Nogueira.

Em relação ao número de alunos/ professor, estão de acordo com as normas estabelecidas pelo ministério da educação. Em sua maioria, os professores possuem curso superior completo. Há cursos de capacitação de formação pedagógica semanalmente.

Quanto ao transporte coletivo escolar, é fornecido pelo município e atende em torno de 1.900 alunos em áreas urbanas e rurais. Os problemas estão majoritariamente em veículos com mais de 10 anos de uso. São 101 rotas no transporte, entre os períodos da manhã, tarde e noite. Existem linhas que atendem 10 alunos, outras que atendem de 80 a 100.

Os principais problemas enfrentados pelo setor da educação são em sua estrutura física, escassez de recursos da união e do governo do Estado.

O assessoramento pedagógico das instituições municipais é realizado pelo Plano Municipal de Educação - PME da Secretaria de Educação de Marialva. As instituições estaduais recebem assessoramento pedagógico pelo Núcleo Regional de Maringá, que possui um representante no município.

Educação Profissionalizante

O ensino profissionalizante é destinado a quem busca adquirir conhecimento e se inserir no mercado de trabalho, e não possui distinções de idade.

O município conta com 2 escolas de ensino profissionalizante, o Colégio Estadual Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante Juracy Rachel Saldanha Rocha, onde são oferecidos cursos técnicos gratuitos de administração e informática; e a Secretaria de Assistência Social, que oferece cursos gratuitos de culinária, corte e costura, pedicure e manicure, preparo de pizzas, derivados de milho, derivados de mandioca, pescados e filé de tilápia, doces e salgados, torneiro mecânico e soldador.

Para os idosos é ofertado o curso de introdução ao mundo tecnológico, onde ensinam a interagir nas redes sociais e a usar celulares.

Escolas privadas oferecem cursos preparatórios, aula de línguas como a Fisk, Wizard e English House dentre outros cursos.

Não possui instituições de ensino superior no município. Os alunos costumam cursar faculdades em áreas próximas, tais como:

Maringá/ PR – cidade de maior procura

- UEM – Universidade Estadual de Maringá (18km de distância)
- Unicesumar – Centro Universitário e Maringá (16 km);
- Uningá – Centro Universitário Ingá (22 km);
- Feitep – Faculdade de Engenharias e Arq. (21 km).
- Faculdade Cidade Verde (18 km).

Mandaguari/ PR

- Fafiman – Fundação Centro Universitário de Mandaguari (17 km).

Londrina/ PR:

- UEL – Universidade Estadual de Londrina (80 km).

Apucarana/ PR

- UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná (48 km).

Os cursos mais procurados geralmente são os mesmos da linha nacional, como Administração, Contábeis, Economia, Direito, Engenharias e Odontologia. O transporte para essas universidades é feito através de empresas privadas do município, pois não contam com o público.

Os interessados também podem contar com o sistema de educação a distância no município, ofertado pelo Centro Universitário Ingá – Uningá. Como parceria, todos

os funcionários públicos e seus dependentes recebem 30% de desconto sobre a mensalidade dos cursos. Os cursos são:

- | | |
|----------------------------------|------------------------------|
| – Administração | – Estética e cosmética |
| – Agrimensura | – Farmácia |
| – Agronomia | – Fonoaudiologia |
| – Arquitetura e urbanismo | – Gestão ambiental |
| – Artes visuais | – Gestão de recursos humanos |
| – Biologia – bacharelado | – Gestão de agronegócio |
| – Biologia – licenciatura | – Gestão financeira |
| – Biomedicina | – Jornalismo |
| – Ciências contábeis | – Letras – bacharelado |
| – Design de interiores | – Letras – licenciatura |
| – Design gráfico | – Marketing |
| – Educação física – bacharelado | – Nutrição |
| – Educação física – licenciatura | – Pedagogia |
| – Engenharia civil | – Processos gerenciais |
| – Engenharia de computação | – Publicidade e propaganda |
| – Engenharia de produção | – Serviço geral |
| – Engenharia elétrica | – Sistemas elétricos |
| – Engenharia mecânica | – Sistemas para internet |

Referente a agência do trabalhador, número de cadastro e trabalhadores inseridos no mercado de trabalho no último semestre, são indicados a seguir:

Resultado da agência realizado no mês de **março de 2018**:

Total de colocados: 66

Total de Carteira de Trabalhos assinadas: 52

Total de Carteira de Identidade: 303

Total de Seguro-Desemprego: 129

Total de vagas abertas: 93

Total de encaminhados: 234

Total de atendimentos: 794



Resultado da agência realizado no mês de **abril de 2018:**

Total de colocados: 26

Total de Carteira de Trabalhos assinadas: 42

Total de Carteira de Identidade: 339

Total de Seguro-Desemprego: 75

Total de vagas abertas: 66

Total de encaminhados: 190

Total de atendimentos: 515

Resultado da agência realizado no mês de **junho de 2018:**

Total de colocados: 65

Total de Carteira de Trabalhos assinadas: 75

Total de Carteira de Identidade: 196

Total de Seguro-Desemprego: 128

Total de vagas abertas: 88

Total de encaminhados: 272

Total de atendimentos: 831

Resultado da agência realizado no mês de **julho de 2018:**

Total de colocados: 161

Total de Carteira de Trabalhos assinadas: 56

Total de Carteira de Identidade: 222

Total de Seguro-Desemprego: 124

Total de vagas abertas: 44

Total de encaminhados: 416

Total de atendimentos: 1,034



Tabela 16 – Resumo da atividade de intermediação de emprego/ CAGED de janeiro a julho, 2018

Município	IMO								CAGED		Jovem aprendiz	PPD
	PEA	INSCRIT.	VAGAS	ENCAMIN	COLOC.	META MIN	%	TOTAL CAGED				
Marialva	17.889	476	614	2035	572	447	127,90%	1.640	34,88%	37,44%	41	9
	17.889	389	570	1619	411	447	91,90%	1.458	28,19%	39,09%	31	6

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

5.3.5. Esporte e Lazer

Em relação ao esporte e lazer, têm-se os equipamentos e sua localização conforme a tabela a seguir. Atualmente todos atendem à demanda de forma satisfatória.

Tabela 17 – Equipamentos de esportes e lazer em Marialva/PR

Equipamentos de Esporte / Lazer	Localização	Aptos a PNE
Ginásio de Esportes José Gomes Colhado	Av. Cistóvão Colombo X R. João Gomes – Centro.	NÃO
Ginásio de Esportes João Martini	R. dos Cardeais X R. dos Sabiás – Jardim João de Barro.	NÃO
Playground	R. dos Cardeais X R. dos Sabiás – Jardim João de Barro.	NÃO
Estádio Municipal Braz Clementino de Mendonça	R. Padre Theo Herman X R. Juvenal dos Santos – Centro.	NÃO
Campo de Society	Praça Poliesportiva – Jardim Custódio	NÃO
Quadra de Areia	Praça Poliesportiva – Jardim Custódio	NÃO
Campo de Futebol (Baboni)	Praça Poliesportiva – Jardim Custódio	NÃO
Cancha de Bocha	Praça Poliesportiva – Jardim Custódio	SIM
ATI	Praça Poliesportiva – Jardim Custódio	SIM
Playground	Praça Poliesportiva – Jardim Custódio	
Pista de Caminhada (1 km)	Praça Poliesportiva – Jardim Custódio	SIM
Quadra Poliesportiva – Parque das Palmeiras	R. Andréia Cristina da Rocha X R. Caracas – Parque das Palmeiras.	SIM
Pista de Skate	Praça Ruth Lemuch	SIM
Playground	Praça Ruth Lemuch	NÃO
Concha Acústica (Palco Aberto)	Praça Francisco Silveira da Rocha	SIM
Playground	Praça Santos Dumont	
Playground - Em processo de licitação	Residencial Zambaldi	SIM
Playground - Em processo de licitação	Jardim Hamada 2	SIM
Playground - Em processo de licitação	Praça Madre Rafaela Ybarra	SIM
ATI	Praça Madre Rafaela Ybarra	NÃO
Mirante	Praça Madre Rafaela Ybarra	SIM
Playground	Jardim Presidente	NÃO
Pista de Caminhada 2,2 km	Canteiro Central Av. Colombo (Av. Brasil até Av. dos Cardeais)	SIM
ATI	Vila Messias	SIM
ATI	Planalto 2	SIM

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

O município possui áreas sem equipamentos próximos, com a necessidade de implantação, conforme aponta a seguir:

Tabela 18 – Associações comunitárias em Marialva/PR

Equipamentos de Esportes / lazer	Localização
Esporte ou Lazer	Jardim Itamarati 2
Esporte ou Lazer	Jardim Bela Vista
Esporte ou Lazer	Jardim Eldorado
Esporte ou Lazer	Região do Parque Industrial Polessi, na redondeza existe 6 Condomínios de Apartamentos, cada condomínio com 13 blocos de 4 pav, com 4 ap por pav. Totalizando 1.248 habitações em pouquíssima área.
Esporte ou Lazer	Jardim Itália
Esporte ou Lazer	Jardim Yamanaka
Esporte ou Lazer	Jardim Novo Horizonte

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

O departamento de Esporte e Lazer do Município oferece aulas de Futsal, Vôlei, Basquete, Handebol no Ginásio Municipal, e com professores do Município monta equipes e incentivam a competição.

Atende a todos os públicos, com o objetivo de incentivar o acesso ao esporte, melhorando a qualidade de vida dos munícipes. Quanto ao horário de atendimento, é disponível em todos os períodos, matutino, vespertino e noturno, dividido pelos dias da semana e esportes.

Dentre as modalidades mais praticadas no município estão o Futebol, Futsal, Basquete, Vôlei, Handebol, Skate e Grupos de Ciclismo Rural.

O município possui uma seleção esportiva que o representa em nível estadual e nacional: O Atlético Clube Marialva, que têm pretensões de disputar a 3ª divisão do Estadual Paranaense.

A atleta Mayara Fier de Moura, campeã mundial pela seleção brasileira de handebol é marialvense e filha de um dos professores de handebol do município. Assim como o jogador Robinho, do Clube Paulista Palmeiras, campeão Brasileiro de 2018.

Na zona rural também existem atividades desenvolvidas, como Grupos de Ciclismo Rural, Rallys/Trilha de Motos e Carros e a Cavalgada realizada anualmente pela prefeitura.

5.3.6. Cultura

A gestão pública conta com a Secretaria Municipal de Cultura do Município de Marialva.

O município de Marialva possui diversos equipamentos que realizam práticas culturais, conforme aponta a Tabela 19. Todos os equipamentos estão de acordo com as normas de necessidades especiais.

Tabela 19 – Equipamentos de cultura em Marialva/PR

Equipamentos de Cultura	Localização
Casa da Cultura Hélio Depieri (2006)	R. Formosa, 1215 - Jardim Henrich Otto Hesse.
Cine teatro Sônia Silvestre Lopes (2010)	Av. Cristóvão Colombo, s/n - Centro
Casa da Uva – Centro de Eventos (2008)	Av. Cristóvão Colombo, 3 - Jardim Jaguaruna
Restaurante Hiromu Toyhara (2011)	-
Museu Histórico Professor Marco Arthur Saldanha Rocha (2016)	-
Biblioteca Cidadã; Durvalina Boni Gomes Navarro (2010)	Rua Chile, 2145, Jardim São Pedro

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

Há diversas ações e programas desenvolvidos pelo departamento da cultura no município, com o público alvo de crianças a partir de 5 anos, jovens e adultos.

As Oficinas Culturais são espaços que procuram oferecer aos interessados atividades gratuitas, especialmente as de caráter prático, para proporcionar oportunidades de aquisição de novos conhecimentos e novas vivências de experimentação e de contato com os mais diversos tipos de linguagem, técnicas e ideias, possibilitando a formação de público e profissionais para o setor cultural.

Os objetivos são:

- Realizar mostra de resultados das oficinas culturais oferecidas pela Secretaria da Cultura ao longo do ano, fomentando a criação, pesquisa e produção artística do município;
- Ocupar o palco da Casa da Cultura Hélio Depieri e do Cine Teatro Sônia Maria Silvestre Lopes com as atividades artísticas e culturais, oferecendo a população mais acesso à cultura;
- Incentivar a formação de plateia e o desenvolvimento cultural do município;
- Estimular a descentralização das ações culturais do Estado, na medida em que este venha a apoiar um festival no interior do estado.

A Secretaria de Cultura de Marialva tem oferecido gratuitamente oficinas permanentes de formação desde 2006, trazendo assim para inserção cultural educandos alfabetizados. O projeto insere crianças e jovens, que passam a ter um contra turno de qualidade e com responsabilidade. São diversos grupos de música, teatro e dança, os quais elaboram shows e espetáculos artísticos com grande visibilidade na cidade e competições pelo país.

- Oficina de música – Aulas de violão, violino, teclado, piano e acordeon – Atendem alunos a partir da 3ª série do Ensino Fundamental, se estendendo até o Ensino Superior incluindo os projetos de assistências do município. As aulas variam de segunda as sextas-feiras em horários específicos. Atendem de 20 a 90 alunos aproximadamente;
- Oficina de teatro – Projeto que atende cerca de 130 alunos de todas as idades. As oficinas acontecem no Cine teatro Sônia Silvestre, todas as quartas e sextas-feiras, em horários vespertinos e noturnos;
- Oficina de dança – Projeto desenvolvido que atende cerca de 160 alunos a partir da Educação Infantil, se estendendo até o Ensino Superior e adultos. As oficinas acontecem no Cine teatro Sônia Silvestre todas as segundas, quintas-feiras e domingos, em horários vespertinos e noturnos;
- “Projeto dança para todos” – Projeto que atende os bairros: Vila Antônio, Residencial Zambaldi, Conjunto João de Barro, Conjunto 140 casas, Conjunto Planalto, Residenciais Flora, Rubi, Niagra e Itamarati (Colégio João de Barro), Conjunto II, III, IV, Conjunto Hamada e Conjunto Eldorado (Colégio Estadual Saldanha Rocha);
- Orquestra Raiz Sertaneja – A Orquestra Raiz Sertaneja de Marialva iniciou-se seus ensaios no dia 02 de abril de 2009 na Casa da Cultura Hélio Depieri. A intenção era resgatar a música raiz e trazer para o palco grandes talentos de todas as áreas. Hoje, a orquestra conta com 35 integrantes, músicos de nossa comunidade, profissionais de diversas áreas todos voltados para a música. Promove à integração através da arte, mostrando que podemos viver bem independente de raça, de grau de escolaridade ou poder aquisitivo, cada um mostra seus valores culturais através do projeto desenvolvido, com um repertório eclético e heterogêneo, mas dando ênfase

a música sertaneja de raiz. Os ensaios acontecem nas segundas-feiras, às 19:30 na Casa da Cultura;

- Banda Marcial Municipal de Marialva, Fanfarra Estudantil de Marialva – O projeto Bandas e Fanfarras foi implantado em 2018, com o objetivo de resgatar a participação na formação moral dos indivíduos. São as maiores propagadoras da cultura musical, formada por 23 componentes variando entre jovens a adultos. Além da musicalização é um trabalho de responsabilidade, disciplina e socialização. O Governo Municipal em parceria com o Colégio Estadual Felipe Silveira Bittencout. Os ensaios são realizados semanalmente, nas segundas e terças-feiras.

O município conta com diversas festividades locais, como:

- Comemoração da Pátria – semana da Pátria – Praça Francisco Silveira da Rocha (setembro);
- Cavalgada – Parque da Uva (setembro);
- Festival da Cultura – Cine Teatro Sônia Silvestre (outubro e novembro);
- Comemoração do aniversário da cidade (novembro);
- Concurso Rainha da Uva – Cine Teatro Sônia Silvestre (novembro);
- Festa da Uva (novembro ou dezembro).

A Secretaria da Cultura realiza a nove anos o Festival da Cultura de Marialva, onde são apresentados os resultados das oficinas ministradas durante o ano todo. O projeto vai ao encontro das metas do Plano Nacional de Cultura, que divulga a valorização dos grupos e a formação artística buscando o desenvolvimento cultural.

De acordo com a equipe técnica do município, não há nenhuma atividade cultural desenvolvida na zona rural de Marialva.

5.3.7. Turismo

No que diz respeito ao setor de Turismo, as políticas de incentivo são relacionadas ao turismo rural, onde em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE são ministrados cursos, palestras e viagens

técnicas para capacitar os produtores rurais a receberem turistas em suas propriedades, fomentando o agronegócio familiar.

Os pontos estratégicos de atração turística no município são as propriedades rurais que participam do turismo rural (caminhos da uva), todas geo referenciadas, de fácil acesso e indicados no Google Maps. No entanto, poucos dos produtores são preparados estruturalmente para receber turistas.

Como atração tem-se o cacho de uva na entrada da cidade, de potencial turístico referencial do município, em fase de estudo de parceria com a Unicesumar para revitalização do entorno do monumento com ponto de parada para carros e locais para acomodar turistas que ali param para tirar fotos.

Há o mirante da Praça Madre Rafaela Ybarra, em fase final de readequação para receber a população e turistas.

Está sendo desenvolvido um estudo para a construção de um mercadão municipal com o objetivo de fomentar a venda de produtos do município, no local onde encontrava-se a antiga sede da polícia federal.

Como atração turística natural tem a Cachoeirinha, que fica a 8 km do centro da cidade. Como marco religioso, a Paróquia Nossa Senhora de Fátima é de extrema importância para o município, possuindo no seu interior vitrais e esculturas de madeira com a história da Via Sacra, fazendo com que muitos a visitem em épocas festivas.

Há no município duas agências de turismo e profissionais liberais que trabalham com viagens turísticas para outras localidades. A central de informações turísticas se encontra junto ao departamento de turismo na Casa da Uva.

O material gráfico está em fase de finalização. Falta ser aprovado pela associação de turismo após as revisões feitas na última reunião. Neste material há toda a informação dos produtos e produtores marcados no mapa.

O novo calendário turístico está sendo montado e será disponibilizado no site da prefeitura e Facebook do turismo rural de Marialva. As rotas do turismo rural já estão definidas e estão no material gráfico para que o turista escolha qual rota fazer.

Para o turista que quiser visitar o município, contam-se com dois hotéis na cidade. Um com uma excelente estrutura, localizado na rodovia na saída para Maringá. Diversos restaurantes atendem a população e turistas, porém não funcionam de domingo, o que gera várias reclamações.

Os meios de transportes que atendem as necessidades da população garantem acessibilidade a quem mora nos distritos longe do centro, no entanto, não existem linhas específicas com paradas nos pontos turísticos e propriedades rurais participantes do turismo rural.

A aceitação da atividade no município e baixa se for analisar a quantidade de produtores que temos, pois, apenas nove produtores aceitaram receber turistas em suas propriedades. Precisa-se divulgar mais o turismo rural para que a própria população possa saber, participar e divulgar.

5.3.8. Assistência Social

Marialva realiza a gestão pública de assistência social por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

O município de Marialva conta com cinco equipamentos de assistência social para atendimento à população marialvense, sendo:

- Secretaria de Assistência Social, localizado na Rua Rotary, 241 – Centro, tendo anexos os centros: Ação Jovem e Melhor Idade.
- Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, localizado na Av. Cristóvão Colombo, 229, Centro;
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, localizado Rua Cipriano Parpiely, 1117.

Há diversos programas e ações no município de Marialva, sendo eles:

Secretaria de Assistência Social: Gerenciamento geral dos serviços, programas, projetos e benefícios existentes na proteção Social Básica – PSB e na Proteção Social Especial – PSE existentes no município, bem como a articulação da rede de serviços socioassistenciais e demais serviços públicos.

A organização do trabalho da gestão requer comprometimento de toda a equipe dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS para que os objetivos traçados estejam em consonância com a legislação da Política Nacional de Assistência Social, sobretudo, da gestão pública com relação ao cumprimento do Plano de Ação presente neste instrumento.

Os cursos ofertados na modalidade de inclusão produtiva ainda se encontram sob responsabilidade da Gestão do SUAS. Isto é, a gestão tem ofertado cursos para a qualificação profissional dos usuários da assistência, bem como de toda a população conforme adesão e vagas. Na atualidade estão sendo ofertados cursos nas seguintes modalidades:

- Costura Industrial
- Costura Industrial
- Corte e Costura
- Informática
- Panificação

Proteção Social Básica – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS: Sendo a principal estrutura física local onde para a proteção social básica, desempenha papel central no território onde se localiza, possuindo a função e responsabilidade exclusiva da oferta pública do trabalho social com famílias por meio do Serviço de proteção e Atendimento Integral a Famílias – PAIF e festão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica.

O CRAS, neste sentido, tem desenvolvido atividades contínuas seguindo as determinações da política nacional entre as quais:

- 1) Ofertar o serviço PAIF e outros serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica para as famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- 2) Articular e fortalecer a rede de Proteção Social Básica local;
- 3) Prevenir as situações de risco em seu território de abrangência fortalecendo vínculos familiares e comunitários e garantindo direitos.

Grupos ofertados pelo CRAS:

- Toda menina: É destinado a adolescentes do sexo feminino de 11 a 14 anos em situação de risco social. Atualmente são realizados 4 grupos sendo atendidas 70 adolescentes no Colégio Saldanha Rocha e 40 no Colégio João de Barro.
- Grupo Semeando Cidadania: É destinado a famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelo CRAS e inseridas no Programa

Família Paranaense. Acontece mensalmente no Salão Comunitário do Conjunto II. São atendidos 80 usuários atualmente.

- Grupo Bolsa Família: É destinado a famílias beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família. Atualmente em Marialva há 1.059 famílias recebendo o benefício.
- Grupo Gestantes: É destinado a gestantes em situação de vulnerabilidade, cuja renda familiar é de até meio salário mínimo per capita. É confeccionado e/ concedido o Kit de enxoval para o bebê e orientação psicossocial para as mães durante a geração.
- Grupo Cuidando do Cuidador: É destinado a atender os familiares e os cuidadores das pessoas com deficiência que recebam o Benefício de Prestação Continuada – BPC.
- Grupo Apoio ao SCFV: Reuniões trimestrais com os familiares dos participantes dos SCFV “Interarte” e “Ação Jovem”.
- Programas ofertados no CRAS:
- Federal: CadÚnico; Bolsa família, Benefício de Prestação Continuada – BPC; Carteira de idoso; Passe Livre.
- Municipal: Família Paranaense, Leite das Crianças, Luz Fraterna, Passe Livre Intermunicipal, benefícios eventuais, cesta de alimentos, auxílio funeral, leite para idosos, entre outros.

Serviço de Convivência e Fortalecimento e Vínculo: Centro de Convivência do Idoso Angel Quinalli Caitano – Grupo Melhor Idade: O Centro de Convivência do Idoso vem ofertando serviços de convivência e fortalecimento de vínculos através do “Grupo da Melhor Idade” garantindo ao idoso a inclusão social lhe proporcionando qualidade de vida, sociabilidade e integração social.

Com atividades no município desde 1997 o grupo foi reordenado após a implementação do SUAS e da tipificação nacional de serviços afim de garantir que os serviços socioassistenciais estivessem de acordo com as orientações e recomendações do SUAS para o atendimento da população idosa em todo o território municipal.

O programa atualmente oferta atividades para homens e mulheres com idade acima de 60 anos dentro da sede e de forma itinerante nos distritos de São Luiz,

Aquidaban, Santa Fé e Cambuí atendendo em média 40 idosos com atividades manuais (bordados, crochê e pintura); jogos (dominó, baralho, jogão da memória, palavras cruzadas, caça palavras); culturais (canto e coral, violão e teatro) e físicas ginástica e dança).

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Ação Social

Jovem: Com atividades voltadas para o processo de fortalecimento de vínculos e prestação de serviços de convivência, o Ação Jovem visa atender o público entre 15 a 17 anos ofertando oficinas de aprendizagens culturais, lúdicas e de lazer obtivendo a aproximação dos adolescentes com a realidade sociocultural existente no município e o fortalecimento de vínculos em sua vivência individual, social e familiar. As ações realizadas buscam o despertar do protagonismo juvenil e a capacidade reflexiva dos mesmos desnaturalizando as problemáticas sociais que atingem sua sociabilidade.

As ações realizadas buscam o despertar do protagonismo juvenil e a capacidade reflexiva dos mesmos desnaturalizando as problemáticas sociais que atingem sua sociabilidade. Realizam atividades como: canto coral, violão, apoio escolar, agricultura, artesanato e culinária.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Interarte:

O Interarte integra o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados pela gestão básica para o atendimento de crianças de 6 a 12 anos em situação de vulnerabilidade e risco social.

São realizadas atividades como artesanato, educação física, violino e percussão, coral e violão e kickboxing.

Proteção Social Especial de Média Complexidade: Centro de Referência

Especializado de Assistência Social – CREAS: Equipamento público que atende famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados ofertando o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, bem como serviços de Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias, orientação e encaminhamento dos cidadãos para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município. No CREAS também se oferece informações, orientação jurídica, apoio à

família, apoio no acesso à documentação pessoal e estímulo a mobilização comunitária.

Os serviços ofertados no equipamento consistem no atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos como: violência física; psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono, trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, entre outras.

Serviço de Medida Socioeducativa – SMSE: A organização da rede de atendimento socioeducativo dentro do município não dispõe de espaço próprio para o funcionamento de seus programas ficando os serviços sob a responsabilidade direta do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Prestação de Serviço à Comunidade – PSC: Com elas o adolescente autor de infração penal encontra no próprio meio social o caminho pedagógico do reconhecimento da inadequação de sua conduta e a convicção de seu valor como ser humano, na medida em que passa a desenvolver relações de solidariedade, convivendo com menos favorecidos, educandos e outros.

Liberdade Assistida – LA: Conserva a característica da restrição de liberdade, no sentido de que impõe condições ao estilo de vida do adolescente, redimensionando suas atividades, os seus valores e as convivência familiar.

Outro fator importante da ação social se refere a habitação. Há cadastro de famílias que estão em áreas irregulares, tanto urbanas quanto rurais.

Os aluguéis mais baratos estão nos Bordos (Vila Messias, Vila Antônio, Shenandoa) e os mais caros estão localizados no Centro, resultado da desigualdade social.

5.3.9. Cemitérios

No território municipal de Marialva há apenas 1 cemitério, localizado na zona urbana, no centro do município.

A administração é de responsabilidade da Prefeitura. O Departamento de Tributação realiza as vendas e cobranças relativas as sepulturas, e existe uma equipe técnica própria da secretaria de obras que realiza as manutenções, construções de carneiras, fechamento de túmulos no sepultamento, limpeza e combate à dengue.

Este equipamento encontra-se regularizado perante o Instituto Ambiental do Paraná e não há previsão de vida útil estimada.

O serviço funerário é prestado por apenas uma empresa, e existem 2 capelas mortuárias: Sistema Prever e Capela Municipal.

5.3.10. Segurança Pública e Justiça

Os serviços de segurança pública são subordinados ao Conselho Comunitário de Segurança da cidade.

No município consta delegacias de Polícia Militar e Polícia Civil, equipe de Defesa Civil. O atendimento de Corpo de bombeiros é realizado pelo Corpo de Bombeiros de Sarandi e Maringá.

Na região florestal e áreas de riscos, não possui cadastramento, mas o atendimento da área é realizado pela Polícia Florestal do município.

Em caso de desastres naturais, enchentes, vendavais etc, que necessitam de socorro às vítimas desses acidentes/incidentes, o atendimento é realizado pela Defesa Civil através de UTI móvel, e caso necessário destina ao UPA Municipal ou Hospitais da Região.

5.3.11. Mobilidade, Circulação e Transportes

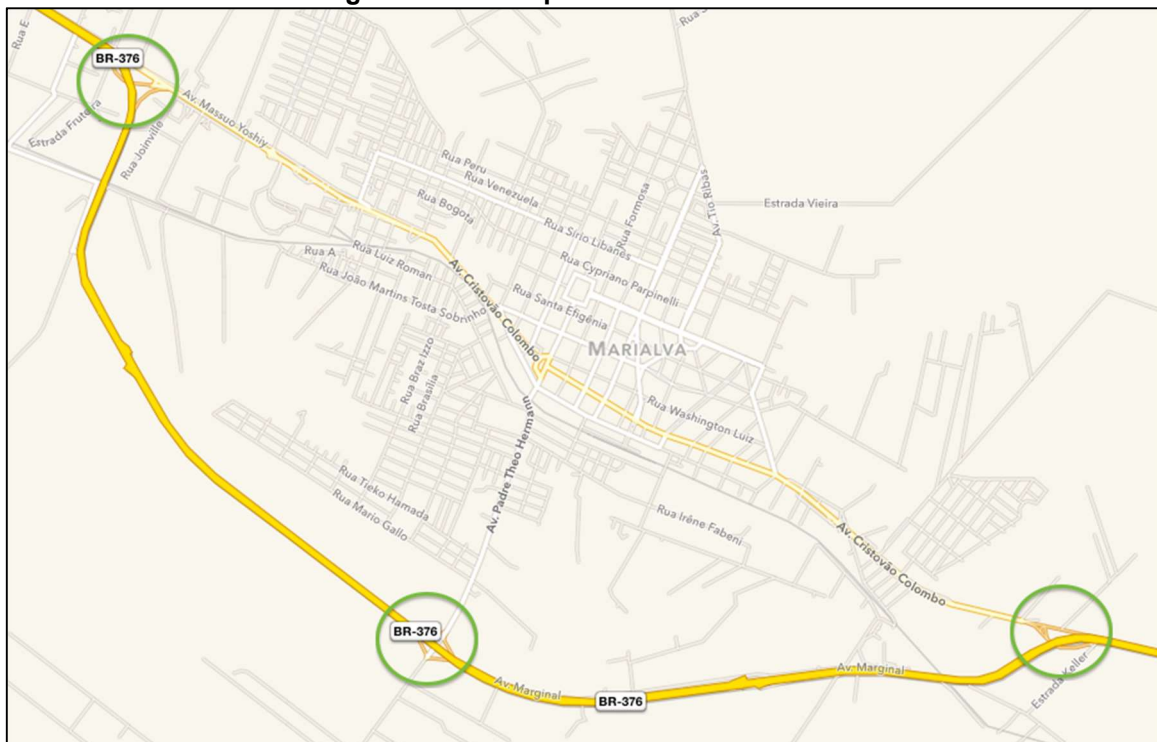
5.3.11.1. Acessos

As principais vias de acesso para a cidade de Marialva é a rodovia BR 376, uma rodovia diagonal brasileira que liga Dourados (MS) a Garuva (SC). No trecho paranaense, é conhecida como Rodovia do Café.

A BR 376 faz a ligação do eixo Londrina – Maringá, via PR 444 (entroncamento com a BR 369 em Arapongas até o entroncamento com a BR 376 em Mandaguari).

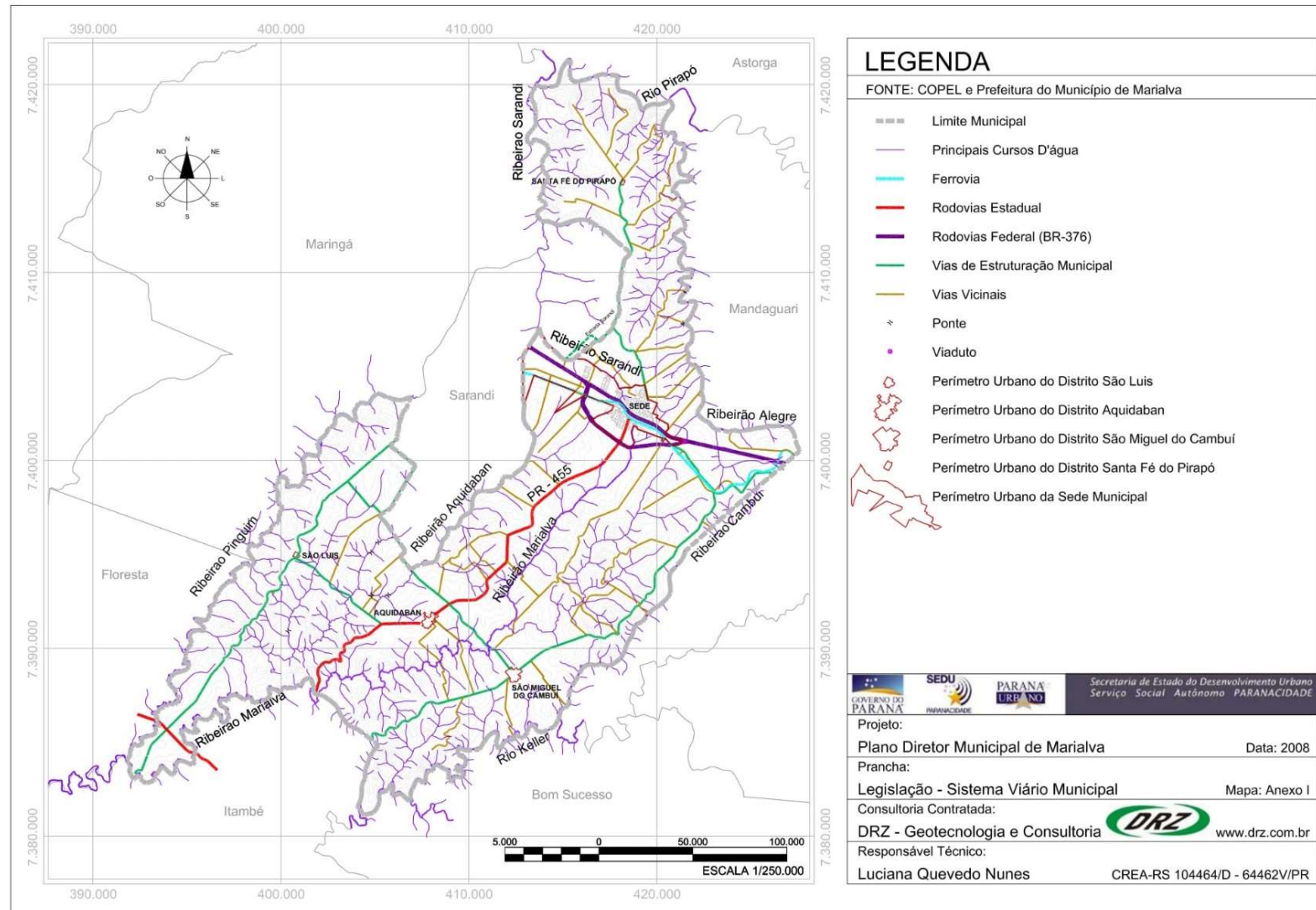
Desta forma, todo o fluxo de tráfego proveniente dos bairros de Marialva com destino a Mandaguari ou Maringá e vice-versa acaba se concentrando na região central da cidade devido aos três acessos à BR-376, sendo dois pela Avenida Cristóvão Colombo e o terceiro pelo viaduto no final da Avenida Padre Theo Herman, conforme figuras a seguir. Algumas opções de escoamento destes fluxos para a rodovia poderiam ser através das ruas Braz Izzo e João M. Da Silva.

Figura 10 – Principais acessos a Marialva



Fonte: Google Maps, 2015.

Figura 11 – Vias e rodovias do Sistema Viário da Sede de Marialva/PR.



5.3.11.2. Sistema Viário

O Sistema Viário de Marialva é regido pela Lei nº 98/2010 de 11 de março de 2010, essa tem por fundamento hierarquizar as vias conforme suas funções dentro do sistema viário e também determina como serão implantadas as novas vias e suas dimensões.

As vias do município de Marialva, de acordo com a sua hierarquização, têm as seguintes funções, conforme artigo 9 da lei mencionada:

I - Rodovias de Ligação Regional - compreendendo aquelas de responsabilidade da União ou do Estado, com a função de interligação com os municípios ou estados vizinhos;

II - Vias de Estruturação Municipal - são as que, no interior do Município, estruturam o sistema de orientação dos principais fluxos de carga com a função de interligação das diversas partes do território, dividindo-se em primárias e secundárias (vicinais), conforme sua importância no acesso a outros municípios e distritos;

III - Vias Arteriais ou de Estruturação Urbana - são vias que têm a finalidade de canalizar o tráfego de um ponto a outro dentro da área urbana, ligando dois ou mais distritos ou bairros, e constituem-se como vias estruturantes da área urbana. e tais vias alimentam e coletam o tráfego das vias Coletoras e locais;

IV - Vias Coletoras - são as que partem das vias arteriais e coletam o tráfego, distribuindo-o nas vias locais dos bairros;

V - Vias Locais - caracterizadas pelo baixo volume de tráfego e pela função prioritária de acesso às propriedades;

VI - Vias Marginais de Fundo de Vale ou Vias Verdes - são vias que se caracterizam como delimitação das áreas de proteção permanente tendo função como coletoras. Serão implantadas, quando necessário, no momento da instalação de novos loteamentos. (Alterada pela Lei Complementar nº 246/15).

Conforme artigo 10 da mesma lei, as vias públicas devem ser dimensionadas tendo como parâmetros os seguintes elementos:

I - Pista de rolamento para veículos;

II - Pista de estacionamento para veículos;

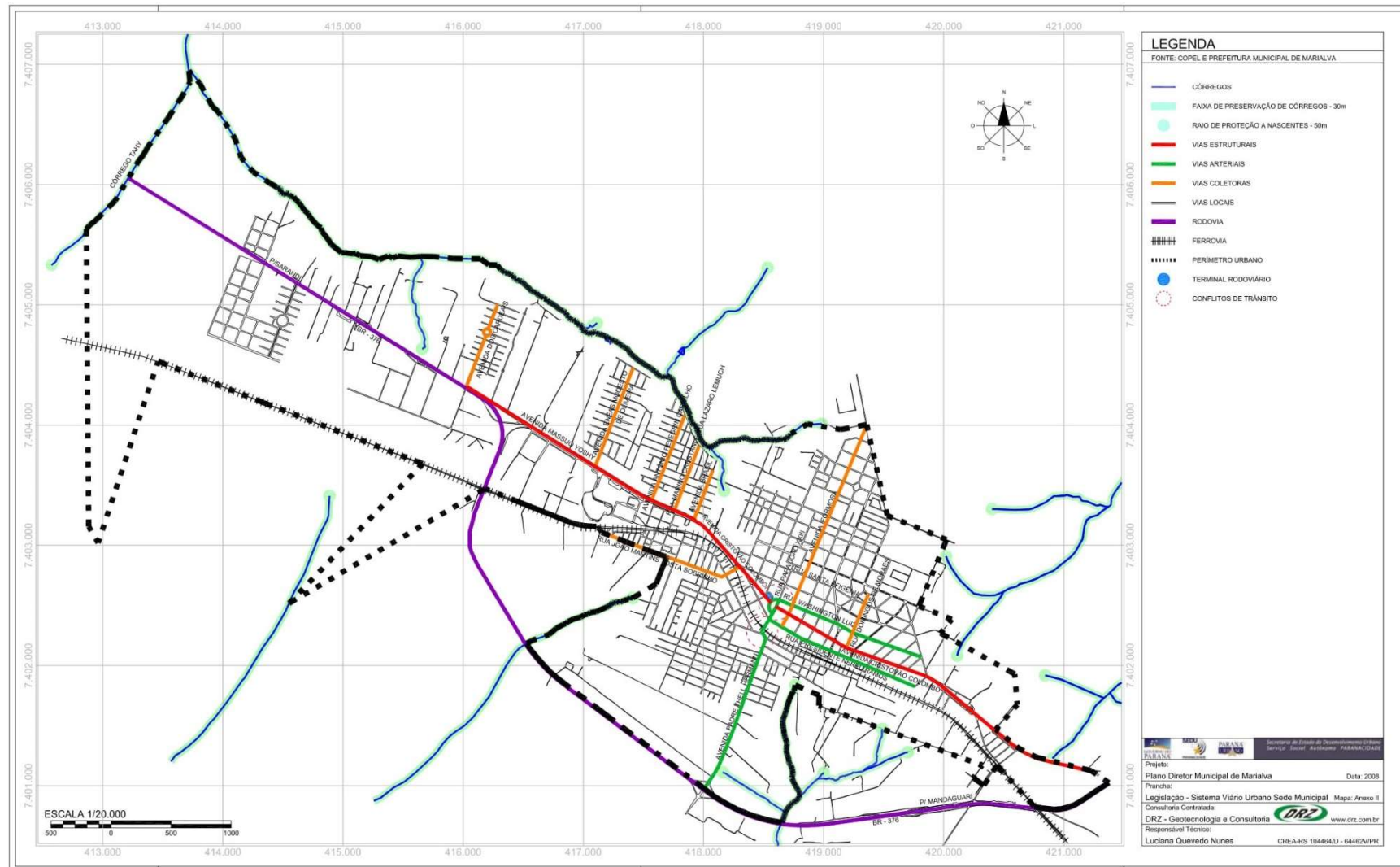
III - Ciclovia com, no mínimo, 2m (dois metros); (Alterada pela Lei Complementar nº 246/15)

IV - Passeio para pedestre.



A espacialização da hierarquia do sistema viário da sede urbana pode ser visualizada na Figura a seguir.

Figura 12 – Sistema Viário da Sede de Marialva/PR.



5.3.11.3. Obras

O departamento do município de Marialva apresenta leis presentes no Plano Diretor que regulam a aprovação de projetos e visam índices como recuos, coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, largura mínima das ruas e calçadas, e dimensão das quadras.

Quanto as infraestruturas exigidas do empreendedor:

VIII – todos os loteamentos deverão ser dotados, pelo loteador, no mínimo, de guias e sarjetas, sistema de gradeamento nas bocas de lobo, rede de galerias de águas pluviais e obras complementárias necessárias à contenção da erosão, pavimentação asfáltica das vias, rede de abastecimento de água atendendo os dois lados da via, rede de distribuição de energia elétrica e de iluminação pública, arborização de vias e praças, plantio de grama nos canteiros centrais das vias e praças, marcação das quadras e lotes, rede de coleta e esgoto, calçadas ecológicas, muretas de contenção ao longo dos passeios, e sinalização horizontal e vertical de trânsito.

Na prefeitura, atual no setor:

- 2 engenheiros civis concursados como engenheiros;
- 1 arquiteto e urbanista concursado como arquiteto de urbanista;
- 1 arquiteto e urbanista – cargo de confiança;
- 1 engenheiro civil concursado como administrativo, com CC para gerente de parcelamento do solo;
- 2 desenhistas, concursados como desenhistas;
- 4 fiscais de obras que atuam externamente.

A sede urbana apresenta 60% de suas ruas com pavimentação asfáltica (Figuras 13 e 14), 38% de reperfilamento com capa asfáltica sobre paralelepípedo, e 2% não são pavimentadas, ou são pavimentadas com paralelepípedo ou bloco de concreto intertravado (paver).



Figura 13 – Via com pavimentação asfáltica em Marialva/PR.



Figura 14 – Via com pavimentação asfáltica em Marialva/PR.

Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Os principais problemas com relação à pavimentação são os desgastes comuns devido ao uso. Como projeto de resolução do problema há operações de recape realizadas regularmente.

No âmbito rural, apenas 10% das estradas são pavimentadas, sendo essas com paralelepípedo ou pedras irregulares. Ressalta-se a necessidade de elaboração e implementação de plano municipal de manutenção de vias, pontes, viadutos e passarelas.

O principal problema enfrentado pelo departamento responsável pelas obras municipais é a ineficiência da fiscalização de obras quanto a taxa de ocupação e utilização ilegal de recuos.

5.3.11.4. Transportes

O sistema de transporte público coletivo por ônibus de Marialva é composto por apenas uma linha urbana operada pela empresa Viação Volpato, e duas linhas oferecidas pela empresa Viação Garcia, que opera as linhas Metropolitanas, e as linhas intermunicipais operadas pelas Viações Andorinha, Garcia e Nordeste. Aliado a esse sistema, existe o transporte público privado realizado por táxis e vans, com pontos espalhados pela cidade.

O ônibus que opera o transporte coletivo urbano em Marialva é do tipo *padron*, com duas portas de acesso. Não existem veículos articulados, rebocados ou com assessorios aos portadores de necessidades especiais.

No município não há um terminal de transporte coletivo urbano, em contrapartida, as instalações para a acomodação dos usuários nos pontos de parada são variadas. Em alguns pontos existem abrigos para aguardar os ônibus, com bancos e bem conservados, porém não apresentam adaptações aos portadores de necessidades especiais

Quanto à existência de informação nos pontos de parada, essa ainda é uma tarefa a ser realizada de modo a esclarecer eventuais dúvidas do usuário. Nenhum ponto de parada disponibiliza painéis informativos contendo a representação em mapa da linha e horários, permitindo ao usuário se orientar melhor em função do seu destino.

Quanto ao Terminal Rodoviária de Marialva e oferecem diversos serviços e vantagens, tais como:

- Acessibilidade: O terminal é totalmente adequado para receber passageiros com necessidades especiais. Possui rampas de acesso, banheiros adaptados e até mesmo disponibilidade de cadeira de rodas. Há também o serviço de acompanhante até o embarque;
- Guarda-Volumes: espaço para guardar seus pertencentes. Vale ressaltar que esse serviço tem um horário de funcionamento;
- Caixas Eletrônicas: Banco 24 horas;
- Achados e perdidos: funciona durante o horário comercial;
- Sanitários: disponível gratuitamente;
- Estacionamento: ao lado da rodoviária;
- Alimentação: lanchonetes, cafeterias e quiosques;
- Balcão de Informações: entrada do terminal com funcionários para esclarecer quaisquer dúvidas;
- Telefone Público;
- Ponto de Táxi;
- Carregadores de bagagem: carregadores credenciados pelo terminal e que trabalham diariamente. Os preços variam de acordo com a quantidade de volume.

A sede urbana de Marialva também conta com pontos de táxi para o deslocamento da população.

Não há campanhas de educação no trânsito, sendo necessária sua criação. Também não há aeroporto, aeródromo ou pistas de pouso em propriedades particulares. Quem quiser chegar a Marialva por esses meios terá que pousar na sede urbana mais próxima que possuir e continuar o seu caminho com um meio de transporte terrestre: Aeroporto Regional Silvio Name Junior (localizado em Maringá, 12,7 km de distância de Marialva), Aeroporto de Arapongas (34,1 km) e o Aeroporto de Apucarana (43,9 km).

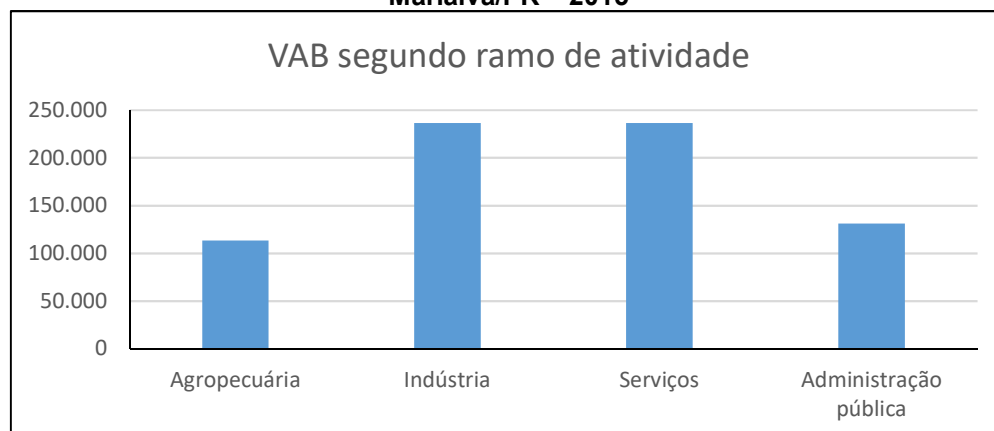
5.4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

5.4.1. Atividades Econômicas

O produto interno bruto (PIB), referente ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de Marialva, em 2015, a preços correntes, foi de R\$ 1.296.823.000,00, correspondendo a 0,34% do PIB do estado do Paraná (IPARDES, 2018).

O PIB é composto pela soma do valor adicionado bruto (VAB) por setores econômicos com os impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes, cujo valor total do VAB em Marialva, em 2015, foi de R\$ 1.140.038 mil. O Gráfico 1.8 apresenta o VAB por setor da economia em 2015, em que se sobressaiu o setor de serviços, seguido da indústria.

Gráfico 8 – Valor Adicionado Bruto a preços básicos segundo ramo de atividade em Marialva/PR – 2015



Fonte: IPARDES, 2018.

5.4.1.1. Setor Primário

As atividades do setor primário são compostas pela agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, mineração, caça e pesca, correspondendo ao setor responsável pela geração de matéria-prima que, em grande parte, é absorvida pelo setor secundário.

A produção agrícola é dividida em duas formas de cultura: a temporária aquela tida como de curta ou média duração, uma vez que seu ciclo reprodutivo é inferior a um ano, e que, depois de colhida, precisa de um novo plantio; ou permanente aquela tida como de ciclo longo e cuja colheita pode ser feita por vários anos sem a necessidade de novo plantio.

No município de Marialva tem-se com maior expressividade a cultura temporária, como pode ser observada na tabela a seguir.

Em 2017, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) publicada pelo IBGE (IBGE, 2017), tinha-se 52.068 hectares plantados perfazendo uma produção de R\$ 165.611 mil.

Tabela 20 – Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola pelo tipo de cultura temporária - 2017

Cultura temporária	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (R\$1.000,00)
Alho	1	8	8.000	60
Amendoim (em casca)	2	3	1.500	6
Cana-de-açúcar	2.313	135.423	58.549	9.164
Mandioca	60	1.500	25.000	806
Melancia	7	280	40.000	118
Milho (em grão)	19.185	115.135	6.001	35.552
Soja (em grão)	25.000	100.000	4.000	105.900
Tomate	0	2.00	60.000	6.240
Trigo (em grão)	5.500	14.300	2.600	7.765

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2018.

Já em relação às culturas permanentes, destaca-se a produção de uva, alcançando o total de 11.042 toneladas colhidas. Banana e café estão logo em seguida com 400 e 218 toneladas, respectivamente, como consta a tabela a seguir.

Tabela 21 – Área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola pelo tipo de cultura permanente - 2017

Cultura permanente	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (R\$1.000,00)
Abacate	5	100	20.000	126
Banana (cacho)	20	400	20.000	315
Café (em grão)	104	218	2.096	1.578
Caqui	5	55	11.000	88
Limão	5	100	20.000	156
Manga	5	50	10.000	80
Maracujá	15	150	10.000	330
Palmito	4	20	5.000	96
Uva	500	11.042	22.084	46.376

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2018.

De modo geral, a maioria dos produtores rurais do município são pequenos produtores.

Em relação à pecuária e aves, os galináceos se destacam na produção municipal, apresentando em 2017 um efetivo de 716.000 unidades. O rebanho de suínos representou, em 2017, metade da produção de pecuária no município, seguido dos ovinos e equinos, sendo assim, os mais representativos no município, conforme a tabela a seguir.

Tabela 22 – Efetivo de pecuária e aves – 2017.

Efetivos	Número
Rebanho de bovinos	10.951
Rebanho de equinos	356
Galináceos – Total	716.000
Galinhas (1)	2.200
Rebanho de suínos – Total	2.000
Matrizes de suínos (1)	350
Rebanho de ovinos	2.000
Rebanho de bubalinos	70
Rebanho de caprinos	50
Codornas	-
Rebanho de ovinos tosquiados	-
Rebanho de vacas ordenhadas	700

Fonte: IBGE – Produção da Pecuária Municipal, 2018.

De forma complementar à produção de galináceos no município, tem-se maior representatividade, em termos econômicos, a produção de leite, e posteriormente de mel de abelha, conforme aponta a tabela a seguir acerca da produção de origem animal.

Tabela 23 – Produção de origem animal – 2017.

Produtos	Valor (R\$1.000,00)	Produção	Unidade
Leite	2.250	1.800	Mil litros
Mel de abelha	32	2.000	kg
Ovos de galinha	22	9	Mil dz

Fonte: IBGE – Produção da Pecuária Municipal, 2018.

Com relação à produção da extração vegetal no município, destacam-se o milho e a soja, que juntos em 2007 apresentaram mais de 150.000 toneladas produzidas, conforme aponta a Tabela a seguir.

Tabela 24 – Quantidade produzida na extração vegetal em Marialva/ PR – 2007.

Tipo de produto extrativo	Área colhida (ha)	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio da produção (kg/ha)	Valor (R\$)
Arroz (em casca)	20	20	30	1.500	13
Feijão	30	30	51	1.700	61
Milho	18.770	19.500	94.350	50.26	25.946
Soja	21.500	21.500	60.200	2.800	27.090
Trigo	5.500	5.500	13.750	2.500	7.563

Fonte: IBGE, 2018.

5.4.1.2. Setor Secundário

As atividades secundárias se referem ao setor industrial e respectivos subsetores: indústria extrativa, indústria da transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública (produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana) (IBGE, 2008).

No município de Marialva destacam-se as indústrias do ramo da uva. A produção de uva no Paraná em 2008 foi de 101.500 toneladas; desse total, Marialva contribuiu com 42.808 toneladas, ou seja, mais de 42% do total. Em contrapartida, os municípios que ocupam o 2º e 3º lugar foram responsáveis, juntos, por menos de 10% da produção total (IBGE, 2008).

5.4.1.3. Setor Terciário

O setor terciário compreende as atividades de comércio e serviços, sendo que no município de Marialva predominam os comércios de bairro para atendimento da população local.

Setor de maior expressividade na composição PIB municipal, conforme comentado anteriormente.

5.4.2. Economia: Renda, Atividades Produtivas e Potencialidades.

O município de Marialva, localizado na região noroeste do Paraná, é conhecido atualmente como Capital da Uva Fina de Mesa do Paraná e cerca de 1,4 mil hectares do município estão relacionados à viticultura, contando com 750 parreirais envolvendo aproximadamente 1,1 mil famílias. Cerca de 5,5 mil pessoas trabalham no cultivo da uva e outros 7, 5 mil empregos são gerados indiretamente (EMATER, 2006).

A história de Marialva com as uvas começou na década de 1960, com os descendentes japoneses da região – os primeiros a apostarem na uva. Com o tempo, as terras vermelhas daquela região começaram a ficar invalidadas pelas monoculturas mecanizadas, como a soja. Por isso, houve grande incentivo de instituições para que a uva ganhasse espaço.

Porém, ela começou a alcançar importância econômica no município somente no final da década de 1980 e início de 1990. O pioneiro na viticultura marialvense foi Toshikatsu Wakita, que erradicou seu cafezal para implantar a nova cultura, mesmo enfrentando dificuldades para conseguir as mudas para o plantio.

Apesar da existência de uva em outros espaços paranaenses, a fruta de melhor qualidade está em Marialva, em virtude de todo o histórico de conhecimento aplicado na atividade. A importância da uva para o município foi reconhecida pela população e tornou-se objeto de propaganda. Marialva é conhecida hoje como a “Capital da Uva Fina”, slogan presente em panfletos, na logomarca do governo municipal, em sites de empresas do município, dentre outros.

A produção de uva no Paraná em 2008 foi de 101.500 toneladas; desse total, Marialva contribuiu com 42.808 toneladas, ou seja, mais de 42% do total. Em contrapartida, os municípios que ocupam o 2° e 3° lugar foram responsáveis, juntos, por menos de 10% da produção total (IBGE, 2008).

A Associação Norte Noroeste Paranaense dos Fruticultores – ANFRUT tem por finalidade precípua, entre outras: “representar e coordenar os produtores de uvas de mesa da Região de Marialva, bem como suas associações e cooperativas, perante os organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, com relação à proteção, promoção, uso e divulgação de direitos de propriedade intelectual relacionados com



o território de procedência e origem da produção, na modalidade IP- Indicação de Procedência Marialva, conforme previsto na Instrução Normativa 2512013.

Para desenvolver os setores comerciais, industriais e de serviços existe hoje o programa Marialva Mais Empreendedora. Trata-se de uma ferramenta importante ofertada aos empreendedores da cidade criando campanhas desenvolvidas para atração de novos empreendimentos para o município, capacitando e gerando mais renda e emprego. A ação é realizada com parceria da Associação Comercial e Industrial de Marialva (Acimar), Rotary Clube e Sebrae.

Atualmente há 3 distritos/ zonas industriais no município de marialva. São eles: Industrial Polossi; Industrial Monaco; Industrial Madrid.

A legislação local de incentivo/ atração de novas atividades industriais para o município é a Lei 1.417/2010 – Lei do Incentivo Fiscal.

Os pontos destacados para atração desses empreendimentos são cursos técnicos, palestras, treinamentos, capacitações e viagens temáticas. Para realização de tal, constam os seguintes projetos:

- Jovem empreendedor – Secretaria da Educação;
- Feirantes / Formalização
- Turismo rural – Secretaria da Agricultura;
- Acimar/ Sebrae / Prefeitura;
- Fomento Paraná / Sala atendente;
- Sala do empreendedor;
- Rotary / Sind. Patronal / Cursos técnicos;
- Lei Geral / Marialva compra – Sec. administração
- Comitê Indústria e Comércio

Os perfis são de construção civil, metal / mecânica, agronegócios, print / gráfico. Não se emprega critérios de seleção.

A Prefeitura de Marialva foi contemplada com diversos prêmios através de ações realizadas pela secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico em parceria com o SEBRAE e ACIMAR. O primeiro deles foi o "Prêmio Educação Empreendedora" através da parceria com a secretaria de Indústria e Comércio, SEBRAE e secretaria de Educação.

Outra grande conquista para o Município, foi à conquista de uma das melhores salas de atendimentos - Sala do Empreendedor contemplada com o Selo Prata em

Referência em Atendimento pelo SEBRAE/PR, trabalho realizado pela equipe da secretaria de Indústria e Comércio, com a Sala do Empreendedor pela Roselaine Vitor, Grazielli de Souza e Lauana Biaji, que estiveram no último dia 09/05, em Curitiba, recebendo o prêmio no Museu Oscar Niemeyer.

Além de todos esses prêmios, a secretaria de Indústria e Comércio e Desenvolvimento Econômico, e a Fomento Paraná através do agente de crédito Roberto Carraro, foram homenageados por ser destaque entre os três melhores da região noroeste, onde foi feito a entrega de um livro que conta o case de sucesso de um dos contemplados com o crédito do Fomento Paraná.

5.4.3. Indicadores Sociais e Econômicos

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é uma síntese de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Cada uma dessas dimensões é avaliada por um subíndice específico, e o IDHM é calculado a partir da média aritmética desses três subíndices.

A dimensão educação é a única avaliada por dois indicadores: taxa bruta de frequência à escola e taxa de alfabetização. A dimensão longevidade é medida pela esperança de vida ao nascer, e a dimensão renda pela renda domiciliar per capita.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM varia no intervalo de 0 a 1, sendo que mais próximo de 1, significa maior desenvolvimento. O índice é ainda uma média aritmética de três outros indicadores:

- Indicador econômico: considera o produto interno bruto – PIB per capita em dólar e a paridade do poder de compra – PPC;
- Indicador de saúde: analisa a expectativa de vida ao nascer;
- Indicador de educação: avalia o índice de analfabetismo e a taxa de matrícula em todos os níveis de ensino.

Deste modo, um estudo foi realizado a fim de se medir o desempenho do Município nos últimos anos frente à evolução de seus indicadores de desenvolvimento humano, suas ações no campo de saúde e da educação, e da condição dos domicílios.

A caracterização da qualidade de vida do Município apoiou-se no uso de indicadores reconhecidos e amplamente utilizados, como é o caso do Índice de

Desenvolvimento Humano – IDH, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Mundial – IFDM e o Índice de Desenvolvimento Familiar.

Em ambos os casos, foram avaliados aspectos relacionados à educação, longevidade, emprego e renda, acesso ao trabalho, condições habitacionais e outras variáveis que integram alguns dos indicadores de desenvolvimento humano mencionados. A variação metodológica, bem como o distanciamento do período de publicação destes indicadores aponta diferenças, sobretudo na classificação do Município, especialmente quando se estabelece comparativos entre os indicadores (Tabela 1.21).

O IDHM de Marialva foi de 0,735 em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,814, seguida de Renda, com índice de 0,733, e de Educação, com índice de 0,666.

Tabela 25 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, Marialva / PR, 2010

IDHM e componentes	1991	2000	2010
Educação	0,327	0,525	0,666
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	25,17	39,74	52,82
% de 5 a 6 anos na escola	43,28	72,33	97,48
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	54,73	73,66	89,18
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	36,65	54,16	63,36
% de 18 a 20 anos com médio completo	14,70	41,47	49,31
Longevidade	0,666	0,745	0,814
Esperança de vida ao nascer	64,95	69,72	73,84
Renda	0,643	0,694	0,733
Renda per capita	438,08	601,41	765,58

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2018

Evolução:

– Entre 2000 e 2010: O IDHM passou de 0,647 em 2000 para 0,735 em 2010 - uma taxa de crescimento de 13,60%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 75,07% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,141), seguida por Longevidade e por Renda.

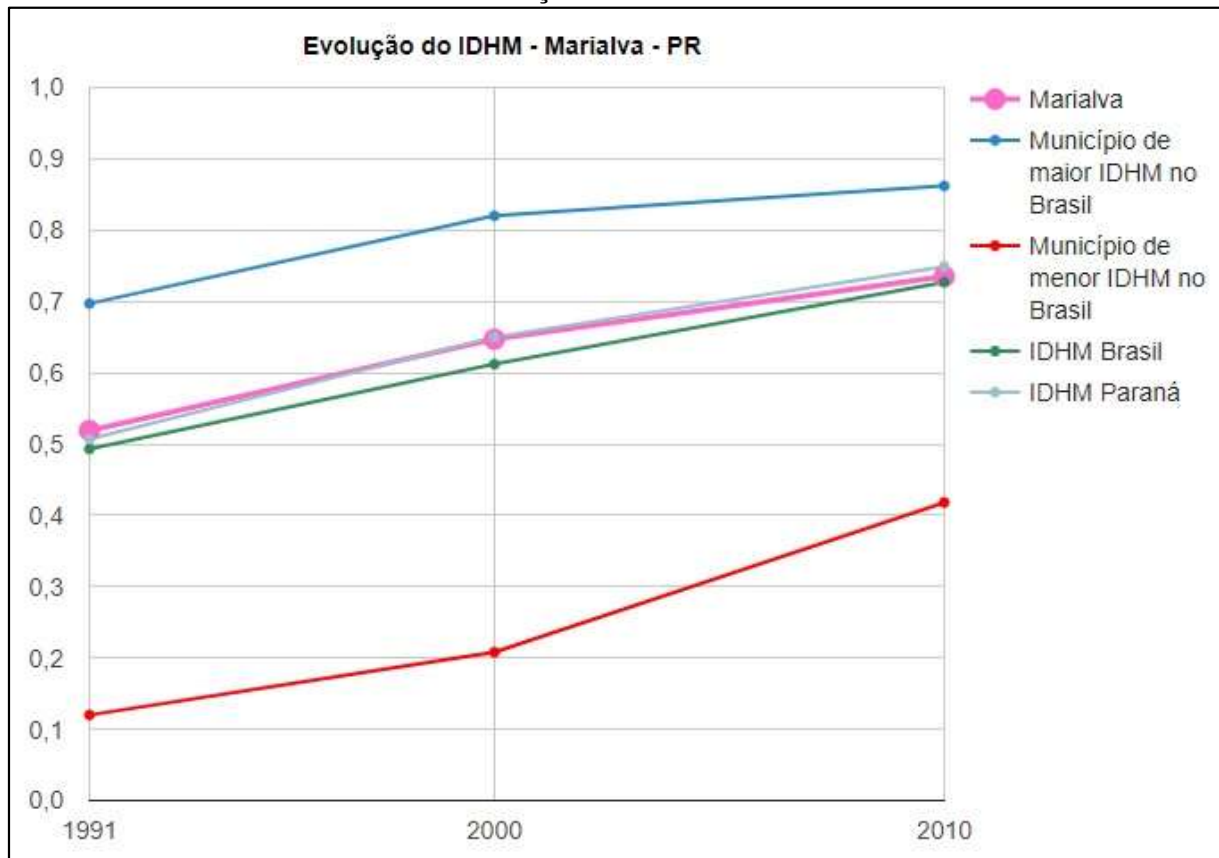
– **Entre 1991 e 2000:** O IDHM passou de 0,519 em 1991 para 0,647 em 2000 - uma taxa de crescimento de 24,66%. O hiato de desenvolvimento humano foi



reduzido em 73,39% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,198), seguida por Longevidade e por Renda.

– **Entre 1991 e 2010:** De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,519, em 1991, para 0,735, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 41,62% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 55,09% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,339), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Gráfico 9 – Evolução do IDHM em Marialva/PR



Fonte: Atlas Brasil, 2018

Marialva ocupa a 897^a posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

5.5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

5.5.1. Capacidade de Investimento do Município

A análise da capacidade de investimento do município abrange o diagnóstico da situação fiscal e financeira de Marialva, a identificação dos responsáveis pela geração de riqueza do município, fontes de financiamento próprias e nível de arrecadação tributária municipal, potencialidades de receitas não ou pouco exploradas, fatores limitadores na arrecadação de receitas municipais e o exame dos mecanismos complementares de financiamento e sua possibilidade de uso com base na Lei de Responsabilidade Fiscal.

As finanças públicas abrangem todos os atos relativos à arrecadação de tributos, captação de outros recursos, formulação e execução dos orçamentos, realização de compras, fiscalização, controle interno e prestação de contas.

Para que o governo possa realizar políticas de alocação e de realocação de recursos escassos, torna-se imprescindível a existência de fontes de arrecadação de recursos necessários ao pagamento da chamada estrutura pública, responsável pelos estudos e aplicações de políticas econômicas objetivadas na equidade e crescimento da renda.

De uma forma geral, a teoria das finanças públicas gira em torno da existência das falhas de mercado que torna necessária a presença do governo, o estudo das funções do governo, da teoria da tributação e do gasto público. O objetivo da análise do perfil das finanças municipais é identificar diferenças e semelhanças dos diversos elementos de receita, despesas, ativo e passivo em diferentes grupos do município.

Conceitualmente as receitas e despesas públicas são um indicador do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira nestas localidades. A arrecadação, por ser de diversas fontes, varia muito em função da área do município, da população e das atividades econômicas. As despesas, geralmente, estarão indexadas às receitas arrecadadas indicando uma constante restrição orçamentária. Por isso o gestor público deve ter os devidos cuidados na administração dos recursos no sentido de alocá-los da maneira mais justa e racional possível.

5.5.1.1. Receitas Financeiras

As receitas financeiras públicas são classificadas em categorias econômicas de acordo com sua perenidade: receitas correntes e de capital. As primeiras são aquelas que apenas aumentam o patrimônio não-duradouro, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como de transferências correntes. A receita de capital são as que alteram o patrimônio duradouro do estado, aquelas de captação externa de recursos: constituição de dívidas, conversão em espécie de bens e direitos, reservas, e transferências de capital. (BRASIL, 2015).

Em Marialva, como na maioria dos municípios brasileiros, a receita é composta, fundamentalmente, por receitas correntes que exercem grande influência na

arrecadação. No período de 2017, a receita corrente teve participação de 94% (R\$ 99.534.788,33) em relação a receita total bruta (R\$ 106.423.919,72). A receita de capital representou apenas 6% (R\$ 6.889.131,39) da receita total bruta, conforme aponta a tabela a seguir.

Tabela 26 - Receita Municipal (Valores R\$) - 2017

Ano	Receita Corrente	%	Receita de Capital	%	Receita Total Bruta	%
2017	99.534.788,33	94	6.889.131,39	6	106.423.919,72	100

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

Salienta-se que a informação contém o somatório das Receitas Correntes em conjunto com as Receitas Correntes INTRAORÇAMENTÁRIAS – Consolidada (Prefeitura + Autarquia – Instituto de Previdência).

A partir das deduções na receita corrente, provenientes da formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB¹ tem-se a Receita Corrente Líquida na ordem de R\$ 83.150.938,31, conforme aponta a tabela a seguir.

Tabela 27 – Receita Total Líquida (Valores em R\$) - 2017

Ano	Receita Corrente	Dedução da Receita Corrente	Receita Corrente Líquida	Receita Total Líquida
2017	99.534.788,33	16.383.850,02	83.150.938,31	90.040.069,70

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

Transferências Constitucionais

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, parcela das receitas federais arrecadadas pela União é repassada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio socioeconômico entre estados e municípios. Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos. (BRASIL, 2018).

Dentre as principais transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, previstas no art. 159 da Constituição, destacam-se: o Fundo de



Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE; o Fundo de Participação dos Municípios - FPM; o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

No que se refere às Transferências Constitucionais Estaduais aponta-se o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O art. 161 da Constituição Federal estabelece que ao Tribunal de Contas da União compete calcular e fixar os coeficientes de participação na distribuição de recursos das referidas repartições tributárias. Compete ainda ao TCU, fiscalizar a entrega dos recursos aos beneficiários e acompanhar junto aos órgãos competentes da União a classificação das receitas que dão origem às repartições.

Transferências Constitucionais do Governo Federal

Transferências Constitucionais são as parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal, transferidas para estados, Distrito Federal e municípios, conforme estabelecido na Constituição Federal. As transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) são mais significativas nos municípios pequenos, uma vez que o critério de distribuição sobre o qual estão baseadas se refere à proporcionalidade de faixas de número de habitantes dos municípios.

Em relação aos repasses do Governo Federal para o município de Marialva, o FPM é a principal fonte de recursos do Governo Federal, apontando a participação de 57,61% do total dos repasses federais no período de análise (tabela a seguir).

Em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEB, segundo maior repasse do governo federal, mostrou a participação de 40,08% do total dos repasses federais no período de análise.

Tabela 28 – Repasses de Receitas Federais - 2017 (em R\$) – Valores nominais

Especificação	2017
FPM	16.954.434,16
ITR	354.290,80
LC 87/96	123.357,12
CIDE	87.202,30
FEX	113.713,65
FUNDEF/FUNDEB	11.795.361,64
Total	29.28.359,67

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

Transferências Constitucionais do Governo Estadual

O ICMS, que se refere ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, é de competência dos Estados e do Distrito Federal. Esses dados refletem a evolução da economia local e também a diminuição da inadimplência. Do produto da arrecadação dos impostos de competência do Estado, parte substancial destina-se, constitucionalmente, aos municípios.

As mais significativas decorrem das receitas do ICMS, principal imposto arrecadado pelo Estado, que destina aos municípios 25% do seu total, além do IPVA, que destina 50% da arrecadação aos municípios nos quais se verifique o licenciamento dos veículos.

Denominam-se “Transferências Constitucionais” as parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos municípios, por disposição constitucional.

Em relação ao total das transferências correntes, o ICMS (repasso líquido) é a principal fonte de recursos do governo estadual. No município de Marialva a participação do ICMS líquido em relação ao repasse total do Estado alcançou 80% no período analisado.

O IPVA é um fator relevante em termos de transferência do estado para grande parte dos municípios. No município de Marialva tem razoável representatividade financeira, perfazendo 20,93% do repasso total do estado no período analisado.

Tabela 29 – Repasses de Receitas Estaduais - 2017 (em R\$) – Valores nominais

Ano	ICMS		Fundo de Exportação ⁵	Royalties Petróleo	IPVA ⁶	Total Repasse Líquido
	Repasso Bruto	Repasso Líquido				
2017	22.709.891,64	18.167.913,50	278.661,80	3.736,17	4.886.314,80	23.336.626,28

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

A participação absoluta do ICMS para as receitas de Marialva também confirma a dependência financeira nessa linha de transferência como fonte indispensável para as atividades da Administração Pública. Essa participação somada às transferências do FPM pelo Governo Federal se transformam em uma dependência muito grande em face de baixa arrecadação própria.

Composição da Receita Corrente

A receita corrente é composta por diversos tipos de receitas, sendo as mais significativas as transferências constitucionais federais e estaduais e as receitas tributárias.

A principal fonte de receita são as transferências correntes que somam 70.75% do total, seguidas das receitas tributárias (22,33%). Desta forma, Marialva é altamente dependente de transferências constitucionais, conforme aponta a tabela a seguir.

Tabela 30 – Composição da Receita Corrente, 2017 (em R\$) – Valores nominais e respectiva participação (%)

Origem da Receita	2016 (R\$)	%
Patrimonial	855.948,96	0,86
Tributária	22.225.534,14	22,33
Transf. Receitas Correntes	70.423.244,91	70,75
Demais Receitas Correntes	6.030.060,32	6,06
Total Receitas Correntes	99.534.788,33	100

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

Receitas Tributárias e Receitas Próprias

Em relação à arrecadação de tributos municipais, podem ser impostos, taxas ou contribuições de melhorias, incluindo nessa pauta uma variedade de impostos como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o ITBI (Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis), e o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), que compete aos municípios em administrar a arrecadação.

Destes, os impostos municipais são os maiores arrecadadores, somando R\$ 13.110.206,32, que corresponde a 78,39% do total desses impostos. Em específico o ISSQN e o IPTU são os principais impostos da arrecadação própria do Município. A participação percentual de tributos municipais na Receita Corrente fica assim distribuída: 3% de IPTU, 5% de ISSQN, 5% de ITBI e 4% de Taxas (tabela a seguir).

Tabela 31 – Receitas Próprias e Tributárias - 2017 (em R\$) – Valores nominais.

Receita Municipal	Valor	Percentual dos tributos municipais (%)	Participação percentual na Receita Corrente (%)
IPTU	3.233.932,52	19	3
ISSQN	5.005.656,75	30	5
ITBI	4.870.617,05	29	5
TAXAS	3.613.918,08	22	4
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	00,00	0	0
Total	16.724.124,40	100%	17%

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

Receita Corrente e Receita Tributária

A Receita Tributária equivale a 18,84% da Receita Corrente, ou seja, R\$18.760.034,27, dentro do período de análise. Com esses dados, recomenda-se ao executivo buscar estratégias e mecanismos de atualização fiscal de modo a melhorar os índices de arrecadação, uma vez que podem inviabilizar os investimentos futuros pelos baixos valores oriundos da receita tributária.

A capacidade contributiva da população representada nos tributos poderá ser revista pelos processos de modernização na estrutura municipal e também com a adoção de fiscalização mais eficaz com a finalidade de aprimorar o desempenho da política tributária no médio e longo prazo.

Tabela 32 – Receita Tributária X Receita Corrente (Valores em R\$) - 2017

Ano	Receita Tributária	Receita Corrente	% Indicador (A: B). 100
2017	18.760.034,27	99.534.788,33	18,84

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

5.5.1.2. Despesas Financeiras

As despesas públicas financeiras são aquelas relacionadas com os gastos orçamentários e licitatórios realizados pela administração pública com vista ao atendimento das necessidades da sociedade em geral.

Para fazer frente às despesas administrativas, operacionais e financeiras, o município de Marialva depende de receita financeira para uso conforme os limites constitucionais, efetivando os pagamentos legais por despesas necessárias ao andamento do setor público municipal, tais como salários, encargos financeiros e sociais, amortizações dos financiamentos, custeio, investimentos, manutenção e etc.

A composição das Despesas do Município, também tendo como base o período de 2017, é composta por uma Despesa Total de R\$ 81.737.230,13, dividida em Despesa Corrente de R\$ 75.955.23,00 e Despesa de Capital de R\$ 5.781.966,13, o que corresponde a 93% e 7% da Despesa Total, respectivamente.

Tabela 33 – Participação da Despesa Corrente e de Capital em relação à Despesa Orçamentária, 2017 (em R\$) – Valores nominais

Ano	Despesa Corrente	%	Despesas de Capital	%	Despesa Total	%
2017	75.955.23,00	93	5.781.966,13	7	81.737.230,13	100

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

As despesas correntes se desdobram em despesas com pessoal e encargos; juros e encargos da dívida; e outras despesas correntes.

De acordo com os números apontados nas tabelas a seguir, os indicadores encontrados na proporcionalidade entre receitas e despesas revelam o significativo peso que a manutenção da estrutura administrativa incide sobre a receita.

Tabela 34 – Gastos com Pessoal x Receitas e Despesas Totais - 2017

Ano	Despesa com Pessoal	Receita		Despesa	
		Total	Corrente Liquida	Total	Corrente
2017	44.303.471,14	99.534.788,33	83.150.938,31	81.737.230,13	75.955.23,00

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

5.5.1.3. Despesas por Função

As despesas por função refletem, de certa forma, as prioridades dadas pelo governo à alocação dos recursos que lhe são disponíveis. Dessa maneira, a análise é útil para se medir a destinação dada pelo governo no que se refere à prestação de serviços básicos à sociedade.

As funções cujas despesas são mais representativas são em ordem decrescente: saúde (29,23 %), educação (24,76%), urbanismo (14,67%), administração (13,19%). As outras funções possuem menos de 6% de representatividade no total das despesas (tabela a seguir).

Tabela 35 – Despesas municipais por função - 2017

Discriminação	Em Reais	Participação % (sobre a Despesa Total)
	2017	2017
Legislativa	2.669.272,51	3,53
Administração	9.959.512,52	13,19
Segurança Pública	816.555,66	1,08
Assistência Social	3.936.545,01	5,21
Previdência Social	584.823,89	0,77
Saúde	22.057.548,07	29,23
Educação	18.684.582,72	24,76
Cultura	414.247,59	0,54
Urbanismo	11.076.297,04	14,67
Habitação	204.790,18	0,27
Saneamento	0,00	0
Gestão Ambiental	458.418,99	0,60
Agricultura	614.391,50	0,81
Indústrias	263.720,24	0,34
Comércios e Serviços	0,00	0
Comunicação	0,00	0
Transporte	3.064.228,22	4,06
Desporto e Lazer	654.360,88	0,86
Encargos Especiais	0,00	0
	75.459.295,02	100

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

Os gastos com cultura, gestão ambiental, indústrias, agricultura e desporto e lazer, se comparados com outras funções, são muito baixos pela sua representatividade na economia local.

Nesse sentido, deverão ser discutidos propostas e projetos que possam distribuir mais racionalmente os gastos públicos que venham de encontro com os anseios da comunidade, pois as áreas que não apresentaram nenhum gasto público dentro do período analisado ou apresentaram um gasto muito baixo, tratam-se de áreas importantes para a promoção do desenvolvimento local.

Evolução da Despesa Orçamentária em relação à Receita Orçamentária

As receitas e despesas públicas são um indicador do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira. Marialva apresentou no período de análise um equilíbrio orçamentário onde as despesas totais foram inferiores a receita orçamentária total.



Tabela 36 – Despesa e Receita (Valores em R\$) - 2017.

Ano	Despesa Total (A)	Receita Total (B)	(A: B). 100
2017	81.737.230,13	99.534.788,33	0,82

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

5.5.1.4. Indicadores Finanças Públicas

A gestão municipal é influenciada pela causalidade (causa e efeito), pelo modelo de expectativas racionais e pelo equilíbrio de mercado. Isto exige uma planificação orientada, onde a avaliação dos benefícios, da utilidade e da efetividade alocativa, traduz a dicotomia existente nos processos decisórios entre as prioridades qualitativas e a racionalidade econômica do governo. O atendimento concreto das necessidades coletivas, pelas pessoas jurídicas do setor público, pelos seus agentes e órgãos, considera a administração pública no sentido objetivo (MENDES, 2008).

Os indicadores representam as possibilidades de a Administração Pública tomar decisões de investimentos e gastos em geral, sendo uma bússola para que o Executivo tome decisões técnicas no sentido de salvaguardar o patrimônio público.

Indicador de Esforço Tributário

Para análise do Indicador do Esforço Tributário, a relação entre a Receita Tributária (R\$ 15.732.308,29) com a população 35.180 habitantes (IBGE, 2017), mostra que o ano de 2017, em valores nominais, foi o que apresentou um resultado onde cada pessoa que compõe a população de Marialva contribuiu com R\$ 447,19 per capita com a Receita Tributária municipal.

Isto evidencia a necessidade de novas ações de política fiscal por parte do Executivo, como atualizações no Código Tributário municipal para evitar dificuldades de caixa.

Tabela 37 – Indicador de Esforço Tributário (Valores em R\$) - 2017

Ano	Receita Tributária (A)	População (B)	Indicador (A: B)
2017	15.732.308,29	35.180	447,19

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

Indicador de Dependência

Neste índice procura-se avaliar em que medida o Município depende das Receitas Transferidas para poder oferecer o conjunto de bens e serviços à população.

Trata-se de um quociente entre Receitas Transferidas (Transferência de Receita Corrente + Transferência de Capital = R\$ 60.476.317,40) e Despesas Totais (R\$ 81.737.230,13). Quanto mais próximo de “1”, maior a dependência do Município em relação às transferências, especialmente o FPM e ICMS.

O valor de 0,74 no indicador durante o ano de 2017 comprova que o município de Marialva tem um grau de dependência de médio a elevado e que fica na dependência das transferências constitucionais tanto do Governo Federal como do Governo Estadual.

Em função da arrecadação relativamente baixa das Receitas Tributárias, o Município apresenta dependência das Receitas Transferidas para manter suas despesas, comprometendo os limites dos recursos disponibilizados. Este resultado demonstra que o Município deve realizar planejamentos de alternativas próprias, fazendo também adoção de políticas de crescimento e estratégias de desenvolvimento, para fazer frente aos imprevistos nos repasses dos recursos governamentais.

Tabela 38 – Indicador de Dependência (Valores em R\$) - 2017

Ano	Receita Transferida	Despesa Total (B)	Indicador (A: B)
2017	60.476.317,40	81.737.230,13	0,74

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

Indicador de Financiamento dos Gastos

Esse estudo mostra a relação entre Despesa Corrente e Receita Tributária, ou seja, em que medida o Município consegue cobrir seus gastos de custeio da estrutura administrativa com sua arrecadação própria (excluídas as Receitas Transferidas e Operações de Crédito). Quanto maior o índice, menor o esforço tributário.

O município de Marialva está na dependência de um considerável esforço tributário para obtenção de índices mais satisfatórios que possam fazer frente à Despesa Corrente. O comportamento da arrecadação própria (tributária) apresenta indicadores que comprovam a dependência dos recursos de transferência. Na relação Despesa Corrente (R\$ 75.955.234,00) e Receita Tributária (R\$ 15.732.308,29), o esforço da Receita Tributária para fazer frente à Despesa Corrente e investimentos de capital obteve o índice de 4,83.

A participação da Receita Tributária ainda é muito pequena em relação à Despesa Corrente. Com isto fica evidente a adoção de ajuste na política tributária municipal no sentido de criar estímulos de arrecadação que possam suprir e/ou amenizar as dificuldades de caixa no Município.

Tabela 39 – Indicador de Financiamentos dos Gastos (Valores em R\$) - 2017

Ano	Despesa Corrente (A)	Receita Tributária (B)	Indicador (A: B)
2017	75.955.234,00	15.732.308,29	4,83

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

Indicador de Poupança

Com receitas municipais próprias arrecadadas, o município terá deduções de despesas, a diferença poderá ser utilizada para investimento de capital. A Poupança foi calculada obtendo-se o saldo resultante da diferença entre Receita Corrente (R\$ 99.534.788,33) e Despesa Corrente (R\$ 75.955.234,00) no ano de 2016, que foi de R\$ 23.579.554,33, e o Indicador foi calculado a partir da razão entre a Receita Corrente e Despesa Corrente.

Este indicador reflete o esforço da administração em relação à saúde financeira do município. O Indicador de Poupança foi de 1,31 no exercício de 2017. A poupança maior significa o uso mais racional dos recursos financeiros podendo ser destinados a investimentos e propiciar uma melhor infraestrutura que beneficie a ação da iniciativa privada e da população em geral.

Tabela 40 – Indicador de Poupança (Valores em R\$) - 2017

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança	Indicador (A: B)
2017	99.534.788,33	75.955.234,00	23.579.554,33	1,31

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

Indicador Capacidade de Investimento

A Capacidade de Investimento do Município é calculada através da diferença entre Receita Efetiva e Despesa Corrente + Amortizações. Seu indicador é definido pelo percentual obtido do quociente da Capacidade de Investimento pela Receita Efetiva.

Com isso, o Município poderá investir 10,65% (R\$ 8.859.598,33) das receitas, se considerado como base o ano de 2017. Em 2017 a Despesa Corrente + Amortização foi inferior a Receita Efetiva, esse comportamento proporciona indicadores favoráveis para ampliar a capacidade de investimento.

Em relação à Receita Efetiva, ocorre em todos os anos uma poupança interna, porém, para viabilizar novos investimentos há necessidade de precaução nos gastos correntes do município, desde o início do exercício para evitar descontroles ao longo do ano, notadamente no 2º semestre onde as dificuldades de manter o equilíbrio orçamentário são maiores em função da queda natural da arrecadação, principalmente nos municípios menores e mais dependentes das transferências intergovernamentais.

Tabela 41 – Tributos Municipais na Receita Corrente (Valores em R\$) - 2017

Ano	Receita Total	Receita ² Efetiva	Despesa Corrente	Amortização	Despesa Corrente + Amortização	Capacidade de Investimento	Cap. de Inv. (%) ³
2017	90.040.342,36	83.151.210,87	75.955.234,00	1.663.621,36	7.618.855,36	8.859.598.33	10,65

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

5.5.1.5. Capacidade de Investimento do Município

A tabela a seguir demonstra as receitas e despesas do município de Marialva entre 2013 e 2017. Vale destacar o ano de 2015 no qual o Município teve uma arrecadação de R\$ 79.550.149,10 e uma despesa de R\$ 83.878.227,24, tendo um déficit de -4.328.078,14 no resultado primário.



Tabela 42 – Receitas e despesas do município de Ampére de 2013 a 2017

1) RECEITA DO MUNICÍPIO	2013	2014	2015	2016	2017	Médias de Arrecadações Realizadas
1.1) <u>Receitas Próprias Arrecadadas</u> (Trib + Econ + Patr + Agro + Ind + Serv + Outras)	15.021.267,45	17.625.949,55	20.241.81,39	21.216.422,17	22.674.893,57	19.356.002,83
1.2) <u>Transferências Correntes Arrecadadas</u> (Tranf. Legais e Constitucionais)	47.033.297,39	47.334.091,05	51.792.588,74	58.119.373,85	60.476.317,40	52.953.133,69
1.3) <u>Receitas de Capital</u> (somente operações de créditos contratadas)	405.968,78	0,00	3.835.654,67	5.538.006,56	992.346,08	2.154.395,22
1.4) <u>Transferências de Capital Arrecadadas</u> (Tranf. de Convênios)	3.960.985,19	4.310.298,27	3.627.404,53	5.375.862,82	5.893.468,83	4.633.603,93
1.5) <u>Alienação de bens</u>	5.522,01	270.652,09	53.019,77	153.378,08	3.316,48	97.177,69
1.6) Arrecadação Total (1.1+1.2+1.3+1.4+1.5)	66.427.040,82	69.550.990,96	79.550.149,10	90.403.043,48	90.040.342,36	79.194.313,34
2) DESPESA DO MUNICÍPIO EM:	2013	2014	2015	2016	2017	Médias de Despesas Realizadas
2.1) <u>Despesa c/ Encargos + Amortizações</u> (pagos)	3.117.296,58	3.476.597,80	3.570.607,92	2.877.267,49	1.663.621,36	2.941.078,23
2.2) <u>Despesa com Investimentos</u> (pagos)	7.792.893,76	7.177.516,62	15.873.003,64	11.088.811,20	4.118.374,70	9.210.119,98
2.3) Despesa Total (2.1 + 2.2)	10.910.190,34	10.654.114,42	19.443.611,56	13.996.078,69	5.781.996,06	12.151.198,21
3) RESULTADO PRIMÁRIO:	2013	2014	2015	2016	2017	
3.1) <u>Receita</u> (fiscais correntes + fiscais de capital)	66.427.040,82	69.550.990,96	79.550.149,10	90.403.043,48	90.040.342,36	79.194.313,34
3.2) <u>Despesa</u> (fiscais cor. + fiscais de cap. + res. de contingência)	57.750.360,05	64.929.679,68	83.878.227,24	85.591.402,40	81.737.230,13	74.777.379,90
3.3) Resultado	8.676.680,77	4.621.311,28	-4.328.078,14	4.811.641,08	8.303.122,23	4.416.933,44

Fonte: Prefeitura de Marialva, 2018.

5.5.2. Conselhos Municipais

A estrutura administrativa da Prefeitura possui 18 secretarias, 35 departamentos, 68 divisões e 21 assessorias. A estrutura está adequada, portanto não existem estudos para alterações.

Há no município os seguintes conselhos municipais, totalizando 3 grupos, que estão relacionados, direta ou indiretamente, à temática do desenvolvimento urbano e municipal, onde todos estão funcionando adequadamente:

- Conselho Municipal da saúde;
- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Conselho do Magistério.

Quanto ao quadro de funcionários da administração direta, há 1.167 servidores na ativa, 354 aposentados, 72 pensionistas. 981 estatutários e 173 celetistas.

Referente aos servidores, o regime de previdência é próprio e 423 recebem pelo Instituto Previdência e Assistência de Marialva – IPAM. Quanto ao grau de escolaridade, 509 cursaram nível superior, 390 completaram o ensino médio e não ingressaram no ensino superior e 278 estão abaixo do nível médio. Algumas áreas têm recebido treinamento dos servidores, são elas: saúde, serviços públicos e agricultura.

5.5.2.1. Planejamento

O município de Marialva conta com os seguintes Consórcios Municipais:

- Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense – AMUSEP: Tem o objetivo de ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social do município associado; promover o estabelecimento da cooperação entre o município e o prefeito, visando a união e a troca de experiências; prestar assessoria jurídica, contábil e técnica ao município; promover o intercâmbio de informações e reivindicações com a Associação dos Municípios do Paraná, órgão de expressão estadual do municipalismo Paranaense; incentivar o intercâmbio com institutos e organizações de pesquisa, estudos e trabalho ligados aos temas municipalistas; atuar na



promoção da integração dos municípios e das suas entidades e organizações, visando o desenvolvimento regional.

- Consórcio Público Intermunicipal de Gestão da AMUSEP – PROAMUSEP
- Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUSEP – CIAMUSEP: é um novo modelo de parceria entre municípios, com foco na melhoria do atendimento em saúde para a população. Oferece serviços de consultas, exames e procedimentos especializados aos 30 municípios pertencentes à 15ª Regional de Saúde. Os resultados concretizados, nesses poucos anos, comprovam que a saúde tem caminhos para oferecer soluções com qualidade.

A Participação Popular e controle social se dá pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento e o Ministério Público (não possui observatório social).

Quanto a lista de conselhos, cooperativas, associações de modo geral, os grupos mais organizados são:

- Associação dos Comerciantes de Marialva – ACIMAR;
- Rotary
- Cooperativa dos Fruticultores de Marialva;
- Cooperativa Agroindustrial dos Viticultores – COAVIT;
- Sicob;
- Cocari;
- Associação dos Agricultores de Marialva;
- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;
- Cocari – Unidade Aquidaban.

Não há planejamento operacional e estratégico, e também o estabelecimento de indicadores e processos formais de avaliação de planejamento.

5.5.3. Tributação

A estrutura existente para controle de Tributação é a Secretaria de Tributo. Atende à demanda fiscal, mas apresenta deficiências. O setor é composto por 7



funcionários na secretaria, 1 fiscal interno e 1 externo. A maior dificuldade na área é a falta de mão de obra.

Com relação ao custo da terra urbana, é variável de acordo com sua localização.

Referente aos valores venais, o código tributário consta na Lei 08/2001 do Sistema Tributário. Não há planta de valores, e os valores venais estão desatualizados provavelmente em relação ao valor demarcado, e tal percentual varia de acordo com o imóvel. Necessita-se de um recadastramento imobiliário.

Quanto a relação dos alvarás liberados e cancelados nos últimos dois anos, consta que 733 foram abertos, 290 cancelados ou baixados, sendo 194 encerrados e 96 inativos.

O controle do pagamento dos impostos municipais é realizado através do aplicativo instalado via sistema da caixa econômica federal. Recebe-se um arquivo retorno com as informações referentes aos pagamentos realizados no dia anterior, em seguida o funcionário processa este arquivo no sistema realizado os pagamentos.

Em termos de informática no setor, os equipamentos são defasados, mas atendem na medida do possível. A maioria dos programas utilizados são da empresa Elotech e Tributech. Os sistemas de informações disponíveis para gestão são:

- Mais ISS – Sistema de nota fiscal eletrônica (Tributech);
- SMT – Elotech;
- Protocolo;
- Rede Sim (Alvará).

6. ANÁLISE INTEGRADA

A análise temática integrada possui como objetivo apresentar de forma sintética as principais questões relacionadas à revisão do Plano Diretor Municipal, com base nos temas elencados e estruturados pelo Termo de Referência para este produto, destacando assim, os assuntos mais relevantes.

Corresponde à compatibilização das leituras técnica e comunitária realizadas durante o processo de elaboração do presente diagnóstico. A primeira é resultado da análise das informações apuradas no processo, com a colaboração da equipe técnica municipal. A segunda, resultante do processo participativo para esta fase, estabelecido por meio da realização de reuniões técnicas com representantes da equipe técnica municipal e comissão de acompanhamento do PDM, bem como pela população em geral por meio de audiência pública.

Desse modo, nesse capítulo são apresentadas as análises oriundas dos cruzamentos de dados e informações obtidas, e ao final apresenta-se uma síntese.

6.1. ÁREAS APTAS, APTAS COM RESTRIÇÃO E INAPTAS AO USO E OCUPAÇÃO ANTRÓPICOS

A partir da análise dos condicionantes ambientais expostos, delimitaram-se as áreas aptas, aptas com restrição e inaptas à ocupação antrópica no território da sede urbana de Marialva, tendo como critérios:

- Áreas Inaptas: locais com hidrografia, APP, rodovias, ferrovias, que possam comprometer a preservação dessas áreas, faixa de servidão, e que apresentam riscos de alagamento.

- Áreas aptas com restrição: de possível expansão, porém, com restrição nas áreas classificadas no zoneamento urbano como setor especial de serviços e uma das zonas especiais de interesse social onde há loteamento clandestino e muito próximo das APPs;

- Áreas aptas: todas as áreas do zoneamento urbano e de interesse que apresentam classificadas como de expansão, zona residencial, excluindo a zona especial da Unidade de conservação.



6.2. CONDIÇÕES GERAIS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

De acordo com as duas modalidades, contata-se a má qualidade e/ou inexistência de calçadas acessíveis e seguras; má qualidade da pavimentação das vias em algumas áreas; sinalização de vias insuficientes; vias estreitas e o excesso de veículos no trânsito, além do comportamento das pessoas no trânsito e o descumprimento das leis; ausência de ciclovias.

6.3. SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

Apresenta-se uma síntese da análise temática integrada, por meio da aplicação da metodologia Condicionantes, Deficiências e Potencialidades (CDP), com objetivo de apresentar o resultado de maneira compreensível e de fácil visualização.

As condicionantes são elementos da base física natural ou da estrutura urbana, que condicionam a evolução ou influenciam seu comportamento no presente, e ainda, que podem vir a direcioná-lo no futuro.

Destaca-se que as deficiências correspondem às situações ou elementos que entravam o desenvolvimento municipal ou dificuldades/problemas locais que afetam a qualidade de vida da população. São disfunções que precisam ser corrigidas, bem como eventos que implicam em risco para a saúde ou o bem-estar da população, podendo ser, ainda, ameaça para a estrutura urbana, para o meio ambiente ou para o desenvolvimento em geral, cuja superação normalmente exige investimentos significativos.

Por outro lado, as potencialidades são as situações ou elementos potenciais para impulsionar o desenvolvimento local e ampliar a qualidade de vida. Envolve a possibilidade de expansão ou intensificação das funções de determinados setores ou atividades, normalmente sem a necessidade de grandes investimentos.

A seguir é apresentada a síntese da Análise Temática Integrada, compreendendo as leituras técnica e comunitária.



Infraestrutura:

Positivos
O sistema de coleta para resíduos sólidos é satisfatório.
100% dos resíduos recicláveis são encaminhados para serem processados.
Negativos
O sistema de abastecimento de água não atende a área urbana em sua totalidade.
Ausência de programas de tarifa social e programa ambiental para conscientização do consumo de água.
Elevado índice de Perdas.
O esgoto não é coletado e tratado em sua totalidade.
Não há atendimento de esgoto nas áreas rurais, obrigando as comunidades a conviverem com seus próprios dejetos.
Ações de educação ambiental são realizadas com baixa frequência.
A drenagem pluvial não atende a área urbana em sua totalidade.
Não há projetos ou previsão para resolução dos problemas de drenagem.

Pavimentação e Iluminação pública:

Positivos
O serviço de iluminação atende 100% da sede municipal urbana.
Negativos
Não há atendimento de iluminação na área rural, vilas e comunidades isoladas.
Não há programa de redução do consumo de energia.

Saúde:

Positivos
Algumas estruturas apresentam qualidade satisfatória.
O número de médicos por habitantes é satisfatório.
Há programas de saúde variados ofertados junto à população.
Atende intervenções de saúde de baixa e média complexidade.
Negativos
Há problemas administrativos.
Não atende as situações de saúde de alta complexidade.
Demora para liberação de vagas para internamento.

Educação:

Positivos
O número de professores por habitante é satisfatório.
As modalidades de ensino são ofertadas em todos os horários.
Há políticas de inclusão no município.
As merendas são elaboradas por nutricionistas.
Baixa evasão escolar.
Há transporte escolar para área rural e urbana.



São oferecidos cursos de formação pedagógica semanalmente.
Atendimento pedagógico realizado pelo Plano Municipal de Educação ou Núcleo Regional de Maringá
O município conta com escolas de ensino profissionalizante e de línguas
É ofertado um curso específico para idosos
É ofertado um sistema de educação a distância
Negativos
Nem todas as escolas estão adaptadas para acessibilidade.
Alguns prédios utilizados na educação necessitam de reformas e melhorias.
Não há capacidade satisfatória para atender a demanda nas creches.
Escassez de recursos da união e do governo do Estado.
Nem todos os professores possuem curso superior completo.
Não há instituições de ensino superior

Esporte e lazer:

Positivos
Os equipamentos de uso público estão espalhados pela área urbana.
Identificação da população com esportes.
As estruturas e equipamentos atendem à demanda atual.
Atendem a todos os públicos.
São desenvolvidas atividades na zona rural.
Negativos
Áreas sem equipamentos próximos, com a necessidade de implantação.
Falta de acessibilidade de algumas estruturas.

Cultura:

Positivos
Diversos equipamentos que realizam práticas culturais.
Estímulos culturais através de ações e programas desenvolvidos.
Peças teatrais e eventos esporádicos.
Diversas festividades locais.
Negativos
Falta uma agenda cultural definida pela Secretaria.

Turismo:

Positivos
Políticas de incentivo relacionadas ao turismo rural
São ministrados cursos, palestras e viagens para capacitar produtores a receberem turistas
Estudos para construção de um mercadão municipal
Cachoeira como atração turística natural
Mirante em fase de readequação para receber os turistas



2 agências de turismo com profissionais para viagens
Central de informações turísticas
2 hotéis na cidade com boa estrutura
Diversos restaurantes
Negativos
Não existem linhas de ônibus com paradas específicas nos pontos turísticos ou nas propriedades rurais participantes do turismo rural
As propriedades rurais não são preparadas para receber turistas, apesar da demanda – não possuem estrutura
Restaurantes não funcionam de domingo

Assistência social:

Positivos
Conta com 5 equipamentos de assistência social
Diversos programas e ações com atividades para todos públicos

Cemitérios:

Positivos
Atende à demanda do município
Negativos
Apenas 1 cemitério na região

Segurança pública e justiça:

Positivos
Delegacias de Polícia Militar e Polícia Civil
Atendimento de Corpo de Bombeiros
Polícia Florestal para o atendimento na região florestal e áreas de risco
Equipe de Defesa Civil para casos de desastres naturais com UTI móvel
Negativos

Mobilidade, circulação e transportes:

Positivos
Sistema de transporte público coletivo
Sistema de transporte público privado realizado por táxis e vans
Terminal rodoviário satisfatório
Há legislação para a implantação de infraestruturas urbanas nos novos loteamentos
Negativos
Trânsito concentrado na região central da cidade devido aos acessos
Não são todas as ruas que possuem pavimentação asfáltica
Não há um padrão no material de pavimentação das vias urbanas.
Desgastes devido ao uso



Apenas 10% das estradas rurais são pavimentadas
Ineficiência da fiscalização de obras quanto a taxa de ocupação e utilização ilegal de recuos
Não há terminal de transporte coletivo urbano
Pontos não adaptados para portadores de necessidades especiais
Não há campanhas de educação de trânsito
Não há aeroporto ou pistas de pouso

Ocupações Irregulares:

Negativos
Ocorrência das ocupações irregulares.



7. LEITURA COMUNITÁRIA

Na elaboração do Plano Diretor Participativo, o levantamento da opinião pública é parte imprescindível da leitura comunitária que é realizada também através das Audiências Públicas.

A participação popular atesta a veracidade da situação e desagrado público que diagnosticados resultam no maior instrumento de política urbana e territorial do Município, o Plano Diretor. Ela também está assegurada em Lei Federal, como o Estatuto da Cidade.

Para tanto, foi aplicado à população de Marialva, em Audiência Pública, um questionário em que fossem apontadas algumas observações sobre alguns setores e serviços públicos municipais de maior relevância para a qualidade de vida da população.

Esta avaliação auxiliará o Plano Diretor a visualizar as principais potencialidades e deficiências do Município através da opinião pública, que será levada em conta também na sistematização das informações, ao final deste volume. Portanto, a definição das metas de investimento, quer seja em novos programas de caráter social, quer em melhorias daqueles que já apresentam bom atendimento, é embasada também na manifestação da população.

Ao todo 3 grupos emitiram suas opiniões. Foram debatidos os principais pontos relevantes, que segundo a opinião dos participantes são necessárias mudanças ou manutenção da qualidade dos serviços. Para a sistematização dos dados foi elaborado um quadro com a opinião do grupo em cada setor. (Tabela 3.1)

Vale ressaltar um ponto bastante discutido em audiência pública, que foi a ausência da Guarda Municipal Metropolitana, em comum nos 3 grupos. Assim como a ausência de vagas em creches e a necessidade de investir mais em educação para capacitação de seus profissionais. Além disso a iluminação precária nas ruas, problemas em estradas, baixa qualidade das praças de recreação e principalmente a ausência de um hospital no município.

A tabela a seguir demonstra esses apontamentos mencionados separados por assunto.



Tabela 43 – Apontamentos dos grupos presentes em audiência pública por assunto – Grupos 1, 2 e 3

Assunto	Apontamentos
Saneamento Básico	<ul style="list-style-type: none">– Perímetros próximos, urbanos, a áreas rurais sofrem falta de água;– Implantação do tempo de retorno com exemplo de São Paulo;– A rede de esgoto não está presente em todos os bairros, e outros já possuem, mas não pode se ligar (Jd. Planalto até o João de Barro e ligação da rede de esgoto no Bela Vista);– Esgoto com “mau cheiro” próximo ao cine teatro e Jd. Planalto; Lagoas de tratamento do km. 6 não está sendo tratada;– Subdimensionamento da redistribuição de água;– Substituição de encanamentos antigos;– Rever o sistema de drenagem de águas que prejudica vários jardins (exemplo: Jd. São Pedro): investimentos nestes sistemas;– Pouco investimento em água (tratamento a curto prazo);– Educação ambiental.
Ocupação Irregular	<ul style="list-style-type: none">– Ocupação de áreas que deveriam ser de preservação/ áreas com grandes declividades é fundo de vale;– Jardim Chananduá, Santa Izabel;– Levantamento das ocupações autorizadas ou não nas áreas urbanas (periféricas) e rurais, e regularização (buscar meios para regularização);– Chácaras com áreas inferiores a 20 mil metros (1 módulo).
Pavimentação e Ilum. Pública	<ul style="list-style-type: none">– Iluminação pública fraca e falta de manutenção;– Quanto à manutenção asfáltica não tem do que reclamar, porém passeios públicos necessitam de uma atenção por falta de padronização, respeito com o espaço;– As caixas pluviais são causadoras de transtornos por conta dos rebaixos das grelhas;– Estradas Vicinais (levantamento em relação a pavimentação e pedra irregular); velocidade de veículos superior ao permitido;– Estrada Caraná: manutenção regular devido aos caminhões da pedreira (grande fluxo);– Trincheira (viaduto): acesso à rodovia e estrada Caraná;– Km. 113: pedra irregular, asfalto; trincheira para acesso à rodovia;– Quanto à qualidade asfáltica, decai conforme se afasta do centro;– Densa fiscalização nas irregularidades dos passeios, sobretudo afastados do centro.
Equipamentos Públicos	<ul style="list-style-type: none">– Revitalizar e fomentar a ocupação nas áreas de lazer, bem como regulamentá-las;– Melhorar a utilização das praças com recreação, por exemplo, melhor qualidade;– Bosques: Antigo Matadouro; associação dos Func. Pub. Mva.;– Ciclovía;– Praça da Juventude;– Quadras poliesportivas;– Próximo ao cacho de uva: rever pista de retorno de veículos pesados;
Saúde	<ul style="list-style-type: none">– Mais verbas para investimento em médicos, equipamentos, e principalmente capacitação dos profissionais em cada especialidade;– Hospital municipal (público/privado) – não tem;– Municipalização da defesa civil;– Estudo para base do SAMU;



PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Município de Marialva – PR

	<ul style="list-style-type: none">– Clínica de especialidades;– Soro antiofídico;– Clínica para dependente químico;– Os postos de saúde dos bairros são relativamente satisfatórios, porém o Pronto Socorro deixa muito a desejar.
Educação	<ul style="list-style-type: none">– Creches com horários inviáveis para mães que trabalham;– Falta de vagas nas creches;– Atenção maior na manutenção das escolas mais antigas da cidade;– Capacitação da equipe (professores, diretores, secretarias) deixa muito a desejar;– Construção de mais CMEI's;– Extensão de faculdade;– Transporte para alunos de faculdades.
Seg. Pública	<ul style="list-style-type: none">– Implementação da Guarda Municipal Metropolitana (tirar do papel);– Câmeras de segurança, contemplando área urbana e rural.
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none">– Fortalecimento de fiscalizações e punição àqueles que praticam atos de poluição e descartes indevidos nos rios da cidade;– Qualificação dos responsáveis pela fiscalização;– Atenção ao distanciamento de estações de tratamento do centro urbano;– Tratamento das lagoas;– Plano de arborização urbana;– Turismo rural: cuidando do meio ambiente e fortalecendo o urbanismo. Ex: cachoeiras (turismo rural natural);– Implementação de zonas de transição adjuntas as APP's.
Mobilidade	<ul style="list-style-type: none">– Acesso de Maringá para Marialva pela Colombo, passa pelo transtorno de fluxo de caminhões em frente ao Nova Era;– Estudo de mobilidade para pontos que possuem comércio, empreendimentos;– Lombeadas implantadas de forma arbitrária;– Trânsito caótico em inúmeros pontos da cidade – as últimas alterações feitas pioraram e muito o fluxo, como o Jardim Custódio que ficou isolado;– As vias devem se adequar a legislação atual;– Insuficiência de estacionamentos;– Cobrança de implantação do plano de mobilidade atual que não está executado 100%;– Placas de ruas: identificação– Sinal de pedestre (semáforo da Colombo com a Atilio Ferri)– Rotatória a Colombo próximo aos prédios (Borsari);– Continuação da pista marginal em frente Vicentinos.
Emprego e Renda	<ul style="list-style-type: none">– Falta de incentivo empresarial;– Assistência social para apoiar jovens aprendizes;– Ampliação de programas de capacitação para população marginal e jovens inexperientes;– Aumento da taxa de ocupação de empresas;– Associação de micro produtores rurais;– Incentivos fiscais;– Parque industrial;– Mercado municipal.
Outros apontamentos	<ul style="list-style-type: none">– Horta comunitária;– Casa de apoio (casa de passagem);– Transporte coletivo (público e privado);



PLANO DIRETOR MUNICIPAL
Município de Marialva – PR

<ul style="list-style-type: none">- Apoio à agricultura: fortalecimento pelo município;- Investir na vocação da cidade: associação para produtos típicos de Marialva;- Comércio sem alvará;- Maior atenção para os prédios comerciais de acessibilidade zero;- Atenção e fiscalização nas áreas permeáveis dos terrenos para que se cumpram a exigência;- Rever o parcelamento do solo. Deveriam haver lotes maiores, quadras maiores, ruas mais largas, recuos maiores e maior incentivo de verticalização.- Revisão do uso e ocupação do solo, zoneamento, supervalorização do m², testada mínima para 7,5m.- Rever o paver como área permeável, que é inaceitável;- Fomentar eventos de participação popular.

Figura 15 – Cópia das listas de presença da 1ª Audiência Pública para Realização da Leitura Comunitária do PDM – (04/10/2018)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA - PR

LISTA DE PRESENÇA

1ª Audiência Pública para Realização da Leitura Comunitária do PDM

LOCAL: *Plenário da Câmara Municipal de Marialva*

DATA: *04/10/2018*

	NOME	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
1	<i>Adriano Souza</i>	<i>44 3232-8358</i>	<i>plam@arquit@marialva.pr.gov.br</i>	<i>[Signature]</i>
2	<i>Bruna Bastos Rocha Sousa</i>	<i>44 99843-5401</i>	<i>brunna@vlp3.org.br</i>	<i>Bruna Bastos</i>
3	<i>Bruna Póculo Spina</i>	<i>99835-6056</i>	<i>bruntoneria@prol.com</i>	<i>[Signature]</i>
4	<i>Granilda Melhada</i>	<i>999270995</i>		<i>[Signature]</i>
5	<i>Robson R. Resende</i>	<i>(41)996316699</i>	<i>Robson@lider.eng.br</i>	<i>[Signature]</i>
6	<i>Jon E. Benvenuti</i>	<i>44 99813-4211</i>	<i>jon.benvenuti@benvenuti.com</i>	<i>[Signature]</i>
7	<i>Rafael Militão da Rocha</i>	<i>(44)99933-5203</i>	<i>rafael@camaramarialva.pr.gov.br</i>	<i>Rafael Militão</i>
8	<i>Leandro J. Dias</i>	<i>(44)99844-0629</i>	<i>leandro@valedias.com.br</i>	<i>[Signature]</i>
9	<i>Marcos R. Dias</i>	<i>998 10 10 03</i>		<i>Marcos R. Dias</i>
10	<i>Albino Menegato</i>	<i>97 38 55 64</i>		<i>[Signature]</i>
11	<i>WIVALDO BARBOSA LIMA</i>	<i>999859683</i>	<i>wivaldo@hotmail.com</i>	<i>[Signature]</i>
12	<i>Marcos Dias dos Santos</i>	<i>99930-5613</i>	<i>marcosdiasdos@hotma.com</i>	<i>[Signature]</i>

Figura 16 – Cópia das listas de presença da 1ª Audiência Pública para Realização da Leitura Comunitária do PDM – (04/10/2018)



LÍDER
ENGENHARIA &
GESTÃO DE CIDADES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA - PR

LISTA DE PRESENÇA

1ª Audiência Pública para Realização da Leitura Comunitária do PDM

LOCAL: _____

DATA: ___/___/___

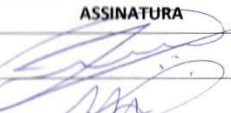
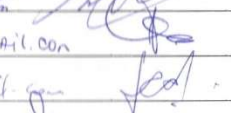
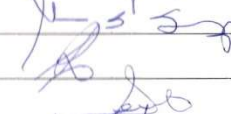


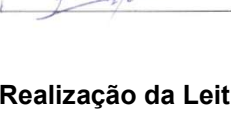



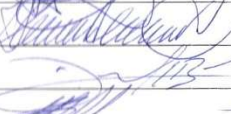
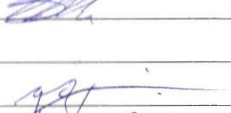
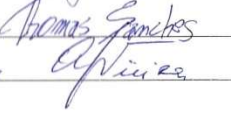
	NOME	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
13	João F. Martucci	44 999727770	JFmartucci@vo2.com.br	
14	Marcio M. Martins	44 999526625	MarcioMartins@gma.com	
15	Jefferson S. Barbosa	44 99860-9957	JEFFERSONSAPB@HOTMAIL.COM	
16	João Carlos Del Fino	44 999731364	joao Carlos del fino@hotmail.com	
17	MARIA BEBIA SARA	44 999461629		
18	ANTONIO R. ARAUJO	44 999.274988		
19	Paulo A. LEMUCHI	44 998409922		
20	Aldemir José Burodos	997674528		
21	Lucas M. Leano	998143870		
22	Alexandre Oliveira	999487611	alexandreoliveira99@hotmail.com	
23	Arthur Felipe DA COSTA BOLDI	997185477	arthur.felipe@hotmail.com	
24	Luciano G. Ami	998609460	lucianoami@Yahoo.com.br	

Figura 17 – Cópia das listas de presença da 1ª Audiência Pública para Realização da Leitura Comunitária do PDM – (04/10/2018)



LÍDER
ENGENHARIA &
GESTÃO DE CIDADES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA - PR

LISTA DE PRESENÇA

1ª Audiência Pública para Realização da Leitura Comunitária do PDM

LOCAL: _____

DATA: ___/___/___

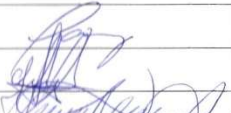

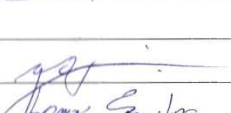
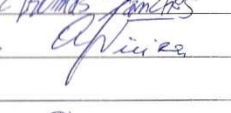




	NOME	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
25	Elton James Carraro	99926-5265	elton@marialva.pr.gov.br	
26	Flavio Cesar de Souza Gomes	99979-9913	flavioSouza-gomes@hotmail.com	
27	Angélica Rosa Campesano	99960-3840	angelitabair@hotmail.com	
28	Dinante Busno	99972-1223	DinanteBUSNO@hotmail.com	
29	Marcelo Barros Silva	99956-2655	engrmarcelosilva@gmail.com	
30	Leiane Luis de Souza			
31	MARCEL C. ROBUCCIA	99975-1645	MARCEL@MARIALVA.PR.GOV.BR	
32	Thomas Nogueira Sanchez	99887-8020	Thomas_nogueira@hotmail.com	
33	Almir J. Vieira	999922447	ALMIRVIEIRA.ENG@UOL.COM.BR	
34	Wendell G.			
35	Wendell G.	(19)989390944	WENDELLG2@hotmail.com	
36	Rosivaldo A. Novato	44 999347630		

Figura 18 – Cópia das listas de presença da 1ª Audiência Pública para Realização da Leitura Comunitária do PDM – (04/10/2018)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA - PR
LISTA DE PRESENÇA
1ª Audiência Pública para Realização da Leitura Comunitária do PDM

LOCAL: _____

DATA: ____/____/____

	NOME	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
32	Camila Siqueira	(44) 99804-3953	camilla27@hotmail.com	Camila Siqueira
38	Marcelo Bueno	44-99872-0015	marcelobueno@hotmail.com	
39	Benedito Santo Moreira	3232-8365	santo@maialva.pr.gov.br	
40	Cassio Melo Lopes	(44) 98403-2484	cassio@cecapr.org.br	
41	Paulo Roberto	(44) 999112275	paulinho06@hotmail.com	
42	Roberto B. Bonin	(44) 99708-944	PAFBB@outlook.com	
43	Marianady dos Reis	(44) 99953-3898	centimetroquadrado@hotmail.com	Marianady dos Reis
44	Bruno D. Santa-Cataldo	(44) 99808-0978	centimetroquadrado...	Bruno D. Santa-Cataldo
45	P. R. UNVAR	99972-493	P. R. U.	
46	Reginaldo José de Lima	999487929	reginaldosjpas91@hotmail.com	Reginaldo José de Lima
47	Wilson Santiago Martins	998962052		

Figura 19 – Cópia das listas de presença da 1ª Audiência Pública para Realização da Leitura Comunitária do PDM – (04/10/2018)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA - PR
LISTA DE PRESENÇA
1ª Audiência Pública para Realização da Leitura Comunitária do PDM

LOCAL: _____

DATA: ____/____/____

	NOME	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
48	Rosely Pa	998559040	ROB.CFO@apostol.com	
49	Dyula M. de Oliveira	99889-9104	dyulamartins@gmail.com	Dyula M. de Oliveira
50	Victor Hugo Zanin	999786464	vheamir@HOTMAIL.COM	Victor Hugo Zanin
51	SIEDI GOMES CORREIA	999623502	SIEDI@OUTLOOK.COM	
52	Rodrigo MORAIS	999905477	cvscin@MORAIS333mail.com	



8. OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

A partir do exposto, os objetivos para o desenvolvimento municipal foram elencados com base na análise temática dos fatores determinantes do município – suas características, deficiências e potencialidades – e serão norteados por diretrizes com vistas a direcionar ações estratégicas a serem efetivadas para o desenvolvimento municipal. Estas diretrizes, por sua vez, são tema do próximo produto.

Desse modo, têm-se os seguintes objetivos:

- Promover a garantia da qualidade ambiental por meio de ações voltadas ao manejo sustentável dos recursos naturais, bem como a sua conservação, preservação e recuperação, principalmente em áreas de fragilidade ambiental, propiciando melhoria na qualidade de vida da população e do meio ambiente;
- Promover o planejamento municipal, por meio da disciplina do parcelamento do solo urbano, do uso e da ocupação do solo urbano e municipal, do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, da gestão orçamentária participativa, de planos, programas e projetos setoriais e planos de desenvolvimento econômico e social;
- Promover a compatibilização das necessidades sociais, com benefícios à população, relacionadas ao uso e ocupação do solo com a capacidade de suporte do território municipal, considerando especialmente as especificidades locais;
- Propiciar a mobilidade municipal de forma sustentável, envolvendo a implementação e melhoria nas ações do sistema viário, de modo a garantir a acessibilidade universal, incentivo a modais alternativos ao uso de veículos (transporte coletivo, bicicletas, entre outros), o escoamento da safra de forma segura e eficiente, garantindo a movimentação de bens de consumo e pessoas;
- Promover a oferta de infraestrutura e serviços públicos como saneamento básico, saúde, educação, lazer, entre outros, de modo a criar vínculos entre eles e beneficiando em seu desenvolvimento;



- Propiciar o fomento das atividades turísticas no município, com respectiva estruturação, incentivo a instituições relacionadas ao tema;
- Promover o crescimento sustentável das atividades econômicas e outros indicadores econômicos, que conseqüentemente, proporcionarão melhoria na qualidade de vida municipal;
- Promover a gestão institucional de forma eficiente, em que se tenha como foco o planejamento e gestão municipal com gestão democrática permanente.



9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SNIS. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento**. Disponível em: <http://app3.cidades.gov.br/serieHistorica/#>. Acesso em: nov. 2018

IAPAR. **Instituto Agrônomo do Paraná**. Disponível em: <http://www.iapar.br/pagina-677.html>. Acesso em: nov. 2018.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/marialva/pesquisa/1/21682>. Acesso em: nov. 2018.

SIDRA IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202>. Acesso em: nov. 2018.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**, caderno estatístico do município de Marialva. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86990&btOk=ok>. Acesso em: nov. 2018.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/pib_municipal.pdf. Acesso em: nov. 2018.

AMUSEP. **Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense**. Disponível em: <http://www.amusep.com.br/site/institucional/2>. Acesso em: nov. 2018.

CISAMUSEP. **Consórcio Público Intermunicipal de Saúde**. Disponível em: <http://www.cisamusep.org.br/quem-somos/>. Acesso em: nov. 2018.

Prefeitura Municipal de Marialva – notícias. Disponível em: https://www.marialva.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368vfb0&id=1382929&id_secretaria=3341. Acesso em: nov. 2018.

SEBRAE. **Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná**. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pr/quem_somos?codUf=17. Acesso em: nov. 2018.

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas** – Indicações Geográficas. Disponível em: <http://datasebrae.com.br/ig-marialva/>. Acesso em: nov. 2018.



ATLASBRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Marialva/PR. Caracterização do território. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/marialva_pr>. Acesso em: nov. 2018.

IAP. **Instituto Ambiental do Paraná.** Relatório de impacto ambiental. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/2013_-_EIA_RIMA/Green_Diamond_Residence/RIMA_FINAL.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

WEATHER SPARK. **Condições meteorológicas.** Disponível em: <<https://pt.weatherspark.com/y/29735/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Marialva-Brasil-durante-o-ano>>. Acesso em: nov. 2018.

GOOGLEMAPS. **Distância entre municípios.** Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/dir>. Acesso em: jul. 2018.

BUSBUD. **Horários e linhas de ônibus disponíveis.** Disponível em: <<https://www.busbud.com/pt/terminal-rodoviaria-de-marialva/s/25065>>. Acesso em: nov. 2018.

LEGISLADOR. **Legislação Municipal.** Disponível em: <<http://www.legislador.com.br/LegislatorWEB.ASP?WCI=LeiTexto&ID=17&inEspeci eLei=1&nrLei=1967&aaLei=2014&dsVerbete=>>>. Acesso em: nov. 2018.

LEGISLADOR. **Legislação Municipal.** Disponível em: <<http://www.legislador.com.br/LegislatorWEB.ASP?WCI=LeiTexto&ID=17&inEspeci eLei=2&nrLei=95&aaLei=2009&dsVerbete=>>>. Acesso em: nov. 2018.

SEC. DA EDUCAÇÃO. **Caderno estatístico do município de Marialva.** Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_municipios/marialva.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA. **Notícias.** Disponível em: <http://www.marialva.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368vfb0&id=1379488&id_secretaria=3341>. Acesso em: nov. 2018.

RODOVIÁRIAS. **Rodoviária de Marialva.** Disponível em: <<https://rodoviaria.club/rodoviaria-marialva/>>. Acesso em: nov. 2018.

AGÊNCIA COPEL. **Tarifas de luz em Marialva.** Disponível em: <<https://tarifaluz.com.br/agencia/copel-marialva>>. Acesso em: nov. 2018.

MPPR. **Meio Ambiente - Caderno de Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Urbanos.** Disponível em:



<http://www.meioambiente.mppr.mp.br/arquivos/File/Caderno_de_Especificacoes_Final_Pos_Print.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

UNICESUMAR. **Caracterização físico – química da água dos Ribeirões Marialva e Aquidaban que abastecem a cidade de Marialva/PR.** Disponível em: <http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/mostras/sete_mostra/tayrine_adovanir_micena_bonilha.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

CONSULTA CNPJ. **Serviço de água e esgoto de Marialva – SAEMA.** Disponível em: <<http://www.consultascnpj.com/servico-de-agua-e-esgoto-de-marialva-saema/12605449000162>>. Acesso em: nov. 2018.

ACQUASANA. **Tratamento de efluentes.** Disponível em: <http://acguasana.com.br/legislacao/nbr_7229.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

CNPJ.INFO. **Serviço de água e esgoto de Marialva – SAEMA.** Disponível em: <<http://cnpj.info/S-A-E-M-A-SERVICO-DE-AGUA-E-ESGOTO-DE-MARIALVA-SAEMA-Av-Cristovao-Colombo-740-Brcao-Marialva-PR-86990000/9iQy/>>. Acesso em: nov. 2018

Censo IBGE Cidades. **Sinopse do censo demográfico 2010.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=41#topo_piramide>. Acesso em: nov. 2018.

PLANALTO. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001: Regulamenta os Art. 182 e 183 da Constituição estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: nov. 2018.

LELI, I.T., STEVAUX, J.C., NOBREGA, M.T. DE. Dinâmica Espacial da Hidrologia da Bacia do Rio Ivaí. Bol. Geogr., Maringá, V.28, N. 2, p. 41-47, 2010. Acesso em: nov. 2018

Prefeitura Municipal de Marialva. Solicitação de Dados para o Plano Diretor Municipal. Empresa Líder Engenharia e Gestão de Cidades EIRELI – ME. Marialva, 2018.

Lei nº 95/2009 – Dispõe sobre o Plano Diretor do município de Marialva/PR.

Lei nº 97-2009 – Dispõe sobre o PERÍMETRO URBANO de Marialva/PR.

Lei nº 101-2010 – Dispõe sobre o PARCELAMENTO DO SOLO de Marialva/PR.



Lei nº 2235-2018 – Dispõe sobre a Lei Ordinária de Marialva/PR. - ANEXO 01 - Lei Ordinária nº 2219_2018 de 27_04_2018 e ANEXO 02 - Lei Ordinária nº 2219_2018 de 27_04_2018

Lei nº 08-2001 – Dispõe sobre o SISTEMA TRIBUTÁRIO de Marialva/PR.

Lei nº 98-2010 – Dispõe sobre o SISTEMA VIÁRIO de Marialva/PR.

Lei nº 99-2010 – Dispõe sobre o Código DAS POSTURAS MUNICIPAIS de Marialva/PR.

Lei nº 100-2010 – Dispõe sobre o USO E OCUPAÇÃO DO SOLO de Marialva/PR.

Lei nº 102-10 – Dispõe sobre o CÓDIGO DE OBRAS de Marialva/PR.

Lei nº 276-2016 – Dispõe sobre a MOBILIDADE URBANA de Marialva/PR.

Lei nº 309-2017 – Dispõe sobre a Lei complementar (estrutura administrativa) de Marialva/PR.



3ª FASE: DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL



APRESENTAÇÃO

O presente produto Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável é apresentada ao Poder Executivo, Poder Legislativo, à Equipe Técnica Municipal e à Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal, com um prognóstico para a realidade do município de Marialva.

Este documento tem como objetivo apresentar as propostas para o reordenamento territorial, os instrumentos urbanísticos e as propostas para garantir os direitos à cidade sustentável no município. Nesta fase foi realizado um prognóstico com base na realidade municipal e na análise das tendências do cenário atual, subsidiando a definição dos principais eixos estratégicos que nortearão a revisão do PDM. Faz parte deste documento as diretrizes para o reordenamento territorial, as propostas para garantir os direitos à cidade sustentável, e os instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade.



INTRODUÇÃO

A Política de Desenvolvimento Municipal baseia-se nos princípios gerais definidos na constituição federal como também ao Estatuto da Cidade sendo neste Plano Diretor Municipal composta de cinco vertentes:

- Proteção e Preservação Ambiental;
- Serviços Públicos, Infraestrutura e Saneamento Ambiental;
- Desenvolvimento Socioeconômico;
- Desenvolvimento Institucional e Gestão Democrática;
- Desenvolvimento e Ordenamento Físico-territorial.

Em cada vertente foram definidas Diretrizes e Propostas necessárias que atendem aos objetivos do Plano Diretor Municipal.

O Estatuto da Cidade aponta os princípios constitucionais fundamentais norteadores do Plano Diretor sendo:

- Função social da propriedade;
- Desenvolvimento sustentável;
- Funções sociais da cidade;
- Igualdade e justiça social;
- Participação popular.

Em seguida, temos como base as diretrizes gerais da política urbana estabelecidas no Estatuto da Cidade, em seu artigo 2º:

- Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para presentes e futuras gerações;
- Gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a utilização inadequada dos imóveis urbanos; o parcelamento do solo, a edificação ou usos excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana; a retenção especulativa de imóvel urbano, que



resulte na sua subutilização ou não utilização; a deterioração das áreas urbanizadas;

- Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação considerados a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

Ainda, segundo a Resolução nº 34/2005 do Conselho das Cidades, o Plano Diretor deve prever:

- As ações e medidas para assegurar o cumprimento das funções sociais da cidade, considerando o território rural e urbano;
- As ações e medidas para assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana, tanto privada como pública;
- Os objetivos, temas prioritários e estratégias para o desenvolvimento da cidade e para a reorganização territorial do município, considerando sua adequação aos espaços territoriais adjacentes;
- Os instrumentos da política urbana previstos pelo art. 42 do Estatuto da Cidade, vinculando-os aos objetivos e estratégias estabelecidos no Plano Diretor.

Dessa forma o Plano Diretor Municipal deverá contemplar as diretrizes e Propostas da seguinte forma:

- **DIRETRIZES:** são indicações da direção que o desenvolvimento sustentável do Município deve seguir; revelam os objetivos gerais a serem alcançados a fim de promover as funções sociais da cidade e o desenvolvimento tanto urbano como rural;
- **PROPOSTAS:** são as ações que redundarão na melhoria da qualidade de vida da população do presente e do futuro; são as realizações (programas, projetos, organizações, obras, etc.) planejadas em curto, médio e longo prazo, tendo em vista as diretrizes definidas que, na próxima Fase do trabalho se



consolidarão em forma de ações através do Plano de Ação e Investimentos (PAI).

Seguem, portanto, as diretrizes gerais e as Propostas nelas baseadas para o município de Marialva, segundo cada uma das vertentes da Política de Desenvolvimento Municipal, desenvolvidas pela Equipe Técnica Municipal, Comissão de Acompanhamento, munícipes e Equipe Técnica da Consultoria.

O levantamento participativo para a consolidação das diretrizes e Propostas descritas nesse relatório contou com o processo de construção do Diagnóstico do Município, através da elaboração da Análise Temática Integrada, que permitiu a Leitura Comunitária através de distribuição de questionários, juntamente com as discussões e debates realizados por meio de reuniões com a Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento.



10. (RE) ORDENAMENTO TERRITORIAL

O presente tópico tem como objetivo definir diretrizes de (re) ordenamento territorial, considerando a realidade diagnosticada, compreendendo a definição de macrozoneamento municipal, perímetros urbanos e áreas de expansão urbana, macrozoneamento urbano, uso e ocupação do solo e zoneamento – com destaque das áreas para o desenvolvimento de atividades econômicas, sistema viário e parcelamento do solo urbano.

10.1. MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

O Macrozoneamento Municipal envolve as regiões do território municipal como um todo, tanto a área urbana quanto a área rural, e é caracterizado pela prevalência do patrimônio ambiental do Município e da humanidade, pelos núcleos de agrupamentos rurais existentes ou em estruturação e pelas atividades predominantemente ligadas à produção de atividades agropecuária e apoio ao sistema de produção.

A partir das diretrizes estabelecidas para o município de Marialva, as macrozonas estabelecidas definem-se da seguinte forma, com suas respectivas diretrizes:

10.1.1. Macrozona Rural

Definição: Corresponde a porção do território municipal destinada às atividades agrossilvipastoris, isentas de ocupação urbana, mas podendo também receber atividades agroindustriais. Tem como diretriz promover atividades voltadas à agricultura, pecuária, silvicultura e criações diversas, segundo práticas conservacionistas, desempenhando papel fundamental no município, no qual as atividades primárias são predominantes.

Diretriz: Promover e permitir atividades agrícolas, pecuárias e criações diversas para que garantam a permanência das pessoas que residem na zona Rural. Investir na infra estruturação e recuperação das condições socioambientais. Explorar o potencial do turismo ecológico da área, de forma bem organizada e estruturada para



que não haja a degradação do meio ambiente e ainda seja uma forma de ampliar a economia local.

Objetivos:

- Compatibilizar o uso e da ocupação rural com a proteção ambiental, agropecuária com a proteção ambiental;
- Estimular atividades econômicas estratégicas e ecologicamente equilibradas;
- Estimular as atividades agropecuárias que funcionem como meio de fixação do trabalhador rural no campo;
- Promover a cidadania e a qualidade de vida da população rural;
- Melhorar a infraestrutura básica e social: comunicação, mobilidade, abastecimento de água e saneamento na área rural;
- Estabelecer formas para que áreas de preservação ambiental sejam devidamente protegidas;
- Atualizar as informações referentes à área rural, fazendo um mapeamento e levantando dados sobre o domínio fundiário;
- Investir no potencial turístico da área;
- Incentivar a prática do agronegócio, dado as características favoráveis do solo e de geomorfologia;
- Implementar ações e programas de orientação aos produtores rurais, tais como:
 - a) propor medidas de controle de erosão rural por meio da plantação em curvas de nível;
 - b) orientar produtores rurais para o tratamento e a disposição de efluentes domésticos oriundos das atividades criatórias além da coleta e disposição do lixo;
- Melhorar as condições das estradas rurais, inclusive com mapeamento de suas áreas críticas, implantação de projetos através de greides, estabelecimento de programa de manutenção preventiva, visando:
 - a) Contratar conserveiros e promover a participação dos proprietários lindeiros através de parcerias e incentivos;



- b) Hierarquizar o sistema viário rural, priorizando a adequação das estradas rurais àquelas com maior volume de tráfego para o escoamento de safra agrícola;
 - c) Substituir as pontes de madeira nas estradas rurais por pontes de concreto ou estruturas metálicas.
- Promover e incentivar eventos, feiras e encontros voltados ao setor produtivo, implantar cursos profissionalizantes, incentivo ao cooperativismo, promover a segurança rural e aumentar a participação da secretaria de agricultura e meio ambiente no orçamento municipal;
 - Controle da agricultura da cana-de-açúcar, especialmente referente às técnicas agrárias de ferti-irrigação e de queimadas;
 - Incentivar o desenvolvimento da agropecuária de forma sustentável e ambientalmente equilibrada;
 - Estimular as culturas em cada microbacia segundo a identificação das potencialidades para cada solo, promovendo o ordenamento do uso e ocupação do solo rural;
 - Estimular práticas e culturas orgânicas.

10.1.2. Macrozona Urbana

Definição: Corresponde à parcela do território localizado na sede do Município compreendida pelo perímetro urbano municipal, definido pela Lei do Perímetro Urbano, cujas atividades estão voltadas ao cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, considerando o estado de urbanização e as condições da infraestrutura e serviços instalados.

Diretriz: Consolidar a ocupação urbana existente e os locais passíveis de serem ocupadas, aliando ações de infra estruturação e recuperação das condições socioambientais. Fazer o uso do instrumento “Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia”, presente no Estatuto da cidade (Lei 10.257/2001). Que é um instrumento que visa fazer a retirada das pessoas que estão em área impróprias para a construção.



Objetivos:

- Otimizar a infraestrutura urbana instalada;
- Condicionar o crescimento urbano à capacidade de oferta de infraestrutura urbana;
- Orientar o processo de expansão urbana;
- Permitir o pleno desenvolvimento das funções urbanas;
- Garantir o desenvolvimento da gestão da política urbana;
- Permitir o acesso igualitário aos equipamentos e à infraestrutura urbana;
- Adequar a legislação às necessidades locais;
- Promover áreas destinadas a Habitação de Interesse Social;
- Incentivar a ampliação da rede hoteleira e de restaurantes para que seja explorado o potencial turístico da área;
- Adotar parâmetros de acessibilidade respeitando a NBR 9050/2015.
- Incentivar, coibir ou qualificar a ocupação, compatibilizando a capacidade de infraestrutura e a proteção ao meio ambiente;
- Coordenação da expansão da área urbana de forma a não acarretar degradação socioambiental;
- A minimização dos custos de implantação, manutenção de otimização da infraestrutura urbana e serviços público essenciais;
- Ordenar o processo de expansão da área urbana de forma a não acarretar degradação socioambiental;
- Adequação da legislação urbanística às especificidades locais;
- Restrição à ocupação nas áreas de mananciais, de potencial para a captação de água para abastecimento da cidade;
- Incentivo a ocupação dos vazios urbanos situados em áreas com infraestrutura urbana;
- Preservar as áreas de cobertura vegetal nativa das áreas urbanas.
- Controlar e direcionar o adensamento urbano, em especial nas áreas centrais, melhor urbanizadas, adequando-o à infraestrutura disponível;



- Possibilitar a instalação de uso múltiplo no território do Município e de atividades de caráter urbano, desde que atendidos os requisitos de instalação.
- Aprimorar o desenho e a paisagem urbana;
- Expandir a rede de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, fortalecendo os centros de convivência nos bairros;
- Ocupar vazios urbanos, configurados como áreas de expansão da ocupação.

10.1.3. Macrozona De Preservação Permanente

Definição: A Macrozona de Preservação Permanente compreende a faixa de preservação permanente ao longo das nascentes e dos cursos d'água do Município, sendo essas áreas não edificáveis, restringem-se as correções nos sistemas de escoamento de águas pluviais, de infraestrutura, de saneamento básico, de combate à erosão, seguindo a legislação ambiental federal pertinente. Também são seus objetivos a recuperação da mata ciliar na área de preservação permanente bem como permitir a implantação eixo de lazer e recreação.

Diretriz: Preservar e recuperar, com o objetivo de manter o equilíbrio do ecossistema da região, proteger os cursos d'água e suas margens, além de configurar importante refúgio para a fauna local, caracterizando-se como corredor de biodiversidade.

Objetivos:

- Garantir a máxima preservação dentro da área para minimizar impactos;
- Ordenar a partir de legislações específicas as áreas dentro da macrozona de proteção ambiental que são destinadas às atividades de lazer para minimizar os impactos causados pelas mesmas;
- Definir diretrizes para que não haja degradação da área;
- Preservar e estimular a criação de corredores ecológicos.



- Estabelecer normas de controle ambiental local;
- Definir ações de recuperação imediata, em casos de conflitos ambientais;
- Garantir a máxima preservação dos ecossistemas naturais;
- Estimular atividades econômicas estratégicas ecologicamente viáveis;
- Estimular a formação de corredores de biodiversidade;
- Observar as determinações do CONAMA através da Resolução 369/06.

10.1.4. Macrozona de Produção Industrial

Definição: composta das áreas de entorno das Rodovias BR-376, inclusive o contorno, e PR-455, onde se desenvolvem as atividades de serviços industriais.

Diretriz: estimular o desenvolvimento de atividades agroindustriais, estando sujeitas à legislação ambiental, anuências do Instituto Ambiental do Paraná

Objetivos:

- Estimular atividade de geração de emprego e renda para os pequenos produtores rurais;
- Fomentar a implantação de agroindústrias no município;
- Apoiar a instalação de parques industriais;
- Minimizar impactos antrópicos e ambientais, diminuindo as possibilidades de risco à saúde da população e de riscos ambientais;
- Priorizar a implantação de indústrias que incorporem mão de obra local em diferentes níveis de formação;
- Promoção de redes de cooperação regional entre as cidades para a qualificação da mão-de-obra direcionada às potencialidades da economia local e à geração de trabalho e renda;
- Respeitar faixa de domínio das rodovias para locação dos estabelecimentos com previsão de adequações viárias e execução de vias marginais.



10.1.5. Macrozona de Controle Ambiental do Aterro Sanitário/ Lixões/ Ete

Definição: Compreende a área do atual local de deposição de resíduo

Objetivos:

- Estabelecer normas de controle ambiental local;
- Garantir qualificação da área para utilização pública após vida útil definida para o aterro.

10.1.6. Macrozona de Barreira Natural de Proteção

Definição: Corresponde à porção do território municipal inserida em Área de Proteção Ambiental representada pelas faixas às margens dos rios dentro do perímetro municipal. Ficam estipuladas também as porções de terra nas cotas que ultrapassem 45° (quarenta e cinco graus) de inclinação.

Diretriz: Preservar, objetivando manter a diversidade às margens dos rios citados, visando o controle na área para que não gere grandes impactos protegendo o corredor ecológico, as espécies animais e vegetais da área. Em função da inclinação não ser adequada para implantação de infraestrutura, preservar o local, a fim de manter a fauna e flora do local contribuindo com a manutenção do meio ambiente.

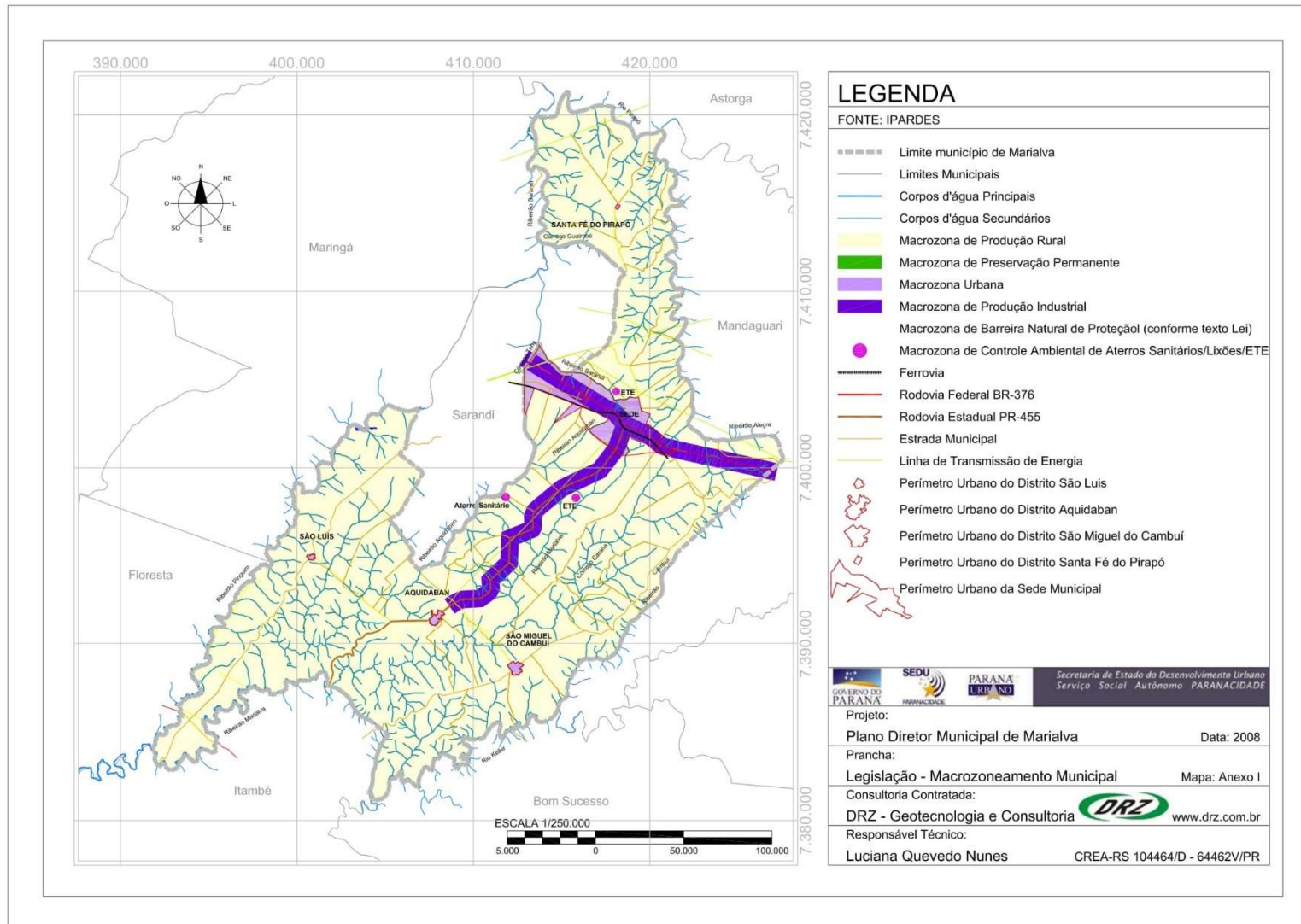
Objetivos:

- Garantir a máxima preservação dentro da área para minimizar impactos;
- Ordenar a partir de legislações específicas as áreas dentro da macrozona de proteção ambiental que são destinadas às atividades de lazer para minimizar os impactos causados pelas mesmas;
- Definir diretrizes para que não haja degradação da área;
- Preservar e estimular a criação de corredores ecológicos.



- Estabelecer normas de controle ambiental local;
- Definir ações de recuperação imediata, em casos de conflitos ambientais;
- Garantir a máxima preservação dos ecossistemas naturais;
- Estimular atividades econômicas estratégicas ecologicamente viáveis;
- Estimular a formação de corredores de biodiversidade;
- Observar as determinações do CONAMA através da Resolução 369/06.

Figura 20 – Mapa do Macrozoneamento Municipal atual de Marialva/PR.



10.2. MACROZONEAMENTO URBANO

Restrito às regiões contidas no perímetro urbano, as Macrozonas Urbanas definidas buscam compor um conjunto de orientações para o Distrito Sede e resolver questões específicas de cada região (zonas). Ficam definidas para Marialva as seguintes Macrozonas:

10.2.1. Macrozona de Proteção Ambiental e Lazer

Definição: Corresponde às áreas definidas por lei federal como de preservação permanente. Abrange as faixas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água e ao redor das nascentes dos ribeirões e córregos localizados no perímetro urbano do Município, sendo essas áreas não parceláveis e não edificáveis. A intervenção nestas áreas restringe-se a correções em sistemas de escoamento de águas pluviais, de infraestrutura, de saneamento básico, de combate à erosão, implantação de equipamentos de suporte às atividades de recreação, desde que públicos e preferencialmente sem edificação, seguindo a legislação ambiental federal pertinente.

Diretriz: Preservar e recuperar a mata ciliar na área de preservação permanente, com o objetivo de manter o equilíbrio do ecossistema da região, proteger os cursos d'água e suas margens, além de configurar importante refúgio para a fauna local, caracterizando-se como corredor de biodiversidade, bem como permitir implantação eixo de lazer e recreação.

Objetivos:

- Garantir a máxima preservação dos ecossistemas naturais;
- Recuperar a mata ciliar na faixa de preservação permanente;
- Estimular atividades econômicas estratégicas ecologicamente viáveis;
- Estimular a formação de corredores de biodiversidade;
- Elaborar projeto para intervenção urbanística e paisagística ao longo dos córregos com previsão de equipamentos de esporte e lazer, para desenvolvimento de atividades múltiplas;

- Definição de faixa non aedificandi de 30m (trinta metros) nas margens dos ribeirões ou de 15m (quinze metros) nos casos previstos na Resolução 369/06 do CONAMA.

10.2.2. Macrozona de Controle Ambiental do Cemitério

Definição: Compreende a área do cemitério municipal.

Objetivos:

- Desenvolver e implantar o plano de gestão ambiental, conforme a Resolução 335/03 do CONAMA e o licenciamento Ambiental;
- Fazer revitalização paisagística no local e no entorno;
- Disciplinar sua ocupação de a causar o menor impacto urbanístico, visual e ambiental.

10.2.3. Macrozona Residencial Consolidada

Definição: Compreende a área de ocupação já consolidada e constitui a maior parte da área residencial, comercial e institucional da sede urbana.

Diretriz: Ficam permitidas nesta Macrozona a ocupação residencial e comercial controlada e atividades produtivas voltadas às atividades de lazer, cultura e esporte que não sejam incômodas.

Objetivos:

- Controlar a ocupação através da taxa de ocupação, índice de aproveitamento e taxa de permeabilidade, restringindo assim a impermeabilização do solo;
- Restringir a impermeabilização do solo com taxa de permeabilidade mínima de 15% (quinze por cento);
- Estimular e orientar a utilização de materiais que favorecem a permeabilidade do solo nas calçadas, pistas de rolamento e praças;

- Controlar o adensamento e a instalação de atividades geradoras de tráfego;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade urbana;
- Garantir melhor aproveitamento da infraestrutura existente;
- Garantir ventilação com bom espaçamento entre os edifícios.

10.2.4. Macrozona de Ocupação Prioritária

Definição: Caracteriza-se por áreas desocupadas no perímetro urbano, mas providas ou próximas de infraestrutura. As áreas delimitadas como Macrozona de Ocupação Prioritária são as demarcadas no mapa de Macrozoneamento Urbano e deverão ser delimitadas em lei municipal específica para a aplicação do instrumento do parcelamento compulsório.

Diretrizes: Nestas áreas, incidirá o instrumento de parcelamento compulsório como forma de obrigar os proprietários fazer cumprir a função social da propriedade. Lei específica definirá os prazos e condições para o parcelamento e seu descumprimento ensejará a incidência do IPTU progressivo.

Objetivos:

- Ampliar a oferta de lotes urbanos em áreas dotadas de infraestrutura para fins residências e implantação de atividades produtivas;
- Aplicação do instrumento de parcelamento compulsório para fins residenciais, atendendo o coeficiente de aproveitamento mínimo definido;
- Definição do prazo para cumprimento do instrumento, posterior a esse prazo passa a valer o IPTU progressivo;
- Aplicação de IPTU progressivo em áreas já parceladas, não ocupadas ou subutilizadas que não estão à venda.

10.2.5. Macrozona Produtiva

Definição: A Macrozona Produtiva caracteriza-se pela instalação de atividades de produção econômicas de pequeno, médio e grande porte, destinadas, predominantemente, ao exercício de atividades comerciais, de serviços e industriais em geral.

Objetivos:

- Controlar a ocupação através de coeficientes de aproveitamento e taxa de permeabilidade;
- Respeitar os níveis de segurança, sossego e qualidade de vida da população;
- Respeitar os índices urbanísticos definidos para as áreas.

10.2.6. Macrozona de Expansão Urbana

Definição: Corresponde às áreas delimitadas no entorno do perímetro urbano as quais foram previstas para atender as novas áreas possivelmente urbanizadas. Tais áreas deverão ser utilizadas após a ocupação dos vazios urbanos nas áreas consolidadas ou em casos especiais que deverão ser analisados pela Secretária de Obras de Urbanismo e o Conselho da Cidade.

Diretriz: Instalação de infraestrutura de qualidade para uma expansão ordenada com diversidade de uso e atividade que não gerem grande impacto.

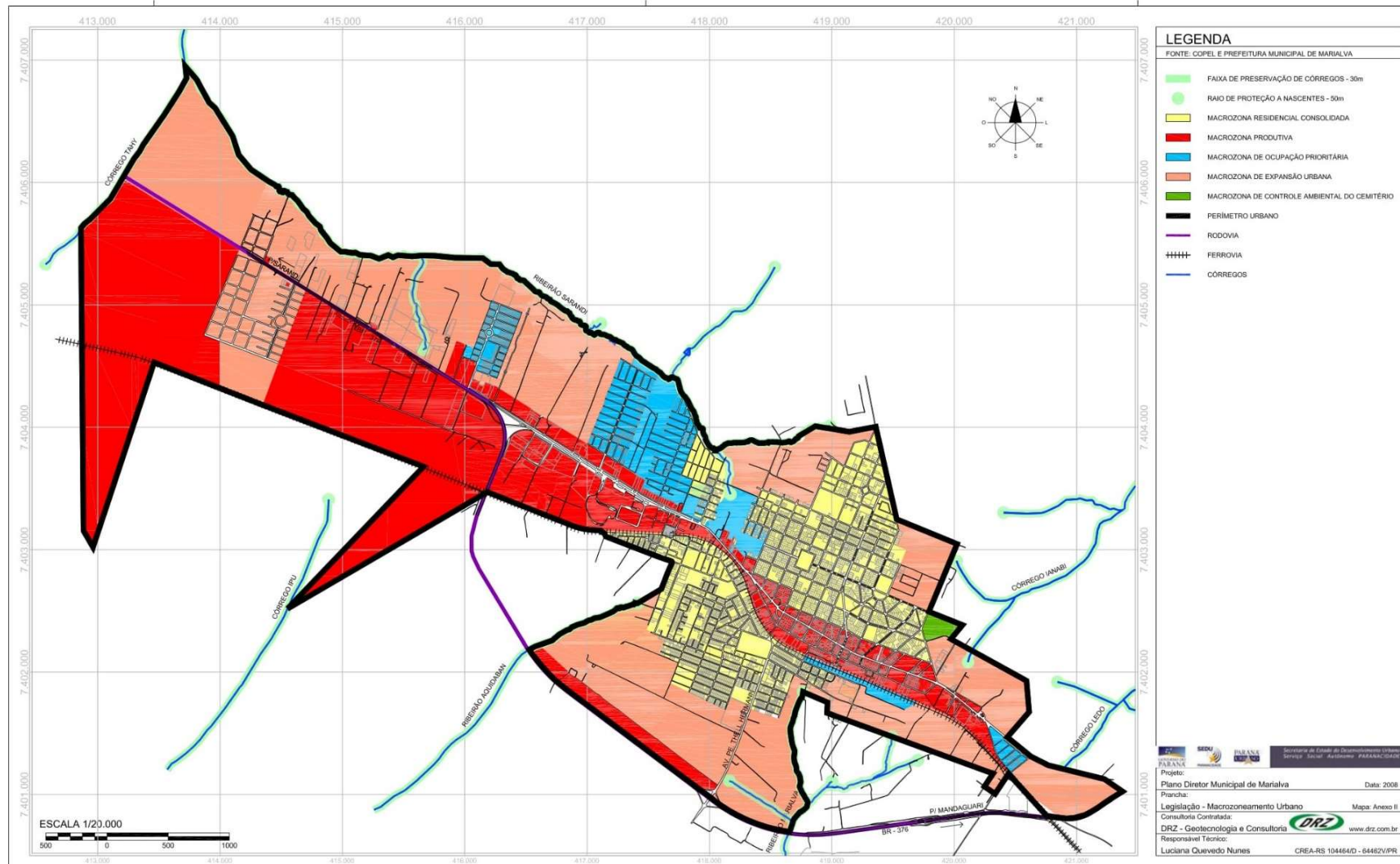
Objetivos:

- Controlar o crescimento da cidade;
- Respeitar legislação federal que separa certas áreas como inapropriadas para edificação;
- Controlar o adensamento e a instalação de atividades geradoras de tráfego;
- Ordenar os locais que tem maior potencial construtivo e de expansão urbana;
- Garantir continuidade das vias nos próximos loteamentos principalmente as vias arteriais e coletoras;



-
- Garantir a reserva de área pública para instalação de equipamentos públicos e áreas verdes;
 - Garantir a justa distribuição dos equipamentos públicos;
 - Observar a infraestrutura mínima exigida na lei de parcelamento do solo.

Figura 21 – Mapa do Macrozoneamento Urbano atual de Marialva/PR.



10.3. PERÍMETRO URBANO E ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA

O Perímetro Urbano delimita a Macrozona Urbana da cidade, para onde ela vai crescer e qual é o limite para novos loteamentos. Prevê áreas para expansão urbana ao longo do horizonte do PDM, e considera sede urbana e distritos urbanizados - por força de Lei Municipal.

10.3.1. Macrozona Produtiva

Zona urbana: Área efetivamente urbanizada do município, delimitada pelo perímetro urbano definido por Lei Municipal.

Zona rural: Por exclusão, o restante do território municipal.

10.3.2. Importância da Correta Delimitação do Perímetro Urbano

- Possibilidade de parcelamento para fins urbanos;
- Política de dotação de infraestrutura urbana;
- Política de controle da expansão, do uso e da ocupação do solo urbano;
- Evitar a expansão urbana sobre áreas inadequadas;
- Evitar vazios urbanos e especulação imobiliária;
- Tributação.

10.3.3. Qualificação Urbanística do Solo Urbano

Critério da LOCALIZAÇÃO:

- Código Tributário Nacional (Lei Nº 5.172/66);
- Base para a cobrança do IPTU;
- Existência dos melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público:
 - a) Meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
 - b) Abastecimento de água;
 - c) Sistema de esgotos sanitários;

- d) Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- e) Ampliação das escolas, inclusive nos distritos e postos de saúde de acordo com os seus respectivos raios de abrangência descritos conforme diagnóstico;
- f) Necessidade de ampliação e distribuição dos equipamentos públicos de Saúde (UBS, Posto de Saúde, Clínicas, etc), a fim de contemplar a cobertura da área urbana do Município.

Critério da DESTINAÇÃO:

Lei 9.393/96, Art. 1º. O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, de apuração anual, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.

Lei 5.172/66, Art. 32º. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§1º. Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I. Meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II. Abastecimento de água;
- III. Sistema de esgotos sanitários;
- IV. Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V. Escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

- Do ponto de vista tributário prevalece o Critério da Destinação;
- Necessidade de ampliação do perímetro urbano para regularizar loteamentos já edificados e que se encontram irregulares,

possibilitados de cobrança do IPTU (Por ex.: Loteamentos que ultrapassam o perímetro urbano).

Critérios Urbanístico-ambientais:

- A delimitação do Perímetro Urbano deve obedecer apenas a critérios urbanísticos, físicos geográficos e ambientais.

10.3.4. Critérios para a delimitação do Perímetro Urbano

- Proteção dos mananciais que abastecem a cidade;
- Geologia e geomorfologia mais adequada - evitar: várzeas, áreas com topografia acidentada, áreas sujeitas a escorregamento, solos com pouca capacidade de suporte para fundações, etc;
- Existência de barreiras naturais e artificiais: rios, lagos, matas, serras, rodovias, ferrovias, etc.

10.3.5. Problemas de Dimensionamento

Vazios urbanos:

- Glebas não parceladas ou não utilizadas localizadas internamente à malha urbana servidas por infraestrutura;
- Retenção especulativa do solo urbano.

Perímetro subdimensionado:

- Incentivo à ocupação irregular do solo;
- Necessidade de alterações frequentes na lei.

Através da análise preliminar é possível notar a existência de vazios urbanos dentro da malha consolidada da cidade e loteamentos que estão fora do perímetro urbano. Mesmo com um baixo crescimento populacional e aspectos físicos territoriais que impedem o crescimento à oeste do perímetro urbano, o aumento constante da população urbana, faz com que exista a necessidade de ampliação do perímetro, possibilitando a regularização dos loteamentos em questão.



Os vazios urbanos não cumprem sua função social, com isso há a necessidade que esses espaços tenham prioridade de ocupação, antes das áreas definidas como expansão urbana. Para que isso aconteça é possível a aplicação de instrumentos do Estatuto da Cidade como, Parcelamento Edificação e Utilização Compulsória, IPTU Progressivo, Consorcio Imobiliário e Desapropriação com Pagamento de Títulos.

Com as áreas da cidade divididas em diferentes segmentos de acordo com suas necessidades é possível traçar diretrizes para resolução de problemas específicos. Com isso também é possível direcionar o crescimento da malha urbana e definir diretrizes importantes a determinadas áreas, como por exemplo a demarcação de áreas onde haverá a ampliação do sistema viário.

Uma diretriz a ser inserida no Município é de que os vazios urbanos não podem ultrapassar 30% para a abertura de novos loteamentos, sendo assim a ocupação urbana deverá ser de 70% ou mais para que novos loteamentos possam ser abertos no Município.

As áreas urbanas inclusas no perímetro proposto atenderão o crescimento demográfico e suprirão a reserva de área para moderar a dinâmica imobiliária dentro do horizonte do PDM (10 anos).

Figura 22 – Mapa do Perímetro Urbano atual de Marialva/PR.



10.4. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E ZONEAMENTO

Tem como objetivo disciplinar como será ocupado o solo urbano da cidade: as zonas residenciais, comerciais e prestadoras de serviços, industriais e outras. Harmoniza a implantação de atividades e usos diferenciados, mas complementares entre si; e disciplina os índices urbanísticos: altura máxima de pavimentos, área mínima do lote, recuos mínimos frontais e laterais, taxa de ocupação máxima, taxa de permeabilidade mínima e testada mínima do lote, entre outros.

10.4.1. Classificação dos Usos Do Solo

Os lotes são identificados de acordo com os usos neles aplicados, esses usos são definidos por meio ao tipo de atividades que está sendo exercida no local, sendo habitacional, social e comunitário, comercial e de prestação de serviços e industrial. Sendo assim ficam estipulados para cada zona:

- Usos permitidos: podem ser aplicados sem nenhuma restrição ou exigência;
- Usos permissíveis: podem ser aplicados no local, desde que cumpram exigências ou estudos específicos solicitados para ocupação;
- Usos proibidos: não podem ser aplicados e sem exceções.

10.4.2. Índices de Ocupação do Solo

Para a correta ocupação do solo é necessário a aplicação de índices urbanísticos, cujos quais irão definir potencial construtivo, alturas e projeções de edificações e áreas permeáveis para cada lote. Esses índices impedem a desconfiguração da paisagem da cidade, proporcionam ventilação e iluminação natural, combatendo a insalubridade, e contribuem para a permeabilidade do solo, impedindo enchentes e alagamentos. São eles:

- Área Mínima do Lote;
- Coeficiente de Aproveitamento;
- Taxa de Ocupação Máxima;
- Altura Máxima e número de pavimentos;

- Recuos Mínimos Frontal, Lateral e de Fundo;
- Taxa de Permeabilidade Mínima;
- Testada Mínima do Lote;
- Vagas de estacionamento por Lote.

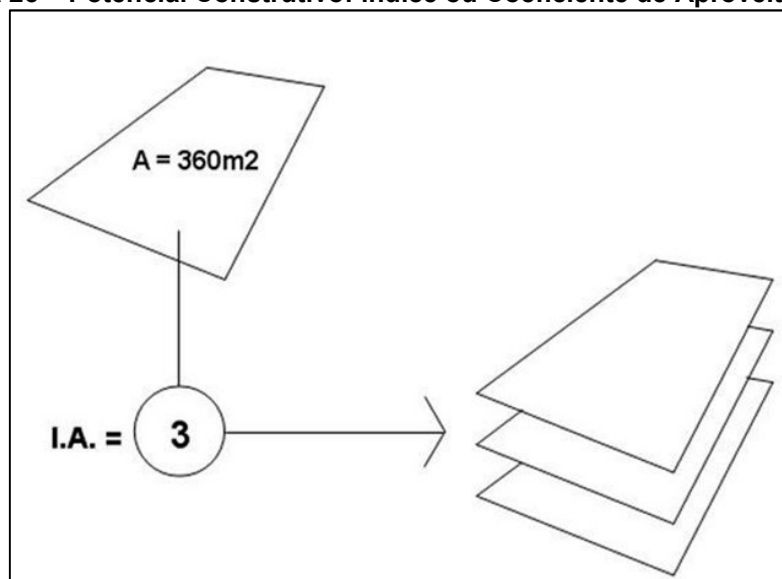
10.4.3. Os Parâmetros Urbanísticos de Ocupação

Os parâmetros urbanísticos de ocupação de uma edificação dentro de um terreno são fundamentais para uma cidade, pois são capazes de controlar seu adensamento, buscando garantir o bem-estar de seus cidadãos e a redução dos impactos no meio urbano.

Potencial Construtivo:

O Potencial Construtivo determina a área construída permitida para uma edificação em um terreno. Ele é determinado por um índice denominado Coeficiente de Aproveitamento (CA), que multiplicado pela área do terreno se obtém a área máxima de construção permitida, considerando TODOS os pavimentos.

Figura 23 – Potencial Construtivo: índice ou Coeficiente de Aproveitamento.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

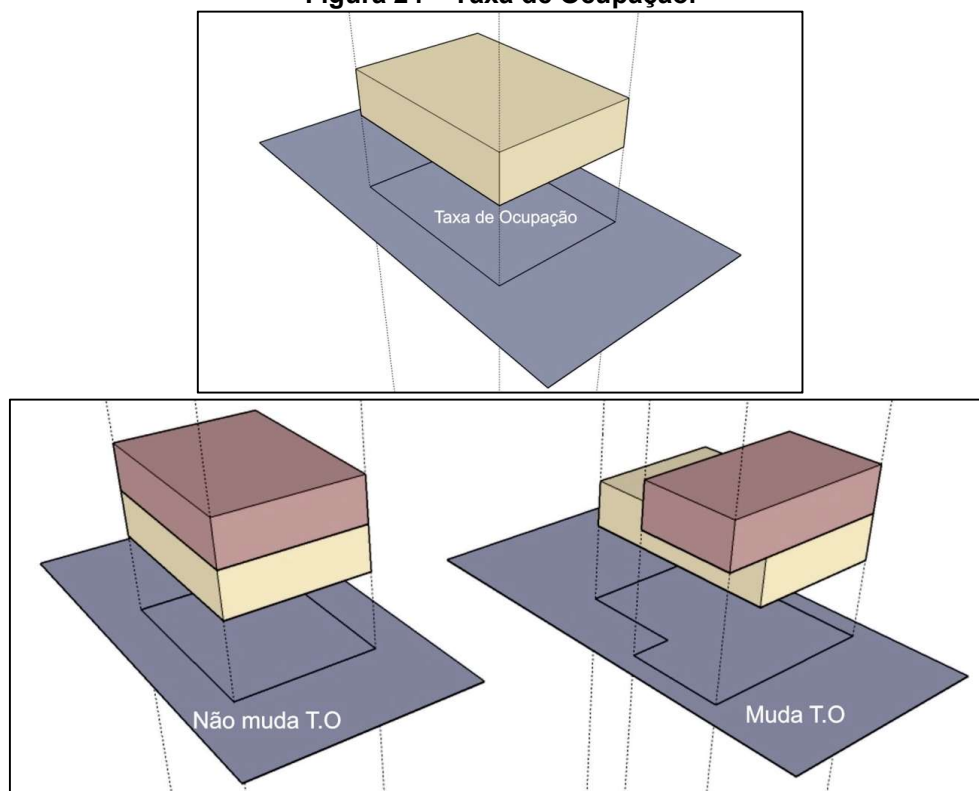
O Coeficiente de Aproveitamento de um terreno é determinado em função do zoneamento em que se insere. Quanto menor o Coeficiente de Aproveitamento de um terreno, menos área poderá ser edificada dentro dele.

Algumas partes da edificação, respeitados alguns limites, não são computadas no cálculo do potencial construtivo, como subsolo, garagem, um único pavimento sob pilotis, ático e cobertura, sacadas, caixa d'água, caixa de escadas e de elevador, casa de máquinas, guaritas, etc.

Taxa de Ocupação Máxima:

A Taxa de Ocupação (TO) é a relação entre a área de projeção da edificação e a área do terreno.

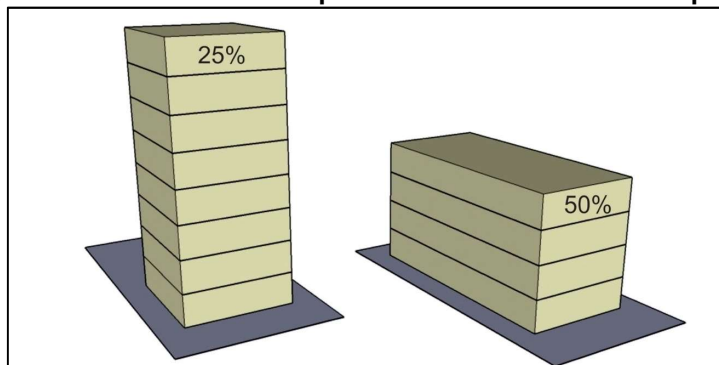
Figura 24 – Taxa de Ocupação.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Diferentes possibilidades de edificação num mesmo terreno com o mesmo Potencial Construtivo (CA), mas com Taxas de Ocupação distintas:

Figura 25 – Coeficiente de Aproveitamento x Taxa de Ocupação.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Ou seja, com um mesmo CA, podemos construir mais ou menos pavimentos, mas a mesma área total, dependendo da Taxa de Ocupação permitida no lote. Porém no primeiro caso teremos uma construção mais verticalizada e no segundo uma mais horizontal.

Taxa de Permeabilidade Mínima:

A Taxa de Permeabilidade (TP) determina a área permeável mínima em um terreno edificado, ou seja, a área descoberta, sobre terreno natural e dotada de vegetação que deve existir em uma edificação.

Figura 26 – Taxa de Permeabilidade Mínima.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

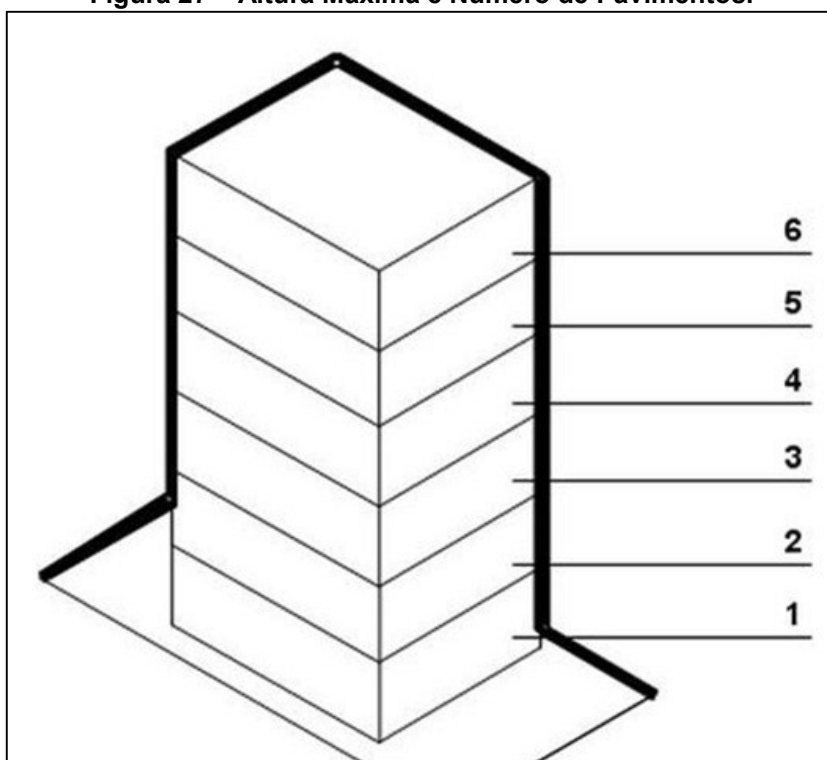
A manutenção da área permeável de um terreno é muito importante! Além de contribuir para o equilíbrio climático e embelezamento da cidade, também permite

o escoamento das águas de chuva, auxiliando no combate às inundações que tanto afetam as cidades.

Altura Máxima e Número de Pavimentos:

É o parâmetro que limita à altura de uma edificação. A altura máxima inclui todos os elementos construtivos da edificação situados a partir do nível do meio-fio do logradouro até a laje do último pavimento tipo. O número de pavimentos é contado a partir do pavimento térreo até o último pavimento tipo.

Figura 27 – Altura Máxima e Número de Pavimentos.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Recuo Frontal e Afastamentos Laterais e de Fundos:

O Recuo Frontal de uma edificação é a menor distância entre qualquer ponto da edificação ao alinhamento (frente) do terreno e é aplicado a todos os pavimentos a partir do térreo.

Figura 28 – Recuo Frontal e Afastamentos Laterais e de Fundos.

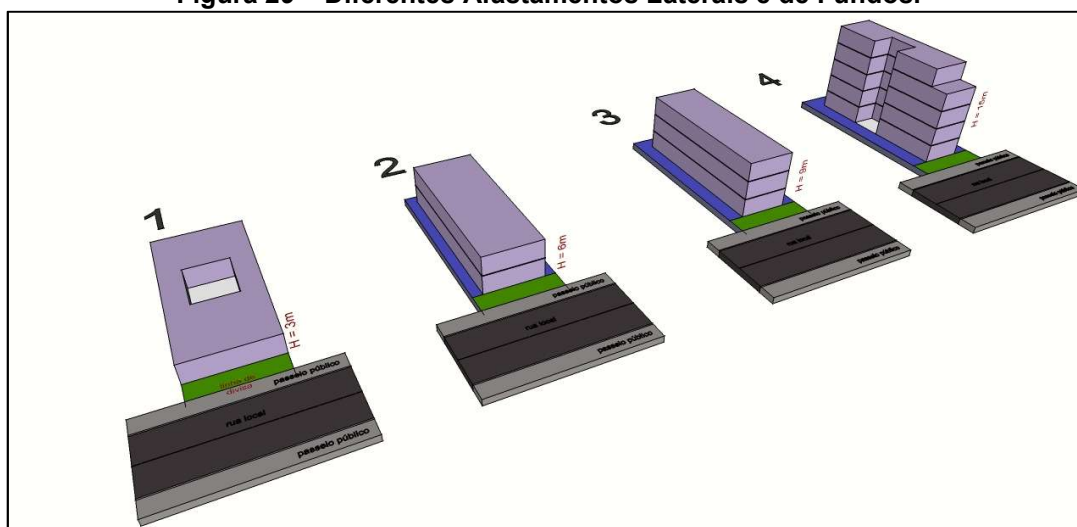


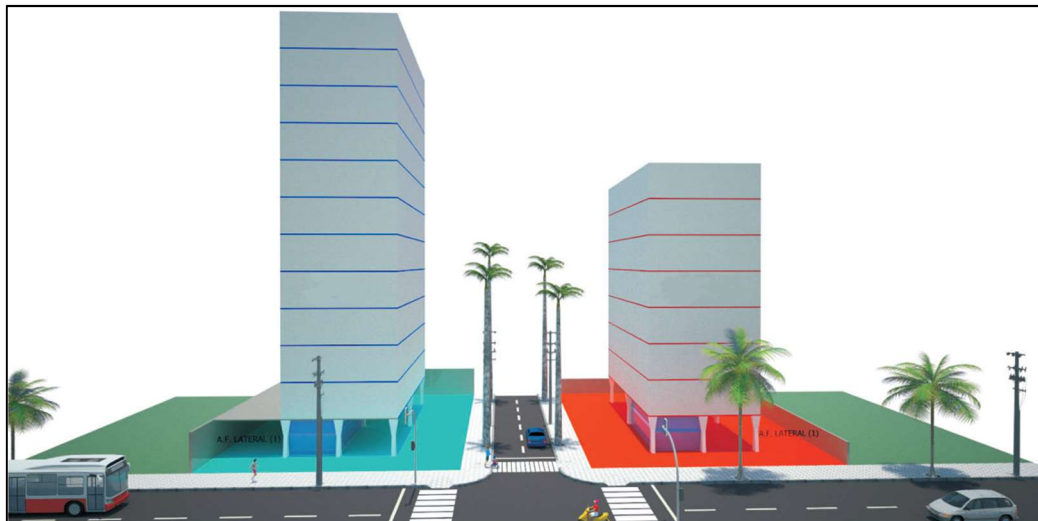
Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

O Afastamento Lateral ou Afastamento de Fundos de uma edificação é a distância das diversas faces externas da edificação às divisas laterais e de fundos do terreno, medidas perpendicularmente em relação às mesmas, e são aplicados a todos os pavimentos a partir do térreo.

Visando garantir iluminação, ventilação e insolação adequadas para uma edificação, os afastamentos laterais e de fundos são definidos proporcionalmente à altura da edificação. Assim quanto mais alta for a edificação, maiores devem ser seus afastamentos em relação aos terrenos vizinhos.

Figura 29 – Diferentes Afastamentos Laterais e de Fundos.





Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

10.4.4. Zona Residencial 1 (ZR1)

Corresponde às áreas da cidade destinadas ao uso predominantemente residencial, sendo multifamiliar ou unifamiliar, com ocupação de baixa e média densidade de acordo com a infraestrutura existente, como pequenos comércios, serviços e indústrias que não gerem grandes impactos ou sejam nocivos à saúde da população.

10.4.5. Zona Residencial 2 (ZR2)

Corresponde às áreas da cidade destinadas ao uso predominantemente residencial, sendo multifamiliar ou unifamiliar, com destinação ao alto adensamento, sendo compatível com a oferta de infraestrutura existente.

10.4.6. Zona de Comércio e Serviços (ZCS)

Correspondem às áreas ao longo de rodovias ou grandes eixos viários, destinadas a implantação de atividades comerciais e de serviços que, por seu porte ou natureza, exijam confinamento em áreas próprias, ou seja, geradoras de tráfego pesado ou intenso. É permitido ainda o uso industrial de pequeno, médio e grande porte, bem como nocivas e potencialmente poluidoras/ degradadoras.

10.4.7. Zona Industrial 1 (ZI1)

São áreas direcionadas preferencialmente à implantação indústrias com atividades de produção econômica de impacto ambiental e antrópico controlado, mas que representem em sobrecarga no tráfego à área urbanizada.

10.4.8. Zona Industrial 2 (ZI2)

São áreas, incluindo o contorno BR-369 e PR-455, direcionadas preferencialmente à implantação de atividades de produção econômica geradoras de tráfego pesado e potencialmente incômodas, nocivas e perigosas.

10.4.9. Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)

Corresponde à parte da malha urbana reservada para fins específicos e sujeitas às normas próprias, nas quais toda e qualquer obra deverá ser objeto de estudo por parte do poder Público Municipal e do Conselho de Desenvolvimento Municipal, sendo destinadas a criar novos núcleos habitacionais de interesse social, promover a regularização fundiária e fazer cumprir a função social da propriedade.

Nessas áreas previamente demarcadas existem a possibilidade de instalar habitações de interesse social para pessoas de baixa renda e ou em situações de risco ou de loteamentos irregulares. Sendo possível a utilização de programas que facilitem o financiamento como por exemplo o Minha Casa Minha Vida da Caixa Econômica Federal com lotes mínimos de 125m² (cento e vinte cinco metros quadrados).

10.4.10. Zona de Urbanização Específica

Corresponde as áreas voltadas para fins específicos e sujeitas às normas próprias, nas quais toda e qualquer obra deverá ser objeto de estudo por parte do poder Público Municipal e do Conselho de Desenvolvimento Municipal, sendo destinadas a criar novos núcleos para fins residenciais, unifamiliar e de lazer, que deve ser usada após as edificações dos vazios existentes na área consolidada da cidade.

10.4.11. Zona de Proteção Ambiental

São áreas as margens das nascentes, córregos e cursos d'água, não parceláveis e não edificáveis, de preservação e recuperação dos recursos naturais respeitando as exigências impostas no Código Florestal e pelo IAP – Instituto Ambiental, onde fica permitida a realização de equipamentos de suporte às atividades de recreação, desde que públicos e preferencialmente sem edificação.

10.4.12. Zona de Controle Ambiental do Cemitério

A Zona de Controle Ambiental do Cemitério compreende a área do atual cemitério com a finalidade de sua preservação e controle ambiental sobre a área.

Tabela Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento..44– Índices Urbanísticos de Ocupação do Solo das Zonas Urbanas.

Zona	C. A.	T. O. (%)	T. P. (%)	Gabarito/ Altura máx. (m)	Lote mín. (m ²)	Testada mín. (m)	Recuos e Afastamentos (m)		
							Frente	Lateral	Fundos
ZR1	1,5	75	15	12	300* e 325**	12* e 13,5**	3	1,5	1,5
ZR2	2	75	15	18	300* e 325**	12* e 13,5**	3	1,5	1,5
ZCS	5	75	15	45	300	10* e 13**	3	1,5	1,5
ZI1	1,5	75	15	16	300	12* e 13,5**	5	1,5	1,5
ZI2	2,5	75	15	24	600	15* e 18**	5	1,5	1,5
ZEIS	2	75	15	10	125	5* e 6**	3	1,5	1,5
ZUE	3	75	25	-	300	5* e 6**	5	1,5	1,5

* Para lotes em meio de quadra

** Para lotes de esquina

Fonte: Prefeitura Municipal de Marialva, dados trabalhados pela Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

Figura 30 – Mapa do Zoneamento Urbano atual de Marialva/PR.

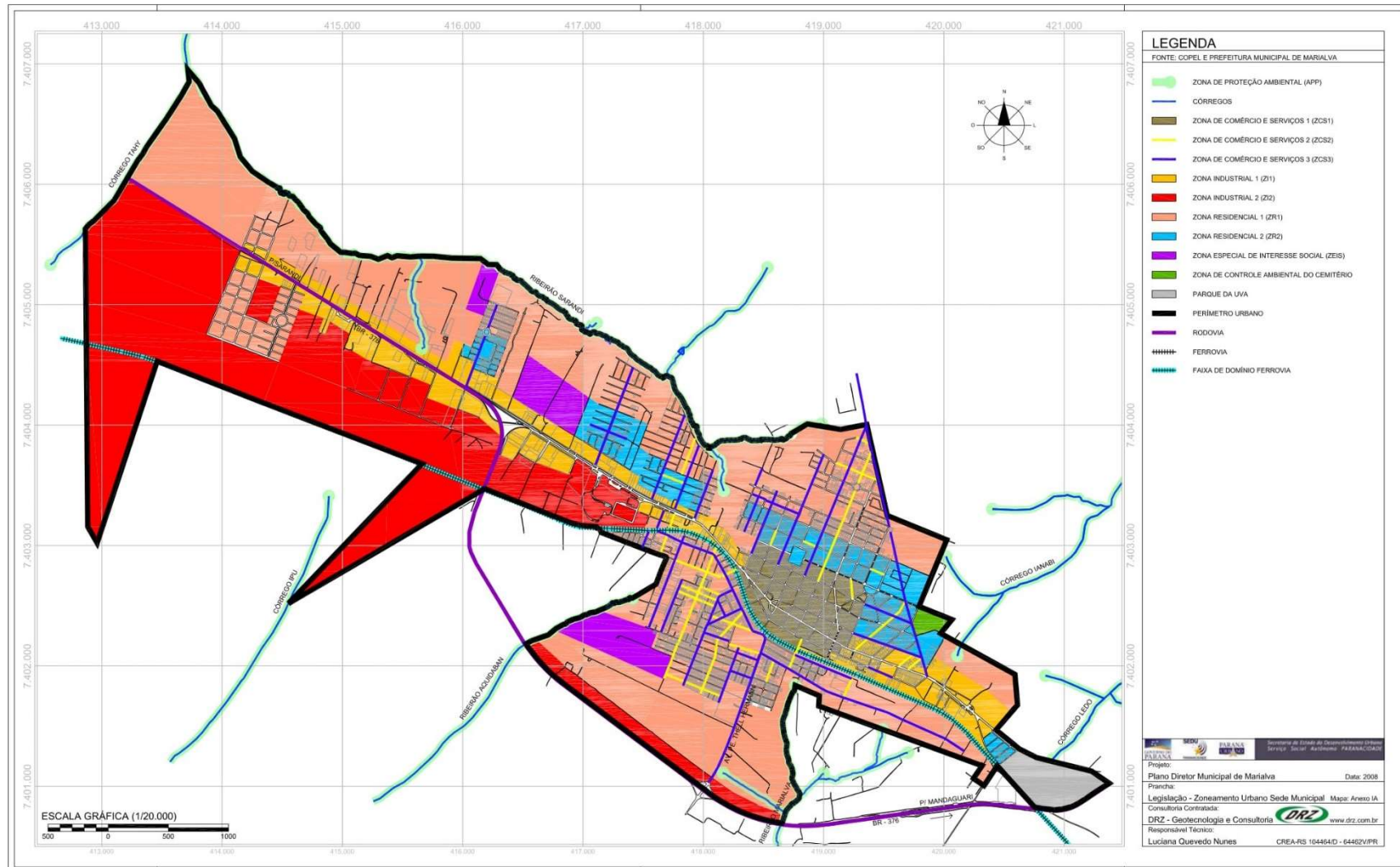


Figura 31 – Mapa de Zoneamento do Distrito de São Miguel do Cambuí.

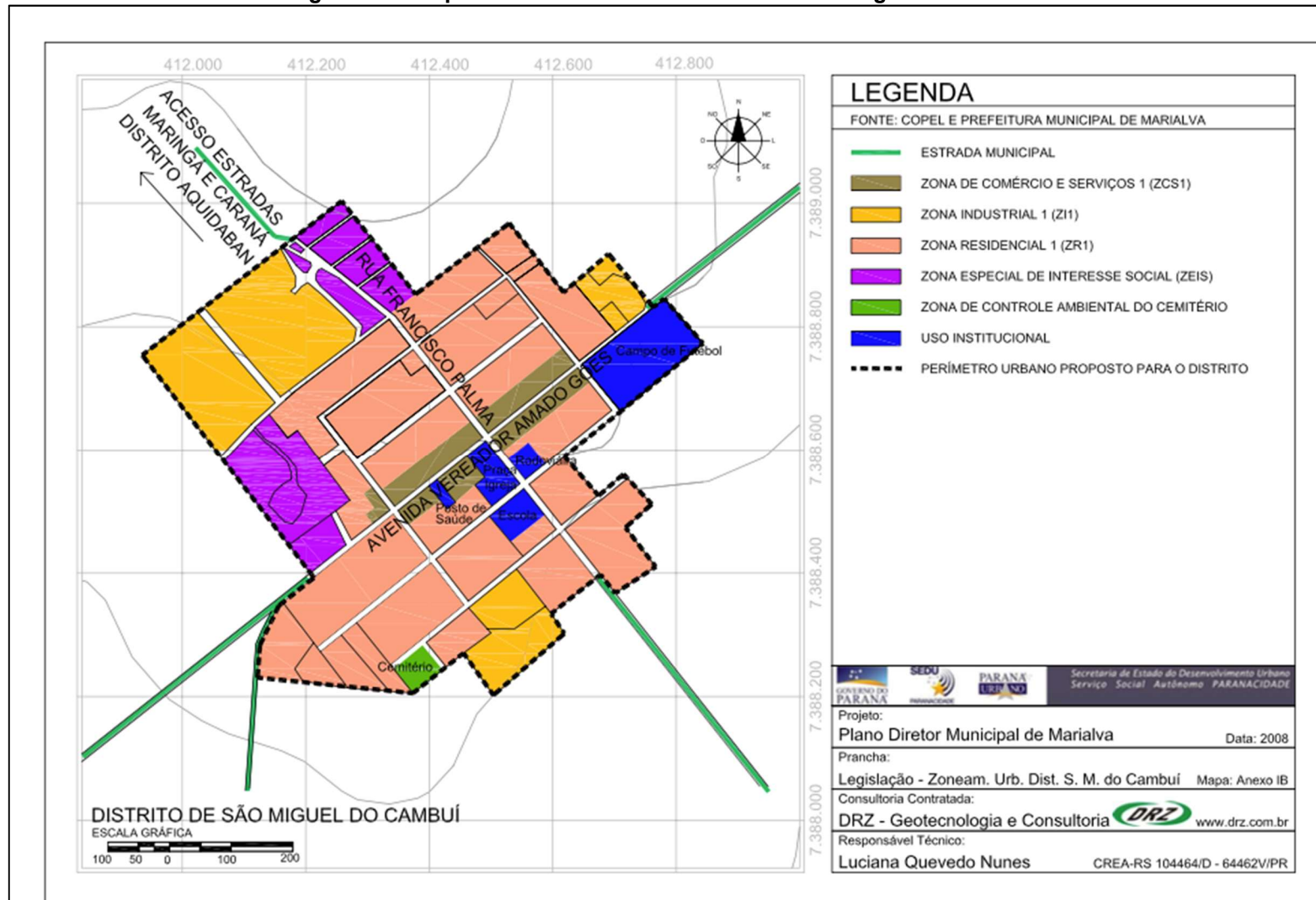


Figura 32 – Mapa de Zoneamento do Distrito de Aquidaban

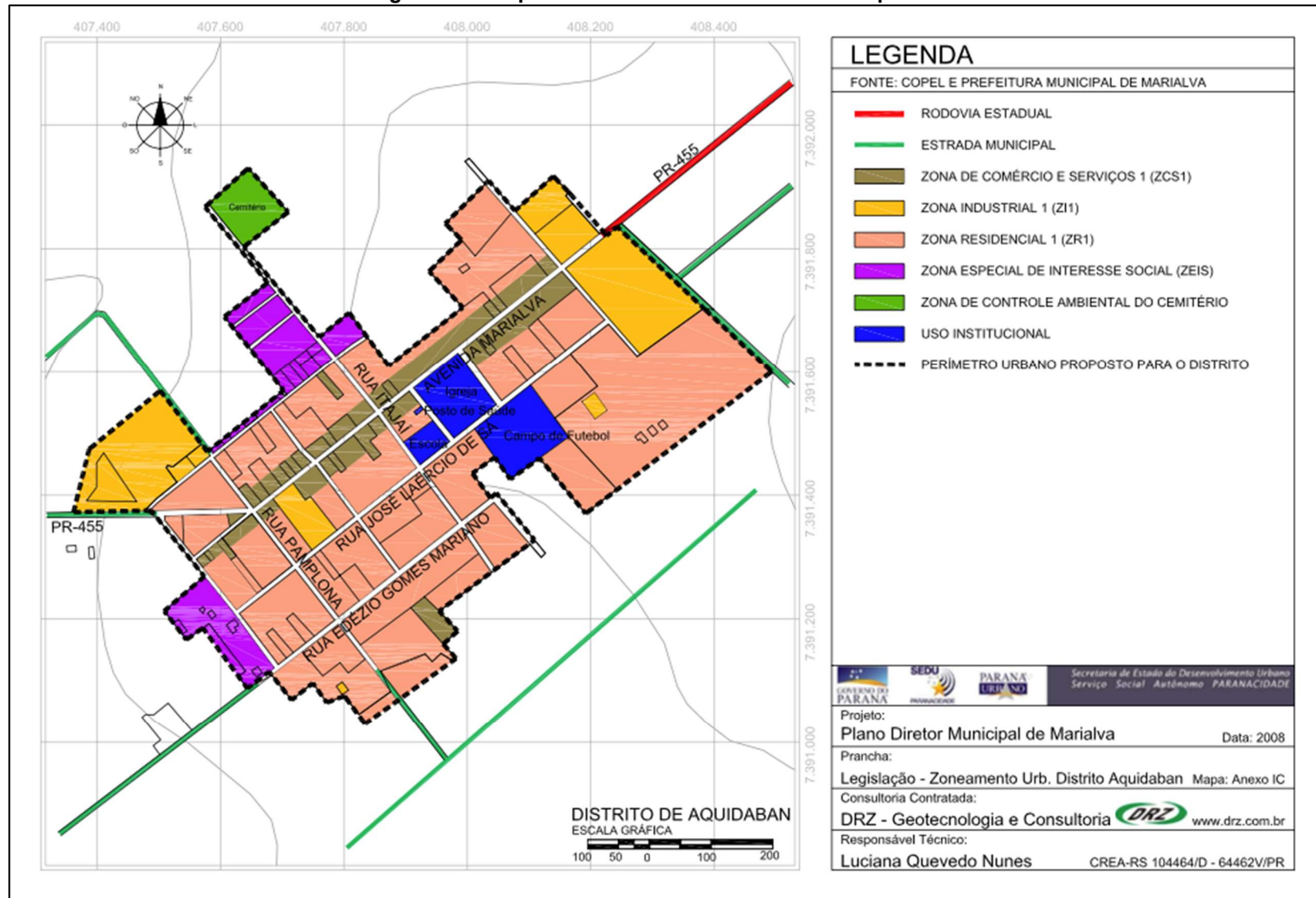
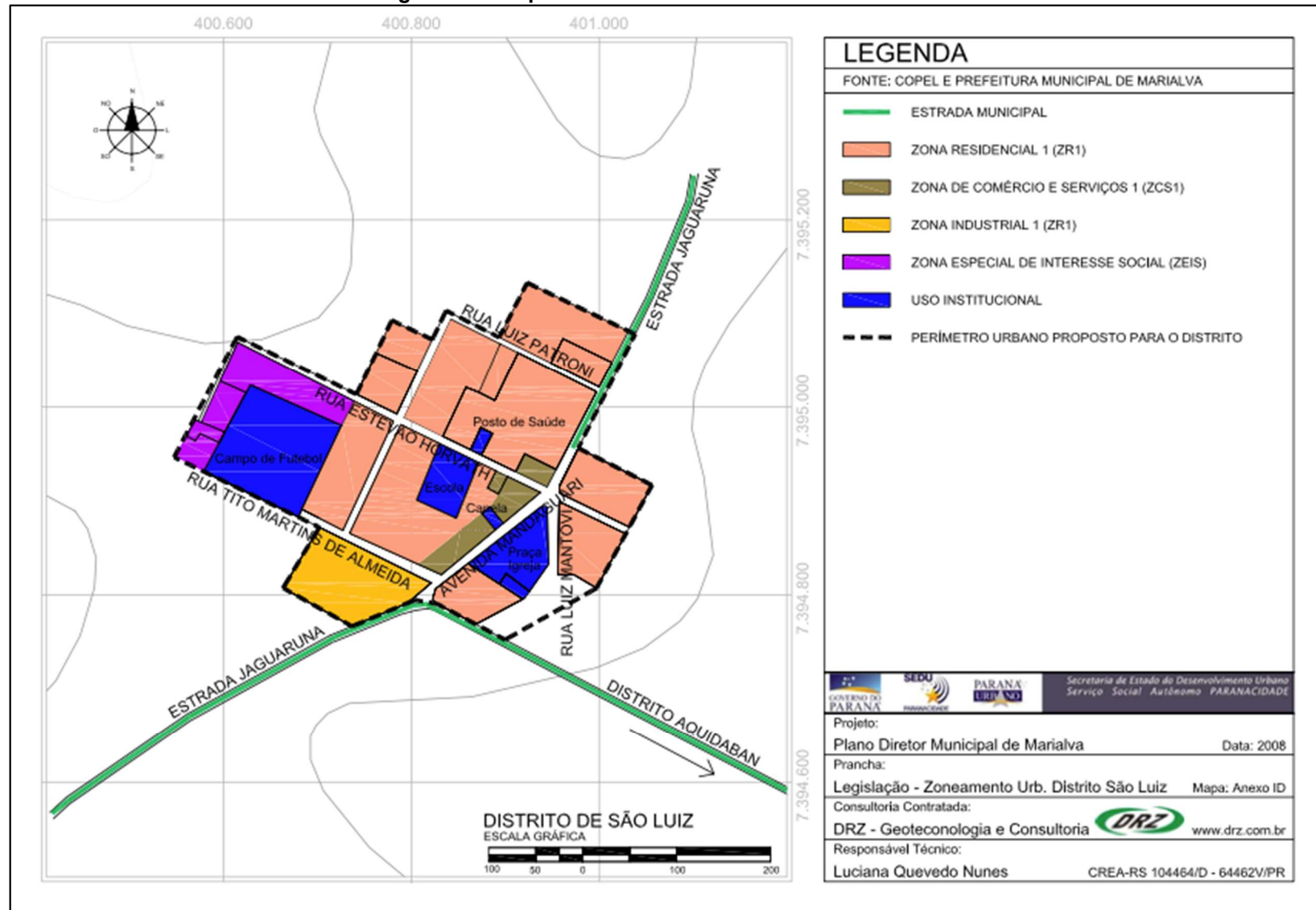


Figura 33 – Mapa de Zoneamento do Distrito de São Luiz



Para uma melhor qualidade de vida da população a Organização Mundial da Saúde – OMS, propõe que para cada habitante exista uma área média de 12m² (doze metros quadrados) de área verde.

Em relação aos edifícios situados nos cruzamentos dos logradouros públicos, onde não houver recuo frontal obrigatório, deverão existir um recuo no canto chanfrado de 2 metros, em cada testada, a partir do ponto de encontro das duas testadas.

10.5. SISTEMA VIÁRIO E PARCELAMENTO DO SOLO

A classificação e hierarquização das vias do sistema viário determina as dimensões mínimas das vias e das faixas de domínio e projeta as novas vias para os futuros loteamentos e seus padrões, de forma a manter a continuidade do sistema viário e suas dimensões.

- I. Via Marginal de Fundo de Vale ou Vias Verdes;
- II. Via Local;
- III. Via Coletora;
- IV. Via Arterial ou de Estruturação Urbana;
- V. Via de Estruturação Municipal;
- VI. Rodovia de ligação Regional.

- a) **Vias Marginais de Fundo de Vale ou Vias Verdes:** aquelas que se caracterizam como delimitação das áreas de proteção permanente tendo função como coletoras. Serão implantadas, quando necessário, no momento da instalação de novos loteamentos;
- b) **Via Local:** aquela destinada ao tráfego local, permitindo acesso direto aos imóveis lindeiros, onde o tráfego de passagem deve ser desestimulado, sem saída – largura mínima de via: 16,00 m (doze metros);
- c) **Via Coletora:** aquela que coleta e distribui os fluxos veiculares entre as vias arteriais e locais, destinada tanto ao tráfego de passagem

como ao tráfego local, apoiando a circulação viária das vias arteriais – largura mínima de via: 19,00 m (dezesesseis metros);

- d) **Via Arterial ou de Estruturação Urbana:** aquela destinada a atender como prioridade ao tráfego de passagem e secundariamente ao local, interligando pontos centrais na área urbana e recebendo os fluxos veiculares das vias coletoras e arteriais – largura mínima de via: 30,00m (dezoito metros);
- e) **Vias de Estruturação Municipal:** são as que, no interior do Município, estruturam o sistema de orientação dos principais fluxos de carga com a função de interligação das diversas partes do território, dividindo-se em primárias e secundárias (vicinais), conforme sua importância no acesso a outros municípios e distritos;
- f) **Rodovias de Ligação Regional:** compreendendo aquelas de responsabilidade da União ou do Estado, com a função de interligação com os municípios ou estados vizinhos.
- g) **Ciclovias:** aquela destinada a atender exclusivamente ao tráfego de bicicletas, interligada à malha viária urbana – largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) para via unidirecional, e 3,00 m (três metros) para via bidirecional.

Cabe destacar, a importância de considerar a continuidade da maior parte das vias existentes nas malhas urbanas no momento da projeção e da implantação de novos loteamentos.

Tabela Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento..3 – Perfil das Vias Urbanas.

Categorias das vias	Seção normal da via (m)	Pista de rolamento (m)	Faixas de estacionamento (m)	Passeio (m)	Canteiro central (m)	Ciclovia
Vias Marginais de Fundo de Vale ou Vias Verdes	22,00	(E) 3,50 (D) 3,50	5,0	3,0	-	
Via Local	14,00	(E) 2,50 (D) 2,50	(E) 2,00 (D) 2,00	(E) 2,50 (D) 2,50	-	-
Via Coletora	16,00	(E) 3,00 (D) 3,00	(E) 2,00 (D) 2,00	(E) 3,00 (D) 3,00	-	-
Via Arterial	30,00	(E) 6,00 (D) 6,00	(E) 2,00 (D) 2,00	(E) 3,00 (D) 3,00	6,00	-
Via de Estruturação Municipal primária	16,00	(E) 5,00 (D) 5,00	(E) 3,00 (D) 3,00	-	-	-
Via de Estruturação Municipal secundária	12,00	(E) 3,50 (D) 3,50	(E) 2,50 (D) 2,50	-	-	-
Rodovias de Ligação Regional	16,5	(E) 3,50 (D) 3,50	2,50	3,0	-	4,00

(E) Esquerda

(D) Direita

Fonte: Prefeitura Municipal de Marialva, dados trabalhados pela Líder Engenharia.

Figura 34 – Mapa do Sistema Viário atual de Marialva/PR.





11. PROPOSTAS PARA GARANTIR OS DIREITOS À CIDADE SUSTENTÁVEL

O presente tópico tem como objetivo definir propostas específicas, incluindo localização, considerando a realidade diagnosticada e os objetivos e diretrizes definidos, de forma a garantir os direitos à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer.

Desta forma, tais propostas devem ser pautadas segundo os princípios e objetivos gerais da Política de Desenvolvimento Municipal, que são:

- A função social da cidade e da propriedade;
- Justiça social e redução das desigualdades sociais;
- Preservação e recuperação do ambiente natural;
- Sustentabilidade;
- Gestão democrática e participativa.

A Política de Desenvolvimento Municipal baseia-se nos princípios gerais definidos na constituição federal como também ao Estatuto da Cidade sendo neste Plano Diretor Municipal composta de cinco vertentes:

- Proteção e Preservação Ambiental;
- Serviços Públicos, Infraestrutura e Saneamento Ambiental;
- Desenvolvimento Socioeconômico;
- Desenvolvimento Institucional e Gestão Democrática;
- Desenvolvimento e Ordenamento Físico-territorial.

11.1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

O meio ambiente é elemento fundamental do sistema do planejamento e desenvolvimento sustentável do Município, inclusive da área rural. A garantia do direito de cidades sustentáveis faz referência à formulação e implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios de desenvolvimento sustentável definidos na Agenda 21.



11.1.1. Diretrizes

- Promover o controle e o congelamento da ocupação das APPs próximas à sede municipal;
- Fortalecer a fiscalização e punição àqueles que praticam atos como poluição e descarte indevido de resíduos;
- Criar os instrumentos necessários ao exercício das funções de planejamento, controle e fiscalização de todas as atividades que tenham interferência no meio ambiente do Município;
- Conscientizar a população da postura ambiental que deve ser adotada ao utilizar a macrozona inserida em uma APP;
- Recuperar as áreas degradadas e garantir a preservação dos rios e córregos municipais, bem como as áreas de matas nativa e reserva legal (Lei Federal nº. 12.651/2012);
- Incentivar o uso adequado de fontes naturais e a utilização de fontes alternativas de energia;
- Desenvolver programas para atingir os 12m² (doze metros quadrados) de área verde por habitante, acessíveis a toda a população, exigidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS);
- Compatibilizar as políticas de Meio Ambiente e de Saneamento;
- Preservar os reservatórios de água, naturais e artificiais, destinados à garantia da funcionalidade das estruturas drenantes, mantida a vazão adequada através de manutenção periódica;
- Criar os instrumentos necessários ao exercício das funções de planejamento, controle e fiscalização de todas as atividades que tenham interferência no meio ambiente do Município;
- Criar uma política de controle da exploração prejudicial através da sensibilização e educação ambiental;
- Criar e implantar Áreas de Valor Ambiental;
- Fomentar a utilização da calçada ecológica;
- Considerar o meio ambiente como elemento fundamental do sistema do planejamento e desenvolvimento sustentável do Município, inclusive da área rural;



- Desenvolver legislação ambiental municipal para sua atualização e adequação aos preceitos desta lei, onde a qualidade de vida e qualidade ambiental significam saúde para a população;
- Proceder ao mapeamento do uso do solo de maneira a gerar insumos para a revisão do macrozoneamento (área rural) e zoneamento (áreas urbanas), levando em consideração a subdivisão do território municipal em microbacias, utilizada pelo município para o desenvolvimento dos programas e projetos (Gleba Patrimônio Marialva, Gleba Pingüim, Gleba Sarandi, Gleba Alegre, Gleba Aquidaban, Gleba Keller, Gleba Jaguaruna);
- Monitorar as áreas ambientalmente frágeis, de forma a coibir os usos inadequados relativos ao solo, procurando preservar ou restabelecer a vegetação original;
- Compatibilizar usos e conflitos de interesse nas áreas de preservação ambiental e agrícola;
- Capacitar funcionários para o exercício do licenciamento ambiental dos empreendimentos a serem implantados no Município, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade, onde a ocupação será controlada por meio de diretrizes do poder público, através da exigência de Plano de Controle Ambiental Preliminar (PCA), Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA) ou através do Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança (EIVI/RIV) a ser criado;
- Ampliar a oferta de áreas verdes públicas qualificadas, com equipamentos de lazer, esportes e infraestrutura e a criação de praças nos bairros carentes de área verde, com mobiliário urbano adequado e tratamento paisagístico, garantindo o acesso de toda a população;
- Instituir Política de Educação Ambiental e Programa de Educação Ambiental junto às escolas da rede pública e particular.



11.1.2. Propostas

- Obras de revitalização de fundo de vale abrangendo Conjuntos, 160 casas e jardins;
- Qualificar responsáveis pela fiscalização das APPs;
- Ampliar e executar programa de recuperação de áreas ambientais;
- Adotar práticas conservacionistas para evitar a degradação das áreas ambientais como corredores ecológicos;
- Criar subsídios para a arborização adequadas das calçadas para melhorar a qualidade de vida do pedestre;
- Elaborar projeto para o calçamento ecológico na área central;
- Restringir atividades a serem desenvolvidas às margens de águas ou locais onde o nível de lençol freático seja superficial;
- Desenvolver e implantar área de preservação do meio ambiente para criação de um Parque Ambiental e/ou trilha ecológica;
- Elaborar estudo de viabilidade para a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN);
- Elaborar e executar projeto de arborização e paisagismo urbano;
- Criar o estatuto regimentar e a implantação da agenda 21;
- Desenvolver e implantar programa de educação ambiental junto às escolas da rede pública e população em geral;
- Proporcionar a coleta de RSU de maneira que resíduos recicláveis e resíduos orgânicos sejam coletados separadamente para melhor destinação final;
- Proporcionar melhorias na estrutura física do Aterro Sanitário Municipal para melhor destinação final;
- Proporcionar melhorias na estrutura física do Centro de Triagem e Compostagem - CTC para que assim possa processar maior quantidade de RSU;
- Proporcionar melhorias na estrutura física do Eco Ponto para melhor atendimento à população.



11.2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Considerando a área de proteção e preservação ambiental, sabe-se que a infraestrutura urbana interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas e no meio ambiente. A falta de infraestrutura, de pavimentação e esgotamento sanitário em diversos bairros e a inexistência de coleta de lixo em alguns domicílios são fatores que potencializam a degradação ambiental.

11.2.1. Diretrizes

- Aprimorar a gestão e o planejamento, garantindo o bom funcionamento e atendimento do saneamento básico, através de política sustentável;
- Manter a demanda em cobertura de água tratada na área urbana de Marialva em 100% (cem por cento), ampliando as redes de distribuição de água;
- Incentivar projetos residenciais, comerciais e industriais que façam previsão de reuso de água ou aproveitam as águas pluviais;
- Ampliação da Coleta e Tratamento de esgoto, até atingir 100% (cem por cento) de cobertura;
- Ampliação da rede de drenagem de águas pluviais e pavimentação até atingir 100% (cem por cento) de cobertura da área urbana, a fim de combater os problemas de erosão do solo;
- Garantir a manutenção e a fiscalização da rede de drenagem de águas pluviais a fim de evitar a ligação clandestina de ligações de esgoto a rede e proibir ligações de águas pluviais à rede de esgoto;
- Criar um sistema municipal de coleta seletiva adequado para a Zona Rural e Urbana (Resolução CONAMA nº 358);
- Implantar e estimular o programa de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem no município;
- Promover a recuperação paisagística do cenário urbano;



- Assegurar o fornecimento de energia elétrica e a adequada iluminação dos logradouros públicos;
- Construir nova célula do aterro sanitário;
- Promover a revitalização das pistas de caminhada municipais, sede e distritos;
- Executar galerias de águas pluviais e obras de pavimentação e recapeamento das vias da Sede Municipal, estradas rurais e distritos;
- Construir e reformar pontes;
- Promover a adequação de todos os prédios públicos e comerciais para acesso de PcD (acessibilidade universal);
- Ampliar o sistema de limpeza pública e varrição nas áreas ainda não atendidas por este serviço;
- Adquirir equipamentos necessários à manutenção da limpeza pública;
- Promover obras de paisagismo e embelezamento dos acessos da sede municipal de Marialva;
- Recuperação e embelezamento das Praças da Sede Municipal e Distritos;
- Adquirir equipamentos para o serviço rodoviário municipal;
- Promover a adequação dos pontos de ônibus para assegurar bem-estar aos usuários, através do fechamento das laterais e fundos dos abrigos;
- Estimular a implantação de uma usina de triagem e compostagem, prestando apoio para grupos organizados, como associações, em um local a ser definido juntamente com os órgãos ambientais;
- Implementar um Plano de Gerenciamento para as empresas privadas que farão a coleta de resíduos hospitalares;
- Criar Plano de Gestão para destinação do entulho das construções, fiscalizando, para que o entulho não seja disposto irregularmente em terrenos vazios, sítios rurais ou na própria via pública;
- Estimular iniciativas privadas para a reciclagem de entulho gerado no município, sua captação e destinação, para a construção civil em



geral, com o objetivo de transformar esse entulho em matéria-prima, conforme a Legislação Federal (CONAMA - 307/2004). Cabe ao município a função de fiscalizar conforme o Plano de Gestão e Gerenciamento;

- Promover campanha de conscientização da população para a disposição de entulhos.

11.2.2. Propostas

- Construção de novas células no aterro sanitário;
- Instalação de grades nas bocas de lobo de toda cidade;
- Execução de galerias e/ou readequação do escoamento águas pluviais;
- Execução de galerias água pluviais na Avenida Padre Theo Hermann;
- Execução de galerias (grelhas) pluviais no Jardim Custódio 1 e 2;
- Construção de novas galerias no Jardim São Pedro;
- Galerias de águas pluviais na Avenida Cristóvão Colombo do Jardim Presidente até a divisa de Município com Sarandi/PR;
- Execução de galerias nos locais inexistentes na sede do município;
- Elaborar estudo para implantação de piscinões para captação de águas pluviais e controle de cheias, permitindo assim suprir o lençol freático;
- Implantação de cisternas e/ou reservatórios de água na área central, Jardim Tropical e Jardim Custódio para controlar o escoamento nas águas pluviais;
- Implantação de cisternas e/ou reservatórios na Av Colombo e Rua Formosa;
- Pavimentação com pedras irregulares no Jardim Santa Izabel, São Luiz, Rua Papa João XXIII, Prof. Paulina e Wesley Dias;
- Obras de manutenção na pavimentação asfáltica para padronização da cidade;
- Recape asfáltico na Rodovia Santo Volpato (Santa Fé);



- Obras de pavimentação asfáltica ou pedras irregulares em Estradas Vicinais;
- Pavimentação e infraestrutura na estrada que liga Aquidaban a Itambé;
- Pavimentação e infraestrutura na estrada que liga São Miguel do Cambuí a Itambé;
- Readequação das estradas Paraíba (MUCCI), Luiz Cabrera e José Falaschi;
- Pista de caminhada e ciclismo nos distritos de Aquidaban e São Miguel de Cambuí;
- Readequação das Pistas de Caminhada;
- Pista de caminhada entre o Jardim Eldorado e Hamada;
- Pista de caminhada e ciclismo do km 12 até o distrito de Santa Fé do Pirapó;
- Recape asfáltico no Jardim Shenandoá;
- Galeria de águas pluviais e pavimentação asfáltica no acesso ao Jardim Itamaraty;
- Construção e implantação de rotatória na entrada para os residenciais Ruby, Niágara, Izabel e Flora;
- Obras de bocas-de-lobo e melhorias como pavimentação e recapeamento asfáltico;
- Restauração das pontes localizadas na Estrada Serraria e Ribeirão Aquidaban;
- Acessibilidade ao Parque da Uva;
- Recapeamento asfáltico no trecho que liga Aquidaban a São Luiz;
- Pavimentação com pedras irregulares Rodovia Santo Volpato km 15 até 17;
- Aquisição de maquinários e outros equipamentos para poda, jardinagem e arborização;
- Obras de revitalização e paisagismo nas Vilas Antonio e Messias;
- Obras de revitalização na Praça Waldemar Ferri, localizada no Conjunto Assumpta Lembi Andreazzi (Marialva II);
- Aquisição de máquinas (pá carregadeira, motoniveladora e etc);



- Ligação da rede de esgoto no Bela Vista;
- Ligação da rede de esgoto no Itamaraty II;
- Aquisição de equipamentos destinados a serviços de manutenção de prédios públicos.

11.3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

O Desenvolvimento Socioeconômico do Município depende de algumas ações e atitudes que venham ao encontro com os anseios da comunidade no sentido de propiciar aos mesmos um padrão de vida melhor, mais digno e acima de tudo mais humano. Desta forma, as diretrizes e propostas nesta vertente contemplam as áreas do serviço público como educação, saúde, assistência social e organização econômica no Município.

11.3.1. Diretrizes – Desenvolvimento Socioeconômico

- Incrementar o uso da informação e do conhecimento, incentivando e possibilitando a inovação tecnológica;
- Ampliar a atuação do governo local na área de atração de empreendimentos e captação de novos investimentos;
- Compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental;
- Fortalecer, dinamizar e buscar a sustentabilidade da agricultura rural, tornando-a mais diversificada, rentável, competitiva;
- Orientar e capacitar o sistema produtivo local a atender as demandas por bens e serviços, e introduzir atividades de maior potencial e dinamismo econômicos sustentáveis;
- Promover o fortalecimento do setor de comércio e serviços com o objetivo de incrementar a geração de emprego e renda;
- Investir no potencial turístico da área fomentando o setor, compatibilizando os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades culturais, educacionais e naturais do Município;
- Ampliar e adquirir equipamentos para o Centro de Geração de Trabalho e Renda;



- Adquirir e construir espaço para abrigar o Centro de Comercialização e a Feira de Produtos;
- Promover a melhoria da qualificação profissional da população e a mão de obra local;
- Estimular a diversificação das culturas produzidas no município, priorizando principalmente aquelas que se utilizam de práticas agroecológicas, como meio de incrementar a renda do pequeno proprietário rural;
- Destinar espaço para pesquisas permanentes sobre o cultivo da uva (videiras);
- Recuperar os carreadores rurais;
- Adquirir tratores e implementos agrícolas para a patrulha mecanizada;
- Melhorar a qualidade de vida das famílias que residem nas áreas rurais para que essas pessoas permaneçam nesses locais, evitando o deslocamento definitivo para as áreas urbanas;
- Priorizar os produtores que estão de acordo com a legislação ambiental, tributos municipais e emissão de notas fiscais do produtor de acordo com a produção rural, quando nas melhorias da infraestrutura viária e acesso às propriedades rurais;
- Promover a cultura empreendedora municipal, através de campanhas;
- Estimular a formalização de Agroindústrias no município;
- Estimular o aumento da produtividade e qualidade da pecuária bovina de leite e corte, como meio de incrementar a renda do pequeno proprietário rural.

11.3.2. Propostas – Desenvolvimento Socioeconômico

- Desenvolver a agroindústria fomentando as atividades das associações e/ou cooperativas de agricultores;



- Capacitar os produtores para agregar valor à matéria-prima e para desenvolver atividades alternativas agrícolas e pecuárias, com cursos e palestras realizadas por técnicos do Município;
- Fomentar e organizar a comercialização dos produtos agrícolas in natura e beneficiados do Município;
- Criar programa de apoio à diversificação da produção agropecuária;
- Desenvolver estudos de culturas agrícolas alternativas e incentivo para expansão dessas através de parcerias público-privadas;
- Desenvolver e implantar projetos hídricos para garantir a produção agrícola em épocas de estiagem;
- Reforma na agência do trabalhador;
- Instalação do Mercado Municipal para comercialização de produtos hortifrutigranjeiros e fomentação da uva;
- Promover cursos de qualificação profissional para jovens e adultos;
- Incrementar o uso da informação e do conhecimento, incentivando e possibilitando a inovação tecnológica;
- Projetos voltados a institutos de pesquisa e extensão rural;;
- Construção de um centro de pesquisa em viticultura;
- Projetos voltados a instituição de pesquisa e extensão rural;
- Programa Municipal para recuperação de carreadores rurais;
- Aquisição de caminhões, tratores e implementos agrícolas para patrulha mecanizada;
- Promover a qualificação da mão de obra local com cursos profissionalizantes;
- Investimento no potencial turístico da área para geração de empregos e desenvolvimento da cidade.

11.3.3. Diretrizes – Educação

- Promover e apoiar iniciativas e programas para erradicação do analfabetismo e para elevação do nível escolar da população;
- Oportunizar a educação infantil e o ensino fundamental, mesmo para os que a ele não tiveram acesso na idade própria e para as crianças,



jovens e adultos portadores de deficiência, garantindo a todos o direito do conhecimento;

- Promover atividades extracurriculares como aulas de pintura, música, dança, teatro, culinária, tapeçaria, reforço escolar, e atividade de esporte e lazer, entre outros, mantendo o aluno mais tempo na escola;
- Adequar o sistema de transporte escolar e universitário, garantindo o acesso da população ao estudo fundamental, médio e universitário;
- Promover a ampliação da frota escolar através da reforma e manutenção da frota existente e aquisição de mais ônibus escolares;
- Promover a construção de espaço para um Centro de Educação Infantil (creches/ CEMEI's) e de espaço para Ensino Fundamental na sede e nos distritos, com objetivo de ampliar o espaço físico bem como o número de vagas para aluno;
- Equipar as bibliotecas das escolas municipais;
- Implantar laboratório de informática nas escolas municipais;
- Construir abrigos nos pontos de ônibus para o transporte escolar;
- Construir cobertura da quadra de esportes das Escolas Municipais;
- Adquirir parque infantil para as escolas municipais;
- Elaborar programas de orientação e incentivo aos jovens e adolescentes, melhorando a oferta de cursos de informática, línguas, artes e esportes, nas escolas públicas, a fim de evitar a evasão escolar;
- Realizar cursos de capacitação para jovens e adultos, de preferência nas áreas de maior vocação econômica do município;
- Promover a expansão da faculdade;
- Implementar medidas de planejamento e orçamento de interesse do setor de educação, assim como infraestrutura adequada ao desenvolvimento das atividades do setor;
- Ampliar o desenvolvimento da Merenda Escolar referente à aquisição, produção e armazenamento e distribuição para as escolas, com a preservação da qualidade.



11.3.4. Propostas – Educação

- Aquisição de área física para implantação de cursos extracurriculares e superiores;
- Aquisição de área física para educação infantil;
- Reforma e ampliação do CEMEI Leonardo Henrique Alves de Souza;
- Aquisição e/ou construção de Creche em Cambuí;
- Aquisição e/ou construção de CEMEI no Jardim Shenandoá;
- Aquisição e/ou construção de CEMEI no Santa Fé;
- Construção de CMEI no distrito de Aquidabam;
- Construção de CMEI no distrito de São Miguel do Cambuí;
- Construção de CMEI no residencial Zambaldi;
- Reforma e ampliação de escolas municipais (construção de novas salas);
- Aquisição de livros para as bibliotecas das escolas municipais;
- Aquisição de equipamentos e aparelhos para escolas;
- Construção de abrigos nos pontos de ônibus;
- Construção e/ou Cobertura de Quadras poliesportivas;
- Reforma no parquinho da escola D.M. Cambuí;
- Manutenção do ensino fundamental;
- Aquisição de ônibus adaptado para o transporte de universitários;
- Aquisição de ônibus adaptado para o transporte de universitários no período diurno e noturno para fora do município.

11.3.5. Diretrizes – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

- Instalar parques infantis completos para crianças de 1 a 12 anos de idade em diversas áreas do município e comunidades;
- Construir quadras de esportes cobertas nas sedes e distritos;
- Promover a reforma e manutenção do Ginásio de Esportes existente (Zicão) com a troca da cobertura;
- Implantar Centro Esportivo Municipal;



- Promover a reforma e manutenção dos Estádios/ Ginásios da sede, dos distritos e comunidades;
- Construir espaço cultural, recreativo e profissionalizante;
- Concluir execução de obras e de infraestrutura do Parque da Uva;
- Adquirir equipamentos para a academia da terceira idade com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos idosos através da pratica esportiva;
- Aquisição de equipamentos e veículos para os serviços do setor;
- Estimular a formação, produção e difusão de áreas como artesanato, teatro, dança, música, literatura, artes plásticas, vídeo, fotografia e entre outras;
- Incentivar projetos de cultura juntamente ao Sistema Educacional;
- Ampliar e diversificar a oferta de espaços públicos de lazer, recreação e esportes, através de um planejamento global que contemple o levantamento de todos os espaços possíveis de utilização para o esporte e o lazer, a fim de dimensionar e orientar a instalação dos equipamentos necessários para atender à demanda existente no Município;
- Dar ao esporte e ao lazer dimensão educativa, com implementação de pedagogia que promova nas pessoas o espírito comunitário e o sentimento de solidariedade, contribuindo para diminuir ou mesmo eliminar a postura discriminatória da sociedade.

11.3.6. Propostas – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

- Elaborar e executar projeto para o desenvolvimento do turismo ecológico no município;
- ATI e Parque infantil na Vila Antonio;
- Obras de revitalização na A.T.I. e o Parque Infantil entre Marialva II e Hamada III;
- Construção de quadras esportivas na sede e distritos;
- Construção de um novo campo de futebol para o João de Barro;
- Reforma do Ginásio Zicão;



- Construção de um complexo esportivo;
- Construção de um novo Ginásio;
- Reforma do campo de futebol do distrito de Santa Fé do Pirapó;
- Conclusão da reforma da quadra poliesportiva em Aquidaban
- Implantação de Playground;
- Implantação de Playground para atender PcD (Pessoas com Deficiência);
- Instalação de A.T.I. no distrito de Santa Fé do Pirapó;
- Construção de um Planetário;
- Construção de Museu e Aquisição de equipamentos;
- Construção de mirante em área com altitude adequada;
- Construção de uma área de rodeio no Parque da Uva;
- Aquisição de terreno para implantação da Festa da Uva Fina de Marialva;
- Construção de academias para terceira idade;
- Aproveitar o espaço da associação da prefeitura afim de torná-lo uma área de lazer municipal;
- Implantação de um monumento na área rural dos distritos de Cambuí, Aquidaban e Jacanã como atrativo para valorização do setor;
- Criação de um projeto de turismo infantil relacionado a uva, com o objetivo de estimular o interesse da das pessoas pelo setor desde a infância, fortalecendo a cultura do município.

11.3.7. Diretrizes – Saúde

- Promover a construção de instalações para a Clínica para mulheres e bebês no município;
- Promover a construção e reforma de UBS e Pronto Atendimento;
- Promover campanhas direcionadas ao homem e a mulher, procurando esclarecer melhor a ambos, sobre prevenção de diversas doenças, principalmente aquelas sexualmente transmissíveis;



- Promover a melhoria do CAPS.

11.3.8. Propostas – Saúde

- Reforma e readequação da clínica da mulher;
- Construção de um hospital municipal (público/ privado);
- Construção de UBS na região da Vila Antonio;
- Pintura e ampliação da UBS Planalto;
- Reforma do Pronto Atendimento (velho);
- Reforma e ampliação da UBS Shenendoá;
- Reforma de edifício público para mudança da UBS São Luiz;
- Prevenção, controle e erradicação de doenças transmissíveis;
- Ampliação e reforma do CAPS;
- Implantação de uma UBS Amiga do Trabalhador.

11.3.9. Diretrizes – Assistência Social

- Promover abrigo para acolhimento em caráter provisório de animais em situação de necessidade;
- Garantir melhor sustentabilidade ao Conselho Tutelar;
- Construir espaço físico a implantação do CRAS, bem como equipá-lo;
- Construir novas instalações e infraestrutura para desempenho da APAE de Marialva;
- Garantir que o recurso financeiro para a política de assistência social conste na LDO, PPA e LOA;
- Definir normas para o atendimento ao público, em especial aos idosos;
- Atender a população em situação de vulnerabilidade e risco;
- Aprimorar gestão e planejamento, garantindo as políticas públicas de assistência social e envolver a população através de organizações;



- Assegurar instalações físicas e equipamentos apropriadas e necessários para o exercício das atividades da assistência social;
- Regulamentar a situação das famílias que estão residindo em áreas irregulares;
- Priorizar o atendimento às crianças, adolescentes e idosos, incrementando os programas desenvolvidos em parceria com o Estado e com a União;
- Incluir pessoas portadoras de necessidades especiais na rede de serviços disponíveis no município;
- Capacitação de funcionários da Secretaria em todos os programas;
- Ampliar a equipe técnica, através de concurso público;
- Conseguir investimento financeiro e de recursos humanos nos programas de proteção social básica – que é um trabalho preventivo – buscando ampliação de metas, consequentemente diminuindo as metas no trabalho de proteção social especial.
- Implementação dos Serviços de Assistência Social e Psicologia em todos os programas e projetos de forma contínua;
- Incentivo as instituições do Terceiro Setor registradas nos CMAS através de convênios.

11.3.10. Propostas – Assistência Social

- Construção de um centro de referência da criança e do adolescente para o Serviço de Convivência e Outros Programas;
- Construção de sedes para CRAS, CREAS, e Clínica Multiprofissional;
- Pactuar convênios com o Estado e a União para a construção dos equipamentos;
- Reforma ou aluguel de novos espaços;
- Participação na Construção da nova sede da APAE;
- Apoio ao programa federal bolsa família;
- Construção de um centro de convivência para idosos;
- Implantação de uma Creche para idosos;



- Elaboração do Regime Interno em parceria com os conselhos municipais;
- Contratação de profissionais via concurso público;
- Realizar reuniões com a rede para discutir possíveis soluções para os problemas existentes;
- Implementar equipe de referência para a oferta de serviços itinerante a população dos distritos e da zona rural;
- Criação de grupos e/ou reuniões periódicas com os familiares dos atendidos;
- Contratação de novos assistentes sociais e psicólogos;
- Pactuar convênios até o final de dezembro para o ano sequencial contemplado convênios de janeiro a dezembro;
- Fomentar Protocolos de Atendimento, Regimentos Internos e demais planos que garantam eficácia e eficiência nos equipamentos/instituições;
- Participação financeira para realização da caõminhada em Marialva;
- Aquisição de terreno e construção de um abrigo provisório para animais abandonados;
- Aquisição de terreno e construção de uma casa de apoio/ casa de passagem para abrigar pessoas carentes e moradores de rua;
- Construção de um novo espaço para o Projeto Ação Jovem;
- Propor uma parceria do município com a Casa de Recuperação (privada) para atender dependentes químicos.

11.3.11. Diretrizes – Habitação

- Buscar junto ao Governo do Estado e a União recursos para o desenvolvimento e implantação de projetos, bem como para a construção de habitações de interesse social;
- Promover política adequada à habitação de interesse social;
- Conscientizar a população das áreas adequadas ou não para construção de edificações;



- Promover a toda população moradia digna, ou seja, com qualidade construtiva, com custo justo, provida de infraestrutura, com acesso à fonte de trabalho e aos serviços públicos básicos de educação, saúde, cultura e segurança.

11.3.12. Propostas – Habitação

- Edificação e reforma de habitação na zona rural;
- Aquisição de terreno para edificação de moradias populares;
- Edificação e/ou reforma de moradias populares na zona rural;
- Criação de novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
- Construção de condomínio do idoso;
- Elaborar Plano de Regularização Fundiária;
- Construção de casas para pessoas em situação de vulnerabilidade social (situação de rua, invasão, áreas de risco, moradia precária);
- Revisão do Plano local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

11.3.13. Diretrizes – Segurança Pública e Defesa Civil

- Implementar política de descentralização e participação comunitária no sistema de segurança pública;
- Desenvolver ações visando à alteração dos fatores geradores de insegurança e violência;
- Promover gestões junto ao Governo do Estado, no sentido de obter equipamentos e efetivo policial compatível com as necessidades do Município;
- Garantir condições adequadas de segurança e proteção ao cidadão e ao patrimônio público e privado;
- Promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem, de maneira funcional, eficiente e integrada entre os órgãos agentes;
- Reequipar o Corpo de Bombeiros;
- Melhorar as condições da segurança pública municipal;



- Intervir junto ao Governo do Estado para aquisição de viaturas para patrulhamento da Polícia Militar.

11.3.14. Propostas – Segurança Pública e Defesa Civil

- Promover gestões junto ao Governo do Estado, no sentido de obter equipamentos e efetivo policial compatível com as necessidades do Município;
- Identificar, junto aos moradores das áreas consideradas de risco, acessos possíveis para caminhões de coleta de lixo, transportes coletivos e serviços essenciais, como ambulâncias e corpo de bombeiros, e carros pequenos, no caso de emergências e sinistros.
- Aquisição de equipamentos, máscaras e uniformes para os agentes da defesa civil;
- Aquisição de ambulância para o corpo de bombeiros;
- Aquisição de equipamentos e novas tecnologias para segurança;
- Instalação de câmeras de segurança pública;
- Aquisição de veículos para viaturas;
- Criação da Guarda Municipal e Guarda Escolar.

11.3.15. Diretrizes – Serviços Funerários e Cemitérios

- Promover melhorias e fiscalização nos equipamentos de serviços funerários municipais;
- Intensificar e aperfeiçoar o programa de sepultamento de interesse de famílias necessitadas;
- Aquisição de terreno para ampliação do cemitério Municipal;
- Construir Capela Mortuária na Sede Municipal, distritos e bairros para atender as comunidades desta localidade e adjacências.

11.3.16. Propostas – Serviços Funerários e Cemitérios

- Aquisição do Terreno para ampliação do cemitério municipal;



- Revitalização e Reforma do cemitério da sede do município e distritos;
- Construção de Capela Mortuária na Vila Antonio;
- Construção de Capela Mortuária nos Distritos de São Luiz e Santa Fé do Pirapó;
- Construção da Capela Mortuária dos Distritos Cambuí e Aquidaban;
- Ampliação da Capela Mortuária da Sede;
- Construção de um banheiro com acessibilidade no necrotério municipal;
- Construção de banheiros e instalação de energia elétrica no cemitério de Cambuí.

11.4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Com o objetivo de acompanhar e implementar as diretrizes e Propostas elencadas no Plano Diretor faz-se necessária a organização das instituições governamentais que promovam o desenvolvimento institucional, fomentada pelos instrumentos de democratização da gestão urbana, baseados nos princípios fundamentais da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade.

11.4.1. Diretrizes

- Incentivar e fortalecer a participação popular;
- Garantir o treinamento, reciclagem e a melhoria da qualidade e da produtividade do seu quadro técnico;
- Readequar o sistema de informação e de Planejamento;
- Implantar o processo de modernização e reestruturação do sistema de administração municipal, através da atualização cadastral, da base tributária e informatização, com o recadastramento imobiliário; bem como com a atualização da planta de valores imobiliários, a fim de ampliar a arrecadação fiscal e a oferta de serviços - programa de modernização da administração tributária e da gestão dos setores sociais básicos (PMAT);



- Adaptar e ajustar a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal e disponibilizar os equipamentos tecnologia adequada (softwares instrumentos etc) e recursos humanos;
- Adquirir veículos para o atendimento do poder executivo;
- Adquirir equipamentos destinados aos serviços de manutenção dos prédios públicos.

11.4.2. Propostas

- Instalação de wi-fi grátis nas praças e repartições públicas;
- Aquisição de um veículo utilitário;
- Aquisição de veículo e equipamentos para fiscalização;
- Aquisição de um veículo oficial;
- Aquisição de equipamentos de informática para administração.

11.5. DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO FÍSICO TERRITORIAL

O Desenvolvimento e Ordenamento Físico Territorial dependem do instrumento de indução territorial e ordenação do Município, levando em conta a distribuição atual dos usos do solo, as densidades demográficas, a infraestrutura, os equipamentos urbanos e comunitários e o controle e a preservação do meio ambiente, considerando todas as regiões e suas características particulares para o processo de planejamento territorial. Sendo assim, cada região ou área possui uma diretriz dentro do planejamento territorial, definida através do:

- Macrozoneamento - Municipal e Urbano;
- Perímetro Urbano;
- Sistema Viário - Municipal e Urbano.

11.5.1. Diretrizes

- Garantir a melhoraria na sinalização das vias urbanas;
- Adequar os passeios e áreas públicas à norma NBR 9050 - acessibilidade universal;



- Instalar semáforos na cidade com o objetivo de melhorar a sinalização de trânsito nos locais de grande fluxo de veículos;
- Desenvolver planos de circulação viária para Marialva e distritos que contemple: identificação e detalhamento dos pontos que apresentam conflitos no fluxo de circulação, verificando solução viária e adequação geométrica para entroncamentos da malha urbana e travessia de pedestres; reorganização do sistema viário urbano, através da hierarquização das vias (estruturais, arteriais, coletoras e locais); desenvolvimento de programa ciclovitário municipal que permita a utilização segura da bicicleta como meio de transporte e lazer, através da implantação do plano ciclovitário para a cidade juntamente com a elaboração de normas, regras e campanhas educativas para sua correta utilização; regulamentação de espaços e vagas para estacionamento de motocicletas e bicicletas; reestruturação do trânsito; regulamentação da circulação de veículos pesados dentro do perímetro urbano e de carroceiros no centro da cidade; revisão da localização e número de vagas para estacionamento no quadro central e nas principais vias da sede municipal (estacionamento regulamentado); adaptação do sistema de lombadas de acordo com as normas do conselho nacional de trânsito - COTRAN; implementação do sistema de remodelação, ampliação e manutenção da sinalização viária vertical e horizontal no perímetro urbano, visando pintura de faixas para pedestres, implantação de sinais eletrônicos, implantação de placas de trânsito e identificação de ruas, setores, números de residências, comunidade rurais, monumentos, instituições públicas, praças, parques áreas de proteção ambiental e de passagem de animais silvestres, sinalização de localização de pontes, etc.; Regulamentação que discipline modelo padronizado para os passeios públicos (edificação e readequação), levando em consideração a utilização da calçada ecológica, o tipo de pavimentação, acessibilidade às pessoas com deficiências ou necessidades especiais. Mobiliário urbano e arborização; implantação de mobiliário urbano adequado;



execução de obras de recuperação e recapeamento de vias urbanas já pavimentadas da sede e distritos, conforme as diretrizes e proposições de infraestrutura - drenagem e pavimentação.

11.5.2. Propostas

- Adequação de Prédios Públicos para cadeirantes e deficientes visuais;
- Instalação de semáforos com emissão de som para deficientes visuais;
- Aquisição de Mobiliário;
- Projetos de infraestrutura turística e implantação de ciclovias.

12. INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

O presente tópico tem como objetivo definir instrumentos urbanísticos - dentre os previstos no Estatuto da Cidade e outros, como concessão especial para fins de moradia, concessão do direito real de uso, demarcação urbanística - que devem ser utilizados para intervir na realidade local conforme as diretrizes para o (re) ordenamento territorial, visando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

12.1. INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

São aqueles que possibilitam uma intervenção mais concreta e efetiva do poder público no desenvolvimento urbano da cidade, instrumentos estes instituídos pelo Estatuto da Cidade.

12.1.1. Outorga Onerosa do Direito de Construir

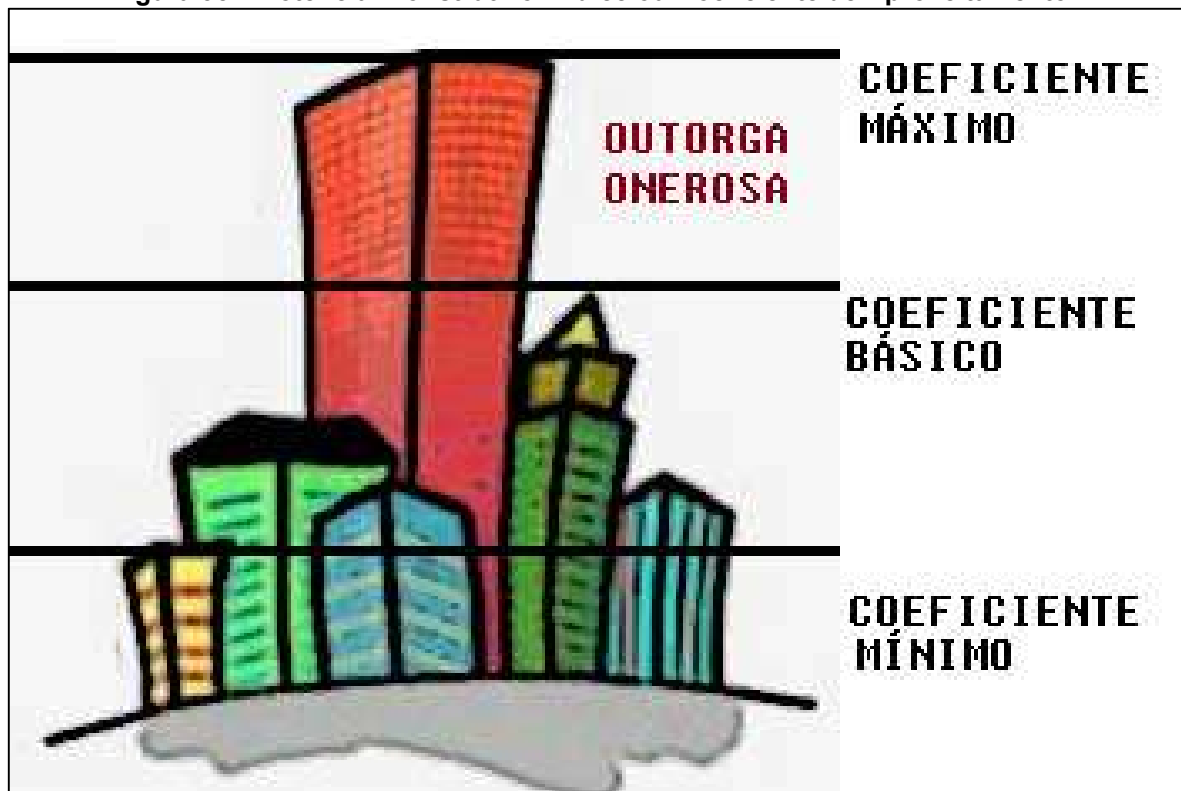
Permite ao proprietário de um terreno, mediante pagamento ao poder público, edificar acima do Coeficiente de Aproveitamento Básico até o limite do Coeficiente de Aproveitamento Máximo previsto para o zoneamento em que o terreno

se insere. O exercício do direito de construir adicional, adquirido através da outorga onerosa do direito de construir, é estabelecido a partir do coeficiente de aproveitamento de cada macrozona ou unidade territorial onde será utilizado, não podendo ultrapassar o coeficiente máximo determinado para a área em questão.

O direito de construir adicional passível de ser obtido mediante outorga onerosa será limitado:

- Nos lotes, pelo coeficiente de aproveitamento máximo definido para as respectivas zonas, unidades, área de operação urbana consorciada ou área de projeto especial;
- Nas macrozonas, parte delas ou unidades territoriais destas, nas áreas de operação urbana consorciada e nas áreas de projetos especiais, pelo estoque de direito de construir adicional.

Figura 35 – Potencial Construtivo: índice ou Coeficiente de Aproveitamento.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades.

12.1.2. Operações Urbanas Consorciadas

É o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público, com a participação de agentes públicos ou privados (proprietários, moradores,



usuários, investidores), com o objetivo de viabilizar reurbanização, melhorias e valorização ambiental de algumas áreas da cidade, implantação de programas habitacionais e equipamentos públicos.

A lei específica que aprovar a operação consorciada deverá constar, no mínimo:

- Definição da área a ser atingida;
- Programa básico da ocupação da área;
- Programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;
- Finalidade da operação;
- Estudo prévio de impacto de vizinhança;
- Contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios;
- Forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.

12.1.3. Direito de Preempção

Confere ao poder público municipal, em determinadas situações, o direito de preferência para adquirir, mediante compra, um imóvel urbano que seja colocado à venda pelo proprietário.

O Direito de Preempção é exercido em áreas predefinidas quando o poder público necessita de áreas para regularização fundiária, execução de programas habitacionais de interesse social, ordenamento e direcionamento da expansão urbana, implantação e criação de equipamentos públicos de lazer e áreas verdes, criação de unidades de conservação ou proteção de áreas de interesse ambiental e proteção de áreas de interesse histórico ou paisagístico.

12.2. A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

A propriedade urbana e rural cumpre sua função social quando atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos:



- Suprimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, o acesso universal aos direitos sociais e ao desenvolvimento econômico;
- Compatibilidade do uso da propriedade com a infraestrutura, com os equipamentos e os serviços públicos disponíveis;
- Compatibilidade do uso da propriedade com a conservação dos recursos naturais, assegurando o desenvolvimento econômico e social sustentável do Município;
- Compatibilidade do uso da propriedade com a segurança, o bem-estar e a saúde de seus usuários.

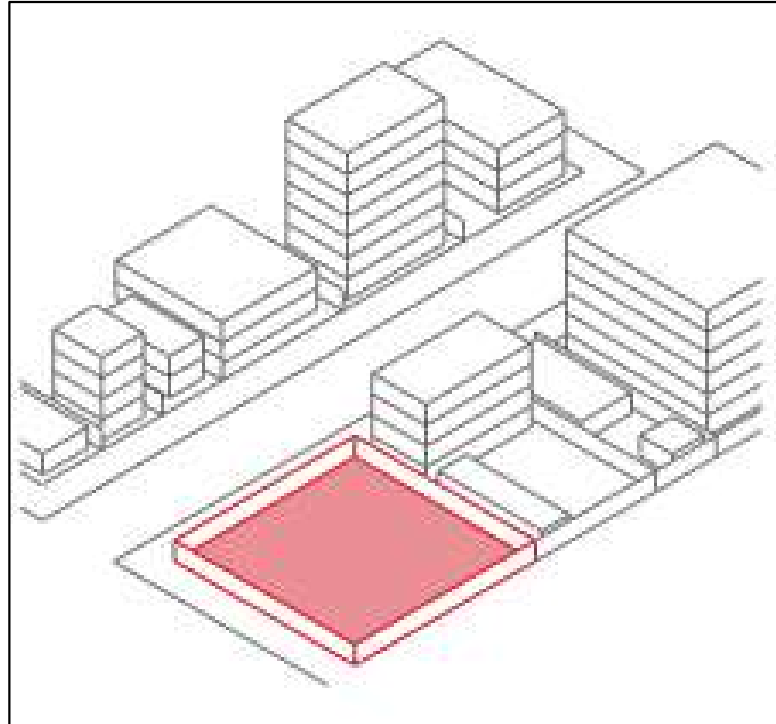
O Imóvel que não cumpre função social está sujeito à aplicação sucessiva de três instrumentos urbanísticos:

- I. Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios;
- II. Imposto Predial Territorial Urbano Progressivo no Tempo;
- III. Desapropriação mediante pagamento em títulos da dívida pública.

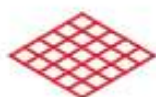
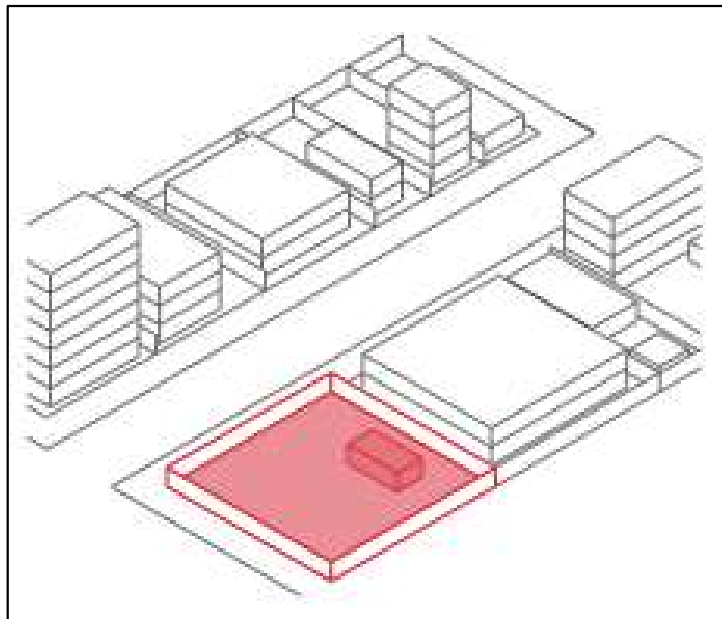
12.2.1. Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios

Confere ao poder público o poder de determinar condições e prazo para que ocorra o parcelamento, edificação e utilização de imóvel urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, visando ao cumprimento de sua função social.

Imóvel não edificado (Coeficiente de Aproveitamento = 0):



Imóvel subutilizado (Coeficiente de Aproveitamento inferior ao mínimo):



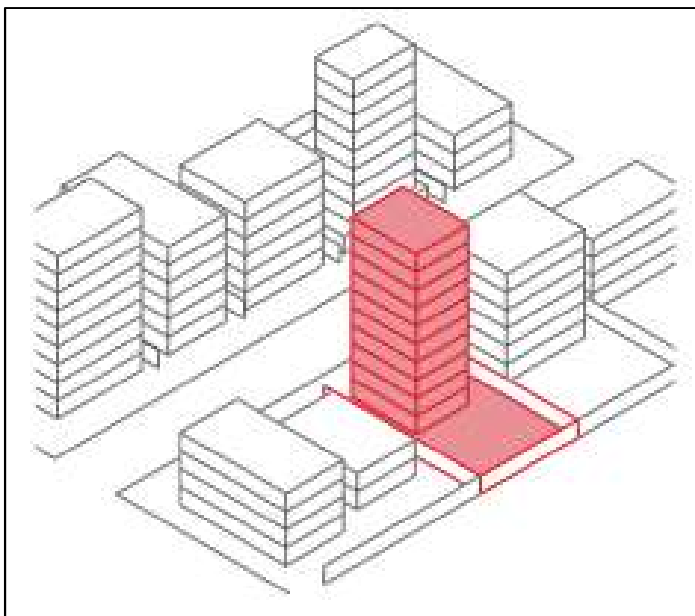
necessário
PARCELAR

e / ou



necessário
EDIFICAR

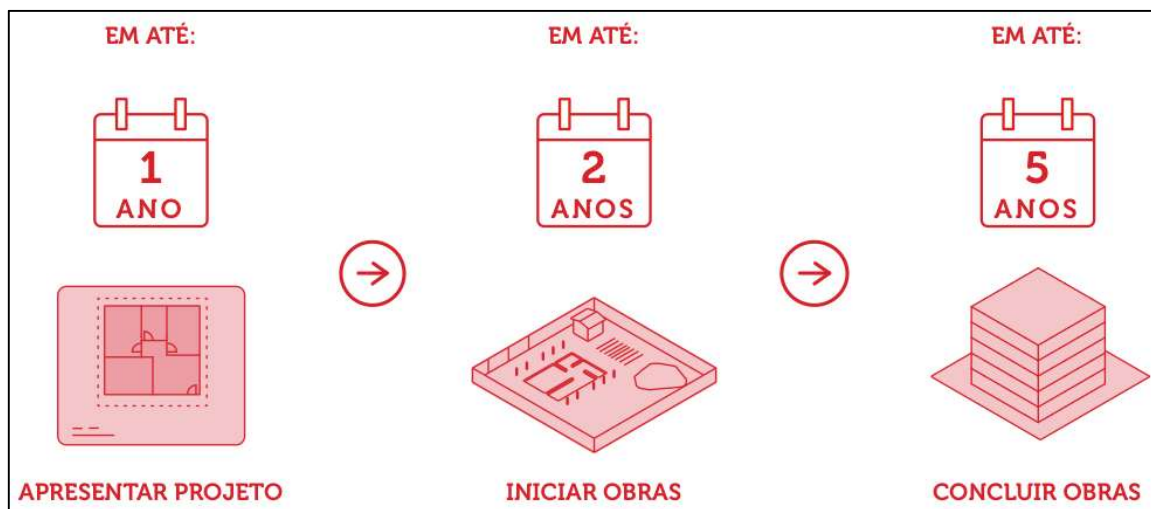
Imóvel não utilizado (no mínimo 60% de sua área construída desocupada há mais de um ano):



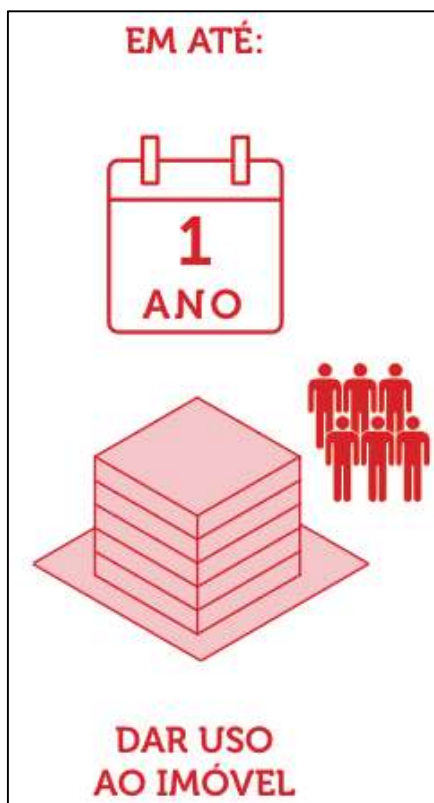
necessário
UTILIZAR

Para induzir o uso dos imóveis ociosos, a prefeitura notificará os proprietários que terão os seguintes prazos para cumprir a função social da propriedade:

Para imóveis não edificados ou subutilizados:



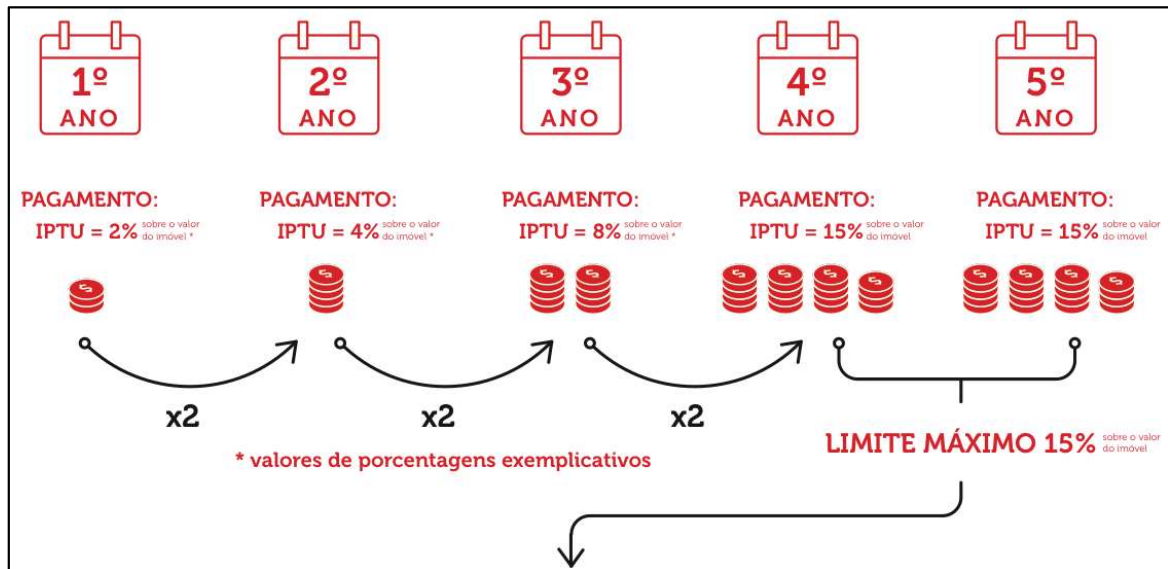
Para imóveis não utilizados:



Caso o proprietário não cumpra com as obrigações e os prazos a prefeitura passará a aplicar o IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO.

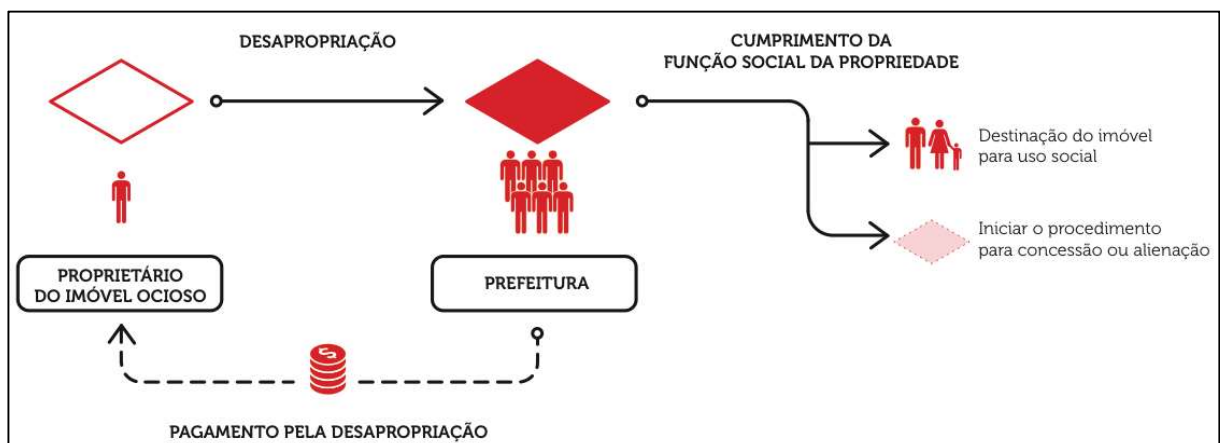
12.2.2. Imposto Predial Territorial Urbano Progressivo no Tempo

Enquanto o proprietário do imóvel não se adequar as obrigações para que seu imóvel cumpra a função social da propriedade o seu IPTU irá aumentar anualmente:



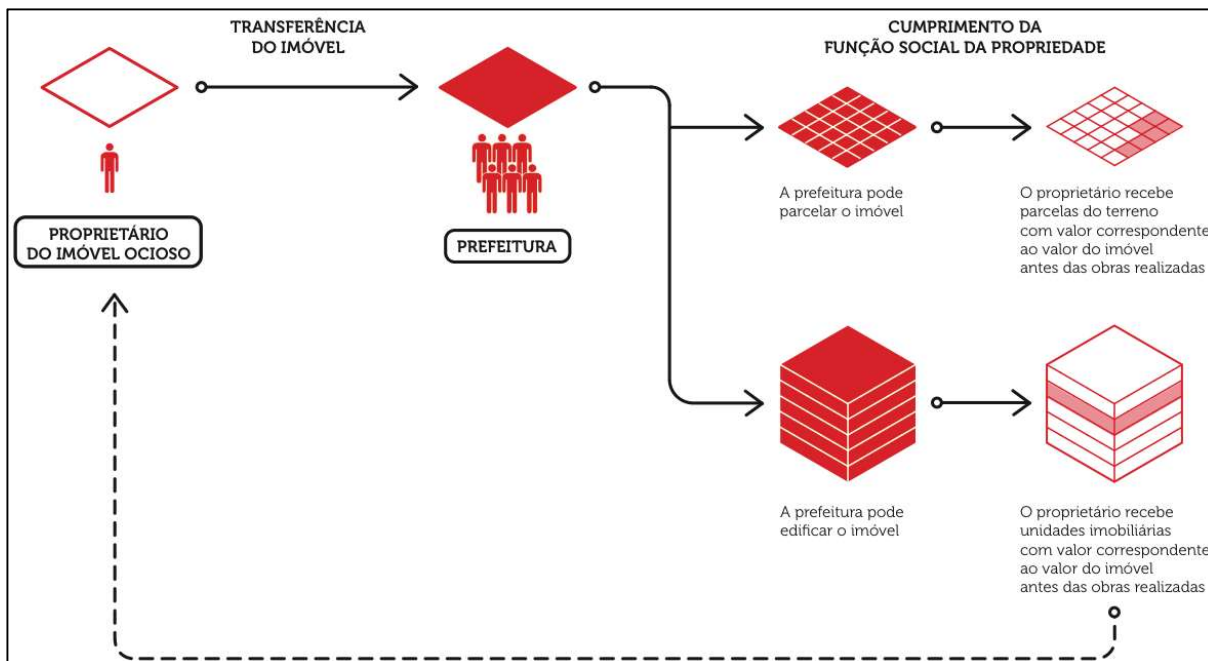
Caso o imóvel permaneça ocioso passados 5 anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo a prefeitura poderá desapropriar o imóvel mediante pagamento em títulos de dívida pública.

12.2.3. Desapropriação mediante pagamento em títulos da dívida pública



A qualquer momento o proprietário do imóvel ocioso poderá propor à prefeitura uma parceria denominada Consórcio Imobiliário.

12.2.4. Consórcio Imobiliário



12.2.5. Da regularização fundiária

A promoção da regularização urbanística e fundiária nos assentamentos e construções precárias no Município será apoiada em ações de qualificação ambiental e urbana e de promoção social, podendo para tanto o Executivo Municipal aplicar os seguintes instrumentos:

- concessão do direito real de uso;
- concessão de uso especial para fins de moradia;
- assistência técnica urbanística, jurídica e social, em caráter gratuito para a hipótese de usucapião especial de imóvel urbano;
- desapropriação.

O Executivo Municipal, visando equacionar e agilizar a regularização fundiária deverá articular os diversos agentes envolvidos nesse processo, tais como os representantes do:

- Ministério Público;



- Poder Judiciário;
- Cartórios de Registro;
- Governo Estadual;
- Grupos sociais envolvidos.

12.2.6. Do Estudo de Impacto de Vizinhança

Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privadas ou públicas, situadas em área urbana, que dependerão de prévia elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Executivo municipal.

As atividades definidas como Polo Gerador de Tráfego, Polo Gerador de Risco, Gerador de Ruído Diurno e Gerador de Ruído Noturno estão incluídas entre as que dependerão de elaboração do EIV e do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento.

O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo na análise, no mínimo, as seguintes questões:

- Adensamento populacional;
- Equipamentos urbanos e comunitários;
- Uso e ocupação do solo;
- Valorização imobiliária;
- Geração de tráfego e demanda por transporte público;
- Ventilação, iluminação e poluição sonora;
- Paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis, para consultas no órgão competente do Poder Público Municipal, para qualquer interessado.

A elaboração do EIV não substitui a elaboração e aprovação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.



4^a FASE: PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM



INTRODUÇÃO

O Plano de Ação e Investimentos (PAI) trata-se do indicativo das ações e projetos que terão prioridade na implementação do Plano Diretor Municipal (PDM), com a hierarquização de investimentos em infraestrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais.

Nele serão apresentadas as estimativas de custos aproximados de instalação e implantação dos programas e projetos para os próximos 5 (cinco) anos e a compatibilidade destes custos com a projeção orçamentária, análise da futura capacidade de investimento e de endividamento do Município, bem como as verbas que poderão advir de ações políticas com obtenção de recursos a fundo perdido.

No PAI Municipal são elencadas as propostas para as áreas prioritárias de atuação. É fruto das análises comunitárias e técnicas e está dividido em medidas urbanísticas de cunho concreto, diretrizes políticas norteadoras da legislação do PDM e de suas leis complementares, órgãos da administração municipal envolvidos nestas ações, e entidades públicas a quem a administração poderá buscar apoio.

A elegibilidade das ações e projetos prioritários deu-se através de um intenso debate dos problemas e potencialidades encontradas no território municipal e, neste processo de discussão, os principais atores foram: Equipe Técnica Municipal do PDM, Comissão de Acompanhamento do PDM, Administração Municipal, Legislativo Municipal, Equipe Técnica da Consultoria e, fundamentalmente, a comunidade em geral em seus diversos segmentos representativos (Conselhos, Associações, EMATER, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, entre outros), sempre sob a supervisão dos técnicos do Serviço Social Autônomo - SEDU/PARANACIDADE.

Para definição do número de projetos prioritários adotou-se o critério de estabelecer as principais ações para cada tema de intervenção, respeitou-se para tanto, o período dos próximos cinco anos, levou-se em consideração os seguintes indicadores: Construção e consolidação da estrutura urbana proposta pelo PDM; Melhoria nos índices sociais e econômicos; Modernização da administração, com redução de custos, melhoria na qualificação e produtividade e agilidade no atendimento da população local.

A análise da capacidade de investimento envolve o ocorrido nos exercícios de 2010 a 2015 e a projeção do que poderá ocorrer nos anos de 2016 a 2020, demonstra-



se a provável evolução das receitas e despesas e o que poderá ser gasto em termos de dispêndio, com investimentos, encargos e amortizações.

Várias medidas apontadas na construção do PDM poderão ser tomadas sem custos adicionais aos que o Município já possui, bastando apenas adotar medidas administrativas de forma a racionalizar e aperfeiçoar procedimentos e ações, especialmente na área institucional, isso dará mais agilidade e eficiência à máquina administrativa.



PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

No Plano de Ação e Investimentos Municipal estão descritas as propostas para as áreas prioritárias de ação. Os principais temas de intervenção são: Proteção e Preservação Ambiental, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico-social, Desenvolvimento Institucional, Desenvolvimento e Ordenamento Físico-territorial.

As ações apresentadas compõem as propostas do PDM é resultado de discussões com equipe técnica municipal e comissão de acompanhamento, bem como levantamento dos anseios da comunidade.

O tempo de execução das propostas está embasado conforme a prioridade de investimento, considerando-se em cada proposta sua abrangência social e seu efeito multiplicador nos diferentes segmentos que compõem a política de desenvolvimento do PDM, com objetivo de alcançar melhor aproveitamento dos investimentos e aumento da produtividade nos serviços públicos, o que resulta na melhoria dos indicadores sociais e econômicos.

Desta forma, as ações foram classificadas anualmente, estimados os valores para a execução das Medidas Urbanísticas e Políticas a serem realizadas, bem como apontadas possíveis fontes de recursos a quem a administração pública poderá recorrer, tanto para financiamento quanto para desenvolver projetos a fundo perdido.



13. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Um dos princípios constitucionais fundamentais norteadores do PDM é a garantia do direito às cidades sustentáveis. O princípio de desenvolvimento sustentável passou a ser um componente fundamental do desenvolvimento territorial (urbano e rural), pelo qual os seres humanos e suas futuras gerações são o centro das preocupações e têm o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

No PDM de Marialva, a proteção e preservação ambiental tornam-se a base do desenvolvimento municipal, interfere não apenas nas ações diretas, tais como intervenção na fauna, flora e recursos hídricos, como também na definição de uso do solo, nas ações para saneamento ambiental e infraestrutura urbana e rural.

13.1. ASPECTOS AMBIENTAIS

Considerar o ambiente como elemento fundamental do sistema de planejamento territorial é o caminho para o efetivo desenvolvimento sustentável. Para tanto, a criação e a implantação de processos e sistemas legais de regulamentação das questões ambientais no território municipal são necessárias para a preservação e revitalização de área de preservação permanente, execução de pavimentações poliédricas em estradas rurais e vicinais do município, infraestrutura em edificações públicas para ocupações municipais, paisagismo e embelezamento dos acessos e praças dos distritos e sede. O monitoramento e a fiscalização fazem parte desse processo.

Promover o controle de fundos de vale e APP's em locais da sede e distritos municipais, com o intuito de preservar os recursos hídricos e naturais do município.

Readequar estradas vicinais, restaurar bueiros e realizar recapeamento asfáltico.

Realizar obras de infraestrutura no parque da uva, para que possa ser realizado eventos de exposição dos produtores da região e festa da uva fina.

Elaborar projetos para revitalizações em praças, realizar recuperação assim quando necessário, para proporcionar aos moradores dos distritos e visitantes uma boa recepção.



Aquisição de equipamentos para a continuidade dos trabalhos realizados no Ecoponto e revitalização e remodelação das praças municipais e dos distritos.

13.2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

Considerar a proteção e preservação ambiental, sabendo-se que a infraestrutura urbana interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas e no meio ambiente. A falta de infraestrutura, de pavimentação e drenagem em alguns bairros, áreas degradadas pela destinação incorreta do lixo domiciliar, resíduos de construção civil e a inexistência de esgoto em alguns domicílios são fatores que potencializam a degradação ambiental.

Investimentos em saneamento (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta de resíduos, etc.), pavimentação e drenagem diminuem a incidência de doenças e internações hospitalares e evitam o comprometimento dos recursos hídricos do município, principalmente quando se trabalha com sistemas eficazes. O SAEMA é o atual responsável pela prestação destes serviços no município e a proposta do PDM é manter a qualidade da água e sua distribuição, ampliando a rede de coleta e tratamento de esgoto, assim como o número de ligações domiciliares efetivas.

Quanto à infraestrutura de pavimentação e drenagem, existem problemas de alagamentos nas áreas mais baixas do território municipal. Entre as potencialidades a serem exploradas para a resolução destes problemas, além da adaptação da rede existente nos pontos mais críticos, está a implantação de rede de drenagem nas áreas ainda não abastecidas por este serviço, está a utilização de “pavimentos ecológicos” (permeáveis), tais como pisos intertravados, aliada à implantação da “calçada ecológica”, como meio de ampliar a absorção, reduzir o volume e a velocidade da água que percorre a rede de captação pluvial, diminuir o impacto nos emissários e naturalmente os problemas de alagamento e erosão.

A pavimentação em piso intertravado poderá ser utilizada em vias locais de pouca circulação, onde será menos exigida em relação ao tráfego de veículos pesados. Além disso, possui baixo custo de confecção/execução e relativa facilidade de manutenção.



13.3. COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS

Com o intuito de acabar com a destinação irregular dos resíduos, será colocado containers em locais estratégicos de estradas e distritos afastados da sede.

A substituição e colocação de novas lixeiras em pontos estratégicos da rodoviária também serão executadas. Assim como adquirir equipamentos necessários à manutenção da limpeza pública, incluindo áreas rurais.

Com a geração de entulhos gerados com estas novas coletas, será necessário à construção do aterro sanitário.

13.4. DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO

Com a grande quantidade de loteamentos novos, que vão ligando suas redes em redes existentes, sobrecarrega a adutora existente que foi calculada para conseguir absolver tal quantidade, sendo necessária a execução de uma nova adutora com tubos de maiores dimensões, porém a falta de recursos para a implantação de uma nova adutora para captação de águas pluviais, a implantação de grades nas bocas de lobo foi a solução prévia mais viável para resolver tal problema.

Nos casos de loteamentos antigos, se faz necessário a construção de galerias de águas pluviais, assim como dissipador de energia.

Construção, pavimentação, drenagem de águas pluviais e, caso necessário, construção do dissipador de energias das vias marginais paralelas à Avenida Cristóvão Colombo e BR - 376.

Recapeamento/readequação/calçamento, de ruas da sede e distritos, estradas vicinais municipais e carregadores, melhorando assim o acesso dos moradores de áreas rurais até a sede municipal.

Construção de viadutos, ou trincheiras, em locais onde a linha férrea divide jardins, bairros e glebas, visando a melhor fluência dos munícipes pelos bairros.

Construção de pistas de caminhada e ciclismo na sede e nos distritos.

13.5. ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA



O fornecimento de energia elétrica e de iluminação das vias está diretamente ligado às questões de segurança pública, onde o rebaixamento das luminárias e manutenção das mesmas é de total importância.

13.6. SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Apesar dos serviços funerários funcionarem relativamente bem em Marialva, sabe-se que o Cemitério Municipal não possui espaço para a demanda atual. Portanto, é necessário prever reformas no sistema funerário, adaptações nas dependências do cemitério existente e regulamentação legal e cadastral localizados na sede ou distritos, bem como a aquisição de área e contratação de projeto adequado para a ampliação e/ou implantação do novo Cemitério Municipal como o novo cemitério vertical. Construção de capelas mortuárias em distritos e bairros afastados do centro. Considerando as exigências do IAP, CONAMA e resolução nº. 27/2003 - Da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), considerando as questões relacionadas à saúde pública.

14. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL

As possibilidades de inserção no processo produtivo são, indiscutivelmente, o fator de maior influência na qualidade de vida da população. Na estrutura do mercado de trabalho estão expressas não só essas possibilidades, como as indicações da dinâmica produtiva que impulsiona a economia dos municípios. Quanto à oferta de serviços sociais, registraram-se, nos últimos anos entre os Municípios paranaenses, melhorias nas condições de saúde, educação e saneamento, entretanto, os serviços ainda registram deficiências significativas, demonstrando a necessidade de uma reestruturação.

O conceito de desenvolvimento entendido neste PDM não se restringe apenas ao crescimento econômico que pode ser avaliado tendo como indicador o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do Município ou a renda *per capita* da sua população. O desenvolvimento pretendido envolve tanto as questões ambientais e econômicas quanto sociais, que incluem moradia, nutrição, saúde, educação e assistência social com ações correlacionadas. São prioritárias para o desenvolvimento econômico, as ações que promovam a formação educacional da população de Marialva bem como



que ofereçam suporte e apoio às micro e pequenas empresas locais e formação de cooperativas como forma natural de geração de renda aos grupos excluídos do mercado.

14.1. SOCIAL

Devido à dinâmica demográfica de Marialva, que apresenta tendência de crescimento populacional, propõe-se a implantação de novos equipamentos públicos para garantir o atendimento educacional, cultural, de esporte, lazer e recreação, bem como de assistência social e saúde pública da população, assim como a adequação dos equipamentos existentes às Normas de Acessibilidade Universal (NBR 9050 da ABNT).

O déficit habitacional deve ser abordado como o não atendimento da demanda habitacional na condição atual de mercado. Com base nisso, as ações relacionadas à habitação devem ser efetivas, com a realização de levantamento do número de pessoas que necessitam de moradia em Marialva e da sucessiva construção de unidades habitacionais, seja através de programas governamentais, de iniciativa privada e/ou cooperativas.

Quanto à segurança da comunidade, é necessário que o Poder Público Municipal busque, junto ao órgão competente Estadual e Federal, recursos para a intensificação de programas de policiamento ostensivo, visando à redução da violência e proteção das populações mais atingidas por furtos, roubos, tráfico de drogas, entre outros.

Levando-se em consideração o diagnóstico social do município de Marialva (PDM), deve-se considerar que as ações correntes de formação básica e qualificação profissional, da moradia social, do suporte à saúde e ao aperfeiçoamento físico-orgânico, todas compreendidas no âmbito das competências municipais, provavelmente não bastarão para dar ao desenvolvimento do município a velocidade capaz de equilibrá-lo em relação ao crescimento das demandas. Tudo indica que devam ser equacionadas ações e programações especiais, e mesmo, emergenciais, ao lado das correntes, voltadas expressamente à revisão das tendências de agravamento dos indicadores econômico-sociais, considerando aspectos que os envolvem, tais como: infraestrutura, ambiente sustentável e ordenamento territorial.



14.2. AGROPECUÁRIA

Implantação de um centro de pesquisa em viticultura para o estudo dos produtos produzidos no meio rural juntamente com projetos voltados a institutos de pesquisa e extensão rural, e posteriormente a instalação de um centro de comercialização destes produtos;

14.3. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Implantação de uma clínica de reabilitação para dependentes químicos.

Construção de um centro de referência da criança e do adolescente para Programas destinados a jovens e adolescentes, assim como aquisição de áreas físicas para programas como PETI, CRAS, CREAS, APAE, educação de jovens e adolescentes, clinica multiprofissional, CAPS e ETC., também a construção de um abrigo para menor infrator e albergue que será utilizado como casa de transição de moradores de rua.

Iniciar a reforma em prédios estaduais ou da união que são utilizados como secretarias da prefeitura, como a agencia do trabalhador.

Auxilio com os programas federais, como o programa bolsa família.

Adquirir equipamentos para a academia da terceira idade com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos idosos através da pratica esportiva.

14.4. CULTURA

Garantir o acesso e o incentivo à Cultura através da construção de novos locais para recreação como playgrounds e A.T.I.'s na sede (bairros e centro), e distritos municipais, contratação de profissionais habilitados para o setor municipal, coordenando os exercícios; da identificação, preservação e recuperação do Patrimônio Histórico; do desenvolvimento de atividades culturais como construção de um planetário, museu de história do município, mirante, entre outras.

14.5. DEFESA CIVIL



A atuação da Defesa Civil tem como objetivo reduzir a incidência de desastres e compreende ações de prevenção, planejamento e preparação para enfrentamento de emergências, assim como de resposta aos desastres e de reconstrução, e se dá de forma multi setorial e nos três níveis de governos – federal, estadual e municipal - com ampla participação da comunidade. O objetivo da Equipe Municipal de Defesa Civil é de garantir a segurança da comunidade em geral. Para a realização deste serviço é necessário o auxílio do município com aquisição de equipamentos, mascaras, uniformes para os agentes da defesa civil.

14.6. EDUCAÇÃO

No setor da educação, as principais ações estão relacionadas à garantia de acesso à educação e à qualificação profissional, da democratização do ensino através do processo participativo, estimulando a permanência do aluno na escola e garantindo a equidade educacional.

É importante garantir que os cursos ofertados estejam conectados com a necessidade do mercado de trabalho de Marialva e da região metropolitana, que sejam preferencialmente gratuitos ou que ofereçam bolsas auxílio aos alunos carentes, com a compra de ônibus para o transporte escolar, com a construção de novas creches e escolas de educação infantil localizados em jardins afastados ou distritos municipais, assim como reforma e ampliação das creches e escolas existentes, construção de quadras cobertas para recreação, assim como a aquisição de equipamentos e aparelhos, tanto para a escola assim como para o transporte escolar.

Aquisição de áreas físicas para implantação de cursos superiores, ou cobertura de quadras já existentes para o auxílio dos alunos de educação infantil ou fundamental.

14.7. ESPORTE E LAZER

No setor de esporte e recreação, deve-se garantir aos cidadãos acesso a atividades esportivas, de lazer e recreação como meio de incrementar a qualidade de vida das comunidades, através da reestruturação do sistema no município, do desenvolvimento da proposta de esporte educacional, da realização de maior número de atividades físicas de lazer e recreação, da promoção de eventos esportivos de



competição como a implementação e incentivo financeiros nos centros esportivos municipais existentes e construção de um complexo esportivo municipal e do estímulo à prática de esportes por pessoas com necessidades especiais e da terceira idade.

Devido à carência de áreas verdes e de lazer, deverão ser priorizadas obras de recuperação e implantação de equipamentos e novos locais de recreação como implementação de A.T.I. em praças dos distritos, bairros e sede municipal, parques e bosques, reforma de ginásios de esportes e quadras poliesportivas existentes tanto da sede quanto entre outros.

14.8. HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Em função da previsão de crescimento populacional no município de Marialva, apoiada na proximidade à Maringá (região metropolitana) e no incremento do setor industrial, será necessária a implantação de política habitacional adequada e direcionada à aquisição da casa própria, além da ampliação da oferta de lotes urbanizados.

Observa-se a necessidade de promover o Desenvolvimento da Política Habitacional Municipal através da busca de alternativas junto ao Governo Estadual e Federal para a implantação de programas e projetos habitacionais, contando com auxílio da iniciativa privada, conselhos, cooperativas habitacionais, entre outros, visando a universalização do acesso à moradia digna, reduzindo o déficit habitacional já nos dez primeiros anos de implantação do PDM (ações contempladas neste documento - PAI), tanto nas áreas urbanas quanto no espaço rural. Ações como: construção e reformas de edificações na área rural, aquisição de terreno para construção de novas residências populares, tanto na sede municipal (centro e bairros), como nos distritos.

Ações efetivas como a criação do Conselho, do Fundo e do Plano Habitacional Municipal surgem como fortes instrumentos para a redução do déficit de moradias em Marialva.

14.9. SAÚDE

Deverá ser garantido à população o acesso ao atendimento qualificado no setor de saúde, através da adequação da infraestrutura e modernização dos sistemas



das unidades de saúde, bem como a construção de novas unidades básicas de saúde, academias de saúde, e aquisição de equipamentos e aparelhos. Da disponibilização de serviços básicos e da promoção de rotinas de tratamento com a compra de veículos novos, do desenvolvimento de políticas de prevenção de doenças, da ampliação da oferta de atendimento especializado como reforma e readequação da clínica da mulher, aquisição de terreno e construção de um novo pronto atendimento e hospital de pequeno porte, implantação de creche para idosos e do atendimento aos portadores de necessidades especiais, assim como incentivo à prevenção, controle e erradicação de doenças transmissíveis.

14.10. SEGURANÇA PÚBLICA

A Segurança Pública tem como objetivo, junto com o estado para aquisição de viatura para o patrulhamento da polícia militar, tanto para o corpo de bombeiros quanto para a polícia militar, assim como a aquisição de câmeras de segurança e outras tecnologias para o auxílio da patrulha. Também, a necessidade da reestruturação dos funcionários.

15. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Prefeitura Municipal deve organizar e manter atualizado um vasto acervo de informações sobre o Município, em função de suas competências constitucionais e responsabilidades sociais. O conteúdo dessas bases de dados é utilizado constantemente tanto nos serviços internos, subsidiando a elaboração das políticas públicas e a tomada de decisões, quanto no atendimento às solicitações externas. Para responder a essas demandas é necessário cruzar informações, que quase sempre estão espalhadas em diversos órgãos e arquivos, e recorrer a análises espaciais extremamente trabalhosas, dado que, de 70% a 80% das informações utilizadas na administração municipal possuem referência espacial.

Um dos grandes desafios da gestão pública é estruturar uma equipe de servidores que esteja preparada e motivada para prestar o serviço público. Ao investir na capacitação técnica e humana, a prefeitura valoriza o funcionalismo e oferece atendimento de melhor qualidade à população. Outro desafio é incrementar a fiscalização, não só tributária, mas também de obras e planejamento urbano. Além



disso, a revisão do atual Plano de Cargos e Salários deverá ser realizada, valorizando a qualificação profissional dos funcionários, assim como a revisão do atual organograma administrativo.

Caberá ao poder público implantar os instrumentos de gestão democrática, o que garante o controle social na administração da cidade, através da inclusão dos diversos setores da sociedade em debates, consultas e audiências nas análises, discussões e avaliação de planos e projetos de interesse público. Além desses instrumentos deverá implantar o Orçamento Participativo.

O primeiro ato para implementação dos processos de gestão democrática do PDM é a instituição do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

15.1. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

15.1.1. Desenvolvimento e Gestão Demográfica

Um dos fatores que auxilia na atualização do atendimento ao munícipe é a implantação de um processo de restauração e modernização do sistema de administração municipal, facilitando assim a atualização cadastral, para isso é necessário a aquisição de mobiliário e equipamentos, como de informática, com capacidade para receber estes softwares, como rede WiFi grátis, não só no paço municipal, mas também em praças e repartições públicas.

Promover a adequação de todos os prédios públicos (escolas, rodoviária, parque da uva, paço municipal e etc) para acesso às pessoas com deficiência ou necessidades especiais.

Aquisição de veículos e equipamentos para o serviço municipal e patrulha mecanizada como: máquinas (pá carregadeira, motoniveladores, caminhões, tratores e etc.), veículos para secretarias, equipamentos (máquinas e equipamentos para podas de árvores, jardinagem, serviços próprios públicos e etc).

Aquisição de local destinado a acolhimento de animais abandonados, desde de seu tratamento até a adoção.

16. ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FÍSICO – TERRITORIAL



O ordenamento e o desenvolvimento físico-territorial estão embasados nas diretrizes e proposições apresentadas no macrozoneamento e ordenamento do sistema viário. As ações previstas envolvem o controle de uso e ocupação do território, a regularização fundiária e a adaptação do sistema viário existente, baseadas nas propostas deste PDM.

Deve-se garantir o desenvolvimento físico-territorial do município e considerar a nova distribuição dos usos do solo proposta no PDM, a densidade demográfica, as infraestruturas, os equipamentos urbanos e comunitários, o controle do meio ambiente e as particularidades de cada região, sejam elas urbana ou rural.

16.1. ORDENAMENTO FÍSICO – TERRITORIAL E DO SISTEMA VIÁRIO

As ações no ordenamento físico-territorial e do sistema viário estão relacionadas diretamente às necessidades de adaptação na sinalização das vias, adequações geométricas de entroncamentos, transposições e manutenção da infraestrutura existente e desenvolvimento dos espaços físicos públicos.

O intuito deste item é realizar a infraestrutura necessária para moradores rurais, ou de loteamentos afastados do município, como construção e readequação de pontes, implantação de um novo almoxarifado com aquisição imobiliária, e infraestrutura turística como implantação de ciclovias.

Com o intuito de diminuir o acidente de trânsito, melhorar a sinalização das vias urbanas, como a construção de cancelas nas vias que cruzam a linha férrea em Marialva, redutores de velocidade e construção de faixas elevadas para pedestres defronte a todas as escolas e pré-escolas do município.

Para se manter uma padronização dos acessos dos prédios públicos e dos prédios públicos de acordo com a norma NBR-9050, como a construção de calçadas em todos os jardins onde existem área institucional sem edificações tanto na sede e distritos, adequar os prédios públicos para cadeirantes e deficientes visuais e faixa de pedestres com piso podotátil. Como também a instalação de sinaleiros com emissão de som para deficiente visual, pontos de ônibus em estradas vicinais e pontos de taxi (sede e distritos) para que os munícipes possam aguardar o transporte coletivo protegido das intempéries da natureza (Chuva e Sol).

Realizar também obras de infraestrutura no parque da uva, como a construção de um local adequado para receber um rodeio municipal.



Executar obras de abertura e/ou continuidade de vias que ligarão os jardins à zona norte e centro da sede municipal, bem como de novas vias conforme novos parcelamentos, respeitando a continuidade das vias.



17. RESUMO DOS OBJETIVOS, INDICADORES E METAS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA DAS AÇÕES PREVISTAS NO PAI

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS - MUNICÍPIO DE MARIALVA - PR								
DIRETRIZ								
1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL								
CÓDIGO	DIRETRIZES	AÇÕES / PROJETOS	METAS (prazo)				INDICADORES	SECRETARIA RESPONSÁVEL
			Curto (2 anos)	Médio (3 a 5 anos)	Longo (6 a 10 anos)	TOTAL		
1.1	Promover o controle e o congelamento da ocupação das APP próximas à sede municipal	Obras de revitalização de fundo de vale abrangendo Conjuntos, 160 casas e jardins				R\$ 265.506,25	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria do Meio Ambiente
1.2	Fortalecer a fiscalização e punição àqueles que praticam atos como poluição e descarte indevido de resíduos	Qualificar responsáveis pela fiscalização das APPs				R\$ 15.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria do Meio Ambiente
1.3	Ampliar e executar programa de recuperação de áreas ambientais	Adotar práticas conservacionistas para evitar a degradação das áreas ambientais como corredores ecológicos				Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria do Meio Ambiente
		Desenvolver e implantar área de preservação do meio ambiente para criação de um Parque Ambiental e/ ou trilha ecológica				R\$ 20.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria do Meio Ambiente
		Criar o estatuto regimentar e a implantação da agenda 21				Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria do Meio Ambiente
1.4	Instituir Política de Educação Ambiental e Programa de Educação Ambiental junto às escolas da rede pública e particular	Desenvolver e implantar programa de educação ambiental junto às escolas da rede pública e população em geral				R\$ 38.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Educação
1.5	Promover melhorias na arborização/ paisagem urbana	Elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana				R\$ 48.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
		Execução do Plano Municipal de Arborização Urbana				R\$ 90.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
		Elaborar projeto para o calçamento ecológico na área central				R\$ 500.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
1.6	Promover melhorias na gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - RSU	Proporcionar a coleta de RSU de maneira que resíduos recicláveis e resíduos orgânicos sejam coletados separadamente para melhor destinação final				R\$ 600.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
		Proporcionar melhorias na estrutura física do Eco Ponto para melhor atendimento à população				R\$ 20.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
		Proporcionar melhorias na estrutura física do Centro de Triagem e Compostagem - CTC para que assim possa processar maior quantidade de RSU				R\$ 90.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
		Proporcionar melhorias na estrutura física do Aterro Sanitário Municipal para melhor destinação final				R\$ 150.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
		Implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos				Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente



PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS - MUNICÍPIO DE MARIALVA - PR								
DIRETRIZ								
2. SERVIÇOS PÚBLICOS, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL								
CÓDIGO	DIRETRIZES	AÇÕES / PROJETOS	METAS (prazo)				INDICADORES	SECRETARIA RESPONSÁVEL
			Curto (2 anos)	Médio (3 a 5 anos)	Longo (6 a 10 anos)	TOTAL		
2.1	Construir nova célula do aterro sanitário	Construção de novas células no aterro sanitário				R\$ 265.506,25	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
2.2	Executar galerias de águas pluviais na Sede Municipal	Instalação de grades nas bocas de lobo de toda cidade				R\$ 265.506,25	Nº de grades instaladas X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Execução de galerias e/ou readequação do escoamento águas pluviais				R\$ 1.062.025,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Execução de galerias água pluviais na Avenida Padre Theo Hermann				R\$ 236.202,50	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Execução de galerias (grelhas) pluviais no Jardim Custódio 1 e 2				R\$ 106.202,50	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Construção de novas galerias no jardim São Pedro				R\$ 53.101,25	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Galerias de águas pluviais na Avenida Cristóvão Colombo do Jardim Presidente até a divisa de Município com Sarandi-PR				R\$ 129.303,75	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Execução de galerias nos locais inexistentes na sede do município.				R\$ 106.202,50	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
2.3	Executar obras de pavimentação asfáltica em diversas ruas municipais	Obras de manutenção na pavimentação asfáltica para padronização na cidade				R\$ 380.000,00	Extensão da pavimentação X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
2.4	Executar obras de pavimentação poliédrica e recapeamento na Estradas Rurais Municipais	Recape Asfáltico Rodovia Santo Volpato (Santa Fé)				R\$ 106.202,50	Extensão do recapeamento X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Obras de Pavimentação Asfáltica ou Pedras Irregulares em Estradas Vicinais				R\$ 1.593.037,50	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Pavimentação e infraestrutura na estrada que liga Aquidabam a Itambé				R\$ 86.202,50	Extensão da pavimentação X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Pavimentação e infraestrutura na estrada que liga São Miguel do Cambuí a Itambé				R\$ 86.202,50	Extensão da pavimentação X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Readequação Estradas Paraiba (MUCCI), Luiz Cabrera e José Falachi				R\$ 106.202,50	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Pavimentação com pedras irregulares no Jardim Santa Izabel, São Luiz, Rua Papa João XXIII, Prof. Paulina e Wesley Dias				R\$ 100.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
2.5	Promover a revitalização das pistas de caminhada municipais, sede e distritos	Pista de caminhada e ciclismo nos distritos de Aquidaban e São Miguel de Cambuí				R\$ 53.101,25	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Readequação das Pistas de Caminhada				R\$ 265.506,25	Extensão da pista readequada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Pista de caminhada entre o Jardim Eldorado e Hamada				R\$ 86.202,50	Extensão da pista implantada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos



		Pista de caminhada e ciclismo do km 12 até o distrito de Santa Fé do Pirapó			R\$ 159.303,75	Extensão da pista implantada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
2.6	Executar galerias de águas pluviais e obras de pavimentação e recapeamento das vias da Sede Municipal e distritos	Recape Asfáltico Jardim Shenandoá			R\$ 106.200,00	Extensão da pavimentação X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Galeria de águas pluviais e pavimentação asfáltica no acesso ao Jardim Itamaraty			R\$ 86.202,50	Extensão da galeria X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Construção e Implantação de Rotatória na entrada para os residenciais Ruby, Niágara, Izabel e Flora			R\$ 86.202,50	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Obras de bocas-de-lobo e melhorias como pavimentação e recapeamento asfáltico			R\$ 34.515.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
2.7	Construir e reformar pontes	Restauração das pontes localizadas na Estrada Serraria e Ribeirão Aquidaban			R\$ 53.101,25	% da restauração realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
2.8	Promover a adequação de todos os prédios públicos e comerciais para acesso às pessoas com deficiências ou necessidades especiais (acessibilidade universal)	Acessibilidade ao Parque da Uva			R\$ 160.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
2.9	Executar obras de pavimentação poliédrica nas principais estradas rurais do município, considerando também a execução de mecanismos para a captação das águas pluviais	Recapeamento Asfáltico no Trecho que liga Aquidaban a São Luiz			R\$ 106.202,50	Extensão do recapeamento X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
2.10	Adquirir equipamentos necessários à manutenção da arborização	Aquisição de maquinários e outros equipamentos para poda, jardinagem e arborização			R\$ 1.593.037,50	Nº de equipamentos adquiridos X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
2.11	Promover obras de paisagismo e embelezamento dos acessos da sede municipal de Marialva	Obras de revitalização e paisagismo nas Vilas Antonio e Messias			R\$ 1.060.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
2.12	Recuperação e embelezamento das Praças na Sede Municipal e Distritos	Obras de revitalização na Praça Waldemar Ferri, localizada no Conjunto Assumpta Lembi Andreazzi (Marialva II)			R\$ 86.200,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
2.13	Adquirir equipamentos para o serviço rodoviário municipal	Aquisição de máquinas (pá carregadeira, motoniveladora e etc)			R\$ 265.500,00	Máquinas adquiridas X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
2.14	Ampliar o sistema de esgotamento do município para atender os bairros que não possuem o mesmo	Ligação da rede de esgoto no Bela Vista			R\$ 455.700,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Ligação da rede de esgoto no Itamaraty II			R\$ 203.700,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
2.15	Adquirir equipamentos destinados aos serviços de manutenção dos prédios públicos	Aquisição de equipamentos destinados a serviços de manutenção de prédios públicos			R\$ 265.500,00	Nº de equipamentos adquiridos X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
2.16	Executar projetos para captação de águas pluviais	Elaborar estudo para implantação de piscinões para captação de águas pluviais e controle de cheias, permitindo assim suprir o lençol freático				Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos



	Implantação de cisternas e/ou reservatórios de água na área central, Jardim Tropical e Jardim Custódio para controlar o escoamento nas águas pluviais					Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
	Implantação de cisternas e/ou reservatórios na Avenida Colombo e Rua Formosa					Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS - MUNICÍPIO DE MARIALVA - PR

DIRETRIZ

3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

3.1 SETOR ECONÔMICO		METAS (prazo)					INDICADORES	SECRETARIA RESPONSÁVEL
CÓDIGO	DIRETRIZES	AÇÕES / PROJETOS	Curto (2 anos)	Médio (3 a 5 anos)	Longo (6 a 10 anos)	TOTAL		
3.1.1.1	Ampliar e adquirir equipamentos para o Centro de Geração de Trabalho e Renda	Reforma na agência do trabalhador				R\$ 265.506,25	Equipamentos adquiridos X tempo (ano)	Agência do Trabalhador
3.1.1.2	Adquirir e construir espaço para abrigar o Centro de Comercialização e a Feira do Produtos	Instalação do Mercado Municipal para comercialização de produtos hortifrutigranjeiros e fomentação da uva				R\$ 265.506,25	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Indústria e Comércio
3.1.1.3	Promover a melhoria da qualificação profissional da população e a mão de obra local	Promover cursos de qualificação profissional para jovens e adultos (Marialva + empreendedora)				R\$ 15.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Agência do Trabalhador
		Incrementar o uso da informação e do conhecimento, incentivando e possibilitando a inovação tecnológica				R\$ 150.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Agência do Trabalhador
3.1.2 AGRICULTURA		METAS (prazo)					INDICADORES	SECRETARIA RESPONSÁVEL
CÓDIGO	DIRETRIZES	AÇÕES	Curto (2 anos)	Médio (3 a 5 anos)	Longo (6 a 10 anos)	TOTAL		
3.1.2.1	Estimular a diversificação das culturas produzidas no município, priorizando principalmente aquelas que se utilizam de práticas agroecológicas, como meio de incrementar a renda do pequeno proprietário rural	Projetos voltados da institutos de pesquisa e extensão rural				R\$ 53.100,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
3.1.2.2	Destinar espaço para pesquisas permanentes sobre o cultivo da uva (videiras)	Construção de um centro de pesquisa em viticultura				R\$ 265.506,25	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Promover ações conjuntas com instituições de Pesquisa				Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
3.1.2.3	Recuperar os carreadores rurais	Programa Municipal para recuperação de carreadores rurais				R\$ 265.506,25	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente / Serviços Públicos
3.1.2.4	Adquirir tratores e implementos agrícolas para a patrulha mecanizada	Aquisição de caminhões, tratores e implementos agrícolas para patrulha mecanizada				R\$ 796.518,75	Nº de veículos adquiridos X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente / Serviços Públicos



3.1.2.5	Estimular a formalização de Agroindústrias no município	Orientações e fiscalizações pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM				Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
		Promover ações conjuntas com instituições de Pesquisa e Extensão e outros órgãos				Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente
3.1.2.6	Estimular o aumento da produtividade e qualidade da pecuária bovina de leite e corte, como meio de incrementar a renda do pequeno proprietário rural	Promover palestras, melhoramento genético através do serviço de inseminação artificial, e assistência técnica				R\$ 38.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS - MUNICÍPIO DE MARIALVA - PR

DIRETRIZ

3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

3.2 SETOR EDUCAÇÃO		3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO						
CÓDIGO	DIRETRIZES	AÇÕES / PROJETOS	METAS (prazo)				INDICADORES	SECRETARIA RESPONSÁVEL
			Curto (2 anos)	Médio (3 a 5 anos)	Longo (6 a 10 anos)	TOTAL		
3.2.1	Promover atividades extracurriculares como aulas de pintura, música, dança, teatro, culinária, tapeçaria, reforço escolar, e atividade de esporte e lazer, entre outros, mantendo o aluno mais tempo na escola	Aquisição de área física para implantação de cursos extracurriculares e superiores				R\$ 265.500,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Educação
3.2.3	Promover a construção de espaço para um Centro de Educação Infantil (creches/ CEMEI's) e de espaço para Ensino Fundamental na sede e nos distritos, com objetivo de ampliar o espaço físico bem como o número de vagas para aluno	Aquisição de área física para educação infantil				R\$ 3.185.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Educação
		Reforma e ampliação do CEMEI Leonardo Henrique Alves de Souza				R\$ 53.000,00	% da reforma realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Educação
		Aquisição e/ou construção de Creche em Cambuí				R\$ 160.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Educação
		Aquisição e/ou Construção de CEMEI no São Miguel do Cambuí				R\$ 160.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Educação
		Aquisição e/ou construção de CEMEI no Jardim Shenandoá				R\$ 160.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Educação
		Aquisição e/ou construção de CEMEI no Santa Fé				R\$ 160.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Educação
		Construção de CMEI no distrito de Aquidabam				R\$ 160.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Educação
		Construção de CMEI no distrito de São Miguel do Cambuí				R\$ 160.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Educação
		Construção de CMEI no residencial Zambaldi				R\$ 160.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Educação
		Reforma e ampliação de escolas municipais (construção de novas salas)				R\$ 265.500,00	% da reforma e obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
3.2.3	Equipar as bibliotecas das escolas municipais	Aquisição de livros para as bibliotecas das escolas municipais				R\$ 265.506,25	Livros adquiridos X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Educação
3.2.3	Implantar laboratório de informática nas escolas municipais	Aquisição de equipamentos e aparelhos para escolas				R\$ 265.506,25	Equipamentos adquiridos X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Educação
3.2.4	Construir abrigos nos pontos de ônibus para o transporte escolar	Construção de abrigos nos pontos de ônibus				R\$ 265.500,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
3.2.5	Construir cobertura da quadra de esportes das Escolas Municipais	Construção e/ou Cobertura de Quadras poliesportivas				R\$ 265.500,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer



3.2.6	Adquirir parque infantil para as escolas municipais	Reforma no parquinho da escola D.M. Cambuí				R\$ 53.101,25	% da reforma realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Educação
3.2.7	Elaborar programas de orientação e incentivo aos jovens e adolescentes, melhorando a oferta de cursos de informática, línguas, artes e esportes, nas escolas públicas, a fim de evitar a evasão escolar	Manutenção do ensino fundamental				R\$ 212.405,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Educação
3.2.8	Realizar cursos de capacitação para jovens e adultos, de preferência nas áreas de maior vocação econômica do município	Aquisição de área física para educação de jovens e adultos				R\$ 265.506,25	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Educação
3.2.9	Promover melhoria no transporte de universitários Até as instituições de ensino	Aquisição de ônibus adaptado para transporte de universitários				R\$ 90.000,00	Nº de veículos adquiridos X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança Pública
		Aquisição de ônibus adaptado para o transporte de universitários no período diurno e noturno para fora do município				R\$ 90.000,00	Nº de veículos adquiridos X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança Pública

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS - MUNICÍPIO DE MARIALVA - PR

DIRETRIZ

3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

3.3 SETOR DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER								
CÓDIGO	DIRETRIZES	AÇÕES / PROJETOS	METAS (prazo)				INDICADORES	SECRETARIA RESPONSÁVEL
			Curto (2 anos)	Médio (3 a 5 anos)	Longo (6 a 10 anos)	TOTAL		
3.3.1	Instalar parques infantis completos para crianças de 1 a 12 anos de idade em diversas áreas do município e comunidades	Parque infantil na Vila Antonio				R\$ 53.101,25	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
		Academia da Terceira Idade (A.T.I.) e Parque infantil na Vila Brasil				R\$ 53.101,25	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
		Parque infantil no Jardim Planalto				R\$ 53.101,25	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
		Obras de revitalização na A.T.I. e o Parque Infantil entre Marialva II e Hamada III				R\$ 200.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
3.3.2	Construir quadras de esportes cobertas nas sedes e distritos	Construção de quadras esportivas na sede e distritos				R\$ 796.518,75	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
3.3.3	Promover a reforma e manutenção do Ginásio de Esportes existente (Zicão) com a troca da cobertura	Reforma do Ginásio Zicão				R\$ 265.000,00	% da reforma realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
3.3.4	Implantar Centro Esportivo Municipal	Construção de um complexo esportivo				R\$ 1.500.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
		Construção de um novo Ginásio				R\$ 700.000,00	% da reforma realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
		Construção de um novo campo de futebol para o João de Barro				R\$ 500.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
3.3.5	Promover a reforma e manutenção dos Estádios/Ginásios da sede, dos distritos e comunidades	Reforma do campo de futebol do distrito de Santa Fé do Pirapó				R\$ 159.303,75	% da reforma realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
		Conclusão da reforma da quadra poliesportiva em Aquidaban				R\$ 53.101,25	% da reforma realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
3.3.6	Construir espaço cultural, recreativo e profissionalizante	Implantação de Playground				R\$ 265.506,25	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos



		Implantação de Playground para atender PcD (Pessoas com Deficiência)			R\$ 300.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
		Instalação de A.T.I. no distrito de Santa Fé do Pirapó			R\$ 53.101,25	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Construção de um Planetário			R\$ 265.506,25	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
		Construção de Museu e Aquisição de equipamentos			R\$ 265.506,25	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
		Construção de mirante em Área com altitude Adequada			R\$ 265.506,25	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Criação de um projeto de um turismo infantil relacionado a uva, com o objetivo de estimular o interesse das pessoas pelo setor desde a infância			Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
		Aproveitar espaço da associação da prefeitura e torná-lo uma área de lazer municipal			Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
3.3.7	Concluir execução de obras e de infraestrutura do Parque da Uva	Construção de uma área de rodeio no parque da uva			R\$ 159.303,75	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
		Aquisição de terreno para implantação festa da uva fina de Marialva			R\$ 4.994.618,75	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
3.3.8	Adquirir equipamentos para a academia da terceira idade com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos idosos através da pratica esportiva	Construção de academias para terceira idade			R\$ 159.303,75	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
3.3.9	Aquisição de equipamentos e veículos para os serviços do setor	Aquisição de um veículo para cultura			R\$ 50.000,00	Veículo adquirido X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Aquisição de um veículo para o esporte			R\$ 50.000,00	Veículo adquirido X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
3.3.10	Fortalecer o turismo na área rural	Implantação de um monumento na área rural dos distritos de Cambuí, Aquidaban e Jacanã como atrativo para valorização do setor			R\$ 100.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS - MUNICÍPIO DE MARIALVA - PR

DIRETRIZ

3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CÓDIGO	DIRETRIZES	AÇÕES / PROJETOS	METAS (prazo)			TOTAL	INDICADORES	SECRETARIA RESPONSÁVEL
			Curto (2 anos)	Médio (3 a 5 anos)	Longo (6 a 10 anos)			
3.4.1	Construir instalações para a Clínica para mulheres e bebês no município	Reforma e readequação da clínica da mulher				R\$ 106.202,50	% da reforma realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Saúde
3.4.2	Adquirir áreas e construir instalações para a Saúde da sede	Construção de um hospital municipal (público/privado)				R\$ 4.248.100,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Saúde
3.4.3	Promover a construção e reformas de UBS e Pronto Atendimento	Construção da UBS na região da Vila Antonio				R\$ 600.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Saúde
		Pintura e ampliação da UBS Planalto				R\$ 30.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Saúde
		Reforma do Pronto Atendimento (velho)				R\$ 60.000,00	% da reforma realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Saúde
		Reforma e ampliação da UBS Shenendoá				R\$ 35.000,00	% da reforma realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Saúde
		Reforma de edifício público para mudança da UBS São Luiz				R\$ 70.000,00	% da reforma realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Saúde



		Implantação de uma UBS Amiga do Trabalhador.				R\$ 500.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Saúde
3.4.4	Promover campanhas direcionadas ao homem e a mulher, procurando esclarecer melhor a ambos, sobre prevenção de diversas doenças, principalmente aquelas sexualmente transmissíveis	Prevenção, controle e erradicação de doenças transmissíveis				R\$ 424.810,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal da Saúde
3.4.5	Promover a melhoria do CAPS	Ampliação e reforma do CAPS				R\$ 265.506,25	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal da Saúde/ Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS - MUNICÍPIO DE MARIALVA - PR								
DIRETRIZ								
3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO								
3.5	SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				METAS (prazo)		INDICADORES	SECRETARIA RESPONSÁVEL
CÓDIGO	DIRETRIZES	AÇÕES / PROJETOS	Curto (2 anos)	Médio (3 a 5 anos)	Longo (6 a 10 anos)	TOTAL		
3.5.1	Garantir melhor sustentabilidade ao Conselho Tutelar	Construção de um centro de referência da criança e do adolescente para o Serviço de Convivência e Outros Programas				R\$ 796.518,75	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
3.5.2	Construção de CRAS	Construção de sedes para CRAS, CREAS, e Clínica Multiprofissional				R\$ 212.405,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
		Pactuar convênios com o Estado e a União para a construção dos equipamentos				Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
3.5.3	Adequação do espaço físico para o CRAS, Ação Jovem e Interarte	Reforma ou aluguel de novos espaços				R\$ 360.000,00	% da reforma realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
		Construção de um novo espaço para o Projeto Ação Jovem				R\$ 360.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
3.5.4	Construir novas instalações e infraestrutura para desempenho da APAE de Marialva	Participação na Construção da nova sede da APAE				R\$ 106.202,50	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
3.5.5	Garantir que o recurso financeiro para a política de assistência social conste na LDO, PPA e LOA	Apoio ao programa federal bolsa família				R\$ 265.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
3.5.6	Definir normas para o atendimento ao público, em especial aos idosos	Construção de centro de convivência para idosos				R\$ 200.000,00	% da execução da creche	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
		Implantação de uma Creche para idosos				R\$ 400.000,00	% da execução da creche	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
3.5.7	Adequação dos critérios de seleção do público a ser atendido	Elaboração do Regime Interno em parceria com os conselhos municipais				Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
3.5.8	Contratação de Recursos Humanos (Assistente Social, Psicólogo, Educador Social e Auxiliar administrativo)	Contratação de profissionais via concurso público				R\$ 336.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania



3.5.9	Fomento de mesas de negociação	Realizar reuniões com a rede para discutir possíveis soluções para os problemas existentes				Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
3.5.10	Implementação de equipe técnica de referência volante na PSB	Implementar equipe de referência para a oferta de serviços itinerante a população dos distritos e da zona rural				Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
3.5.11	Implementação de grupos familiares nos programas e projetos (Ação Jovem, Interarte Centro do Idoso)	Criação de grupos e/ou reuniões periódicas com os familiares dos atendidos				Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
3.5.12	Implementação dos Serviços de Assistência Social e Psicologia em todos os programas e projetos de forma contínua	Contratação de novos assistentes sociais e psicólogos				R\$ 336.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
3.5.13	Incentivo as instituições do Terceiro Setor registradas nos CMAS através de convênios	Pactuar convênios até o final de dezembro para o ano sequencial contemplado convênios de janeiro a dezembro				Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
3.5.14	Implementar mecanismos de Planejamento	Fomentar Protocolos de Atendimento, Regimentos Internos e demais planos que garantam eficácia e eficiência nos equipamentos/ instituições				Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
3.5.15	Incentivo ao bem-estar animal	Participação financeira para realização da caminhada em Marialva				R\$ 43.101,25	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Tributos e Finanças
3.5.16	Promover abrigo para colhimento em caráter provisório de animais em situação de necessidade	Aquisição de terreno e construção de um abrigo provisório para animais abandonados				R\$ 90.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
3.5.17	Criar projeto e adquirir espaço para abrigar pessoas em situação de rua e/ou dependentes químicos	Aquisição de terreno e construção de uma casa de apoio / casa de passagem para abrigar pessoas carentes e moradores em situação de rua				R\$ 400.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
		Propor uma parceria do município com a Casa de Recuperação (privada) para atender dependentes químicos				Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania



PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS - MUNICÍPIO DE MARIALVA - PR								
DIRETRIZ								
3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO								
3.6	SETOR HABITAÇÃO							
CÓDIGO	DIRETRIZES	AÇÕES / PROJETOS	METAS (prazo)			TOTAL	INDICADORES	SECRETARIA RESPONSÁVEL
			Curto (2 anos)	Médio (3 a 5 anos)	Longo (6 a 10 anos)			
3.6.1	Buscar junto ao Governo do Estado e a União recursos para o desenvolvimento e implantação de projetos, bem como para a construção de habitações de interesse social	Edificação e reforma de habitação na zona rural				R\$ 265.506,25	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Habitação
		Aquisição de terreno para edificação de moradias populares				R\$ 1.050.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Habitação
		Criação de novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)				Ação administrativa	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Habitação
		Construção de casas para pessoas em situação de vulnerabilidade social (situação de rua, invasão, áreas de risco, moradia precária)				Mediante disponibilidade financeira	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Habitação
		Construção de condomínio do idoso				R\$ 300.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Habitação
		Elaborar Plano de Regularização Fundiária				R\$ 136.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Habitação
		Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)				R\$ 90.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Habitação

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS - MUNICÍPIO DE MARIALVA - PR								
DIRETRIZ								
3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO								
3.7	SETOR DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL							
CÓDIGO	DIRETRIZES	AÇÕES / PROJETOS	METAS (prazo)			TOTAL	INDICADORES	SECRETARIA RESPONSÁVEL
			Curto (2 anos)	Médio (3 a 5 anos)	Longo (6 a 10 anos)			
3.7.1	Reequipar o Corpo de Bombeiros	Aquisição de equipamentos, máscaras e uniformes para os agentes da defesa civil				R\$ 215.000,00	Nº de equipamentos adquiridos X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Aquisição de ambulância para o corpo de bombeiros				R\$ 425.000,00	Nº de veículos adquiridos X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
3.7.2	Melhorar as condições da segurança pública municipal	Aquisição de equipamentos e novas tecnologias para segurança				R\$ 111.000,00	Nº de equipamentos adquiridos X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Instalação de câmeras de segurança pública				R\$ 47.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Criação da Guarda municipal e guarda escolar				R\$ 500.000,00	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança Pública
3.7.3	Intervir junto ao Governo do Estado para aquisição de viaturas para patrulhamento da Polícia Militar	Aquisição de veículos para viaturas				R\$ 300.000,00	Nº de veículos adquiridos X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança Pública



PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS - MUNICÍPIO DE MARIALVA - PR								
DIRETRIZ								
3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO								
3.8	SETOR DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS E CEMITÉRIOS							
CÓDIGO	DIRETRIZES	AÇÕES / PROJETOS	METAS (prazo)			TOTAL	INDICADORES	SECRETARIA RESPONSÁVEL
			Curto (2 anos)	Médio (3 a 5 anos)	Longo (6 a 10 anos)			
3.8.1	Aquisição de terreno para ampliação do cemitério Municipal	Aquisição do Terreno para ampliação do cemitério municipal				R\$ 2.655.062,50	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
3.8.2	Construir Capela Mortuária na Sede Municipal, distritos e bairros para atender as comunidades desta localidade e adjacências	Revitalização e Reforma do cemitério da sede do município e distritos				R\$ 265.506,25	% da reforma realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Construção de Capela mortuária na Vila Antonio				R\$ 70.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Construção de Capela Mortuária no Distrito de São Luiz				R\$ 70.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Construção de Capela Mortuária no Distrito de Santa Fé do Pirapó				R\$ 70.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Construção da Capela Mortuária dos Distritos Cambuí				R\$ 70.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Construção de Capela Mortuária no Distrito de Aquidaban				R\$ 70.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Construção de um banheiro com acessibilidade na capela mortuária do necrotério municipal				R\$ 30.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Construção de banheiros e instalação de energia elétrica no cemitério de Cambuí				R\$ 53.101,25	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
3.8.3	Promover a melhoria e ampliação na capela mortuária da sede	Ampliação da Capela Mortuária da Sede				R\$ 50.000,00	% da obra realizada X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS - MUNICÍPIO DE MARIALVA - PR								
DIRETRIZ								
4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA								
CÓDIGO	DIRETRIZES	AÇÕES / PROJETOS	METAS (prazo)			TOTAL	INDICADORES	SECRETARIA RESPONSÁVEL
			Curto (2 anos)	Médio (3 a 5 anos)	Longo (6 a 10 anos)			
4.1	Adaptar e ajustar a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal e disponibilizar os equipamentos tecnologia adequada (softwares instrumentos etc) e recursos humanos	Instalação de WIFI grátis nas praças e repartições públicas				R\$ 159.303,75	Instalações realizadas X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
4.2	Adquirir veículos para o atendimento do poder executivo	Aquisição de um veículo utilitário				R\$ 50.000,00	Veículo adquirido X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Aquisição de veículo e equipamentos para fiscalização				R\$ 50.000,00	Nº de equipamentos X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Aquisição de um veículo oficial				R\$ 50.000,00	Veículo adquirido X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos



4.3	Adquirir equipamentos destinados aos serviços de manutenção dos prédios públicos	Aquisição de equipamentos de informática para administração				R\$ 106.000,00	Nº de equipamentos adquiridos X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Tecnologia de Informação
-----	--	---	--	--	--	----------------	---	--

PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS - MUNICÍPIO DE MARIALVA - PR
DIRETRIZ

5. DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO FÍSICO TERRITORIAL

CÓDIGO	DIRETRIZES	AÇÕES / PROJETOS	METAS (prazo)				INDICADORES	SECRETARIA RESPONSÁVEL
			Curto (2 anos)	Médio (3 a 5 anos)	Longo (6 a 10 anos)	TOTAL		
5.1	Desenvolver planos de circulação viária para Marialva e distritos que contemple: identificação e detalhamento dos pontos que apresentam conflitos no fluxo de circulação, verificando solução viária e adequação geométrica para entroncamentos da malha urbana e travessia de pedestres; reorganização do sistema viário urbano, através da hierarquização das vias (estruturais, arteriais, coletoras e locais); desenvolvimento de programa cicloviário municipal que permita a utilização segura da bicicleta como meio de transporte e lazer, através da implantação do plano cicloviário para a cidade juntamente com a elaboração de normas, regras e campanhas educativas para sua correta utilização; regulamentação de espaços e vagas para estacionamento de motocicletas e bicicletas; reestruturação do trânsito; regulamentação da circulação de veículos pesados dentro do perímetro urbano e de carroceiros no centro da cidade; revisão da localização e número de vagas para estacionamento no quadro central e nas principais vias da sede municipal (estacionamento regulamentado); adaptação do sistema de lombadas de acordo com as normas do conselho nacional de trânsito - CONTRAN; implementação do sistema de remodelação, ampliação e manutenção da sinalização viária vertical e horizontal no perímetro urbano, visando pintura de faixas para pedestres, implantação de sinais eletrônicos, implantação de placas de trânsito e identificação de ruas, setores, números de residências, comunidade rurais, monumentos, instituições públicas, praças, parques áreas de proteção ambiental e de passagem de animais silvestres, sinalização de localização de pontes, etc.; Regulamentação que discipline modelo padronizado para os passeios públicos (edificação e readequação), levando em consideração a utilização da calçada ecológica, o tipo de pavimentação, acessibilidade às pessoas com deficiências ou necessidades especiais. mobiliário urbano e arborização; implantação de mobiliário urbano adequado; execução de obras de recuperação e recapeamento de vias urbanas já pavimentadas da sede e distritos, conforme as diretrizes e proposições de infraestrutura - drenagem e pavimentação	Aquisição de Mobiliário				R\$ 106.202,50	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		Projetos de infraestrutura turística e implantação de ciclovias				R\$ 106.202,50	Execução da ação (sim ou não)	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
		5.2	Adequar os passeios e áreas públicas a norma NBR 9050 - acessibilidade universal	Adequação de Prédios Públicos para cadeirantes e deficientes visuais				R\$ 265.506,25
5.3	Instalar semáforos na cidade com o objetivo de melhorar a sinalização de trânsito nos locais de grande fluxo de veículos	Instalação de semáforos com emissão de som para deficientes visual				R\$ 53.100,00	Semáforos instalados X tempo (ano)	Secretaria Municipal de Trânsito e Segurança Pública

Lista de presença da Reunião Técnica para avaliação do PAI



MUNICÍPIO DE MARIALVA - PR
LISTA DE PRESENÇA
Revisão do Plano Diretor Municipal



EVENTO: REUNIÃO TÉCNICA
LOCAL: PREFEITURA

DATA: 20/03/2019

NOME	TELEFONE	ASSINATURA
OSMAN VICENTE JR.	43 999378997	
MARCELO WILSON SERRA	44 99958-8085	
Alexandre Modesto de Oliveira	44 99920-5781	
IDEUBER CARLOS CAESTE	44 99921-1982	
Jaqueline Guimarães Naves	44 999797885	
PAULO ROBERTO UNSARI	04499972-4913	
Genivaldo P. de Castro	071 99916-2987	
FERNANDO A.J. ACO VEADE	04499853-5551	
MARCIA K SARTOR	44 99962 2376	
Jose Cláudio B. Nélis	44 99980-1069	
Márcio Camargo	44.99911-0151	

Conjunto de Imagens da Reunião Técnica para avaliação do PAI





